



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

RICARDO NADER MARTINS

**A ADEQUAÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL AOS
ARRANJOS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 2010**

**CAMPINAS
2019**

RICARDO NADER MARTINS

A ADEQUAÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL AOS
ARRANJOS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 2010

Dissertação apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas como parte dos
requisitos exigidos para a obtenção do título de
Mestre em Demografia.

Supervisor/Orientadora: PROFA. DRA. JOICE MELO VIEIRA

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO DEFENDIDA PELO ALUNO
RICARDO NADER MARTINS E
ORIENTADA PELA PROFA. DRA. JOICE
MELO VIEIRA.

Campinas
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

M366a Martins, Ricardo Nader, 1986-
A adequação da habitação de interesse social aos arranjos familiares no município de São Paulo em 2010 / Ricardo Nader Martins. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Joice Melo Vieira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Família. 2. Habitação. 3. Domicílios. 4. Política habitacional. I. Vieira, Joice Melo, 1980-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Social housing policy solutions for family arrangements in São Paulo in 2010

Palavras-chave em inglês:

Family
Housing
Households
Housing policy

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Joice Melo Vieira [Orientador]
Luciana Correia Alves
Anderson Kazuo Nakano

Data de defesa: 08-08-2019

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-3803-5829>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2713906159745810>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de defesa de dissertação, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 08 de agosto de 2019, considerou o candidato Ricardo Nader Martins **APROVADO**.

Profa. Dra. Joice Melo Vieira (orientadora) – IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Luciana Correia Alves – IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Anderson Kazuo Nakano – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de dissertações/teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Aos meus pais, Mirian e Antônio.

AGRADECIMENTOS

Foram várias as pessoas e instituições que colaboraram direta e indiretamente para a conclusão deste trabalho. Devo a elas meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço à professora Joice Melo Vieira pela orientação, incentivo e paciência nesses dois anos. Sem dúvida, a professora Joice é um exemplo de comprometimento e dedicação com o ensino e a pesquisa.

Agradeço aos professores Luciana Correia Alves, Anderson Kazuo Nakano e Glaucia dos Santos Marcondes pelas sugestões para o amadurecimento e a melhora da qualidade do trabalho.

Agradeço aos professores que contribuíram com minha formação como demógrafo: Joice Melo Vieira, Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira, Everton Emanuel Campos de Lima, Glaucia dos Santos Marcondes, Roberta Guimaraes Peres, Aberto Augusto Eichman Jacob, Tirza Aidar, Ana Silva Volpi Scott e Marta Azevedo.

Agradeço à equipe do NEPO e IFCH pela dedicação, trabalho prestativo e apoio. Em especial à Adriana, da Biblioteca do NEPO, e ao Leandro, da Secretaria de Pós-Graduação IFCH/UNICAMP.

Agradeço aos colegas e amigos do NEPO e IFCH pelo companheirismo nessa jornada, em especial à Camila, Dannyra e Diana.

Agradeço ao Julimar Santos Pinto, que prontamente se dispôs a ajudar nas primeiras aplicações do método que utiliza o código em linguagem R por ele elaborado.

Agradeço à Diagonal, por ter compreendido a importância dessa formação e ter possibilitado que me ausentasse em diversos momentos para cumprir a carga horária de disciplinas, reuniões e eventos.

Agradeço à minha psicóloga, Adriana Takahashi, que, sem dúvida, foi aquela que acompanhou com paciência as angústias e o amadurecimento dessa jornada.

E agradeço aos meus pais, por tudo. Sem vocês eu não estaria aqui. Obrigado!

[...] Daí a tendência histórica da reprodução de estatísticas sociologicamente cegas à gênero, baseadas numa neutralidade relativa e expressa pela ideia de um homem médio ideal – o que é uma mera abstração, como o é a noção de renda per capita, por exemplo, que não fala muito das condições e qualidade de vida da maioria da população de um país, pois se baseia na ideia de um indivíduo “médio”, que dificilmente pode ser representativo dos sujeitos reais, homens e mulheres, de diferentes idades, classes sociais e grupos étnico-raciais.

Márcia dos Santos Macedo (2008, p. 380).

[...] famílias reais não são organismos absolutamente funcionais, formados por papéis de sexo e de geração complementares que se combinam harmonicamente para garantir que o todo (a família) persista. Famílias reais são configurações complexas de relações de gênero e de geração, envolvendo poder, interesses pessoais opostos e também, mas não apenas, grande dose de solidariedade, expressa em obrigações e direitos recíprocos, porém nem sempre simétricos e na mesma quantidade.

Elizabeth D. Bilac (2006, p. 58).

[...] Então, a boa política habitacional será aquela que consiga atender à enorme diversidade dos problemas com a mesma diversidade de soluções: a provisão habitacional sim. Mas são também parte da política habitacional um amplo conjunto de ações, que exigem abordagens específicas para cada uma delas: a urbanização das favelas, a diminuição das situações de risco, a regularização fundiária, a desburocratização e celeridade nos processos de aprovação, a melhoria arquitetônica das casas dispersas nos bairros mais precários, a reabilitação dos prédios vazios e degradados das áreas centrais, a habitação como alavanca para a reinserção dos mais desamparados e em situação de fragilidade social.

João Sette Whitaker Ferreira (Discurso de posse da Secretária Municipal de Habitação de São Paulo, realizado em 13 de dezembro de 2015).

RESUMO

Esse estudo se insere no debate sobre as transformações nas famílias contemporâneas e seus desdobramentos sobre as políticas sociais. As políticas habitacionais têm na família seu público-alvo para acesso à moradia adequada e à garantia do bem-estar. No entanto, pouco se sabe sobre como as transformações nas famílias nas últimas décadas foram contempladas pelas estratégias adotadas por essas políticas. Parte dessas transformações está associada às intensas e rápidas mudanças na dinâmica demográfica brasileira, cujos impactos puderam ser observados em vários aspectos, como na redução do tamanho médio dos domicílios, na ampliação do tempo de convivência intergeracional, no aumento da representatividade de arranjos domiciliares que no passado eram menos frequentes, como casais sem filhos, domicílios unipessoais, monoparentais etc. As mudanças observadas apontam para a redução da frequência de famílias do tipo nuclear nos domicílios brasileiros em contrapartida à crescente heterogeneidade dos arranjos familiares. O principal objetivo deste estudo é identificar e analisar as características das famílias que possuem requisitos para acesso a programas habitacionais, isto é, seu público-alvo, e discutir a adequação das soluções ofertadas pela política social tomando como base o perfil das famílias reais identificadas. O Programa Minha Casa Minha Vida, principal programa habitacional do Estado Brasileiro em andamento, foi escolhido como estudo de caso. A solução proposta pelo programa é a aquisição de novas moradias a partir do financiamento subsidiado dos imóveis. Os imóveis construídos devem seguir recomendações arquitetônicas mínimas, que são, no entanto, reproduzidas de forma padronizada em todo o país. A análise do público-alvo do programa residente no município de São Paulo em 2010 demonstrou a existência de três perfis de famílias: famílias de arranjo estendido intergeracional; famílias de arranjo unipessoal formadas, sobretudo, por pessoas com mais de 50 anos; e famílias de arranjo nuclear em expansão. Esses perfis foram identificados a partir do método estatístico multivariado de agrupamentos *Grade of Membership (GoM)*, utilizando dados do último censo demográfico. Os perfis apresentaram características de famílias que podem não se adequar ao modelo de acesso à moradia oferecido e à configuração das unidades construídas pelo programa habitacional. Os resultados demonstraram a necessidade de diversificar as modalidades de atendimento habitacional da população.

Palavras-chave: Família; Habitação; Domicílios; Política habitacional.

ABSTRACT

This research is part of the wide debate about the changes in contemporary families. I explore its implications in social policies. Social housing policies have in the family their target audience for access to adequate housing and the guarantee of well-being. However, it still seems unknown how changes in the family in the last decades were contemplated by these policies. Some of these changes are associated with the intense and rapid transformations in the Brazilian demographic dynamics. The impacts could be observed in several aspects, such as the reduction of the average size of households, the increase of the intergenerational coexistence time, the increase of family forms that were less frequent in the past, as couples without children, single-person, single-parent etc. These changes indicate the decline of nuclear families in Brazilian households, associated with the increasing heterogeneity of family forms. The main objective of this research is to identify and analyze the characteristics of families that have requirements for access to social housing programs and to discuss the adequacy of the solutions proposed by the social policy. The main housing program of the Brazilian State in progress is Minha Casa Minha Vida Program, which was selected as a case study. The solution proposed by this program is the acquisition of new housing by families using subsidized mortgages. New buildings should follow minimum architectural recommendations, which are, however, reproduced in a standardized manner throughout the country. The analysis of the families resident in São Paulo in 2010 demonstrated the existence of three family profiles: extended families with intergenerational solidarity; single-person families, formed by people over 50; and nuclear families in expansion. These profiles were identified from the multivariate statistical method of Grade of Membership (GoM) using census data. The family profiles presented characteristics not adequate for the mortgages model and the standardized configuration of the units built by the social housing program. The results demonstrated the need to diversify the housing care modalities.

Keywords: Family; Housing; Households; Housing Policy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Representação ilustrativa do grupo familiar, grupo domiciliar e da família domiciliar.....	40
FIGURA 2 – Fluxograma dos componentes do cálculo do déficit habitacional e inadequação habitacional municipal da Fundação João Pinheiro	47
FIGURA 3 – Fluxograma dos componentes do cálculo do déficit habitacional e inadequação habitacional da Fundação Seade.....	51
FIGURA 4 – Localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV contratados, nas modalidades FAR e Entidades, município de São Paulo, 2009 a 2018.....	95
FIGURA 5 – Diversidade de famílias encontradas nos condomínios do bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro (RJ) do PMCMV Faixa 1	99
FIGURA 6 – Distribuição espacial das classes de quintis da taxa de ocorrência dos arranjos familiares do Perfil 1 para as áreas de ponderação do Município de São Paulo, 2010	145
FIGURA 7 – Distribuição espacial das classes de quintis da ocorrência dos arranjos familiares do Perfil 2 para as Áreas de Ponderação do Município de São Paulo, 2010.....	150
FIGURA 8 – Índice de envelhecimento da População, município de São Paulo, 2010.....	151
FIGURA 9 – Distribuição espacial das classes de quintis da prevalência dos arranjos familiares do Perfil 3 para as Áreas de Ponderação do Município de São Paulo, 2010.....	155

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número médio de moradores por domicílio, Brasil, Estado e Município de São Paulo, 1970 a 2010	31
GRÁFICO 2 – Evolução do crescimento populacional segundo componentes vegetativo e migratório, Município de São Paulo, 1940 a 2000	63
GRÁFICO 3– Taxa de Fecundidade Total (TFT), Estado e Município de São Paulo, 1950 a 2016	65
GRÁFICO 4 – Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) por grupos etários quinquenais, Município de São Paulo, 1980 a 2010.....	66
GRÁFICO 5 – Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) e distribuição de domicílios ligados à rede geral de água e esgoto, Município de São Paulo, 1940 a 2016*	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Programas habitacionais, Brasil e município de São Paulo, 1930 a 2008.....	84
QUADRO 2 – Faixas de renda do PMCMV por fases.....	89
QUADRO 3 – Valor do subsídio e taxa de juros por faixa de renda do PMCMV, 2019.....	90
QUADRO 4 – Variáveis selecionadas e categorias de respostas	110
QUADRO 5 – Perfis multidimensionais dos arranjos familiares do PMCMV por características preponderantes, município de São Paulo, 2010.....	136

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da população e dos domicílios, Brasil, 1970 a 2010.....	30
TABELA 2 – Evolução da população e dos domicílios, Estado de São Paulo, 1970 a 2010 ..	30
TABELA 3 – Evolução da população e dos domicílios, Município de São Paulo, 1970 a 2010	30
TABELA 4 – Distribuição relativa dos domicílios por tipo de arranjo domiciliar, Brasil, 1970 a 2010	32
TABELA 5 – Distribuição relativa dos domicílios por tipo de arranjo domiciliar, Estado de São Paulo, 1970 a 2010	33
TABELA 6 – Distribuição relativa dos domicílios por tipo de arranjo domiciliar, Município de São Paulo, 1970 a 2010	33
TABELA 7 – Déficit habitacional por componente, Brasil, Estado de São Paulo e Município de São Paulo, 2010	48
TABELA 8 – Domicílios particulares permanentes inadequados por componente, Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010	49
TABELA 9 – População residente em anos censitários, Brasil, Estado, Região Metropolitana e Município de São Paulo, 1872 a 2010	59
TABELA 10 – Evolução do crescimento populacional segundo componentes vegetativo e migratório e taxas de crescimento intercensitárias, Município de São Paulo, 1940 a 2010.....	62
TABELA 11 – Esperança de vida ao nascer, município de São Paulo, 1940 a 2010	69
TABELA 12 – Distribuição dos domicílios que cumpriam os critérios para atendimento pelo PMCMV Faixa I e do total de domicílios do Município de São Paulo, segundo características do responsável, 2010	119
TABELA 13 – Distribuição dos domicílios que cumpriam os critérios para atendimento pelo PMCMV Faixa I e do total de domicílios do Município de São Paulo, segundo características da composição familiar, 2010.....	122
TABELA 14 – Distribuição dos domicílios que cumpriam os critérios para atendimento pelo PMCMV Faixa I e do total de domicílios do Município de São Paulo, segundo características socioeconômicas, 2010	126
TABELA 15 – Distribuição dos domicílios que cumpriam os critérios para atendimento pelo PMCMV Faixa I e do total de domicílios do Município de São Paulo, segundo características habitacionais, 2010	128
TABELA 16 – Distribuição dos coeficientes lambdas (λ_{1j}) das variáveis internas para cada perfil extremo de arranjo familiar do PMCMV, Município de São Paulo, 2010	132
TABELA 17 – Distribuição dos coeficientes lambdas (λ_{1j}) das variáveis externas para cada perfil extremo de arranjo familiar do PMCMV, Município de São Paulo, 2010	134
TABELA 18 – Distribuição dos perfis de arranjos familiares do PMCMV, segundo os graus de pertencimento (g_{ik}) para cada perfil, Município de São Paulo, 2010	137

TABELA 19 – Frequência absoluta e relativa dos arranjos familiares do PMCMV, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos, Município de São Paulo, 2010	139
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – AS TRANSFORMAÇÕES NAS FAMÍLIAS EM SÃO PAULO.....	20
1.1 As Transformações nas Famílias	20
1.2 As Transformações nas Famílias no Brasil e em São Paulo	25
1.3 Família, Domicílio, Ciclo de Vida Familiar e Curso de Vida.....	36
1.4 Déficits, Inadequações e a Demanda por Moradia.....	43
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO DA MORADIA EM SÃO PAULO.....	56
2.1 Características Demográficas da Formação da Cidade de São Paulo	56
2.2 Breve Histórico das Políticas Habitacionais no Brasil e em São Paulo.....	70
2.3 O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)	86
2.4 Algumas Reflexões sobre os Arranjos Familiares no PMCMV	96
CAPÍTULO 3 – MATERIAIS E MÉTODOS	102
3.1 Fonte de Dados.....	102
3.2 Variáveis Seleccionadas.....	104
3.2.1 Características do Responsável.....	104
3.2.2 Características da Composição Familiar.....	106
3.2.3 Características Socioeconômicas	107
3.2.4 Características da Moradia.....	108
3.3 Método de Análise de Agrupamentos (<i>Grade of Membership</i>).....	111
3.3.1 Modelo de Dois Níveis para Identificação de Perfis Extremos	113
3.3.2 Número Ótimo de Perfis	114
3.3.3 Critério para Caracterizar os Perfis Extremos.....	114
3.3.4 Prevalência e Autocorrelação Espacial (<i>Índice Global de Moran I</i>)	115
CAPÍTULO 4 – OS PERFIS DAS FAMÍLIAS E AS SOLUÇÕES HABITACIONAIS	118
4.1 Análise Descritiva do Público-alvo do PMCMV	118
4.2 Análise Multivariada do Público-alvo do PMCMV.....	131
4.2.1 Perfil 1 – Famílias de Arranjo Estendido Intergeracional.....	141
4.2.2 Perfil 2 – Famílias de Arranjo Unipessoal Formadas, sobretudo, por Pessoas com mais de 50 anos	146
4.2.3 Perfil 3 – Famílias de Arranjo Nuclear em Expansão.....	153
4.3 Algumas Contribuições para a Diversificação das Modalidades de Atendimento às Necessidades Habitacionais da População.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS.....	169
ANEXOS	179

INTRODUÇÃO

A dinâmica demográfica brasileira passou por rápidas e intensas mudanças que estão intimamente relacionadas com as transformações apresentadas pelas famílias nas últimas décadas. As famílias vêm refletindo mudanças sociais experimentadas desde a segunda metade do século XX e originárias, entre outros fatores, da ampliação da autonomia individual, de modificações de comportamento, e de mudanças nas relações de gênero (PINNELLI, 2004). Parte dessas transformações influenciou e também foi influenciada por fatores demográficos, com a ampliação da longevidade e o envelhecimento da população, a redução da fecundidade e alterações nos padrões de nupcialidade. Os impactos puderam ser observados no tamanho e na composição dos arranjos familiares dos domicílios brasileiros, produzindo novos formatos de residência e co-residência de parentes (GOLDANI, 1993a; BERQUÓ, 1998; MEDEIROS; OSÓRIO, 2000; CAMARANO et al., 2004; WAJNMAN, 2012).

Nesse cenário de transformações, o que tem sido observado é uma heterogeneidade cada vez maior da composição dos arranjos familiares brasileiros. A ampliação da longevidade e o envelhecimento da população contribuíram com o aumento de famílias com idosos e possibilitaram também fenômenos antes mais raros: a residência de mais de uma geração em um mesmo domicílio. A redução da fecundidade não apenas diminuiu o número de filhos, mas reduziu também a presença de parentes horizontais, como tios, irmãos, primos e sobrinhos, e encolheu o tamanho médio dos domicílios. Mudanças nos padrões de formação e dissolução de uniões possibilitaram um aumento de famílias de arranjos diversos, como casais unidos e sem filhos, famílias recompostas e pessoas morando só. A família nuclear, casal com filhos, deixou de ser o arranjo proporcionalmente predominante desde o último censo demográfico (BERQUÓ, 1998; MEDEIROS; OSÓRIO, 2000; CAMARANO et al., 2004; VIEIRA, 2008; MARCONDES, 2008; ALVES, CAVENAGHI; BARROS, 2010; WAJNMAN, 2012).

Diante desse contexto, o olhar recai sobre as políticas sociais que têm na família seu público-alvo para a garantia do bem-estar e melhora das condições de vida. O que se nota, preliminarmente, é ainda um desconhecimento sobre em que medida um aumento na diversidade de arranjos familiares foi contemplado e absorvido pelas estratégias das políticas sociais (GOLDANI, 2005). No caso das políticas públicas habitacionais, que visam assegurar o acesso à moradia adequada, há uma relação especial entre o tamanho e a configuração do arranjo familiar e a construção de novos domicílios, a partir da provisão de moradias.

Neste contexto, espera-se que as políticas públicas de moradia observem a variabilidade do seu público beneficiário e ofertem soluções habitacionais atentas a sua demanda.

Atualmente, a principal política pública do Estado brasileiro no tema da habitação é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Lançado em 2009, o programa propunha a produção de moradias populares em larga escala com o objetivo de reduzir o déficit habitacional no país. O acesso à moradia, tal como proposto pelo programa, ocorre via mercado, por meio da construção e do financiamento subsidiado de novas habitações. As modalidades do MCMV variam de acordo com as faixas de renda do público-alvo, que permitem o acesso a diferentes valores de imóveis financiados, subsídios públicos e taxas de juros. A Faixa 1 de renda compreende aquelas famílias com renda até três salários, onde se concentra o déficit habitacional brasileiro. Há modalidades diferentes do MCMV também para as áreas urbanas e rurais, comunidades tradicionais e ainda para associações e entidades da sociedade civis organizadas, porém todas conduzem a mesma solução: a construção e o financiamento de novas moradias.

Já no seu lançamento, o programa gerou desconfianças por apostar no acesso ao crédito e no subsídio público para o financiamento da moradia como modelo de programa habitacional, quando experiências anteriores já teriam mostrado as insuficiências desse desenho, e por estar desassociado de uma estratégia urbanística e fundiária (ROLNIK; NAKANO, 2009; MARICATO, 2009). Além disso, o PMCMV não garantiria a boa inserção urbana dos empreendimentos construídos, nem a sua qualidade arquitetônica, bem como não apresentaria propostas para os possíveis impactos urbanos da produção habitacional (FERREIRA, 2012).

Desde então, diversos estudos foram realizados com o objetivo de avaliar a política pública. Alguns estudos se concentraram na inserção urbana dos novos empreendimentos, na sua integração com a cidade, na qualidade arquitetônica e projetiva dos imóveis e sua adequação às famílias residentes (FERREIRA, 2012; ROLNIK et al., 2015; RUFINO, 2015; ANDRADE, 2015). Entre os resultados obtidos, foi apontada a existência de situações de inadequação da configuração da moradia às famílias beneficiárias (ROLNIK et al., 2015; ANDRADE, 2015).

O objetivo dessa dissertação é identificar e analisar as características das famílias que cumprem os critérios para acesso ao PMCMV, isto é, seu público-alvo, e discutir a adequação das soluções ofertadas pelo programa tomando como base os perfis das famílias identificadas. O principal desafio, portanto, é averiguar se o acesso à moradia a partir da

construção e do financiamento de habitações, e a configuração dos novos imóveis, são compatíveis com o público-alvo do programa habitacional, as famílias reais, observando seu tamanho, composição e configuração.

Assim, a pergunta que norteou a pesquisa foi: qual o perfil dos arranjos familiares do PMCMV e qual a adequação das soluções habitacionais propostas pelo programa a essas famílias? A hipótese inicial é que, considerando o desenho do programa e contribuições da literatura, os produtos habitacionais ofertados pelo MCMV não observam as características do seu público-alvo, formados por tipos de arranjos familiares distintos ao modelo nuclear. Pesa-se ainda o fato de que alterações na extensão dos arranjos familiares via processos de ampliação e contração se configuram, por vezes, como estratégias que famílias de baixa renda lançam mão dado os constrangimentos de diversas ordens (demográficos, sociais, culturais e econômicos), sendo fundamental a participação dos parentes na composição familiar (GOLDANI, 1993b; ARRIAGADA ACUÑA, 1997; BILAC, 2006).

Considerando a proposta de pesquisa, optou-se por uma metodologia quantitativa. Utilizou-se como fonte de dados os microdados do Censo Demográfico 2010 do IBGE e para análise dos resultados selecionou-se o modelo *Grade of Membership* (GoM) – método estatístico multivariado de agrupamentos baseado em lógica difusa (WOODBURY; CLIVE, 1974). Este método possibilita o delineamento de perfis de referência subjacentes ao conjunto de dados selecionados e a partir da leitura de um grande leque de variáveis. Além disso, permite o pertencimento difuso dos indivíduos a mais de um perfil identificado, definindo graus de pertencimento de cada indivíduo e preservando a heterogeneidade da população estudada.

O recorte da pesquisa esteve centrado no município de São Paulo. Tal decisão se fundamentou na operacionalização dos programas habitacionais pelos municípios, compreendendo a execução de atividades como a identificação da demanda, a aplicação dos critérios de seleção de famílias e o trabalho social em habitações de interesse social. Além disso, pesou nessa escolha a longa trajetória de políticas habitacionais implementadas em São Paulo e a própria história demográfica da cidade, que a torna um caso emblemático, dado seu processo pioneiro de urbanização, marcado pela forte migração e pelo acentuado declínio relativamente precoce da fecundidade se comparado ao restante do país.

Essa dissertação se estrutura na presente introdução, em quatro capítulos e nas considerações finais. No **Capítulo 1** é apresentado o primeiro conceito fundamental do trabalho: a família. Abordam-se reflexões sobre as transformações nas famílias no Brasil e em São Paulo, investigam-se e discutem-se os dados que ilustram esse processo e são definidos

os conceitos de família, domicílio, ciclo de vida familiar e curso de vida. O **Capítulo 2** apresenta algumas reflexões em torno do segundo conceito fundamental desta dissertação: a habitação. Para isso, recupera o surgimento da questão da moradia na capital paulista, apresenta-se um breve histórico sobre os principais programas de habitação de interesse social no Brasil e em São Paulo, e são expostos o desenho e as estratégias de atuação do PMCMV. O **Capítulo 3** resume a metodologia da pesquisa, apresentando a fonte de dados escolhida, as variáveis selecionadas, os recortes adotados e o método para análise dos resultados. O **Capítulo 4** apresenta os perfis multidimensionais de famílias definidos e discute a adequação das soluções propostas pelo programa habitacional às características do seu público-alvo. Por fim, nas **Considerações Finais** são resumidas as discussões realizadas ao longo do trabalho e contrapostos os principais resultados encontrados aos objetivos e hipóteses elaborados inicialmente.

Espera-se com essa dissertação contribuir para evidenciar a cada vez mais necessária elaboração de políticas públicas baseadas em evidências e no diálogo amplo com o público beneficiário e a sociedade civil. Em um cenário de redução do papel do estado nas políticas sociais e da crescente tomada de decisões com baixa ou nenhuma informação criteriosa, faz-se necessária recuperar e reafirmar a importância do diagnóstico na identificação do público-alvo e no desenho de políticas públicas.

CAPÍTULO 1 – AS TRANSFORMAÇÕES NAS FAMÍLIAS EM SÃO PAULO

O presente capítulo tem como objetivo introduzir um dos principais conceitos desta dissertação: a família. Nele são abordadas reflexões sobre o processo em curso de transformações nas famílias contemporâneas, que se intensificou a partir da segunda metade do século XX e vem marcando as discussões em torno do tema em diversas áreas de estudo. Avalia-se também alguns dados que mostram as mudanças na distribuição de domicílios por tipo de arranjo familiar nos últimos quarenta anos no Brasil e em São Paulo, ilustrando em números algumas das transformações em andamento. Também se discute conceitualmente uma definição de família e domicílio, e os aportes metodológicos oferecidos pelas abordagens de ciclo de vida familiar e curso de vida. E, por fim, apresenta-se uma pequena reflexão acerca dos estudos sobre déficit habitacional.

1.1 As Transformações nas Famílias

Um marco importante nos estudos sobre as famílias nas ciências sociais são as transformações na organização e dinâmica familiares. Modificações de comportamentos, valores e nos constrangimentos sociais estiveram associadas às transformações em curso, contribuindo para uma heterogeneidade de tamanhos, composições e tipos familiares (THERBORN, 2006; PINNELLI, 2004).

Para os estudos de população, as alterações na dinâmica demográfica contribuem para explicar e retratar algumas das mudanças em curso. As transformações nas famílias estão assim também associadas ao aumento da longevidade e envelhecimento da população, à redução da fecundidade, a alterações no padrão reprodutivo, à formação do par conjugal e à dissolução de uniões. A contribuição da demografia na explicação desses fenômenos parte da matriz teórica da transição demográfica.

A Transição Demográfica compreende um processo pelo qual a população passa por um período caracterizado pela alta mortalidade e a alta fecundidade, e, portanto, pelo baixo crescimento populacional (pré-transicional), para outro período de baixas taxas de mortalidade e fecundidade, também com um reduzido crescimento populacional (pós-transicional). No período transicional, durante a transição, a redução da mortalidade ocorre antes da fecundidade, o que resulta em um forte incremento da população. Posteriormente, o declínio da fecundidade reduz o crescimento populacional, o que marca o fim da transição propriamente dita.

Esse processo vem sendo observado ao redor do mundo e em diferentes momentos históricos, ritmos e intensidades. Nessa perspectiva, como propôs Notestein (1945), a redução da mortalidade seria o resultado do aprimoramento na produção de alimentos, do melhor controle de doenças e de avanços médicos e farmacêuticos, enquanto as mudanças sociais e econômicas associadas ao advento da sociedade urbano industrial estariam relacionadas ao declínio da fecundidade. Nas sociedades urbano industriais, a racionalização da vida aparece como contraponto a constrangimentos originados de doutrinas religiosas, códigos morais, costumes e tradições familiares, fator que teria contribuído para o controle reprodutivo (NOTESTEIN, 1945).

Um contraponto é apresentado por Caldwell (1976), que argumenta que a racionalização da vida compreende a escolha econômica racional dos indivíduos sobre a reprodução, escolha que está presente em todas as sociedades e em diferentes momentos históricos, e, portanto, não exclusiva das sociedades modernas industriais. Assim, a Transição Demográfica consistiria, na visão do autor, na passagem de um momento em que limitar o número de filhos e prever o intervalo entre os nascimentos não representavam ganhos econômicos, para outro momento onde essas escolhas trazem rebatimentos nas condições socioeconômicas dos indivíduos e das famílias.

Essa modificação possui sua base explicativa nas mudanças sociais que marcaram as sociedades no século XIX e XX. A passagem de sociedades agrárias para sociedades urbano industriais alterou a organização das famílias. Caldwell (1976) argumenta que antes uma família numerosa e com um maior número de filhos era valorizada, pois representava uma maior força de trabalho disponível para as atividades no campo, na produção de alimentos e insumos. Nas sociedades urbano industriais, cada filho a mais representaria uma ampliação dos custos com a formação e criação no meio urbano, pressionando as condições de vida das famílias. Haveria assim, como denominado pelo autor, uma inversão do fluxo intergeracional de riquezas, quando os filhos deixam de gerar riqueza para os pais com a produção no campo e passam a representar mais custos no orçamento familiar (CALDWELL, 1976).

Como argumenta Ariès (1980), as famílias pequenas, orientadas a um núcleo reprodutivo e planejadas possibilitariam garantir uma maior disponibilidade de recursos e, portanto, melhores condições de vida na formação dos filhos. Esse período foi denominado pelo autor como “*child-oriented*”.

As a result, the family turned less than in the past toward the outside world, toward protecting its property, administering the family business, or defending individuals and their honor. It turned inward upon itself and organized itself in terms of the children and their future. The parents' chief psychological and material investment consisted of helping the children to get ahead. This society could be categorized as "child-oriented." [...] This sort of planning implied the desire to ensure that the children's economic and social status would be superior to that of their parents. Thus, birth control was linked with social mobility. The smaller family model is the one selected by families on their way up¹ (ARIÈS, 1980; p. 646-647).

A família reduziu seu tamanho com um menor número de filhos e passou a se concentrar no núcleo reprodutivo. O modelo de família nuclear, composta por casal e filhos, surge nesse momento da história como um produto das sociedades urbano-industriais e, apesar de circunscrita ao contexto em que estava inserida, tornou-se um tipo ideal de família, sobre o qual papéis e funções das famílias e de seus membros foram definidos e tomados como referência. As funções destinadas às famílias diziam respeito a formação da prole, a manutenção da vida afetiva do casal e a socialização primária da criança. A assimetria dos papéis de gênero na família nuclear também respondia a essa demanda, em que o papel de provedor de rendimentos era destinado ao homem, enquanto a dimensão afetiva e do 'cuidado' era responsabilidade da mulher (CICHELLI-PUGEAULT; CICHELLI, 1999; PINNELLI, 2004).

Os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 revelaram mudanças em curso nos valores predominantes e a ascensão de um ideário individualista das sociedades ocidentais. Tensões entre os temas sexo e reprodução, família e trabalho, comportamento e relações interpessoais e expectativas sociais e desenvolvimento pessoal pautaram algumas das discussões dos movimentos feministas, de contracultura, entre outros. Essas mudanças sociais provocaram uma maior difusão dos métodos contraceptivos, a postergação da reprodução, o declínio ainda mais acentuado da fecundidade, e modificações na nupcialidade, com a ampliação dos divórcios, da união consensual e da coabitação (PINNELLI, 2004). Transformações que contribuíram para que os filhos deixassem de ser o centro da atenção das famílias e perdessem espaço para às questões calcadas no indivíduo (ARIÈS, 1980).

¹ Como resultado, a família voltou-se menos do que no passado para o mundo exterior, para proteger sua propriedade, administrar os negócios da família ou defender indivíduos e sua honra. Voltou-se para dentro e se organizou em termos das crianças e seu futuro. O principal investimento psicológico e material dos parentes era ajudar as crianças a progredirem. Essa sociedade pode ser categorizada como "orientada para crianças". [...] Esse tipo de planejamento implicava o desejo de garantir que o status econômico e social das crianças fosse superior ao de seus pais. Assim, o controle da natalidade estava ligado à mobilidade social. O modelo de família menor é o escolhido pelas famílias em seu caminho (ARIÈS, 1980; p. 646-647; tradução do autor).

Esse conjunto de fenômenos levou os autores Ron Lesthaeghe (1995) e Dirk van de Kaa (2004) a sugerirem uma segunda transição demográfica. Esse novo momento se distinguiria da transição demográfica clássica pelos impactos produzidos na fecundidade e nupcialidade a partir do aprofundamento dos fenômenos sociais observados desde a década 1960. A proposta de uma segunda transição demográfica implica que esses fenômenos fossem observados em diversos países, com consequências diretas na formação e composição das famílias.

No entanto, essa proposição foi recebida com reservas por autores latino-americanos. Algumas das mudanças de comportamento apontadas e que caracterizariam a segunda transição demográfica já eram práticas adotadas no continente latino americano, associadas a costumes locais e às desiguais condições sociais e econômicas da região. As uniões consensuais, a coabitação e a reprodução fora do casamento seriam fenômenos observados a mais tempo no continente, decorrentes das dificuldades socioeconômicas locais que prejudicariam a formalização do matrimônio e não necessariamente relacionadas a novas formas de união ou de relacionamentos interpessoais. A monoparentalidade feminina estaria associada também à desigual relação de gênero nas famílias e não apenas a modificações no estilo de vida ou à emancipação da mulher. A desigualdade social e a instabilidade dos ciclos econômicos influenciariam os cenários de mudanças, apontando para a permanência de relações assimétricas de gênero, pobreza e violência nas famílias latino-americanas (GARCÍA; ROJAS, 2001; ARRIAGADA ACUÑA, 2016). A segunda transição demográfica não traria também explicações suficientes para fatores ligados a constrangimentos de diversas ordens (econômicos, sociais e culturais) que dificultariam e adaptariam a difusão dos valores ocidentais em diversos países (OLIVEIRA, 2015).

Em que se pese as diferentes perspectivas, as transformações nas famílias são o ponto de chegada de diversos autores. Göran Therborn (2006), no seu estudo monumental sobre a instituição família no século XX ao redor do mundo, argumenta que as famílias mudaram, mas em um cenário dinâmico e multidimensional, marcado por idas e vindas em diversas dimensões (cultural, política e econômica), mais do que convergente e linear de único sentido. Para o autor, os principais fatores dessa mudança se concentram no declínio do patriarcado – a diminuição do poder masculino sobre a família –, nas mudanças comportamentais sobre o sexo e o casamento e nas alterações no padrão reprodutivo. Essas mudanças contribuíram para uma heterogeneidade de configurações familiares, com sentidos, composições e tamanhos diferentes daqueles representados pelo tradicional tipo nuclear (THERBORN, 2006).

Nesse debate surgiram ainda argumentos que alertam para o “declínio da família” ou a “crise da família”. A crise da família, na visão dos autores dessa corrente, consistiria no enfraquecimento da formação de núcleos reprodutivos, e de suas atribuições como na criação de filhos, na provisão de afeto e a formação de novos adultos. As principais causas desse fenômeno estariam na diminuição do número de casamentos, da participação da mulher no mercado de trabalho e na radicalização de valores individualistas da sociedade moderna. Nessa perspectiva, uma preocupação excessiva com a expressão pessoal, o sucesso profissional e os ganhos materiais fariam com que os filhos passassem a serem vistos como obstáculos (POPENOE, 1992).

As críticas a essa visão argumentam que as transformações em curso não refletem o declínio da família, mas na verdade um dos seus modelos. A família nuclear, principal representação ocidental de família, estaria reduzindo sua predominância pela ascensão de modelos anteriormente mais raros, como o monoparental, casal sem filhos, famílias reconstituídas com o filho morando com um só dos pais, indivíduos só etc. (THERBORN, 2006; BENGTON, 2001; ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010; MARCONDES, 2008).

A mudança da família tem sido irregular tanto no tempo quanto no espaço. Sua dinâmica tem sido multidimensional, tanto cultural e política quanto econômica. Sua topografia apresenta a aspereza das conjunturas, mais do que o declive suave das curvas de crescimento [...]. Nossos dados mostraram que os padrões mundiais da família e das relações sexuais permanecem variados. Todos os principais sistemas familiares do mundo mudaram no século passado, mas eles estão ainda aí. Depois de tudo, porém, pode-se dizer que a despeito da persistência de diferenças importantes, os padrões de família tornaram-se mais similares? Com relação às variáveis investigadas aqui, a resposta é: não (THERBORN, 2006, p. 444-445).

A palavra que marca as transformações nas famílias é a heterogeneidade, seja de arranjos e composições familiares, seja nos papéis e funções assumidas pelos seus membros. Nessa seção foram apresentadas brevemente algumas reflexões sobre as transformações nas famílias, com contribuições da área de estudos de população. O interesse imediato que surge é saber como essas mudanças se deram no Brasil, quais foram os rebatimentos dessas transformações nas famílias brasileiras, e como se encontra a distribuição de tipos de arranjos familiares atualmente.

1.2 As Transformações nas Famílias no Brasil e em São Paulo

As discussões em torno das transformações nas famílias no Brasil se enveredaram sobre as semelhanças e diferenças entre as transformações observadas aqui daquelas ocorridas nos países desenvolvidos. Além disso, analisaram também como a desigualdade social produziu condicionantes nessas transformações.

As rápidas e intensas mudanças na dinâmica demográfica brasileira contribuíram com as transformações nas famílias. A transição demográfica no Brasil ocorreu após os marcos registrados na Europa, embora com uma velocidade maior. A redução da mortalidade apresentou os primeiros indícios no início do século XX, mais precisamente na década de 1930 (ARRIAGA; DAVIS, 1969; PRESTON, 1975; PALLONI, 1990; WOOD; CARVALHO, 1994). Já o declínio da fecundidade teve como marco a década de 1960 (MERRICK; BERQUÓ, 1983; FARIA, 1989), embora com diferenciais por cada região do país (POTTER et al., 2013).

A expectativa de vida ao nascer, medida sintética da redução da mortalidade, passou de 45,9 anos, em 1950, para 73,9, em 2010, uma ampliação de quase 30 anos no tempo de vida médio do brasileiro, associada a maior sobrevivência da população. Décadas após a redução da mortalidade, o declínio da fecundidade se inicia e é o principal responsável pela desaceleração no crescimento e envelhecimento da população brasileira. A taxa de fecundidade total (TFT), medida resumo que mostra o número médio de filhos nascidos vivos por mulher², passou de 6,1 filhos por mulher, em 1960, para 1,76, em 2010 (BERQUÓ, 2001; IBGE, 2000; 2010; BRITO et al., 2008; CASTANHEIRA, KOHLER, 2015).

Com a redução da mortalidade e da fecundidade, o aumento da longevidade e o envelhecimento da população contribuíram, entre outros aspectos, para o aumento de famílias formadas por idosos, e, por conseguinte, dos domicílios com mais de uma geração residente. Também levou a um adiamento de transições do curso de vida, como a postergação da saída dos filhos da casa dos pais. A passagem para um regime de baixa fecundidade não apenas reduziu o número de filhos, mas diminuiu também a presença de parentes horizontais, como tios, irmãos e primos. Mudanças na nupcialidade modificaram os padrões de formação do par

² A TFT corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo, que se convencionou entre 15 e 49 anos. O cálculo é feito a partir do somatório dos quocientes entre o número de nascidos vivos de mães de uma determinada idade ou grupo etário e o número de mulheres na mesma idade ou grupo etário. Quando feito o cálculo por grupo etário, multiplica-se o resultado pelo o número de anos de amplitude do grupo. As informações para o cálculo da TFT podem ser obtidas a partir de informações do registro civil por meio de cálculos diretos ou através dos censos demográficos, utilizando cálculos indiretos para correção.

conjugal e a residência de casais, diversificando os arranjos familiares (BERQUÓ, 1998; VIEIRA, 2008; CAMARANO et al., 2004; MEDEIROS; OSÓRIO, 2000).

Alterações na legislação nacional também expressaram as transformações ocorridas na família brasileira, ao mesmo tempo em que as legitimaram. A Constituição Brasileira de 1988 passou a considerar como família a união estável, deixando de exigir o matrimônio como aspecto fundamental de sua formação. Também considerou como família a união entre um homem e uma mulher ou qualquer um dos pais individualmente e seus descendentes (crianças, jovens e velhos), ampliando o conceito de família para além do formato nuclear tradicional. Além disso, também reconheceu o poder assimétrico entre os membros da família, afirmando que os direitos e deveres conjugais devem ser exercidos igualmente por homens e mulheres (GOLDANI, 1993a; 1993b; MARCONDES, 2011).

Outros documentos normativos também refletiram as transformações em curso. A Lei do Divórcio desde 1978 autoriza a separação legal de casais e o novo Código Civil de 2003 deixou também de reconhecer o casamento legal como única forma de formação da família, e assumiu que qualquer casal (homem e mulher) pode ser reconhecido como tal. Ademais, o Código Civil reconheceu também os direitos de filiação e a prova de paternidade, contribuindo com uma maior igualdade de direitos entre os membros da família (GOLDANI, 1993a; 1993b; MARCONDES, 2011).

Para ilustrar algumas das mudanças em curso nas famílias em uma escala abrangente como o Brasil, ou de qualquer unidade da federação ou município, é necessário se valer de pesquisas domiciliares. A família que as pesquisas domiciliares conseguem identificar e descrever é a *família domiciliar*, que consiste no conjunto de pessoas que vivem juntas em um domicílio e ligadas por alguma relação de parentesco. No domicílio há um núcleo com uma pessoa de referência, denominada comumente como chefe, e com a qual são identificados os vínculos de parentesco com os demais moradores (WAJNMAN, 2012).

Obviamente a *família* não se limita ao domicílio, compreendendo uma dinâmica de relações mais ampla e marcada por uma identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre si direitos e obrigações (FONSECA, 2005). Essa dinâmica mais ampla se constituiu em redes de apoio mútuo, troca de recursos e diferentes graus de convivência, formando um grupo familiar que não necessariamente partilha da mesma habitação, como será mais bem discutido na seção seguinte. Por ora, a compreensão da família domiciliar nos ajuda a analisar as mudanças nos arranjos familiares, e é a principal forma de obtenção de informações sobre famílias em larga escala que se tem disponível

(WAJNMAN, 2012). Além do que a família domiciliar é aquela que os programas habitacionais debruçam seu olhar, destinando soluções enquanto política pública.

Os *arranjos familiares* são formados por grupos de pessoas de acordo com as relações de parentesco e normas de convivência em um domicílio ou ainda por uma pessoa que vive só (MEDEIROS; OSÓRIO, 2000). Para operacionalizar a pesquisa domiciliar, em geral, é identificada uma pessoa de referência (chefe)³. Os demais moradores do domicílio são identificados de acordo com a relação existente com essa pessoa. No núcleo reprodutivo, por exemplo, podem haver cônjuge e filhos, e os demais moradores do domicílio podem ter vínculos de parentesco (pai, mãe, avô, avô, netos, irmão, irmã etc.), ou não possuir nenhum vínculo de parentesco, de forma que se defina assim posições para cada integrante do domicílio (IBGE, 2013).

A pesquisa domiciliar escolhida para análise foi o censo demográfico do IBGE, por permitir a desagregação da informação na escala municipal, abrangendo o recorte espacial da dissertação. Os censos demográficos permitem também acompanhar a evolução da frequência dos tipos de arranjos familiares por um período mais extenso, aqui recortado entre 1970 e 2010. Esse recorte permite verificar algumas das transformações que ocorreram nas famílias a partir da segunda metade do século XX, como discutido na seção anterior e abrange as principais mudanças na dinâmica demográfica brasileira.

A classificação dos tipos de arranjos familiares enfrenta dificuldades de comparação devido às mudanças conceituais ocorridas nos censos ao longo do tempo (CAVENAGHI; ALVES, 2011). Por isso, optou-se pela classificação disponibilizada pelo projeto IPUMS Internacional, da Universidade do Minnesota, nos Estados Unidos, que disponibiliza bases com microdados de diversos países. As bases do IPUMS são previamente tratadas e adequadas conceitualmente, possibilitando comparações no tempo e entre países. A classificação dos arranjos familiares criada pelo IPUMS cobre relativamente bem os tipos de arranjos existentes, considerando as possibilidades de organização do núcleo reprodutivo e de parentes conviventes.

Nessa organização os domicílios são classificados em: (a) unipessoal, domicílio com um indivíduo que vive só; (b) casal sem filhos, consiste no núcleo familiar formado por apenas por um casal; (c) casal com filhos, núcleo formado por um casal e filhos; (d) monoparental, compreende os domicílios com um dos pais apenas e a presença de um ou mais

³ A denominação de chefe de família foi utilizada até o censo demográfico de 1991. No ano 2000 foi substituída por “pessoa responsável pelo domicílio e pela família” e em 2010 foi utilizado o termo “pessoa de referência”.

filhos; (e) estendido, domicílios que além do núcleo reprodutivo, há outros parentes, como pais, netos, sogro, irmão ou qualquer outro não especificado; (f) domicílio composto, quando além do núcleo familiar, que pode ter ou não outros parentes, há a presença de não parentes; e (g) domicílios não familiares e sem classificação, aqueles compostos por não parentes ou não classificados.

Contudo, as bases do IPUMS Internacional estão disponíveis apenas para a escala nacional e para as unidades da federação, não havendo informações para municípios. Nesse caso, para representar os arranjos familiares do município de São Paulo, foram utilizados os microdados da amostra dos censos demográficos de 1970 a 2010, no qual foram classificados os domicílios seguindo a mesma classificação proposta pelo IPUMS.

Entretanto, cabe uma nota quanto ao censo de 1970. O censo de 1970 possuiu como unidade de enumeração a família, identificando apenas os chefes de família e não ambos, o chefe de família e o chefe de domicílio⁴. Assim, para o censo de 1970, as posições no arranjo familiar se referem à relação do morador com o chefe de família. O que, no caso das famílias conviventes, impossibilitou verificar se há relações de parentesco entre a família principal e as demais famílias que dividem o mesmo domicílio. Este fato pode alterar a classificação do tipo de arranjo familiar e a distribuição da frequência por tipos de arranjos que se propõem apresentar. Nesse caso, optou-se por considerar apenas a família principal na classificação dos arranjos familiares dos domicílios, isto é, considerou-se o chefe da família principal como chefe do domicílio, permitindo, assim, a comparação dos resultados do município de São Paulo ao longo dos anos propostos e também com as proporções encontradas no Brasil e Estado de São Paulo⁵.

Finalmente, as TABELAS 1, 2 e 3 apresentam a evolução da população, dos domicílios brasileiros e paulistas e suas respectivas taxas de crescimento. A primeira observação que se nota é quanto ao ritmo de crescimento dos domicílios, superior ao crescimento da população entre 1970 a 2010, tanto no Brasil, como no Estado e município –

⁴ Os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 identificaram o chefe de família e o chefe do domicílio. No Censo Demográfico 2010 identificou-se apenas o chefe do domicílio.

⁵ Cabe ressaltar que as famílias conviventes tiveram que ser descartadas, pois não é possível identificar o domicílio de origem e a existência de vínculo de parentesco com a família principal nos microdados da amostra do censo de 1970. Essa escolha certamente impacta na frequência dos tipos de arranjo familiar, principalmente do tipo estendido e composto, e na presença de famílias conviventes formadas por núcleos reprodutivos jovens com vínculos de parentesco próximos com o chefe do domicílio, fenômeno bastante comum e já tratado pela literatura (OLIVEIRA; SABÓIA; SOARES, 2002). Contudo, optou-se por apresentar os dados, pois ainda revelam as tendências em curso, muito próximas àquelas observadas no Brasil e no Estado, além do que a frequência de famílias conviventes é baixa (6%) no município.

fenômeno já observado por diversos autores (GOLDANI, 1993a; BERQUÓ, 1998; WAJNMAN, 2012). O aumento dos domicílios em ritmo maior que a população revela uma diminuição da distribuição média de moradores por domicílio, ou seja, um menor tamanho dos domicílios e das composições familiares, aspecto associado às transformações da família em curso.

TABELA 1 – Evolução da população e dos domicílios, Brasil, 1970 a 2010

Anos	População	TGCA* - População	Domicílios	TGCA* - Domicílios	Domicílios Familiares		Domicílios Não Familiares ou Sem Classificação	
					Nº	%	Nº	%
1970	94.376.930		17.721.815		16.548.760	93,4%	1.173.055	6,6%
1980	118.909.380	2,34%	25.210.520	3,59%	24.960.060	99,0%	250.460	1,0%
1991	146.822.883	1,94%	34.927.544	3,01%	34.571.873	99,0%	355.671	1,0%
2000	169.850.485	1,63%	45.077.363	2,88%	44.649.708	99,1%	427.655	0,9%
2010	190.822.749	1,17%	57.440.705	2,45%	56.690.248	98,7%	750.457	1,3%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 2010). IPUMS Internacional.

*Taxa Geométrica de Crescimento Anual.

TABELA 2 – Evolução da população e dos domicílios, Estado de São Paulo, 1970 a 2010

Anos	População	TGCA* - População	Domicílios	TGCA* - Domicílios	Domicílios Familiares		Domicílios Não Familiares ou Sem Classificação	
					Nº	%	Nº	%
1970	17.922.895		3.665.645		3.386.490	92,4%	279.155	7,6%
1980	25.015.750	3,39%	5.799.785	4,70%	5.738.920	99,0%	608.865	1,0%
1991	31.585.324	2,14%	8.073.287	3,05%	7.985.297	98,9%	879.895	1,1%
2000	37.045.235	1,79%	10.412.825	2,87%	10.311.278	99,0%	1.015.462	1,0%
2010	41.253.052	1,08%	12.837.858	2,12%	12.659.866	98,6%	1.779.918	1,4%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 2010). IPUMS Internacional.

*Taxa Geométrica de Crescimento Anual.

TABELA 3 – Evolução da população e dos domicílios, Município de São Paulo, 1970 a 2010

Anos	População	TGCA* - População	Domicílios	TGCA* - Domicílios	Domicílios Familiares		Domicílios Não Familiares ou Sem Classificação	
					Nº	%	Nº	%
1970	5.924.615		1.287.426		1.258.148	97,7%	29.278	2,3%
1980	8.493.217	3,67%	3.000.840	8,83%	2.942.106	98,0%	58.734	2,0%
1991	9.610.659	1,13%	2.630.138	-1,19%	2.587.480	98,4%	42.658	1,6%
2000	10.426.384	0,91%	3.039.104	1,62%	2.969.902	97,7%	69.202	2,3%
2010	11.245.983	0,76%	3.608.581	1,73%	3.523.453	97,6%	85.128	2,4%

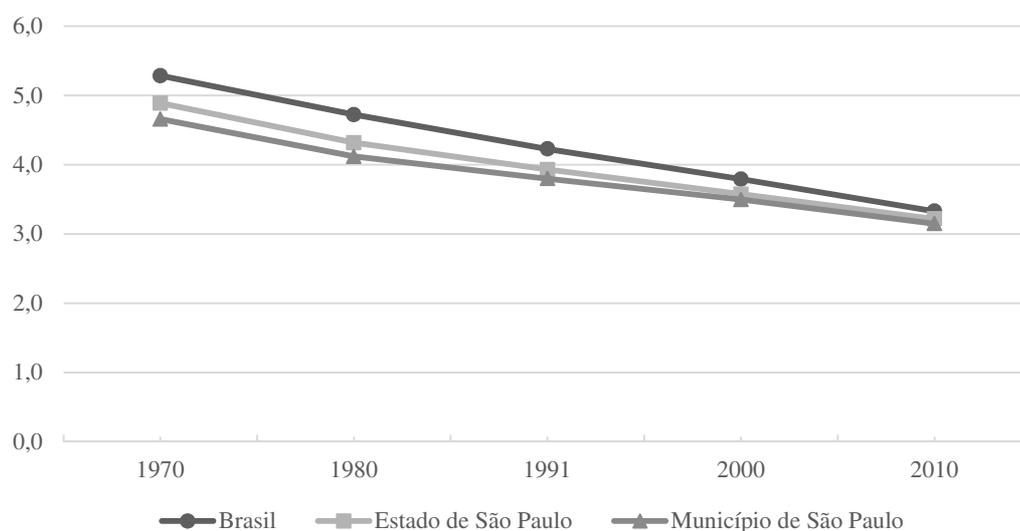
Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 2010). Microdados da Amostra.

*Taxa Geométrica de Crescimento Anual.

As tabelas também apresentam a distribuição dos domicílios familiares e não familiares, isto é, os domicílios que possuíam alguma relação de parentesco entre os membros com o chefe do domicílio e os domicílios onde não havia essa relação. Os resultados mostram que os domicílios permaneceram formados majoritariamente por famílias nos últimos quarenta anos, sendo que os domicílios não familiares apresentaram pouca oscilação. Na década de 1970, a maior proporção de domicílios não familiares se deve ao elevado número de domicílios sem classificação, decorrente da não identificação do chefe do domicílio no censo demográfico daquele ano. Todavia, de maneira geral, a maior representação de domicílios familiares revela que a organização residencial ainda prescinde de laços familiares para se estabelecer na maioria dos casos, contrariando argumentos do declínio da família.

A tendência de redução gradativa do tamanho do domicílio e conseqüentemente da família domiciliar se torna clara com a representação da densidade domiciliar nos últimos quarenta anos para o Brasil, Estado e município de São Paulo no GRÁFICO 1. A representação revela ainda que a capital paulista sempre possuiu uma densidade domiciliar inferior as médias nacional e estadual, passando de 4,7, em 1970, para 3,1 moradores, em 2010.

GRÁFICO 1 – Número médio de moradores por domicílio, Brasil, Estado e Município de São Paulo, 1970 a 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1970 a 2010).

As TABELAS 4, 5 e 6 apresentam a distribuição relativa dos domicílios por tipo de arranjo familiar de 1970 a 2010. A evolução da distribuição revela que não houve mudanças radicais, mas tendências de processos em andamento, como já apontado pela literatura (WAJNMAN, 2012). Ainda assim, a distribuição proporcional revela mudanças. Se antes haviam modelos predominantes de arranjo familiar, hoje caminha-se para a heterogeneidade.

A proporção de domicílios com arranjo do tipo casal com filhos reduziu desde 1991 e não representa mais o arranjo majoritário no país. De 1970 a 1991, a família nuclear apresentou uma proporção constante, em torno de 51%, reduzindo para 47,6%, em 2000, e 40,3%, em 2010 (TABELA 4). Proporção superior ao registrado no Estado e município de São Paulo (TABELA 5 e TABELA 6). No município de São Paulo a redução foi ainda mais acentuada, passando de 50,0%, na década de 1970, para 37,1%, em 2010.

TABELA 4 – Distribuição relativa dos domicílios por tipo de arranjo domiciliar, Brasil, 1970 a 2010

Classificação dos Domicílios	1970	1980	1991	2000	2010
Unipessoal	5,1%	6,1%	6,7%	8,9%	12,0%
Casal sem Filhos	7,9%	9,3%	9,5%	10,6%	13,8%
Casal com Filhos	51,0%	52,5%	51,0%	47,6%	40,3%
Monoparentais	6,3%	6,8%	8,1%	10,0%	10,3%
Família Estendida	13,9%	18,6%	19,7%	20,0%	20,7%
Domicílio Composto	9,2%	5,7%	4,0%	2,0%	1,5%
Não Familiares	0,9%	0,8%	0,8%	0,5%	0,8%
Sem Classificação	5,7%	0,2%	0,3%	0,4%	0,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 2010). IPUMS Internacional.

TABELA 5 – Distribuição relativa dos domicílios por tipo de arranjo domiciliar, Estado de São Paulo, 1970 a 2010

Classificação dos Domicílios	1970	1980	1991	2000	2010
Unipessoal	4,5%	5,8%	6,6%	9,1%	12,2%
Casal sem Filhos	9,3%	10,9%	10,9%	11,8%	14,7%
Casal com Filhos	53,1%	53,5%	52,3%	48,5%	40,7%
Monoparentais	5,3%	6,2%	7,6%	10,1%	10,4%
Família Estendida	13,3%	18,3%	18,8%	18,2%	19,6%
Domicílio Composto	6,9%	4,3%	2,7%	1,3%	1,2%
Não Familiares	1,0%	0,9%	0,8%	0,6%	0,8%
Sem Classificação	6,7%	0,2%	0,3%	0,4%	0,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 2010). IPUMS Internacional.

TABELA 6 – Distribuição relativa dos domicílios por tipo de arranjo domiciliar, Município de São Paulo, 1970 a 2010

Classificação dos Domicílios	1970	1980	1991	2000	2010
Unipessoal	5,0%	8,5%	10,7%	10,2%	13,8%
Casal sem Filhos	10,6%	9,6%	10,9%	11,5%	13,7%
Casal com Filhos	50,0%	47,1%	45,8%	43,9%	37,1%
Monoparentais	6,1%	6,2%	8,3%	11,2%	11,3%
Família Estendida	15,5%	20,0%	18,9%	19,1%	20,4%
Domicílio Composto	10,5%	6,7%	3,8%	1,9%	1,4%
Não Familiares	1,6%	1,4%	1,2%	2,1%	2,1%
Sem Classificação	0,7%	0,6%	0,4%	0,2%	0,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 2010). Microdados da Amostra.

Os domicílios unipessoais apresentaram crescimento em todas as escalas territoriais, partindo de 5% dos domicílios, em 1970, para 12%, em 2010, sendo que o município de São Paulo registrou sua maior frequência com 13,8%. Bennett e Dixon (2006) observaram algumas tendências a partir da expansão desse tipo de arranjo familiar. Os autores apontam um predomínio de idosos, principalmente mulheres, que vivem sozinhas. Esse fato estaria relacionado ao estágio do ciclo de vida familiar em que se encontram – após a saída dos filhos da casa dos pais, a tendência seria de um maior número de idosos não terem com quem dividir um domicílio. A predominância feminina estaria associada a maior esperança de vida entre as mulheres, que com o falecimento do cônjuge tem maior probabilidade viverem sozinhas. Os autores também apontaram que o crescimento desse tipo de arranjo, contudo, se

concentraria nas faixas etárias entre 25 e 44 anos, com maior expansão registrada entre homens jovens.

O arranjo casal sem filhos também apresentou crescimento no período, avançado de 7,9%, em 1970, para 13,8%, em 2010, no Brasil, proporção próxima àquela apresentada no Estado (14,7%) e município de São Paulo (13,7%). A literatura aponta que o aumento da participação proporcional desse tipo de arranjo familiar também está associado ao envelhecimento da população, com a expansão de casais de idosos que vivem sozinhos após a saída dos filhos da casa dos pais. Argumenta-se também quanto ao surgimento de casais de dupla renda (ingresso) e nenhuma criança (DINC). Esses casais teriam deliberado por não terem filhos ou por não poderem – por problemas de fertilidade, falta de oportunidade ou ainda pelo crescimento de casais homossexuais (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010).

O arranjo monoparental, formado por apenas um dos pais e filhos, também apresentou expansão no Brasil, passando de 6,3%, em 1970, para 10,3% no ano de 2010. Movimento semelhante ao observado para o mesmo período no Estado de São Paulo, que registrou aumento de 5,3% para 10,4%, e na capital paulista, de 6,1% para 11,3%. Como aponta a literatura, a chefia domiciliar feminina é predominante nesse tipo de arranjo, sendo inclusive bastante rara a monoparentalidade masculina. Por um lado, o incremento desse arranjo familiar é apontado como um indicativo do crescimento da presença feminina nas decisões da família e do domicílio, com a expansão de responsabilidades, atribuições e de sua autonomia. Por outro, também pode revelar o abandono do domicílio pelo cônjuge, com implicações sobre as condições sociais e econômicas do domicílio e da sobrevivência da família (OLIVEIRA; SABÓIA; SOARES, 2002; CAVENAGHI; ALVES, 2018).

A família estendida, aquela que além do núcleo reprodutivo possui outros parentes residentes no domicílio, também apresentou certa regularidade entre 1970 e 2010 no Brasil (13,9% a 20,9%) e Estado de São Paulo (13,3% a 19,6%). Essa tendência diverge do movimento de difusão de valores de autonomia galgada no indivíduo, já que revela a expansão de um tipo de arranjo que considera a convivência de múltiplos parentes. A literatura aponta que esse aumento estaria associado a expansão dos arranjos multigeracionais, onde há mais de uma geração residindo no mesmo domicílio. A presença de avós e netos em co-residência é o principal exemplo desse fenômeno. A maior sobrevivência dos avós, e as condições de renda dos idosos, subsidiados pela seguridade social, em comparação às dificuldades de inserção dos mais jovens no mercado de trabalho, favoreceria o surgimento de estratégias de moradia para divisão de tarefas e dos custos dos domicílios, além do auxílio na criação de netos. O aumento das famílias estendidas poderia, assim, estar associada a

formação de arranjos familiares cuja composição estivesse ligada ao apoio ao núcleo reprodutivo mais novo (filhos e netos) (CAMARANO et al., 2004; WAJNMAN, 2012; MARCONDES, 2016).

Esse fenômeno vem sendo abordado pela literatura, que mostra ser comum a convivência de famílias onde a família secundária é formada por um arranjo monoparental feminino, com vínculo de parentesco com a família principal (OLIVEIRA; SABÓIA; SOARES, 2002; OLIVEIRA; VIEIRA; BARROS, 2011).

Las familias secundarias están generalmente vinculadas al responsable por el domicilio por algún grado de parentesco próximo. Em un 83,7% de los casos se trata de la familia de un hijo del responsable por el domicilio, más precisamente una hija, puesto que la relación es de 2,6 familias de hijas para cada familia de hijo cohabitando en el domicilio donde los padres son responsables⁶ (OLIVEIRA; VIEIRA; BARROS, 2011, p. 246).

No município de São Paulo, a família estendida apresentou comportamento relativamente constante ao longo das décadas, com elevação entre 1970 e 1980, de 15,8% para 20,0%, o que pode estar associado a não identificação do chefe do domicílio no Censo de 1970, e nos demais censos variando muito pouco em torno de 20%. Esse fato chama atenção e sugere alguma associação com o processo migratório que constituiu a formação histórica da capital. Na vinda de migrantes para o meio urbano, as estratégias utilizadas eram abrigar os parentes recém-chegados até conseguir emprego e se adaptar a cidade, favorecendo a formação de domicílios habitados por diversos tipos de parentes (DURHAM, 1984 *apud* MACIEL, 2011; MONTALI, 1990; MONTALI; LIMA, 2014).

Da breve leitura das mudanças nos arranjos familiares nos últimos quarenta anos, o que se sugere é que o processo em curso no Brasil, Estado e Município de São Paulo caminha para uma heterogeneidade dos tipos de arranjos familiares, resultado, entre outros fatores, de mudanças expressivas na dinâmica demográfica a partir da segunda metade do século XX.

Ainda que as mudanças na dinâmica demográfica relacionadas à transição demográfica possam ser observadas em vários países, cabem algumas notas sobre o contexto brasileiro. Como argumenta Goldani (1993a; 1993b), a análise da família brasileira teria que

⁶ As famílias secundárias são geralmente ligadas à pessoa responsável pelo domicílio por algum grau de relacionamento próximo. Em 83,7% dos casos, é a família de um filho da pessoa responsável pelo domicílio, mais precisamente uma filha, já que a razão é de 2,6 famílias de filhas para cada família de crianças que coabitam no domicílio onde os pais são responsáveis (OLIVEIRA; VIEIRA; BARROS, 2011, p. 246; tradução do autor).

se resguardar de possíveis importações de interpretações internacionais, já que a leitura dos fenômenos sociodemográficos vigentes possuem análises distintas a depender do segmento da população que se referem, dada a influência de condicionantes culturais e socioeconômicos.

Ainda que as transformações em curso sugerem, na maior parte das vezes, uma tendência de comportamento mais individualizante, a família permaneceria como a primeira instituição que se recorre em situações de crises, principalmente diante da ausência de uma proteção social do Estado. A rede de apoio familiar contribuiria com as estratégias recorrentes de sistemática ampliação, condicionadas pelas condições de vida instáveis da população, distintas, portanto, das condicionantes dos países industrializados (GOLDANI, 1993a; BILAC, 2006).

Nesta perspectiva as famílias de baixa renda se formam, expandem e contraem dentro de um quadro de precariedade de condições de vida que limitaria sua estrutura de oportunidades. Assim, tanto o fenômeno de ampliação dos núcleos familiares, via integração de parentes ou não parentes, bem como o incremento das famílias conviventes via associação entre núcleos reprodutivos dos filhos, responderiam também a aspectos das condições de vida desse segmento da população (GOLDANI, 1993a, p. 73-74).

Do ponto de vista da política habitacional, o perfil do público beneficiário tem como critério de seleção principal a renda e as características dos domicílios, marcados em grande parte pela inadequação habitacional. O perfil dessas famílias, sujeitas também, portanto, a estratégias de ampliação e contração a depender do contexto socioeconômico que experimentam, parece ser pouco considerado no desenho de soluções habitacionais ofertadas pelas políticas públicas. Há poucas alternativas de atendimento habitacional, além da provisão de novas moradias via mercado com subsídios públicos. Neste caso, a configuração das novas unidades habitacionais parece se valer de um modelo único de família, apresentando pequena variação no tamanho do imóvel e adotando um padrão construtivo que impede a adaptação da moradia à família beneficiada e a possíveis mudanças de acordo com o ciclo de vida familiar.

Na seção a seguir serão discutidos os conceitos de família, domicílio e as abordagens metodológicas, ciclo de vida familiar e curso de vida.

1.3 Família, Domicílio, Ciclo de Vida Familiar e Curso de Vida

A família é objeto de estudo de diversas disciplinas científicas. A demografia divide com a antropologia, a sociologia, a história, a economia e outras áreas do conhecimento, os desafios e a complexidade de conceituar, operacionalizar, analisar e compreender esse fenômeno clássico para as ciências sociais.

No entanto, estudar a família como categoria analítica revela dificuldades. Ao assumi-la como um elemento natural (ou transcultural) da sociedade, assume-se também a existência de uma forma mínima e comum a todo o lugar, o que leva a busca automática por elementos, na maior parte das vezes de origem ocidental, para identificar e analisar a família. Esse roteiro de pensamento, excessivamente funcionalista, desconsidera, contudo, a família como uma noção política e científica historicamente situada (FONSECA, 2007). Isso significa dizer que a família é um produto histórico-político do seu tempo e espaço, que quando alterados implicam na modificação da noção de família.

Ainda que pensar dessa forma pareça um exercício excessivamente “teorizante”, esse raciocínio implica no esclarecimento das limitações de conceituar a família e criar precauções para certos perigos: o de colocar a produção científica a serviço de leituras conservadoras de senso comum do que “*deve ser*” ou “*o que é e o que não é*” uma família (FONSECA, 2007).

Para a antropologia, a família pode ser entendida como uma dinâmica de relações marcadas por uma identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre si direitos e obrigações (FONSECA, 2005). Classicamente, essas relações podem ser de aliança (conjugalidade) ou filiação (consanguinidade, descendência), o que implica em pensar nas relações de parentesco para se entender a família. Entretanto, avanços importantes foram feitos a partir de críticas ao etnocentrismo contido nos antigos modelos de análise de parentesco da antropologia (SCHNEIDER, 1984 *apud* FONSECA, 2007). Uma das principais contribuições nesse sentido foi a adoção do termo “conectividade” ao lado de parentesco (CARSTEN, 2000), que permitiu, por meio dessa mudança conceitual, ampliar o entendimento das relações familiares para além das conexões que envolvam os laços de conjugalidade e consanguinidade⁷. Assim, possibilitou-se abranger para dentro do que se considera como parente, a filiação originada a partir da adoção, das tecnologias reprodutivas, da homoparentalidade, além da aliança constituída a partir da união de casais do mesmo sexo.

Na demografia, a definição de família acaba sofrendo com as limitações impostas pelas fontes de dados. O que contribui, de alguma maneira, para manter o foco da disciplina

⁷ A noção de conectividade de Carsten (2000) considera a identificação de símbolos que ajudem a entender quais “substâncias compartilhadas”, além do sangue, sêmen e leite materno, que originam o tipo de relação associada à esfera dos parentes. Há, nesse sentido, a busca pela “dessubstancialização” do parentesco, que incluiria outras formas de conectividade.

no indivíduo, embora seja no âmbito familiar que ocorram os fenômenos caros para a demografia: a fecundidade, a mortalidade, a nupcialidade e a migração.

A escolha da família como unidade de análise impõe desafios metodológicos importantes. Keyfitz (1987), ao abrir a coletânea de textos da *Internacional Union for the Scientific Study of Population (IUSSP)*, que buscava suprir a demanda por trabalhos sobre família na demografia, argumenta que a área já havia dado muitas contribuições ao seu estudo. No entanto, as contribuições realizadas sofrem de constrangimentos inerentes à natureza do tema, relacionados a vários aspectos, tais como: a diversidade de grupos familiares; a heterogeneidade de eventos nas famílias; a reversibilidade e repetição de eventos (como o casamento e divórcio que podem ocorrer diversas vezes e em diferentes idades); a dificuldade na mensuração de fenômenos não documentados, como uniões informais (consensuais) e divórcios não formalizados; entre outros. Essas características fragilizam os modelos matemáticos elaborados pela demografia e suscitam questionamentos quanto a sua aderência à realidade que buscam sintetizar.

Como salientado por Burch e Matthews (1987), todos os autores de alguma maneira concordam que a principal barreira para o progresso da demografia da família é a complexidade do tema associada às diferentes unidades de análise envolvidas: o indivíduo, o casal, o núcleo reprodutivo, o domicílio, o grupo doméstico, a rede de parentesco mais ampla etc. Existe consenso também quanto à dificuldade em prever e modelar a formação e modificações dessas unidades. Elas podem ser modificadas pelo nascimento e morte dos indivíduos, formação e dissolução de uniões, partida (e eventual retorno) dos filhos ao domicílio da família de origem etc.

Se a complexidade do objeto família é o ponto convergente de diversos autores, que reiteram os desafios a serem enfrentados, a distinção entre família e domicílio é fundamental para a demografia, pois a identificação da família na disciplina parte tradicionalmente das pesquisas domiciliares, que limitam sua definição às relações de parentesco existentes no domicílio.

Mesmo que, em um primeiro momento, a diferença entre ambas as categorias pareça óbvia, confusões acabam ocorrendo dada a aproximação bastante comum adotada pela prática das pesquisas.

O texto clássico *A Refinement of the Concept of Household: Families, Co-residence, and Domestic Functions* de Bender (1967) aponta a família e o domicílio como categorias distintas do ponto de vista lógico e empírico. Bender (1967) associa a família às relações de parentesco apenas, desconsiderando outros tipos de laços familiares que não de

conjugalidade e consanguinidade. Porém, sintetiza bem a lógica entre família e domicílio. Se a família se refere às relações/laços existentes entre as pessoas, o domicílio refere-se à propriedade ou residência. Já do ponto de vista empírico fica nítida a noção de que a família não deixa de existir quando seus membros residem separadamente, nem pessoas quando vivem juntas formam necessariamente uma família.

Com um entendimento parecido, Ryder (1987) caracteriza a família a partir de três dimensões: a conjugal, a de consanguinidade e a de residência. A primeira, conjugal, refere-se ao relacionamento, a formação e dissolução de uniões maritais. A segunda, ao relacionamento consanguíneo entre pais e filhos, e a relação entre parentes/parentesco. A terceira dimensão, a de residência, refere-se aos domicílios que abrigam grupos familiares e não familiares, caracterizados pelos co-residentes. A família nuclear, sob essa perspectiva, trata-se de uma combinação residencial da conjugabilidade e consanguinidade.

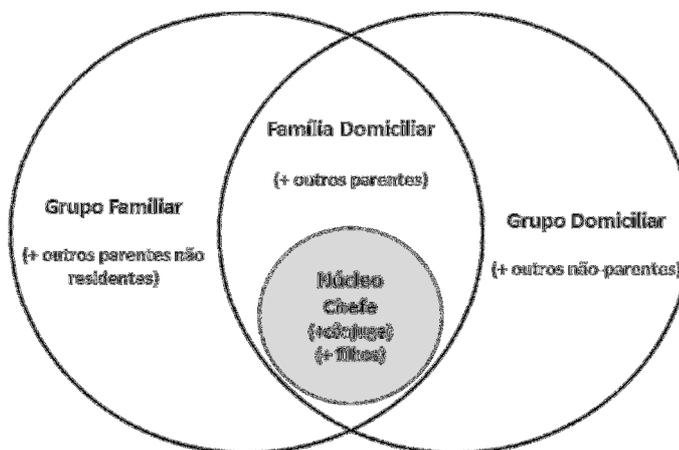
As reflexões de Bender (1967) e Ryder (1987) revelam elementos importantes para pensar a família na demografia. A família, como colocado anteriormente, refere-se a dinâmica das relações entre pessoas que se estabelece de forma estreita e duradoura, e que reconhecem entre si direitos e obrigações. Contudo, pragmaticamente, a operacionalização desse conceito em pesquisas domiciliares torna-se dificultada. Assume-se, assim, como *proxy* de família, a *família domiciliar*, que consiste em um conjunto de pessoas com relações de parentesco estabelecidas e residentes em um mesmo domicílio. Como sintetiza Wajnman (2012, p. 19):

A família domiciliar, é, portanto, constituída pela interseção do parentesco com a coresidência, resultando em um grupo de membros que vivem juntos, sendo também ligados por alguma forma de parentesco. Este grupo baseia-se num núcleo, constituído por um indivíduo de referência (comumente denominado chefe), que pode ou não ter cônjuge e filhos, e pode também se estender incorporando outros tipos de parentes residindo juntos.

A ilustração apresentada por Wajnman (2012, p. 19) e reproduzida a seguir (FIGURA 1) ajuda a compreender esse entendimento de família. Dois grupos originam a família domiciliar. O grupo familiar composto por pessoas ligadas por relações de parentesco, que podem ser de aliança (conjugalidade e afinidade) e filiação (consanguinidade e adoção). Esse é um grupo mais amplo que pode estar disperso e possuir diferentes graus de convivência e apoio mútuo. O grupo domiciliar ou residencial que se refere aos co-residentes, correspondente ao grupo de pessoas, parentes e não-parentes, que compartilham a mesma residência ou domicílio. A família domiciliar ou residencial é, portanto, a interseção do grupo

familiar e do grupo domiciliar, consistindo no conjunto de pessoas com relações de parentesco que residam no mesmo domicílio ou residência.

FIGURA 1 – Representação ilustrativa do grupo familiar, grupo domiciliar e da família domiciliar



Fonte: Wajzman (2012).

A definição e representação dessa forma revelam, ainda que restrito ao domicílio, uma grande variabilidade de arranjos familiares domiciliares possíveis, dada as inúmeras possibilidades de combinações de parentesco que podem existir. Essas combinações podem ainda se alterar ao longo do ciclo de vida familiar.

Para os objetivos desta dissertação, a definição da família domiciliar vai de encontro com o objeto dos programas de moradia, pois para estes o interesse se encontra no grupo familiar domiciliar, isto é, na família cujo domicílio em que reside é objeto de substituição ou adequação pelo programa.

Além da família, outra unidade demográfica importante para o estudo das necessidades habitacionais é o domicílio. Retomando Bender (1967), o domicílio abriga duas categorias analíticas, a coresidência e a unidade doméstica. Um grupo coresidente pode dividir espaços comuns da moradia, mas não dividirem atividades domésticas, como compra e elaboração de alimentos, cuidado com os integrantes etc. As atividades domésticas referem-se a necessidades diárias de vida, incluindo a provisão e preparação de comida, o cuidado das crianças, divisão orçamentária etc., não necessariamente estando associadas com as famílias ou com os grupos coresidentes.

Essa distinção é mais clara quando se considera as denominações em espanhol de *vivienda* e *hogar* ou em inglês *household units* e *household*. *Vivienda* ou *household unit* corresponde à unidade de residência, a pessoa ou ao grupo de pessoas que dividem espaços comuns de moradia sem compartilhar atividades de cuidados domésticos. *Hogar* ou

household diz respeito ao compartilhamento da moradia e de funções domésticas. Em português o termo domicílio não considera essas distinções, cabendo a cada pesquisa o correto esclarecimento da definição que será utilizada (CAVENAGHI; ALVES, 2011).

Como aponta Bilac (2002), a recomendação das Nações Unidas, que orienta a compatibilização internacional, é a adoção do conceito de hogares/households, visando a identificação de famílias conviventes em uma mesma unidade de residência⁸. Nos censos demográficos 2000 e 2010 foi realizada a aproximação do conceito de domicílio com a unidade doméstica, a partir dos critérios de separação e independência do domicílio. Assim:

Considerou-se domicílio o local estruturalmente separado e independente que, na data de referência, destinava-se a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que estava sendo utilizado como tal (IBGE, 2010, p. 24).

Considerou-se como unidade doméstica no domicílio particular:

- a pessoa que morava sozinha; ou
- o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência (IBGE, 2010, p. 36).

A “separação” e “independência” dos domicílios⁹ permite verificar quando os grupos de residência na habitação vivem e se alimentam separadamente dos demais e se o acesso ao domicílio é realizado por entradas independentes. Essa distinção permitiu identificar as unidades domésticas existentes em cada domicílio ou a ocorrência de famílias conviventes em um mesmo domicílio.

Por fim, outros dois conceitos caros a demografia e as demais ciências sociais são o ciclo de vida familiar e o curso de vida. O ciclo de vida consiste nos estágios pelos quais uma família passa ao longo do tempo (GLICK, 1947), que pode ser representado por um círculo de etapas comuns às famílias. A exemplo da vida biológica, marcada por momentos fundamentais como o nascimento, o crescimento, a reprodução e a morte, a vida familiar teria

⁸ No Censo Demográfico 2010 foram considerados como famílias conviventes os núcleos reprodutivos em uma mesma unidade doméstica. “A família da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) foi definida como a família convivente principal. As demais conviventes foram constituídas por: casal (duas pessoas que vivem em união conjugal); casal com filho(s); ou mulher sem cônjuge e com filho(s), sendo denominadas famílias segundas, terceiras etc.” (IBGE, 2010, p. 36).

⁹ Os critérios essenciais para definir a existência de mais de um domicílio em uma mesma propriedade ou terreno são os de separação e independência, que devem ser atendidos simultaneamente. Entende-se por separação quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência, entende-se quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas (IBGE, 2010, p. 24).

etapas entre a sua formação e dissolução. Nessa perspectiva, as famílias poderiam nascer a partir da formação do par conjugal ou do nascimento de um filho, expandirem à medida que aumenta o tamanho da prole, retraírem quando os jovens partem para formar seu próprio domicílio e extinguiem-se quando todos os filhos se foram e um dos cônjuges falece, ou ainda quando há uma ruptura conjugal.

O ciclo de vida familiar enquanto uma abordagem metodológica contribui para imprimir uma dinâmica temporal à análise da família, que pode ser observada a partir de informações sobre a idade do chefe do domicílio ou do casal, a idade e o número de filhos e a própria configuração da família domiciliar. Desse ponto de vista, a configuração de uma família seria também a expressão do estágio do ciclo de vida familiar que ela se encontra. Contudo, algumas limitações se sobressaem dessa perspectiva, como a adoção de etapas que dizem respeito a uma família nuclear e que representam muito pouco sobre outras configurações familiares, como pessoas que decidem viver sozinhas, ou sobre a presença de outros parentes no domicílio fora do núcleo reprodutivo, como avós e netos, por exemplo. Alguns modelos de famílias menos frequentes, mas cada vez mais presentes, como casais sem filhos, famílias reconstituídas e famílias de geração pulada (*skip generation*) tornam-se difíceis de serem analisadas a partir dessa abordagem (HÖHN; MACKENSEN, 1989).

O enfoque metodológico do curso de vida pode contribuir para superar algumas das lacunas apresentadas pelo ciclo de vida familiar. A ideia de curso de vida remete a uma linha condutora ou um trajeto, onde as escolhas são feitas no nível do indivíduo, embora sujeito ao contexto histórico que o cerca (ELDER, 1994). Na perspectiva do curso de vida, a família é formada a partir do conjunto das trajetórias dos membros que a compõem. Essas trajetórias são marcadas por transições no lugar de estágios (entrada e saída do mercado de trabalho, entrada e saída do sistema educacional, a migração etc.), em que o indivíduo vivencia diferentes momentos de mudança a partir de suas escolhas e da estrutura de oportunidades, condicionadas pelo contexto histórico e por fatores sociais, econômicos, demográficos e culturais. É a interdependência dessas trajetórias e sua sincronicidade no tempo que configura os modelos familiares (ELDER, 1994; HAREVEN, 1978). Assim, um indivíduo que transita entre um estado conjugal de casado para divorciado, retornando a morar com os pais, reorganiza a dinâmica e configuração familiar dos domicílios pelos quais passou. Em outro exemplo, um contexto de crise econômica e desemprego pode levar um indivíduo a tomar a decisão de abrigar-se na residência de parentes, ampliando o arranjo familiar e produzindo uma nova configuração domiciliar.

Ambos os conceitos de ciclo de vida familiar e curso de vida trazem importantes contribuições para análise da família domiciliar. Quando o curso de vida considera o ciclo de vida familiar amplia-se as possibilidades de análise (HÖHN; MACKENSEN, 1989). Como Hareven (1978) pontua, o enfoque do curso de vida é a interação entre o “tempo do indivíduo”, o “tempo da família” e o “tempo histórico”. Compreender a configuração de um arranjo familiar é considerar as trajetórias individuais dos membros da família, suas transições e interdependências, e a estrutura de oportunidades disponível a partir dos constrangimentos de um momento histórico. A decisão de um casal em formar um novo domicílio a partir da compra de um imóvel, por exemplo, dialoga com as transições no curso de vida desses indivíduos, suas escolhas, os condicionantes materiais que essa decisão representa e as expectativas sociais embutidas em torno dessa união. É a complexidade dessa realidade multifacetada que o curso de vida traz para a análise do ciclo de vida familiar.

Para o objeto de estudo desta dissertação, as abordagens do ciclo de vida familiar e do curso de vida apresentam ferramentas que auxiliam na análise e compreensão das configurações das famílias que representam o público-alvo da política pública habitacional. Agregam as perspectivas necessárias para compreender a dinâmica dos membros de uma família, sua interdependência expressa em redes de apoio e solidariedade e os constrangimentos que condicionam suas escolhas e limitam suas decisões.

Essa seção buscou definir e esclarecer os conceitos de família, domicílio, ciclo de vida familiar e curso de vida. Esses conceitos e abordagens metodológicas serão utilizados nas escolhas metodológicas e nas análises dos resultados empíricos desta dissertação. Na sessão a seguir são apresentados os principais estudos de referência no país que identificam as necessidades habitacionais da população e orientam a política habitacional. Aborda-se os aspectos metodológicos desses estudos, baseados em pesquisas domiciliares, e os limites e as dificuldades em se produzir uma leitura da condição de moradia da população.

1.4 Déficits, Inadequações e a Demanda por Moradia

As condições de moradia da população refletem em grande medida as várias faces das desigualdades sociais da América Latina. O direito à moradia, embora presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰ e na Constituição Brasileira de 1988¹¹, ainda

¹⁰ Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

¹¹ Artigo 6º da Constituição Federal e no Estatuto da Cidade (lei 10.257 de 2001), que define o direito à moradia como parte do direito à cidade.

apresenta obstáculos para se efetivar como direito universal e garantido a todos. É comum, assim, encontrar famílias com comprometimento orçamentário excessivo com aluguel, alto adensamento domiciliar, coabitação familiar involuntária, precariedade construtiva da edificação, irregularidade de posse do terreno, entre outras situações. O acesso a casa própria é restrito a alguns, embora ainda esteja presente no imaginário da população brasileira como um sonho a ser alcançado.

Os organismos internacionais, governos nacionais e locais buscam elaborar diretrizes e políticas públicas que solucionem o problema da moradia e elevem sua qualidade. Para tanto, se subsidiam em diagnósticos sobre a realidade habitacional, que encontram dificuldades em mensurar e monitorar o conceito de habitação adequada. De acordo com Comentário Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (1991), a moradia não pode apenas ser interpretada como um teto e quatro paredes, mas como um direito a viver com segurança, paz e dignidade. A habitação adequada, assim, deve assegurar no mínimo a segurança legal de posse, a disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura, o custo acessível, a habitabilidade, acessibilidade, localização adequada e adequação cultural (UN-HABITAT, 2009).

Os estudos que buscam mensurar a habitação adequada e orientam a política habitacional podem ser organizados em três tipos: (a) aqueles que avaliam um déficit quantitativo de habitações, que representa a demanda acumulada por novas moradias; (b) os que analisam o déficit qualitativo, que se refere às condições inadequadas dos domicílios e, portanto, representam a demanda por melhorias nas edificações existentes ou na infraestrutura do entorno; (c) e os estudos que investigam a demanda futura por novas moradias, associada à formação de novas famílias, produto estimado a partir de projeções populacionais e de domicílios (NAKANO, 2010 *apud* ROSEMBACK, 2016).

O déficit habitacional refere-se ao número requerido de novas moradias, que no Brasil tem como referência o estudo da Fundação João Pinheiro (FJP). A FJP desenvolve metodologia própria para o conceito denominado *necessidades habitacionais*, que agrupa o déficit e a inadequação habitacional. A mensuração desses fenômenos é realizada desde 1995 em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação. No ano de 2010 foi realizada a primeira publicação contemplando todos os municípios brasileiros com o estudo sobre o déficit

habitacional e a inadequação de domicílios no Brasil¹². O estudo se utiliza tradicionalmente do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE como fontes de dados.

A metodologia adotada parte do conceito de déficit habitacional como deficiência do estoque de moradias, que pode se enquadrar em duas situações, déficit por incremento de estoque e déficit por reposição de estoque. A primeira rubrica refere-se ao déficit habitacional propriamente dito, isto é, ao número de novos domicílios que precisam ser construídos. Esse número é obtido para o nível municipal a partir da soma de quatro componentes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013):

- os domicílios precários – englobam os domicílios improvisados, que consistem em locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa, como imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, barracas, carcaças de carros abandonados etc., somados aos domicílios rústicos, que compreendem aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada;
- os domicílios com famílias conviventes com intensão de constituir domicílio exclusivo – denominados como coabitação familiar, compreende a soma das famílias residentes em cômodos e das famílias conviventes que manifestaram intenção de constituir um domicílio exclusivo¹³;
- o ônus excessivo com aluguel urbano – contempla os domicílios urbanos duráveis (casa ou apartamento) com renda domiciliar de até três salários mínimos e que despendem 30% ou mais da renda com o aluguel; e
- o adensamento excessivo de domicílios alugados – consiste no número médio de moradores que dividem o mesmo dormitório, sendo identificado como adensado o domicílio que possui mais de três moradores por dormitório.

¹² No ano de 2000 foram contemplados apenas os municípios com população acima de 20 mil habitantes. Para os anos intercensitários o estudo utiliza a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, impedindo qualquer estimativa dos dados no nível municipal.

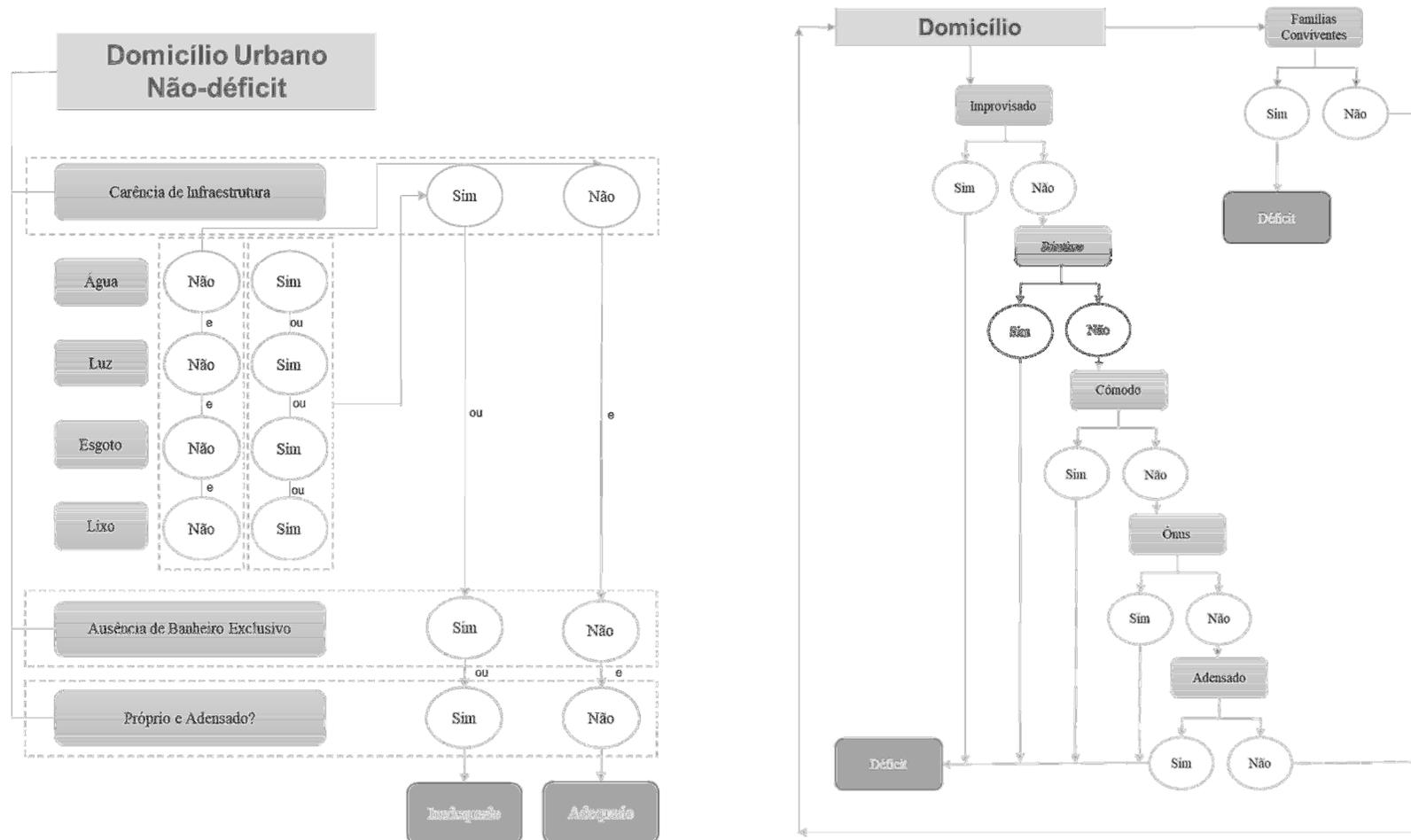
¹³ Nas PNAD de 2007 a 2014 foi possível identificar quais famílias conviventes tinham a intensão de constituir domicílio exclusivo com a inserção de quesito específico com essa pergunta. No Censo Demográfico 2000 e 2010 e na PNAD 2015 não há esse quesito. Nesse caso, a FJP aplicou um algoritmo para a mensuração dessa informação, dada a sua relevância no cálculo do déficit habitacional. Para isso, é calculado um fator redutor de famílias conviventes baseada na média aritmética dos percentuais de famílias conviventes consideradas déficit observadas nas PNAD 2009 e 2011. A aplicação do fator redutor sobre as famílias conviventes observadas nos Censos Demográficos e na PNAD 2015 correspondem a estimativa de famílias conviventes com intenção de formar domicílio exclusivo, mantida as tendências observadas entre 2009 e 2011 nas Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Capitais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

A segunda rubrica refere-se aos domicílios inadequados, aqueles que não proporcionam condições desejáveis de habitação, mas que não implicam na necessidade de construção de novas unidades. Para esse cálculo, são consideradas três componentes para os domicílios urbanos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013):

- a carência de infraestrutura urbana – compreende a inadequação de ao menos um serviço básico de infraestrutura urbana (iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo);
- a presença de sanitário exclusivo – quando não há banheiro ou sanitário de uso exclusivo no domicílio; e
- o adensamento excessivo de domicílios próprios – consiste no adensamento excessivo de domicílios próprios, entendido como aqueles com mais de três moradores por dormitório.

Esses domicílios podem possuir mais de uma inadequação enquadrada nas componentes, mas não podem ter sido considerados como déficit habitacional, conforme classificação anterior (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). A FIGURA 2 a seguir sintetiza o fluxo de componentes para definição do déficit e inadequação habitacional.

FIGURA 2 – Fluxograma dos componentes do cálculo do déficit habitacional e inadequação habitacional municipal da Fundação João Pinheiro



Fonte: Fundação João Pinheiro (2013). Elaboração do autor.

O déficit habitacional por componentes para o Brasil, estado e município de São Paulo pode ser visto na TABELA 7. O principal componente do déficit habitacional era a coabitação de famílias em um mesmo domicílio, seguido do ônus excessivo com o aluguel para as três unidades territoriais em 2010. O município de São Paulo segue o mesmo padrão do país e estado, mas com menor nível de domicílios necessários pela coabitação de famílias (41,5%) e maior nível para o ônus excessivo com o aluguel urbano (39,6%). O déficit por adensamento da moradia (14,1%) também era mais acentuado no município do que nos demais níveis territoriais.

TABELA 7 – Déficit habitacional por componente, Brasil, Estado de São Paulo e Município de São Paulo, 2010

	Precários		Coabitação		Ônus		Adensamento		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Brasil	1.343.435	19,4	2.991.313	43,1	2.124.404	30,6	481.539	6,9	6.940.691	100,0
Estado de São Paulo	98.905	6,6	646.219	43,2	569.802	38,1	180.616	12,1	1.495.542	100,0
Município de São Paulo	22.949	4,8	196.746	41,5	187.613	39,6	67.037	14,1	474.345	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (2013).

A TABELA 8 apresenta o número de domicílios particulares permanentes inadequados por componentes para as mesmas três unidades territoriais em 2010. A inadequação era majoritária para os domicílios com carência de ao menos um serviço de infraestrutura urbana (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) nos três níveis territoriais. O adensamento excessivo de domicílios próprios ocupava a segunda posição, seguido da ausência de banheiro de uso exclusivo. No município de São Paulo, a carência de infraestrutura tem níveis inferiores ao país e ao Estado de São Paulo, e níveis superiores de adensamento excessivo em relação as demais unidades territoriais.

TABELA 8 – Domicílios particulares permanentes inadequados por componente, Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010

	Carência de Infraestrutura		Ausência de Banheiro		Adensamento Excessivo - Dom. Próprios		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Brasil	13.007.952	83,4%	1.005.909	6,4%	1.583.763	10,2%	15.597.624	100,0%
Estado de São Paulo	874.736	66,4%	27.922	2,1%	415.088	31,5%	1.317.746	100,0%
Município de São Paulo	211.128	58,0%	8.200	2,3%	144.807	39,8%	364.135	100,0%

Fonte: Fundação João Pinheiro (2013).

A Fundação Seade elaborou um estudo próprio do déficit habitacional para o Estado de São Paulo no ano 2000, a pedido da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A metodologia teve como fonte de dados a extinta Pesquisa de Condições de Vida (PVC) de 1996 da mesma instituição. Há diferenças na metodologia utilizada em relação àquela apresentada pela FJP. Como se trata de um estudo com defasagem temporal e sem atualização, serão apresentados somente as escolhas metodológicas utilizadas e não o valor quantitativo do déficit encontrado.

No tocante ao déficit habitacional foram considerados apenas duas componentes: a coabitação familiar e os domicílios rústicos. Quanto à coabitação familiar foram considerados como déficit os domicílios com famílias conviventes secundárias, desconsiderando aqueles com mais de duas famílias. Essa estratégia adotada foi justificada como artifício para não superestimar o déficit, haja vista a possibilidade de haver coabitação familiar voluntária. Os domicílios rústicos foram considerados como aqueles presentes em favelas e com material construtivo adaptado, ou seja, não próprio para habitação¹⁴ (GENEVOIS; COSTA, 2001).

Os domicílios inadequados, que agrupa os casos com carências nas condições mínimas de habitabilidade, mas sem necessidade de construção de novas moradias, foram identificados a partir das componentes:

- adensamento excessivo – considera a necessidade de possuir a composição mínima de quarto, sala, cozinha e banheiro e dispor de tanque de lavar roupas de uso exclusivo dos moradores. Considera também simultaneamente como espaço

¹⁴ Entendeu-se por barraco a “moradia construída inteira ou parcialmente com material adaptado, ou seja, não apropriado a uma habitação. [...] quando o material utilizado na construção da moradia é todo ou em parte adaptado, ou seja, é material reutilizado, de qualquer tipo: alvenaria, madeira, placa, zinco, papelão, plástico etc., as portas e janelas são aberturas precárias e não há acabamento na casa” (GENEVOIS; COSTA, 2001, p. 77).

adequado, o número de pessoas por cômodo e de pessoas por quarto (GENEVOIS; COSTA, 2001, p. 78);

- comprometimento excessivo da renda com aluguel – considerou-se os domicílios com comprometimento excessivo da renda com aluguel os casos em que despendiam mais de 30% da renda com o aluguel, desconsiderando os 25% dos domicílios com renda mais elevada (GENEVOIS; COSTA, 2001, p. 78);
- casa de alvenaria e apartamentos localizados em favela; e
- infraestrutura urbana inadequada – considerados adequados os domicílios com acesso às quatro redes públicas de infraestrutura urbana (água, esgoto, resíduos sólidos e energia elétrica) e, como única exceção, aceitou-se a fossa séptica como alternativa à rede de esgoto (GENEVOIS; COSTA, 2001, p. 79).

A Figura 2 a seguir sintetiza o fluxo de componentes para definição do déficit e inadequação habitacional.

Outra referência quanto à moradia adequada é a classificação proposta pelo IBGE a partir dos serviços da rede pública de saneamento básico. Os domicílios considerados adequados são aqueles com infraestrutura de saneamento implantada, com escoadouro ligado à rede geral ou à fossa séptica, o abastecimento de água conectado à rede geral e o lixo coletado diretamente ou indiretamente por serviço de limpeza. Os domicílios semiadequados são aqueles com ao menos um dos serviços de infraestrutura classificados como adequados e os domicílios inadequados aqueles que não possuíam qualquer condição de saneamento básico (IBGE, 2011).

Por fim, há os estudos que consideram a demanda demográfica por habitação, isto é, a necessidade de novas moradias advinda da dinâmica demográfica. Esses estudos estão presentes há mais tempo na literatura internacional (SHRYOCK et al., 1973; UNITED NATIONS, 1973) e surgiram mais recentemente no Brasil (GIVISIEZ; RIOS-NETO; SAWYER, 2006; OLIVEIRA; GIVISIEZ; RIOS-NETO, 2009; GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2018).

Um elemento importante que diferencia os estudos dessa vertente dos demais é a distinção entre *necessidades habitacionais* e a *demanda por moradias*. As necessidades habitacionais referem-se a parcela da população que possui domicílios inadequados, adensados ou sem infraestrutura e que não se encontram em condições financeiras de adquirir outro imóvel ou financiar sua reforma por meio do mercado formal.

A demanda por moradias, por sua vez, expressa o desejo por novas residências, quando segmentos da população demandam novos domicílios que podem ser acessados pelo mercado formal, através de financiamentos ou por conta própria, e que podem ou não possuir elementos de necessidades habitacionais (OLIVEIRA; GIVISIEZ; RIOS-NETO, 2009). Os estudos sobre demanda por moradias visam, assim, obter a quantidade de unidades residenciais necessárias para atender todas as famílias que formarão efetivamente um novo domicílio (OLIVEIRA; GIVISIEZ; RIOS-NETO, 2009).

Os estudos dessa vertente partem de métodos baseados em taxas de chefia¹⁵, cujo pressuposto é que o número de domicílios existente em uma população é igual ao número de chefes de família dessa mesma população (SHRYOCK et al., 1973; p. 174). Assim, estima-se a demanda futura por moradias a partir da análise do estoque de domicílios de uma população

¹⁵ A taxa de chefia (T) consiste no quociente entre o total de chefes de família (n) do sexo s , no grupo etário de x a $x+n$ anos completos e no ano t e a população total (N) do sexo s , no grupo etário de x a $x+n$ anos completos e no ano t . A relação estabelecida é: ${}_nT_x^s(t) = \frac{n n_x^s(t)}{n N_x^s(t)}$ (SHRYOCK; SIEGEL; SOCKWELL, 1976).

e dos fluxos de entrada e saída obtidos a partir de uma projeção populacional. O estoque de domicílios é obtido pela multiplicação da taxa de chefia de cada grupo etário pelo contingente da população no mesmo grupo. E os fluxos de entrada e saída pela evolução da população e de modificações na estrutura etária obtida por meio de projeções demográficas. É possível assim analisar as alterações no estoque de moradias e a demanda por novas unidades.

A diversidade dos estudos com essa abordagem decorre do refinamento metodológico utilizado. Desde a aplicação direta da taxa de chefia (ALVES; CAVENAGHI, 2011) até modelagens para reduzir os efeitos da taxa sobre a demanda projetada (GIVISIEZ; RIOS-NETO; SAWYER, 2006; OLIVEIRA; GIVISIEZ; RIOS-NETO, 2009; GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2018); e também por diferenciais da demanda por níveis de renda, categorias de necessidade habitacional e tamanho dos domicílios (OLIVEIRA; GIVISIEZ; RIOS-NETO, 2009), ou por desagregação de atributos domiciliares de renda, tamanho, necessidade de reforma e ampliação, condição de ocupação e situação do domicílio (GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2018).

As transformações nas famílias têm implicado em mudanças na sua estrutura e composição. Essas transformações trazem dificuldades para as estimativas futuras de formação de domicílios e de tonar esses números equivalentes ao número de famílias, dada a diversidade de arranjos familiares e das estratégias de moradia que podem ser utilizadas pela população (ALVES; CAVENAGHI, 2006). O número de domicílios tem crescido e seu tamanho médio apresenta redução, mas há cada vez mais uma heterogeneidade de composições familiares. O que pouco se sabe ainda é a relação dessa variabilidade de composições com as estratégias utilizadas pelas famílias, principalmente daquelas com moradia inadequada, diante de instabilidades econômicas e sociais. Em outras palavras, como fatores socioeconômicos influenciam nas estratégias do morar.

As projeções da demanda futura por moradias destacam a quantificação do tamanho do domicílio como importante indicador para o atendimento da demanda habitacional e dimensionamento dos investimentos necessários, embora ressaltam também que a unidade de análise projetada seja o domicílio, não implicando a projeção de seu tamanho em uma relação direta da preferência de morar dos indivíduos (GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2018).

Há sobre esse ponto de vista cuidados a serem tomados quando se leva em conta as informações sobre a redução do tamanho médio dos domicílios e da demanda futura preferencial por domicílios formados por até duas pessoas. Tomada essa informação de forma corriqueira, pode-se assumir padronizações excessivas no tamanho da unidade habitacional

com configurações fixas de um ou dois dormitórios. Cabe frisar, no entanto, que nem sempre três moradores em um domicílio, por exemplo, referem-se à composição familiar de um casal com filhos, cujo domicílio com dois dormitórios é considerado adequado. Composições com três moradores podem tratar-se de uma mãe, avó e um filho do sexo masculino ou mãe e dois filhos de sexos diferentes, o que para um domicílio com dois dormitórios pode sugerir uma inadequação.

Em um artigo publicado com o objetivo de avaliar a qualidade de projetos arquitetônicos e urbanísticos e a qualidade construtiva dos empreendimentos Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Andrade (2015) investigou a adequação do projeto ao perfil das famílias residentes a partir de pesquisa domiciliar própria aplicada em seis condomínios no município do Rio de Janeiro. A investigação apontou para 48% dos domicílios pesquisados como inadequados para dois dormitórios, de acordo com a composição familiar que possuíam. Foram considerados na análise, o tamanho, a relação de parentesco e o sexo dos moradores. Para a autora:

[...] os resultados da tabulação dos dados do questionário mostraram uma grande diversidade de composições familiares, confirmando a inadequação de um único tipo de arranjo interno: o de “2 quartos”. Acrescenta-se a isto o fato dos sistemas construtivos utilizados no PMCMV invariavelmente serem fechados, ou seja, eles não dialogam com outros sistemas. Porém, mais do que isto, não comportam alterações, o que significa que os moradores têm pouca flexibilidade para [re]organizar seus espaços de vida de acordo com suas necessidades (ANDRADE, 2015, p. 188).

Os estudos habitacionais apresentados nessa seção servem como orientadores para o planejamento da política pública. As escolhas conceituais e metodológicas adotadas acabam por contribuir, em certa medida, com o formato de soluções ofertadas mais frequentemente pelo Estado para suprir a demanda por moradias adequadas.

Se o déficit habitacional e a demanda demográfica futura por moradias são os principais diagnósticos na área, é a provisão de novas moradias a principal resposta pública a esse desafio. Ou seja, é por meio da construção de unidades habitacionais que o problema pode ser resolvido, o que pode contribuir mais com interesses do mercado imobiliário, com o apoio à indústria da construção civil, em detrimento de uma produção habitacional integrada à cidade e com moradias adequadas ao público beneficiário (ROLNIK; NAKANO, 2009). Se a inadequação de moradias tem como principal elemento a carência de infraestrutura urbana de saneamento básico, é a urbanização de favelas a resposta pública encontrada, com a realização de obras de infraestrutura, saneamento, drenagem, contenção geotécnica e com reduzido

número de remoções, que pode consolidar situações precárias e não assegurar o acesso a uma moradia adequada, integrando a favela à cidade (DENALDI, 2003).

Não significa, contudo, dizer que essas ações dos programas habitacionais estejam equivocadas, mas problematizar a excessiva padronização das soluções ofertadas pelo Estado, que aparenta em um primeiro momento desconsiderar a diversidade de situações de moradia e familiares existentes.

As reflexões desenvolvidas até aqui visaram ilustrar a dinâmica das transformações na família e mostrar os principais estudos que subsidiam as políticas habitacionais. No Capítulo 2, a seguir, pretende-se aprofundar as discussões em torno do tema da habitação e em especial no tocante ao Programa Minha Casa Minha Vida, principal política habitacional do Estado brasileiro em andamento, e objeto desta dissertação.

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO DA MORADIA EM SÃO PAULO

O presente capítulo tem como objetivo introduzir outro importante tema desta dissertação: a habitação. Para tanto, parte de um rápido percurso histórico com as principais características demográficas da formação da cidade de São Paulo, ressaltando o surgimento da problemática da habitação na capital. Em seguida, realiza uma breve recuperação histórica sobre a política habitacional no país e em especial em São Paulo. Recuperação que termina com a principal política de Estado em andamento no tema da habitação, o Programa Minha Casa, Minha Vida. Por fim, aborda algumas análises e avaliações feitas sobre o Programa no que se refere à adequação da moradia aos arranjos familiares residentes.

2.1 Características Demográficas da Formação da Cidade de São Paulo

Quando se fala sobre São Paulo nossa mente automaticamente busca por imagens capazes de ilustrar algumas ideias sobre a capital paulista. Prédios, carros, trânsito, pessoas apressadas, anúncios luminosos, lojas, são alguns dos elementos presentes nessas imagens e que informam uma ideia sobre a cidade. Muitas ideias podem ser formadas a depender da perspectiva que se adota.

Pode-se, por exemplo, olhar São Paulo da perspectiva dos números econômicos, no qual salta aos olhos que o Estado participa com mais de 30% da composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a maior participação entre as Unidades da Federação (UF), e desse total mais de um terço é proveniente da economia paulistana.

Economia essa que também figura entre os poucos municípios que arrecadam impostos mais do que recebem transferências orçamentárias do Estado e da União. A cidade arrecada R\$ 1,59 a cada real transferido, imprimindo uma imagem de baixa dependência econômica da federação e uma posição invejável frente a outros municípios brasileiros¹⁶.

São Paulo é o centro da produção e distribuição de diversas empresas com atuação regional e internacional. É uma cidade global, conectada a diversos mercados, regionais e internacionais, e formada também por um amplo mercado interno composto por moradores, visitantes e pessoas em trânsito.

Por outra perspectiva, a cidade pode ser vista através dos movimentos sociais e culturais do qual é palco fomentador. Da emblemática Semana de Arte Moderna de 1922 aos

¹⁶ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/entenda-seu-ir/menos-de-1-dos-municipios-arrecadam-mais-do-que-recebem-em-transferencias/>.

movimentos sociais e coletivos da periferia da cidade, que traduzem na dança, música e no grafite algumas das marcas do morar em uma cidade competitiva e excludente.

Os versos famosos na música *Sampa* de Caetano Veloso de 1978 constroem algumas imagens sobre uma metrópole pujante e desigual, por meio da perspectiva do migrante que chega e logo precisa aprender sobre a lógica que opera na cidade.

[...] E quem vem de outro sonho feliz de cidade/Aprende depressa a chamar-te de realidade/Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso/Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas/Da força da grana que ergue e destrói coisas belas/Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas.

Imagem não muito distante da música *Mágico de Oz* dos Racionais Mc's, gravada vinte anos depois, em 1997. As vilas e favelas de Caetano que foram ocupadas por migrantes operários décadas atrás e hoje encontram-se transformadas em bairros e conjuntos habitacionais, na sua maioria distantes do centro da cidade, carentes da atenção do Estado e excluídos da metrópole que os circunda.

[...] Jardim Filhos da Terra e tal/Jardim Hebron, Jaçanã e Jova Rural/Piqueri, Mazzei, Nova Galvão/Jardim Corisco, Fontális e então/Campo Limpo, Guarulhos, Jardim Peri/JB, Edu Chaves e Tucuruvi/Alô Doze, Mimososa, São Rafael/Zaki Narchi, tem um lugar no céu/Às vezes eu fico pensando/Se Deus existe mesmo, morô?/Porque meu povo já sofreu demais/E continua sofrendo até hoje/Só que ai eu vejo os moleque nos farol, na rua/Muito louco de cola, de pedra/E eu penso que poderia ser um filho meu, morô?/Mas aí, eu tenho fé/Eu tenho fé... em Deus.

A exclusão como um produto da desigualdade é uma perspectiva também possível para a seleção de imagens que se pode ter sobre a cidade e talvez aquela que mais interessa a esta dissertação. Aliás, nos vinte anos que distância Caetano Veloso dos Racionais Mcs parece ser uma imagem permanente e sólida. Aos olhos da urbanista é uma imagem nítida quando se observa os contrastes de São Paulo.

Entrar na cidade é estar permanentemente exposto à sua imagem contraditória de grandeza, opulência e miséria, carroça e caminhonete blindada, mansão e buraco, shopping center e barraca de camelô. Cidade fragmentada, que aparenta não ser fruto da ordem, mas sim filha do caos, da competição mais selvagem e des governada de projetos individuais de ascensão ou sobrevivência, do sonho de gerações sucessivas de imigrantes que vieram em busca das oportunidades distantes e da potência da grande cidade (ROLNIK, 2003, p. 10).

Para compreender um pouco dos contrastes de São Paulo, suas vilas e favelas ao lado de torres espelhadas, iluminadas e de condomínios luxuosos, é necessário recuperar imagens também da sua formação e o papel que o migrante possuiu na sua história.

São Paulo foi até a metade do século XIX uma vila pequena e sem muita importância no contexto nacional. Esse cenário se modificou com a expansão do cultivo do café, inicialmente pelo Vale do Paraíba e, por volta de 1850, em expansão pelo oeste paulista. A mão-de-obra era predominantemente escrava, porém, ao final do XIX, já haviam dificuldades com sua importação e comercialização¹⁷. A saída encontrada para substituir os escravos foi a importação de mão-de-obra de europeus para trabalhar nas lavouras de café.

Assim, São Paulo experimentou, na passagem do XIX para XX, um forte incremento populacional, chegando a registrar uma taxa de crescimento de 14% a.a. entre 1890 e 1920, muito superior ao registrado no país (1,5% a.a.) e no Estado (5,1% a.a.) no mesmo período. A proporção de estrangeiros na população passou de 7,8%, em 1872, para 22%, em 1890, e 35,6%, em 1920, registrando a importância dos imigrantes europeus no crescimento populacional da cidade e na formação da mão-de-obra (BASSANEZI, 2000).

¹⁷ Diversos fatores estiveram envolvidos com a crise da mão-de-obra escrava. Em linhas muito gerais, pode-se dizer que mudanças no posicionamento da Inglaterra quanto ao uso de escravos e pressões sobre o Império brasileiro dificultaram o tráfico de escravos, e contribuíram para uma escalada normativa que daria fim ao uso da mão-de-obra no país. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiróz terminava com o tráfico negreiro no Brasil. Em 1871, a Lei do Ventre Livre concedia liberdade a todos os escravos que nasciam no país. E, em 1885, a Lei dos Sexagenários libertava escravos com idade a partir de 65 anos.

TABELA 9 – População residente em anos censitários, Brasil, Estado, Região Metropolitana e Município de São Paulo, 1872 a 2010

Anos	Capital		Região Metropolitana		Estado de São Paulo		Brasil	
	População	Taxa Geométrica Crescimento Anual	População	Taxa Geométrica Crescimento Anual	População	Taxa Geométrica Crescimento Anual	População	Taxa Geométrica Crescimento Anual
1872	31.385		-		837.354		10.112.061	
		4,1		-		2,8		2,0
1890	64.934		-		1.384.753		14.333.915	
		14,0		-		5,1		1,9
1900	239.820		-		2.282.279		17.318.556	
		4,5		-		3,6		2,9
1920	579.033		-		4.592.188		30.635.605	
		4,2		-		2,3		1,5
1940	1.326.261		1.568.045		7.180.316		41.236.315	
		5,2		5,3		2,4		2,3
1950	2.198.096		2.622.786		9.134.423		51.944.397	
		5,6		6,1		3,6		3,1
1960	3.781.446		4.739.406		12.974.699		70.119.071	
		4,6		5,6		3,2		2,9
1970	5.924.615		8.139.730		17.771.948		93.139.037	
		3,7		4,5		3,5		2,5
1980	8.493.226		12.588.725		25.040.712		119.002.706	
		1,2		1,9		2,1		1,9
1991	9.646.185		15.444.941		31.588.925		146.825.475	
		0,9		1,6		1,8		1,6
2000	10.434.252		17.878.703		37.032.403		169.799.170	
		0,8		1,0		1,1		1,2
2010	11.253.503		19.683.975		41.262.799		190.755.799	

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1872 a 2010). Dados do Universo. Prefeitura de São Paulo, SMDU, Deinfo.

Além do emprego da mão-de-obra livre em substituição a mão-de-obra escrava, a adoção do regime do colonato como sistema de trabalho e remuneração entre o colono migrante e o fazendeiro caracterizou o período¹⁸. As novas características das relações de trabalho revelariam também a passagem da organização da mão-de-obra de escravos coagidos e comandados por um feitor, para grupos de trabalhadores comandados pelo chefe da família e titular do contrato de trabalho. Assim, era sobre o chefe de família, responsável pelo contrato de trabalho, que se controlava a relação trabalho-remuneração. A família, assim, constituía a base da organização do trabalho, já que os contratos de colonato eram estabelecidos por família. Quanto mais numerosa a família, maior a probabilidade de assumir um maior número de pés de café e de cuidar de um pedaço maior de terra. O tamanho da

¹⁸ O regime do colonato caracterizava-se pelo pagamento ao trabalhador livre pela autorização para o cultivo de alimentos e, principalmente, do próprio café nas terras do fazendeiro. O plantio do café pelo colono gerava expectativas de ganhos futuros e potencialmente crescentes para a aquisição das suas próprias terras (OLIVEIRA, 1985).

família do colono representava assim o tamanho da força de trabalho nela disponível. Por esse motivo, haveria espaço para um alto regime de fecundidade e para a ampliação do tamanho da família (OLIVEIRA, 1985).

As fragilidades dos dados de registro civil e censitários da época dificultam obter estimativas confiáveis e desagregáveis de fecundidade para o início do século XX. Ainda assim, Berquó (2001) mostra que no Brasil, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) apresentou redução no início do século XX, passando de 7,7, em 1903, para 6,6, em 1923, e 5,8 filhos por mulher em 1943, embora ainda em níveis altos. Para a autora, não havia ações sistemáticas de controle da fecundidade por parte do Estado ou de algum ente privado no início do século. Assim, a redução da fecundidade poderia estar relacionada a fatores conjunturais, como a crise econômica na década de 1920, e a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 (BERQUÓ, 2001).

Um alto regime de fecundidade, a ausência de controles contraceptivos e a abundante oferta de mão-de-obra, foram alguns dos estímulos que contribuíram para o aparecimento das primeiras indústrias em São Paulo. A industrialização da cidade foi acompanhada pelas primeiras iniciativas de urbanização, com a implantação da rede de água encanada, iluminação pública, transporte por bondes elétricos e adequação de vias.

A implantação da infraestrutura urbana, no entanto, ocorreu de forma distinta nos setores da cidade e produzem as primeiras imagens contraditórias de São Paulo. De acordo com Rolnik (2003), enquanto os bairros ricos seriam servidos por avenidas largas, pavimentadas, iluminadas, conectados à rede de água encanada e localizados em colinas, resguardados dos alagamentos constantes de rios e córregos da região, os bairros populares teriam ocupado várzeas inundáveis, próximos a ferrovias e entre os galpões industriais.

Essas diferentes imagens deram início ao que se configuraria para a autora como setor sudoeste da cidade, região com os melhores indicadores socioeconômicos, de alta valorização imobiliária, com comércio mais elegante, consumo cultural da moda e maior concentração de investimentos públicos (ROLNIK, 2003).

Com a expansão industrial rápida e acentuada, o crescimento demográfico também foi vertiginoso, fazendo com que a cidade atingisse um milhão de habitantes em 1930. Com isso, a organização da estrutura urbana da cidade também sofreu reformas nesse período, quando então são abertas avenidas radiais que ligam o centro a bairros mais distantes. De acordo com Rolnik (2003), o grande impacto da adoção desse padrão urbano teria sido a possibilidade de expansão horizontal ilimitada da cidade, o que resultaria na

autoconstrução de casas pela classe trabalhadora em loteamentos cada vez mais distantes do centro e em direção aos municípios da Grande São Paulo.

Para Rolnik (2003, p. 34), a possibilidade da autoconstrução e expansão ilimitada de loteamentos teria sido a resposta à escassez de moradias, acentuada pelo rápido crescimento populacional pelo qual a cidade passava. As condições de trabalho na época, marcadas pela longa jornada e baixa remuneração, associadas a baixa renda das famílias, permitiria apenas a compra de lotes distantes, sem qualquer infraestrutura urbana, com condições de pagamento facilitadas e com possibilidade de construção da moradia no ritmo que a autoconstrução permitisse. Essa lógica seria responsável pela formação da periferia da cidade.

As décadas de 1940, 1950 e 1960 trazem novas imagens marcadas por um novo fluxo de migrantes, atraídos e absorvidos pela expansão industrial do período. Ainda que a migração internacional tivesse destaque, nessas décadas cresceram os números de migrantes internos, vindos principalmente do interior do Estado de São Paulo, de Minas Gerais e de estados da região Nordeste do país (PATARRA; BAENINGER, 1988).

Goldani (1983) argumenta que a passagem da indústria tradicional, em especial de alimentos e tecidos das décadas de 1930 e 1950, para uma indústria moderna de bens duráveis e de capital, alavancou a economia do Estado de São Paulo e criou fluxos de mão-de-obra para a capital e região metropolitana. Na década de 1960 a população de São Paulo ultrapassou a do Rio de Janeiro. O município cresceu de 5 a 5,5% ao ano (a.a.) até 1970, levando a população a aumentar seis vezes e meia de 1940 a 1980, quando atingiu a marca de 8,5 milhões.

TABELA 10 – Evolução do crescimento populacional segundo componentes vegetativo e migratório e taxas de crescimento intercensitárias, Município de São Paulo, 1940 a 2010

Ano	População (Nº Abs.)	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)	Crescimento Total	Componentes do Crescimento			
				Componente Vegetativo (Nº Abs.)	Componente Migratório (Nº Abs.)	Participação no Crescimento (%)	
						Vegetativo	Migratório
1940	1.326.261						
		5,18	871.835	242.025	629.810	27,76	72,24
1950	2.198.096						
		5,58	1.583.350	667.459	915.891	42,15	57,85
1960	3.781.446 (*)						
	3.666.701 (**)	4,92	2.257.914	972.571	1.285.343	43,07	56,93
1970	5.924.615						
		3,67	2.568.602	1.429.871	1.138.731	55,67	44,33
1980	8.493.217						
		1,13	1.117.442	1.846.101	-728.659	-	-
1991	9.610.659						
		0,91	815.725	1.265.260	-449.535	-	-
2000	10.426.384						
		0,76	819.599	1.158.033	-338.434	-	-
2010	11.245.983						

Fonte: Goldani (1983) para 1940 a 1970. IBGE (Censos Demográficos); Fundação Seade e Registro Civil para 1980 a 2010.

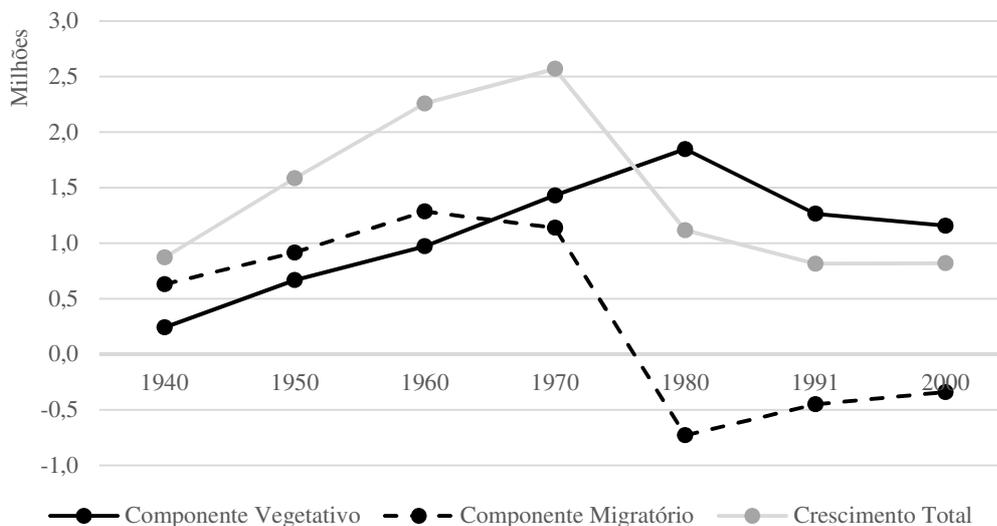
(*) Inclui Osasco, criado em 18/02/1959.

(**) Exclui Osasco.

A TABELA 10 e o GRÁFICO 2 apresentam os componentes vegetativo e migratório e suas participações no crescimento demográfico de São Paulo no período de 1940 a 2010. O componente migratório foi responsável por mais da metade do crescimento populacional da capital paulista entre 1940 e 1960, variando de 72,2%, entre 1940/50, a 56,9%, entre 1960/70. Somente na década de 1970 o crescimento vegetativo tornou-se majoritário, com a participação de 55,7% no crescimento populacional. A partir da década de 1980 passa a ocorrer o efeito inverso, com fluxos de migrantes deixando a capital. Fato que reduz significativamente a taxa de crescimento anual da população de 3,67% a.a., em 1970/80, para 0,76% a.a., em 2000/2010.

A crise econômica da década de 1980, seguida da recessão nos anos 1990 contribuíram para o fenômeno. Outro fator importante é a desconcentração industrial em favor de municípios da RMSP e do interior do Estado, o que modificou as áreas de atração de migrantes e colaborou para a redistribuição espacial da população (PATARRA; BAENINGER, 1988; BAENINGER, 2001).

GRÁFICO 2 – Evolução do crescimento populacional segundo componentes vegetativo e migratório, Município de São Paulo, 1940 a 2000



Fonte: Goldani (1983) para 1940 a 1970. IBGE (Censos Demográficos); Fundação Seade e Registro Civil para 1980 a 2010.

Para Goldani (1983), a industrialização do país, o forte componente migratório e a precariedade das condições de trabalho se apresentam como os principais componentes da urbanização da cidade, cujo elemento da moradia se destaca como o efeito representativo mais visível da lógica que se impunha. Se a industrialização atraía uma massa de trabalhadores, as condições de trabalho e remuneração seriam pouco favoráveis e impunham dificuldades ao trabalhador. As difíceis condições de trabalho e remuneração contribuíram para uma moradia distante do local de trabalho, em bairros ainda com escassa infraestrutura e em moradias precárias. O que deu início ao processo de favelização de bairros em São Paulo.

[...] No dramático quadro das condições de vida de uma população trabalhadora, que em 1980 sua maioria (61%) percebe menos de três salários mínimos mensais como rendimento, chama a atenção o fato de que “a favela é, cada vez mais, ‘opção’ definitiva de moradia”, conforme revela estudos recentes. As vilas operárias, que garantiam a mão-de-obra próxima aos locais de trabalho, na fase de acumulação de capital na região, foram substituídas gradativamente por habitações cada vez mais precárias na periferia, resultado do avanço do capitalismo, onde a valorização do solo urbano e a perda real do poder aquisitivo do trabalhador impõe o “barraco” ao invés da casa, e cada vez mais distante do trabalho (GOLDANI, 1983; p. 7-8).

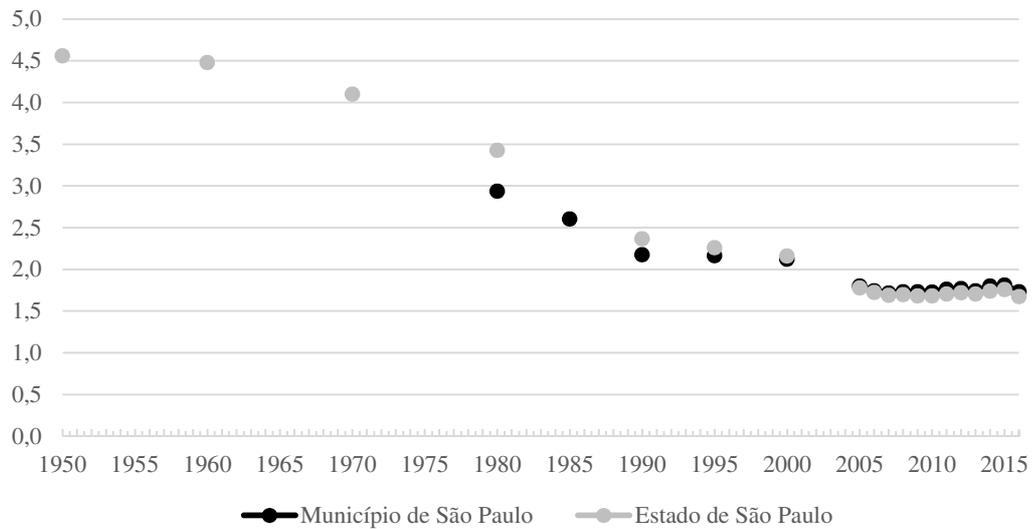
Com as dificuldades econômicas das décadas de 1970 e 1980, as condições de moradia tenderam a piorar. Esse período é acompanhado pela implantação de políticas habitacionais da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab), criada em 1964, com o objetivo de captar para o município recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Foram construídos conjuntos habitacionais exclusivamente residências, com um

grande volume de unidades e localizados em áreas distantes do centro e dos serviços urbanos (ROLNIK, 2003).

Ainda que o crescimento vegetativo tenha se tornado o principal responsável pela expansão populacional do município a partir da década de 1970, já se encontrava em andamento uma acentuada e rápida queda da fecundidade em São Paulo.

O GRÁFICO 3 apresenta a evolução das TFT para o Estado e município de São Paulo no período de 1950 a 2016. A evolução das taxas de fecundidade nas décadas de 1950 a 1960 revela uma variação da TFT de 4,56 para 4,48 filhos por mulher, indicando uma situação de quase estabilidade no Estado de São Paulo. Na década de 1970, a TFT reduz para 4,10, indicando uma ruptura da estabilidade, e para 3,20, na década de 1980, já apresentando um declínio acentuado. De acordo com Berquó (1986), as variações apresentadas entre 1950 e 1960 indicariam certo grau de controle da reprodução. Avalia ainda como inegável que o declínio registrado a partir da década de 1970 era fruto da regulação voluntária da fecundidade (BERQUÓ, 1986).

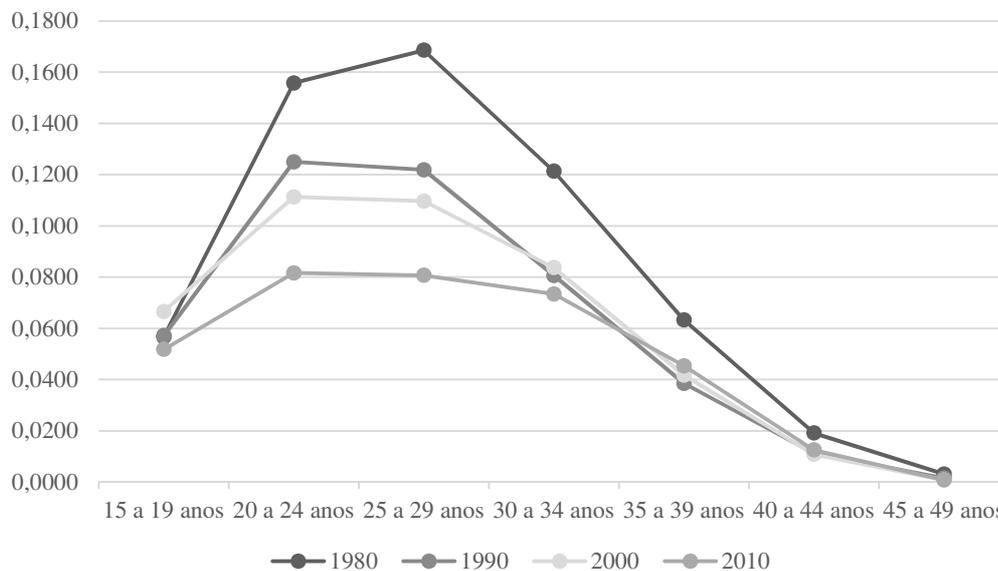
A cidade de São Paulo apresentava níveis abaixo aos registrados no Estado entre as décadas de 1980 e 2000, quando passa de 2,94 para 2,12 filhos por mulher em idade fértil. Nos períodos seguintes até os dias atuais, a média municipal seria superior ao Estado devido ao ritmo mais expressivo de queda da fecundidade em regiões do interior paulista, conforme Yazaki (2016). Em 2016, a TFT registrada no município foi de 1,73 filhos por mulher, e no Estado de 1,68, ambos se configurando com fecundidade abaixo do nível de reposição (2,1).

GRÁFICO 3– Taxa de Fecundidade Total (TFT), Estado e Município de São Paulo, 1950 a 2016

Fonte: Berquó (1986) para 1950 a 1970; Yazaki (2008) para 1980; Fundação Seade e Movimento do Registro Civil para 1980 a 2016.

Quando se observa as Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) para o município de São Paulo, indicador que permite analisar o comportamento da fecundidade por grupos etários de mulheres em idade fértil, obtém-se uma curva que distribui o nível de fecundidade a cada grupo etário, conforme apresentado no GRÁFICO 4. A curva apresenta um padrão com baixos níveis de fecundidade nas extremidades, isto é, nas idades mais novas (15 a 19 anos) e mais velhas (40 a 44 anos e 45 a 49 anos), e níveis mais altos nas idades de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, formando a cúspide que varia conforme o período.

GRÁFICO 4 – Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) por grupos etários quinquenais, Município de São Paulo, 1980 a 2010



Fonte: Fundação Seade. Movimento do Registro Civil.

Na cidade de São Paulo, a fecundidade era mais alta no grupo de 25 a 29 anos, em 1980, apresentando um intenso declínio nas mulheres mais velhas. A partir de 1980, o declínio se torna mais acentuado nas mulheres de 25 a 29 anos, configurando-se uma curva de cúspide dilatada com o grupo etário de 20 a 24 anos. No grupo etário de 15 a 19 anos, entre 1990 e 2000, ocorre um aumento da fecundidade, revelando o fenômeno do rejuvenescimento da fecundidade, gerada por mães adolescentes e registrado em todo o Brasil (RIOS-NETO, 2005), porém, a partir de 2010, já apresentava um novo declínio, acompanhando os demais grupos etários. No grupo etário de 30 a 39 anos era possível observar também um pequeno aumento nos anos 2000 e 2010, apontando para o fenômeno de envelhecimento da fecundidade.

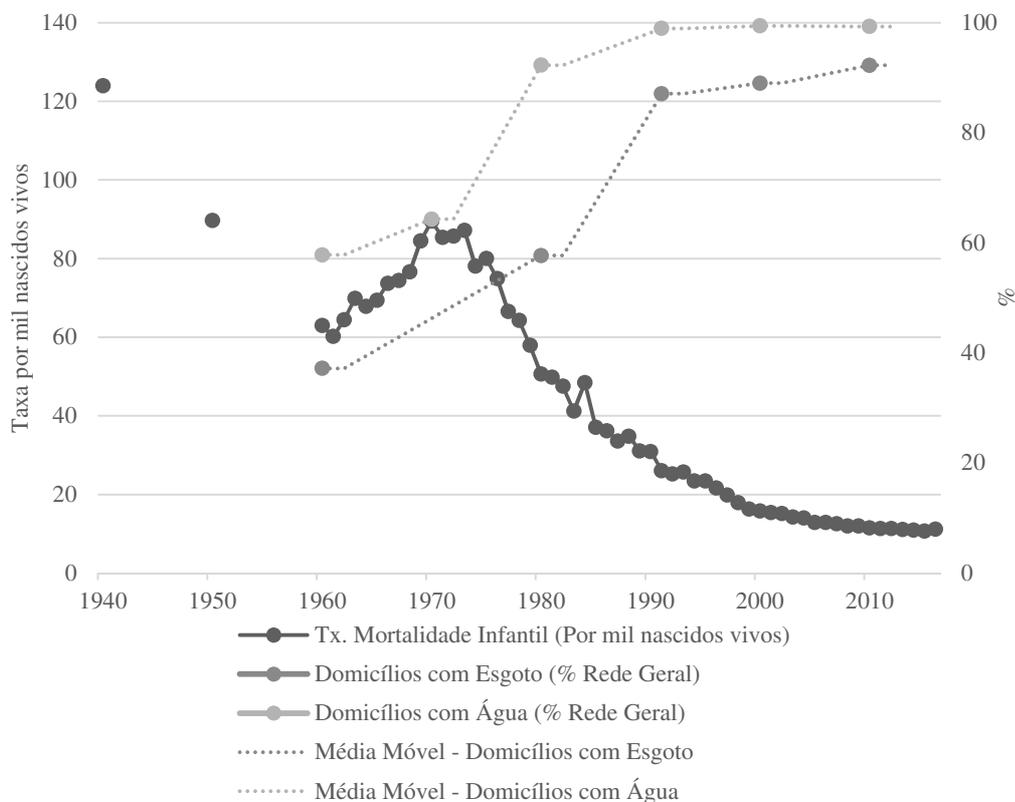
As informações sobre fecundidade apresentadas mostram que o Estado e a cidade de São Paulo completaram a denominada transição da fecundidade. Quando a população passa de um regime de alta fecundidade para outro de fecundidade reduzida, com consequências para o crescimento da população e para sua composição etária. A redução no crescimento da população implica na diminuição da proporção de jovens, o que acarreta no aumento da participação do segmento de pessoas idosas. Além disso, um menor regime de fecundidade possui implicações diretas no tamanho dos arranjos familiares e em sua composição. Um menor número de filhos produz arranjos familiares menores, o adiamento da fecundidade traz alterações ao ciclo de vida familiar e um aumento da proporção de idosos na população pode indicar novas configurações de moradias.

Outro aspecto da dinâmica demográfica e que revela o percurso de crescimento populacional e sua interface com a formação da cidade é a mortalidade. A mortalidade infantil é capaz de indicar de que maneira a expansão da cidade com o avanço da atividade industrial e os volumosos fluxos migratórios afetaram as condições de vida da população.

As condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores conduziram significativa parte da população assalariada a residir em bairros distantes, com pouca ou nenhuma condição de moradia e infraestrutura. As vilas operárias que existiam abrigariam poucos trabalhadores e aqueles de maior nível hierárquico. O migrante que tentava a vida na cidade teria que se abrigar em barracos nas fronteiras de expansão urbana (BERQUÓ, 1986; GOLDANI, 1983; PATARRA; BAENINGER, 1988). Nas décadas de 1960 e 1970 o destino do migrante passou a ser também os demais municípios da RMSP, que serviam, e ainda servem, como cidades dormitório para abrigo daqueles que tentam a vida e buscam emprego no centro metropolitano.

Goldani (1983) mostra que grande parte da mortalidade infantil do município de São Paulo seria proveniente das áreas mais periféricas, onde não só se concentravam as famílias de baixa renda, como também eram os distritos com menor cobertura de recursos públicos de saúde e de infraestrutura urbana.

GRÁFICO 5 – Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) e distribuição de domicílios ligados à rede geral de água e esgoto, Município de São Paulo, 1940 a 2016*



Fonte: Goldani (1983) para 1940 a 1970. IBGE (Censos Demográficos); Fundação Seade e Movimento do Registro Civil para 1980 a 2016.

*Em 1970 o Censo não apresenta o número de domicílios ligados à rede geral de esgoto para o município de São Paulo.

O GRÁFICO 5 apresenta a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos para 1940, 1950 e 1960 a 2016 ao lado da distribuição percentual de domicílios ligados à rede geral de água e esgoto para as décadas de 1960 a 2010. Ao observar a variação da mortalidade infantil entre 1940 e 1960, a representação revela que já ocorria um declínio acentuado da taxa nessas décadas. Alguns autores associam esse declínio à importação de medicamentos e avanços médicos, como o uso de antibióticos e a disseminação de tecnologias médicas a partir da abertura de equipamentos de saúde direcionados à saúde materno-infantil (ARRIAGA; DAVIS, 1969; PRESTON, 1975; WOOD; CARVALHO, 1994; PATARRA; BAENINGER, 1988). No período de 1960 a 1975 a taxa de mortalidade infantil apresenta um significativo aumento, associado aos impactos do crescimento populacional do período e a piora das condições de vida da população, que ocupa áreas da cidade sem infraestrutura urbana adequada. A expansão da rede geral de água e esgoto aparenta ser tímida entre 1960 a 1970, não acompanhando o ritmo crescimento da cidade. A partir da década de 1980, a melhora das condições sanitárias da população, acompanhado do fluxo de migrantes que deixa a cidade,

contribuiu para a retomada do declínio da mortalidade infantil, o que autores relacionam a mudanças nas condições sanitárias, a melhora na cobertura de infraestrutura urbana e a aspectos nutricionais (PALLONI, 1990; WOOD; CARVALHO, 1994; GOLDANI, 1983).

A expansão na cobertura de assistência à saúde e da infraestrutura urbana produzem reflexos também na sobrevivência da população adulta. A esperança de vida ao nascer é uma medida-resumo que revela o número médio de anos de sobrevivência esperados de um indivíduo a partir do seu nascimento. A TABELA 11 apresenta a esperança de vida ao nascer para as décadas de 1940 a 2010 na cidade de São Paulo.

TABELA 11 – Esperança de vida ao nascer, município de São Paulo, 1940 a 2010

Anos	Esperança de Vida ao nascer (e0)	Aumento entre as Décadas
1940	50,28	
		8,07
1950	58,35	
		6,36
1960	64,71	
		-0,43
1970	64,28	
		2,75
1980	67,03	
		2,10
1991	69,13	
		2,58
2000	71,71	
		4,24
2010	75,95	

Fonte: Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Deinfo e Fundação Seade.

Entre 1940 e 1960 é registrado um acréscimo de 14,4 anos na esperança de vida, passando de 50,28 para 64,71 anos. O que não é repetido na década seguinte, entre 1960 e 1970, quando o número médio de anos de sobrevivência permanece estável e coerente com o aumento da mortalidade infantil no mesmo período. De 1970 em diante o aumento é regular, de dois a três anos a cada década, sendo que apenas entre 2000 e 2010 houve um aumento de 4,2 anos, passando de 71,71 para 75,95 anos em 2010. O declínio da mortalidade em todo o período analisado acrescentou 25,7 anos de vida à população paulistana.

As modificações econômicas nas décadas de 1980 e 1990 levaram São Paulo nos anos 2000 a reconfigurar seu papel econômico. Com a desconcentração industrial em curso e

a migração agora direcionada aos demais municípios da RMSP e do interior do Estado, a cidade abriga indústrias cujos padrões de produção estão ligados à proximidade do diverso mercado consumidor residente, à oferta de mão-de-obra especializada e a serviços especializados que subsidiam a produção, como a gestão empresarial, consultoria jurídica e de comunicação, redes de logística eficientes, internet etc.

Do ponto de vista da ocupação da cidade, Rolnik (2003, p. 65) argumenta quanto a permanência das mesmas práticas desde o início do século XX, com mudanças da área de consumo da alta elite e do eixo econômico-financeiro. Primeiro do centro da cidade para a região da avenida Paulista na década 1970, aprofundando a desigualdade entre o setor sudoeste e demais áreas da cidade. Em seguida, com uma nova mudança em direção a região Sul, nas áreas próximas às avenidas Faria Lima, Luís Carlos Berrini e Nações Unidas. Nessas avenidas se instalaram novos edifícios empresariais, o que configuraria nas palavras da autora “*a extensão sul do velho setor sudoeste*”.

Na mesma região Sul convive com os prédios modernos a maior população residente em favelas do município de São Paulo. Dos 11.245.983 habitantes contados na capital em 2010, estima-se que 11,6% residam em favelas, equivalentes a 1,3 milhão de pessoas, e, desse total, 56,7% residam em favelas da região Sul (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2016), tornando mensurável os contrastes do morar na capital, que aqui somam imagens, mas para muitos são paisagens cotidianas.

2.2 Breve Histórico das Políticas Habitacionais no Brasil e em São Paulo

Percorrer o caminho histórico da elaboração das políticas habitacionais no Brasil e em São Paulo se revela uma tarefa complexa e desafiadora. A complexidade reside na multiplicidade de programas habitacionais que já existiram, na variedade das fontes de recursos, na diversidade do público beneficiário e nos desencontros das informações oficiais, refletidas na literatura, o que dificulta uma abordagem resumida e sistemática. Como se verá na sequência, optou-se nessa sessão por apresentar brevemente as principais tentativas postas em prática para tratar a questão da moradia no Brasil e em São Paulo à luz das mudanças de governo, a exemplo do que a literatura realiza. Ao final da seção é apresentada uma tentativa de síntese em um quadro resumo.

A questão da moradia enquanto problema urbano no município de São Paulo vem de longa data. O crescimento rápido da cidade, com a vinda de trabalhadores e migrantes como força de trabalho para a indústria ainda incipiente, a dificuldade dos serviços públicos de acompanharem a expansão de lotes periféricos, a concentração de renda e a desigualdade

expressa de diversas formas estão na raiz do problema da habitação que até hoje permanece (MARICATO, 1999). O mercado não se constituiu em uma alternativa para a população com baixos salários, trabalho precário, afetada pelo desemprego e a margem dos serviços públicos. O poder público federal, estadual e municipal realizou tentativas de intervenção propondo soluções para o problema da habitação, mas sem o sucesso esperado. Boa parte da população, ao longo desse processo, se virou como pode, a partir da autoconstrução de casas, em terrenos públicos ou privados ocupados, à beira de córregos alagadiços, distantes do centro da cidade e há horas de transporte público do trabalho. Ou ainda em cortiços nas áreas centrais, adensados em cômodos sem sanitário e compartilhados por diversas famílias. As reivindicações de acesso à terra urbanizada na cidade, a moradia adequada, com infraestrutura implantada e acesso a serviços públicos continuam a existir.

Os desafios são inúmeros e as dificuldades para solucioná-los proporcionalmente desafiadoras. Levaram-se décadas para a compreensão da questão da moradia como uma questão social que requeresse a intervenção do Estado. A ideia de uma habitação social, hoje denominada como habitação de interesse social, levou tempo para tornar-se parte da agenda de políticas públicas de governos.

No início do século XX, na República Velha (1889 a 1930), haviam poucas ações do Estado associadas à questão da moradia. As medidas existentes teriam sido voltadas ao controle da expansão de moradias precárias, em favelas e cortiços, que poderiam ser foco de enfermidades ou das denominadas doenças sociais (prostituição, marginalidade, criminalidade etc.) (AZEVEDO, 1988). Em que se pese o forte crescimento da população urbana, a ideia vigente era que a ação do Estado na construção de casas, ou na regulação do mercado de aluguéis e imóveis, poderia desestimular a produção privada de moradias, afastando investidores e a regulação do setor pelo mercado. O Estado ao não assumir essa função, ou mesmo da sociedade de lhe atribuir essa atividade, teria contribuído para a precarização da moradia (BONDUKI, 1994).

A Revolução de 1930, com o regime de Vargas, teria marcado uma mudança no ideário presente e a favor de um Estado interventor na economia e regulador das relações capital/trabalho. Para Bonduki (1994, p. 717) a intervenção do Estado na questão habitacional no governo Vargas teve duplo sentido, por um lado, “*ampliar a legitimidade do regime e viabilizar uma maior acumulação de capital no setor urbano através da redução do custo de reprodução da força de trabalho*”, já que a questão da moradia e o alto custo com o aluguel representavam parte significativa do orçamento do trabalhador urbano. Por outro lado, “*a formulação pelo Estado de um programa de produção de moradias e de uma política de*

proteção do inquilinato representavam a preocupação com as massas populares urbanas e com as condições de vida da classe trabalhadora e, conseqüentemente, seu apoio ao regime vigente”.

Surgiram, dessa forma, ações programáticas para a questão da moradia. Em 1937, com a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e seguida pela Fundação da Casa Popular, em 1946, foi dado início a produção de conjuntos habitacionais pelo Estado. Os IAPs representavam os recursos coletados pelo desconto compulsório de empresas e trabalhadores para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Os recursos foram utilizados para o financiamento da construção de habitação social e de habitação para segmentos de renda média da população. A Fundação da Casa Popular tinha como fonte de recursos o orçamento federal, o que variava e limitava sua capacidade de atuação.

Bonduki (1994) aponta que para as ações dos IAPs, a baixa rentabilidade dos investimentos em habitação social teria trazido questionamentos sobre a eficácia desse investimento e os riscos que poderiam causar a real função do fundo, de acumular reservas para as futuras aposentadorias e pensões. A Fundação da Casa Popular teria tido resultados tímidos devido às limitações orçamentárias, além da ausência de critérios sociais mais rigorosos, que permitiram atividades clientelistas e paternalistas, afetando a atuação da instituição.

De todo o modo, o autor assinala que a criação de um órgão nacional dedicado exclusivamente à provisão de moradias para a população de baixa renda representou o reconhecimento de que era atribuição do Estado enfrentar o problema da moradia cada vez mais presente nas cidades brasileiras. Além do que tornou a questão da moradia uma questão social, dando início a hoje denominada habitação de interesse social.

Outra atuação do regime Vargas que merece destaque foi a tentativa de controlar a escalada dos preços do aluguel urbano, pressionada pela carência de moradias e o forte crescimento demográfico atraído para as cidades com a industrialização. Em 1942, o decreto-lei do Inquilinato instituiu o congelamento dos valores de aluguéis e regulamentou as relações entre proprietários e inquilinos. A medida visava controlar os custos com o aluguel nos orçamentos familiares e estimular os investidores concentrados no mercado imobiliário a investirem em outras áreas, como a indústria. Os impactos foram diversos com repercussões adversas a esperada.

Como argumenta Bonduki (1994), a redução na construção de novas casas de aluguel por investidores privados teria aumentado a carência de habitações nas grandes

idades brasileiras. Os salários que eram reajustados com base nos custos de vida, cuja habitação era um dos principais elementos, teriam sofrido reajustes menores. Os novos imóveis que surgiam, teriam passado a possuir altos aluguéis de partida, devido a impossibilidade de reajustar o valor cobrado pela locação, e incompatíveis com os baixos incrementos salariais vigentes. Os proprietários passaram a reaver seus imóveis, o que tornou a prática do despejo muito comum. A soma desses fatores contribuiria substantivamente para a consolidação de um padrão periférico de crescimento urbano, onde o próprio morador produziria sua casa.

As primeiras favelas de São Paulo e a intensificação do crescimento das favelas no Rio de Janeiro ocorrem exatamente nesta conjuntura nos primeiros anos da década de 40, ocupando terrenos públicos e abrigando famílias despejadas ou migrantes recém-chegados. Em São Paulo, no entanto, ao contrário do Rio de Janeiro, as favelas não lograram expandir-se em larga escala até a década de 70, tanto em decorrência da sua estigmatização como pelo fato de que, em São Paulo, a alternativa casa própria em loteamentos periféricos tornou-se viável (BONDUKI, 1994, p. 729).

Em se pese os resultados das políticas desse período, em São Paulo a produção de moradias pelos programas públicos foi realizada apenas pelos IAPs, que ficaram marcadas, de acordo com Bonduki (1994), pela qualidade da intervenção. Conforme o autor, os conjuntos foram implantados em regiões onde a urbanização já estaria consolidada na época, como nos bairros da Mooca, Baixada do Glicério, Bela Vista, Tatuapé etc. Além disso, teriam dimensões compatíveis com a “família trabalhadora/operária” e trouxeram renovações do ponto de vista arquitetônico e urbanístico.

A qualidade, solidez e tamanho dos apartamentos e casas construídas. A preocupação dos institutos com a qualidade não pode ser comparada com nada do que se fez posteriormente em termos de habitação social. As unidades habitacionais eram amplas, muito bem detalhadas e construídas com cuidado (BONDUKI, 1994, p. 727).

A Fundação da Casa Popular foi extinta com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964. O BNH foi a maior experiência nacional já realizada de uma Política Nacional de Habitação. O BNH tinha como objetivo dar respostas aos problemas crescentes de moradia que o país experimentava com a acelerada urbanização de suas cidades. Por outro lado, de acordo com Bonduki (2008), a produção de casas populares teria como objetivo também conseguir o apoio de segmentos populares urbanos ao regime militar recém-instaurado, dialogando com as bases que sustentavam o governo deposto pelo golpe de 1964.

A proposta era que por meio do financiamento público ao setor da construção civil se pudesse ampliar em larga escala a construção de moradias populares, dialogando com a produção da casa própria, sonho de muitos brasileiros, e dinamizando a economia, por meio da geração de empregos e do fortalecimento do setor da construção civil.

Esse duplo objetivo produziu críticas ao programa, que observaram que a questão da moradia se tornara um pretexto para direcionar investimentos ao enfrentamento de problemas econômicos conjunturais ou à legitimação de grupos no poder. Para Bolaffi (1982), a habitação popular se constituiria em um falso problema elaborado para amenizar os impactos do controle da inflação e da contenção salarial no período, com a redução do crédito e de investimentos públicos, ao mesmo tempo em que mantivesse o apoio das massas populares.

De todo o modo, com o BNH, foi estruturado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que organizou os recursos que financiaram a política. Os recursos eram originados da poupança compulsória do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1967, a partir do recolhimento percentual salarial de todos os assalariados brasileiros, e dos recursos da poupança voluntária do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Toda a produção habitacional implicava em financiamentos para aquisição de imóveis próprios, havendo poucos casos de aquisição de imóveis usados ou produção para aluguel, como havia nos IAPs. O SFH era um sistema centralizador da promoção da habitação, mas se ramificava em uma rede de agentes operadores de habitação em várias regiões (por exemplo, Companhias Habitacionais ou COHABs, Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOPs, fundos de pensão etc.) (VALENÇA; BONATES, 2010; BONDUKI, 2008).

De acordo com Bonduki (2008), em todo o período de existência, o BNH por meio do SFH financiou 4,3 milhões de novas unidades de moradia, sendo 2,4 milhões com recursos do FGTS para a moradia popular e 1,9 milhões com recursos do SBPE para o mercado de habitação da classe média. Números que representariam 25% da produção habitacional no período de 1950 a 2000.

Em que se pese o grande número de moradias construídas, as principais críticas à política apontaram para a dificuldade de acesso ao sistema pelas populações de mais baixa renda, que demandavam a maior parte do atendimento pela política habitacional, concentrada na faixa de renda de zero a três salários mínimos. A forma como se organizou o acesso à moradia pelo BNH teria ocasionado essa situação, com o direcionamento dos recursos para uma única ação, a produção de novas unidades habitacionais a partir da adoção de recursos

retornáveis (os recursos do FGTS, que deveriam retornar com correção e juros para os trabalhadores, e os recursos da poupança, com o SBPE), as exigências do financiamento pelo sistema bancário, e a reduzida disponibilidade de subsídios à população mais pobre. Nos períodos de aumento da inadimplência dos mutuários, os financiamentos teriam sido reduzidos para a população com renda abaixo de três salários mínimos e ampliado o financiamento para a população com renda superior a cinco salários (AZEVEDO, 1988; BONDUKI, 2008; NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

Do ponto de vista da execução da política, a ausência de apoio técnico e urbano na construção de moradias, ou ainda de processos alternativos que estimulasse iniciativas próprias, privadas e comunitárias, teria feito com que fossem construídos grandes conjuntos habitacionais na periferia das cidades, criando bairros dormitórios, com impactos para o atendimento de serviços públicos, para a mobilidade urbana e na desarticulação entre os projetos habitacionais e uma política urbana (BONDUKI, 2008; NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

O absoluto desprezo pela qualidade do projeto, gerando soluções uniformizadas, padronizadas e sem nenhuma preocupação com a qualidade da moradia, com a inserção urbana e com o respeito ao meio físico. Indiferente à diversidade existente num país de dimensões continentais, o BNH desconsiderou as peculiaridades de cada região, não levando em conta aspectos culturais, ambientais e de contexto urbano, reproduzindo à exaustão modelos padronizados (BONDUKI, 2008, p. 74).

Em São Paulo, as ações do BNH estiveram também associadas a programas de moradia executados pela Cohab e pela Prefeitura municipal. O Promorar Paulista foi um dos programas que contaram com financiamentos do BNH. Em linhas gerais, consistia no fornecimento de lotes com tamanho médio de 75m² para construção de embriões habitacionais, passíveis de serem expandidos do tamanho inicial de 25m² (cômodo de habitação, ducha e sanitário). Além do Promorar, a Prefeitura atuou na urbanização de favelas e na regularização dos loteamentos periféricos, que expandiam rapidamente na capital. Os programas Profavela, Proágua e Proluz tinham como objetivo atuar em parceria na urbanização de favelas e de loteamentos, oferecendo intervenções pontuais nas moradias e a expansão da infraestrutura urbana (SACHS, 1999).

Os pequenos recursos destinados ao Profavela e a complexidade de execução e articulação de ações teriam tornado os resultados do programa aquém do esperado (SACHS, 1999). Ainda assim, como aponta Sachs (1999), esses programas marcariam uma mudança na

atitude da prefeitura de São Paulo, o reconhecimento da necessidade de uma política explícita junto às moradias precárias da capital.

A elaboração, em 1982, do Plano Municipal de Habitação 1983-1987 (PMH) representaria esse reconhecimento da gestão municipal, de acordo com Sachs (1999). O plano partia da premissa que a habitação é um direito de todos os cidadãos e afirmava seu caráter social, limitando sua atuação as famílias de renda mensal inferior a cinco salários mínimos. A ênfase foi colocada na população de baixa renda que morava nas favelas, cortiços e nos loteamentos periféricos da cidade. O plano propunha três programas para a produção de novas habitações: o financiamento de lotes com viário e infraestrutura para a autoconstrução da habitação, destinados a famílias com renda inferior a três salários mínimos; a produção de lotes urbanizados com embriões habitacionais de 25m², destinadas a mesma população-alvo; e a construção de unidades habitacionais prontas para famílias com renda entre três e cinco salários mínimos. No tocante a moradia precária, o Plano propunha outros quatro programas: a Urbanização e Regularização de Favelas; a Urbanização de Favelas com reassentamento das famílias, com enfoque no risco geotécnico, de inundações e outros desastres naturais; a Reabilitação de Cortiços; e a Legalização e Regularização de Loteamentos Periféricos. Como aponta Sachs (1999), o PMH teria consistido em um avanço conceitual na formulação de uma estratégia de promoção pública da habitação de interesse social, embora todos os programas enfrentaram dificuldades orçamentárias originadas da recessão da década de 1980 e de diferenças políticas entre a administração do MDB em São Paulo e o governo federal.

A crise econômica da década de 1980 impactou no SFH com a diminuição da capacidade de investimento, a redução dos saldos do FGTS e da poupança e o aumento da inadimplência, principalmente devido ao descompasso entre o aumento das prestações e a diminuição da capacidade de pagamento dos mutuários. A crise no sistema habitacional teria se somado a oposição ao regime militar, acirrando as críticas ao BNH com a luta pela democracia. O BNH foi extinto em 1986 e com a redemocratização, autores apontam que não teria ocorrido uma transformação da política existente ou uma reformulação, mas o esvaziamento do tema, deixando de existir uma política nacional de habitação. A partir disso, o setor do governo federal responsável pela gestão de uma política habitacional esteve subordinado a diversos ministérios e estruturas administrativas diferentes. A Caixa Econômica Federal tornou-se agente financeiro do SFH, dividindo com o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional algumas atribuições, pessoal e acervo do BNH (AZEVEDO, 1988; BONDUKI, 2008; AMARAL, 2002).

Com o fim do BNH também ocorreu uma fragmentação da atuação na área habitacional, com estados e municípios desenvolvendo programas habitacionais próprios, financiados a partir de fontes alternativas e recursos orçamentários locais. Para Bonduki (2008), a Constituição de 1988 de alguma maneira teria contribuído com esse processo, tornando a habitação uma atribuição concorrente dos três níveis de governo. A mobilização social ampliou a pressão junto aos municípios na questão da habitação, contribuindo também com a descentralização dos programas habitacionais (BONDUKI, 2008).

No governo Collor (1990 a 1992) foi criada a Secretaria Nacional de Habitação, inserida no recém-criado Ministério da Ação Social. Adotou-se uma postura de parceria com a iniciativa privada e contando com estados e municípios para a concessão de uma política de subsídios a segmentos da população de baixa renda. Nessa linha, surgiram programas como o Consórcio Habitacional, de 1990, semelhante ao sistema de consórcio utilizado para carros ou outros bens duráveis, o Programa Ação Imediata de Habitação (PAIH), o Programa de Habitação Popular (PROHAP), o Programa Empresário Popular (PEP) e Cooperativa. Em linhas gerais, como aponta Valença e Bonates (2010), os programas teriam foco em atrair investidores privados, criando condições para eliminar os riscos e melhorar o retorno dos investimentos.

Em São Paulo, esse mesmo período foi marcado pela gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Erundina já tinha uma atuação próxima aos movimentos de moradia do município de São Paulo, atuando em defesa dos interesses desses grupos no período em que foi vereadora no município (1982-1985). Em seu governo como prefeita teria enfatizado o enfrentamento de problemas sociais da população, principalmente aqueles relativos à habitação, por meio de processos de interlocução e diálogo permanente com os movimentos sociais (AMARAL, 2002).

A Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) serviu de instrumento para a concepção e execução de uma política municipal de habitação social, financiada com recursos do Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal (Funaps), criado em 1979. As dificuldades políticas de se obter recursos federal e estadual no período teriam feito com que as ações da área habitacional do município fossem financiadas majoritariamente por recursos municipais (AMARAL, 2002).

Programas e ações foram desenvolvimentos e geridos pela administração municipal: Ação em Favelas – Urbanização; Ação em Favelas – Melhorias; Alojamento Provisório – remoção, risco e apoio a projetos; Unidades Novas - Mutirão Autogestão; Unidades Novas – Empreiteiras; Lote Urbanizado; e Funaps Comunitário. O destaque da

gestão se encontra no desenvolvimento dos denominados mutirões com autogestão. A proposta consistia na realização da obra de construção de moradias a partir de um regime de ajuda mútua (mutirões) e a gestão conjunta da produção do conjunto habitacional (autogestão), desde a indicação do terreno, a definição do projeto, a realização da obra e a seleção da demanda. Esse formato valorizaria a capacidade gerencial das famílias beneficiadas e reduziria os custos quando comparado aos valores praticados por empreiteiras e construtoras (AMARAL, 2002).

Os novos programas desenvolvidos e executados prezavam pela qualidade das moradias, conjuntos e obras, procurando valorizar o projeto arquitetônico e urbanístico. O objetivo era promover soluções originais, de custos mais baixos e diferenciadas, tanto do ponto de vista estético, quanto da implantação urbanística dos processos construtivos, das tipologias e da escolha de materiais (AMARAL, 2002, p. 21).

Para Amaral (2002), os avanços alcançados pela gestão estariam principalmente na consolidação de vínculos com movimentos sociais no fazer da política e no desenvolvimento de processos participativos e diálogo com a população envolvida. Além disso, importantes referências teriam sido construídas no pensar da habitação para além da casa e da infraestrutura urbana, considerando a mobilidade urbana, o trabalho e os demais serviços públicos. Ainda assim, dificuldades de diálogo com a composição da câmara de vereadores que impedia alterações na legislação que pudessem trazer avanços para os objetivos da política e os longos processos de diálogo com a população tornaram os quatro anos de gestão limitados para os objetivos propostos (AMARAL, 2002).

No Brasil, com o governo de Itamar Franco (1993-1994), o sistema de provisão habitacional criado a partir dos recursos de FGTS encontrava-se em crise. As novas aprovações de financiamento foram canceladas desde o final de 1991 devido a taxa de aprovações ter ultrapassado a capacidade de construção usando de recursos do FGTS. Além disso, notícias de suspeitas de corrupção e a recessão provocada pelo Plano Collor contribuíram para a crise. Havia também uma crescente inadimplência no pagamento dos financiamentos, com a crise econômica e o declínio real da renda. A aquisição de novos financiamentos e a compra de imóveis também sofreu com as condições econômicas do período, impedindo o retorno de investimentos e indicando o empobrecimento da população (VALENÇA; BONATES, 2010; BONDUKI, 2008).

Ainda assim, dois programas foram lançados, o Programa Habitar Brasil e o Morar Município, sob gestão do então denominado Ministério do Bem-Estar Social. Os

programas partiram da alocação de recursos orçamentários para o financiamento da construção de moradia para segmentos mais pobres da população e desatrelados do SFH. Esses dois programas teriam dado início a características do que mais tarde foi chamado de Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), condicionando o acesso aos recursos dos programas pelos estados e municípios à existência de fundos próprios para transferência de recursos, a conselhos locais de controle social e a contrapartida de investimentos pelas prefeituras. Ambos os programas tinham objetivos semelhantes, a construção de novas moradias, a regularização fundiária de terrenos e a melhoria das condições urbanas. A diferença residia que o Habitar Brasil era voltado para cidades acima de 50 mil habitantes e os fundos eram obtidos por empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (VALENÇA; BONATES, 2010).

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) foi dada continuidade ao programa Habitar Brasil, enquanto o Morar Município foi substituído pelo Pró-Moradia. O Pró-Moradia era destinado a construção de moradias para famílias de baixa renda, a urbanização de favelas e assentamentos precários por meio de recursos do FGTS destinados a operadores nos estados e municípios. Em 1998, foi anunciada a criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) com enfoque na produção de moradias para a população com renda de três a seis salários mínimos, direcionado às regiões metropolitanas. A operação financeira permaneceu com a Caixa Econômica Federal (CEF) e os operadores do programa eram empreendedores privados e governos municipais. Os recursos eram formados pelo FGTS e de origem fiscal. Ao final do governo FHC foi criado o Programa de Subsídio à Habitação (PSH), a partir de recursos orçamentários e da contrapartida de estados e municípios, com o objetivo de construir casas de baixo custo para a população com renda de um a três salários mínimos.

Autores avaliam que o governo de FHC teria destinado boa parte das ações de acesso à moradia a mecanismo de mercado, tal como seus antecessores. Soluções como a institucionalização da carta de crédito, no Programa Carta de Crédito, para a compra de imóveis contribuiriam para destinar ao mercado a questão da moradia. A atuação junto a famílias mais pobres, com renda média de até três salários mínimos, teria sido reduzida devido ao alto nível de subsídios necessários diante de políticas macroeconômicas de ajuste fiscal, controle da inflação e pressão de credores internacionais, além das restrições de acesso ao financiamento bancário (VALENÇA; BONATES, 2010; BONDUKI, 2008).

Avanços institucionais foram feitos com a criação da Secretaria de Política Urbana subordinada ao Ministério de Planejamento e Orçamento, e que mais tarde tornou-se

uma secretaria especial ligada ao gabinete presidencial e denominada Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. A Secretaria de Política Urbana passou a ser gestora do setor habitacional e divulgou o documento da Política Nacional de Habitação, que reunia os principais programas lançados pelo governo de então. Em 2001, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Cidade, que regulamentou princípios constantes na Constituição e apresentou instrumentos de política urbana, após mais de uma década de tramitação no Congresso Nacional.

No município de São Paulo, as gestões dos Prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta (1993-1996/1997-2000) não dariam continuidade a boa parte dos programas da gestão anterior na área da habitação. O programa de Mutirões foi a única iniciativa que continuou a existir, mas com dificuldades de acesso e repasse de recursos, o que contribuiu para que moradores e movimentos sociais criassem articulações independentes do poder público como o Fórum dos Mutirões.

A marca da gestão Maluf/Pitta foi o Projeto Cingapura, programa de urbanização de favelas por meio da verticalização de moradias na própria área de intervenção. A proposta era a construção de conjuntos habitacionais transferindo para apartamentos as famílias oriundas de favelas que passavam pela urbanização. O projeto foi executado em larga escala a partir de recursos do Fundo Municipal de Habitação, criado em 1994, e mais tarde em parceria com o BID. A proposta foi alvo de críticas e originou conflitos com movimentos de moradia. De acordo com Amaral (2002), as unidades construídas teriam tamanho inferior aquelas elaboradas pelos mutirões de autogestão (média de 60m²) e eram padronizadas, reproduzindo um tamanho médio de 42m² com dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro. O projeto também teria priorizado a visibilidade das construções, até hoje bastante marcantes em São Paulo, implantando os conjuntos em locais de grande circulação de veículos e nas partes mais visíveis das favelas, considerando poucos critérios técnicos para a implantação, ou dialogando com os moradores da favela urbanizada (AMARAL, 2002).

Nesse período também se intensificou a atuação dos movimentos sociais de moradia, que formavam coro em cobranças dos governos federal, estadual e municipal sobre a responsabilidade pelos programas habitacionais. A União dos Movimentos de Moradia foi bastante representativa no período conseguindo articular convênio com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e apresentando projetos de lei ao Congresso Nacional. Os movimentos de moradia passaram também a ocupar edifícios ociosos no centro da cidade de São Paulo, revelando insatisfações e reivindicações por moradias melhores, próximas ao centro e a regiões com melhores ofertas

de emprego e serviços públicos. Nessa marcha diversos movimentos se fortaleceram, destacando-se o Movimento de Moradia do Centro, Fórum de Cortiços, Unificação das Lutas dos Cortiços, Movimento dos Sem-teto do Centro, entre outros (AMARAL, 2002).

No governo Lula (2003-2010) foi criado o Ministério das Cidades, em 2003, integrando em uma mesma pasta as políticas de regularização fundiária, habitação, saneamento e mobilidade urbana. O Ministério das Cidades tornou-se o órgão responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e pela articulação dos diferentes entes federativos para elaborar estratégias que equacionassem os problemas urbanos das cidades e a utilização dos instrumentos propostos pelo Estatuto das Cidades.

No mesmo período foi formado o Conselho Nacional das Cidades, como instância de participação e controle da política urbana. A elaboração de duas Conferências Nacionais das Cidades contribuiu com diretrizes para traçar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). A Política Nacional de Habitação (PNH) é integrante da PNDU e compartilha a concepção de um desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorporando o direito à infraestrutura urbana, ao transporte coletivo, a equipamentos e serviços urbanos e sociais (BRASIL, 2004, p. 13).

Para viabilizar a implementação da política, foi estruturado o Sistema Nacional de Habitação (SNH) como principal instrumento da PNH, prevendo a integração de recursos e fundos dos três níveis de governo. Foram definidos também dois subsistemas: o de habitação de mercado e o de habitação de interesse social. A distinção dos subsistemas objetivou segregar as fontes de recursos para as diferentes demandas e perfis do déficit habitacional, garantindo que os recursos públicos possam ser utilizados como subsídios à população de baixa renda. O subsistema de mercado tem como captação de recursos as cadernetas de poupança do SBPE e de demais agentes privados, enquanto o subsistema de habitação de interesse social, o FGTS, o Fundo Nacional de Interesse Social (FNHIS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). O FNHIS possui um conselho gestor para controle social e para adesão de estados e municípios é necessário elaborar os planos estaduais e municipais de habitação, criar os fundos de habitação de interesse social e os conselhos gestores (BRASIL, 2004).

Outro importante instrumento da PNH foi o Plano Nacional de Habitação (PlanHab). O PlanHab foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Habitação, do então Ministério das Cidades, por meio de processos participativos com o objetivo de formular um conjunto de estratégias de ação no longo prazo para equacionar as necessidades

habitacionais dos diferentes segmentos da população. Tal estratégia foi composta por quatro eixos estruturadores: modelo de financiamento e subsídio, política urbana e fundiária, arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil. Uma característica adotada pelo Plano foi buscar estabelecer diferentes estratégias de atuação a cada perfil de município. Para isso, foram estabelecidas onze categorias de municípios, a partir de informações do número de habitantes, condição metropolitana, polarização regional, variáveis socioeconômicas, condição de pobreza etc. (BRASIL, 2010a)

No tocante aos programas habitacionais, o primeiro governo Lula continuou operando os programas que tinham recursos do FGTS, como o Programa Carta de Crédito, e fez reformas em outros para ampliar a possibilidade de atendimento à população de baixa renda, como foi o caso do PAR II e do PSH. Foram criados também programas, como o Crédito Solidário que tinha objetivo de financiar de forma subsidiada a construção de casas para famílias com renda entre um e três salários mínimos por meio de grupos organizados, associações, cooperativas e outras entidades. O objetivo era a produção habitacional por meio de mutirões e da autogestão com condições favoráveis de financiamento. Os recursos do programa eram provenientes do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Mais tarde essas ações dariam início ao Minha Casa Minha Vida Entidades (VALENÇA; BONATES, 2010).

Em São Paulo, o governo de Marta Suplicy (2001-2004) teve como destaque a elaboração do Plano Diretor Estratégico (2002). A aprovação do Plano Diretor trouxe contribuições importantes para a política habitacional do município, como a criação e delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), porções do território destinadas a construção e qualificação da moradia da população de baixa renda, e a definição e distinção entre habitação de interesse social e habitação de mercado popular, definindo inclusive o tamanho das unidades habitacionais a serem construídas.

Art. 146 -

XIII - Habitação de Interesse Social - HIS, é aquela que se destina a famílias com renda igual ou inferior a 6 (seis) salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada, com padrão de unidade habitacional com um sanitário, até uma vaga de garagem e área útil de no máximo 50 m² (cinquenta metros quadrados), com possibilidade de ampliação quando as famílias beneficiadas estiverem envolvidas diretamente na produção das moradias;

XIV - Habitação de Mercado Popular - HMP, é aquela que se destina a famílias de renda igual ou inferior a 16 (dezesesseis) salários mínimos ou capacidade de pagamento a ser definida em lei específica, de promoção privada, com padrão de unidade habitacional com até dois sanitários, até uma vaga de garagem e área útil de no máximo 70m² (setenta metros quadrados) (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2002 *apud* CARDOSO, 2004).

Além disso, a gestão deu continuidade aos programas da gestão anterior (Prover-Cingapura, Procav, Mutirões, Mananciais e Regularização Fundiária) e elaborou novos programas. O programa de mais destaque foi o Bairro Legal, que consistia em um conjunto de ações ou subprogramas direcionados a população de baixa renda, entre zero e três salários mínimos, com diferentes fontes de recursos (orçamentária, FMH e convênio com organismos internacionais). A atuação do programa foi direcionada a várias frentes, a urbanização e regularização de favelas e loteamentos, a requalificação de conjuntos habitacionais (Viver Melhor), a obras de implantação de infraestrutura e reassentamento de famílias em áreas de mananciais (Programa Mananciais) etc. Vale destacar ainda, o programa Morar no Centro, com ações destinadas a melhorar as condições de moradia de quem mora no centro da cidade e ampliar as moradias de interesse social nessa região. Experiências então inéditas foram feitas com a locação de apartamentos (Locação Social) para famílias com renda de até três salários mínimos em edifícios reformados ou construídos com recursos do FMH, PAR, CEF, BID e do Ministério das Cidades, por meio do Programa Especial de Habitação Popular (PEHP) (CARDOSO, 2004).

Na gestão seguinte, Serra/Kassab (2005-2008), foi dada continuidade aos programas da gestão anterior, porém com enfoque na urbanização de favelas e no desdobramento das ações na área central nos programas e subprogramas Locação Social, PAR, Bolsa-Aluguel e Requalificação de Cortiços. Além da continuidade do Programa Mananciais, Mutirão e a Regularização Fundiária (CYMBALISTA et al., 2007).

O QUADRO 1 a seguir apresenta uma tentativa de resumo dos principais programas habitacionais elaborados pelo governo federal e pela prefeitura de São Paulo desde o Regime de Vargas. A compilação de programas se mostra bastante complexa com a fragmentação de intervenções, diferentes origens de recursos, público-alvo e estratégias de atuação. Revelam também a desarticulação e as descontinuidades de programas habitacionais com as trocas de governo ao longo do tempo.

QUADRO 1 – Programas habitacionais, Brasil e município de São Paulo, 1930 a 2008

Governo Federal	Programa	Origem do Recurso	Governo Municipal	Programa	Origem do Recurso
Vargas (1930-1945)	Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP)	IAP			
Dutra (1946 - 1951)	Fundação da Casa Popular	Orçamento			
			Reynaldo de Barros (1979-1982)	Cohab – Provisão e Conjunto Habitacional	BNH
				Promorar Paulista; Profavela; Proágua; ProLuz.	BNH
Regime Militar (1964-1985)	BNH	FGTS e SBPE	Mario Covas (1983-1985)	Plano Municipal de Habitação (1983-1987): Financiamento de Lotes com Infraestrutura para Autoconstrução; Lotes Urbanizados com Núcleo Habitacional; Unidades Habitacionais Prontas; Urbanização e Regularização de Favelas; Urbanização com Reassentamento de Famílias; Reabilitação de Cortiços; Legalização e Regularização de Loteamentos Periféricos	Orçamento
				Cohab – Provisão e Conjunto Habitacional	BNH
	Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH);	FGTS		Ação em Favelas – Urbanização	Orçamento
	Programa Cooperativas;	FGTS		Ação em Favelas - Melhorias	Orçamento
Collor (1990–1992)	Programa Empresário Popular (PEP)	FGTS	Luiza Erundina (1989-1992)	Alojamento Provisório – remoção, risco, apoio a projetos	Orçamento
	Programa de Habitação Popular (PROHAP público	FGTS		Unidades Novas - Mutirão Autogestão	FUNAPS
	PROHAP privado			Unidades Novas - Empreiteiras	Orçamento
	PRODURB			Lote Urbanizado	Orçamento
	PROAREAS)			Funaps Comunitário	FUNAPS
				Cohab – Provisão e Conjunto Habitacional	FGTS

Governo Federal	Programa	Origem do Recurso	Governo Municipal	Programa	Origem do Recurso
Itamar (1993–1994)	Habitare-Brasil	BID	Maluf (1993-1996)	Prover - Cingapura	Orçamento
	Morar-Município	Orçamento		Procav	Orçamento
				Projeto Guarapiranga	Orçamento e Banco Mundial
FHC (1995–1998)	Habitare-Brasil	Orçamento	Celso Pitta (1997-2000)	Reg. Fundiária / Lote Legal	Orçamento
	Morar Melhor (Ação Social em Saneamento)	FGTS		Cohab – Provisão e Conjunto Habitacional	FMH
	Carta de Crédito Individual e Associativo	FGTS		Prover - Cingapura	Orçamento e BID
	Pro-Moradia	FGTS		Procav	Orçamento e BID
	Programa de Conclusão de Empreendimentos Habitacionais	FGTS		Projeto Guarapiranga	Orçamento e Banco Mundial
FHC (1999–2002)	Habitare-Brasil	Orçamento	Marta Suplicy (2001-2004)	Multirão	FMH
	Morar Melhor	Orçamento		Reg. Fundiária / Lote Legal	Orçamento e BID
	Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	Orçamento		Cohab – Provisão e Conjunto Habitacional	FMH
	Carta de Crédito Individual e Associativo	FGTS		Prover - Cingapura	Orçamento e BID
	Pro-Moradia	FGTS		Procav	Orçamento e BID
Lula (2003–2006)	Programa de Arrendamento Residencial (PAR)	FAR	Marta Suplicy (2001-2004)	Reg. Fundiária (Lote Legal e Bem Legal)	BID
	Habitare-Brasil	Orçamento		Bairro Legal	Orçamento/FM H/Banco Mundial
	Morar Melhor (Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional destinada a Famílias de Baixa Renda e Apoio a Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários)	Orçamento		Viver Melhor	FMH
				Morar no Centro	Orçamento/CEF/ FMH
	Programa de Subsídio à	Orçamento		Programa Mananciais	Orçamento
		Provisão Habitacional	Orçamento / PAR/ FMH		

Governo Federal	Programa	Origem do Recurso	Governo Municipal	Programa	Origem do Recurso
	Habitação (PSH)			Mutirão	FMH
	Carta de Crédito Individual e Associativo	FGTS		Cohab – Provisão e Conjunto Habitacional	FMH
	Pró-Moradia	FGTS		Locação Social	Orçamento/CEF/FMH/MCidades
	Carta de Crédito (operações coletivas) – Resolução n. 460	FGTS		Programa de Arrendamento Residencial (PAR)	FAR
	Programa de Arrendamento Residencial (PAR)	FAR	Serra/Kassab (2005-2008)	Bolsa-Aluguel	FMH
				Requalificação de Cortiços	Orçamento
				Urbanização de Favelas	Orçamento/MCidades
				Reg. Fundiária	Orçamento/MCidades
				Mutirão	FMH
	Crédito Solidário	FDS		Programa Mananciais	Orçamento
				Cohab – Provisão e Conjunto Habitacional	FMH

Fonte: A elaboração desse quadro se valeu da contribuição de diversos autores: Valença e Bonates (2010); Bonduki (1994); Amaral (2002); Cardoso (2004) e Cymbalista et al. (2007). Elaboração do autor.

2.3 O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado por meio da Medida Provisória 459 de 25 de março de 2009 com o objetivo de construir moradias em larga escala e em todo o país para reduzir o déficit habitacional existente. Além disso, também constituía em uma medida de governo para enfrentamento da crise econômica dos *subprimes* americanos, iniciada em 2008 e agravada com a sequência de quebra de bancos e impactos na economia financeira mundial.

O Ministério das Cidades havia passado, em 2005, por alterações na condução política da pasta, provocando a saída de integrantes, que, desde 2003, investiam na construção de uma política urbana e de um sistema de habitação de interesse social (MARICATO, 2011). As amplas discussões realizadas culminaram em avanços expressos na elaboração PNHIS e no Planhab.

A meta inicial para o PMCMV era a construção de um milhão de unidades a partir do investimento de 34 bilhões de reais oriundos do orçamento da União e do FGTS. Contava-se ainda com valores para o financiamento de infraestrutura e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) para recursos à cadeia produtiva, que abrangia o setor da

construção civil e demais setores associados, como a indústria extrativista, moveleira e de eletrodomésticos (SANTO AMORE, 2015).

Outra meta estabelecida no lançamento do programa definia o destino de 40% da produção de unidades habitacionais a famílias com renda de até três salários mínimos – camada de renda que concentra a maior parte do déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Os outros 60% da produção habitacional seriam destinados a famílias de até dez salários mínimos, e pretendentes de um segmento de mercado. Além disso, o programa teria uma distribuição regional, concentrando a produção nos estados das regiões Sudeste e Nordeste, com prioridade para municípios com mais de 100 mil habitantes e excluindo aqueles com menos de 50 mil – acompanhando a distribuição do déficit habitacional. Definições diferentes daquelas estabelecidas pelo PlanHab, em 2009, que elaborava possibilidades de atuação e subsídios diversificados a partir de uma tipologia de onze categorias de municípios de acordo com as condições demográficas, socioeconômicas e urbanas (SANTO AMORE, 2015).

Alguns autores tentaram antever alguns impactos que o desenho do programa, tal como apresentado inicialmente, poderia ocasionar. As críticas ressaltavam a desconexão da proposta com estratégias urbanísticas e fundiárias, ou com a construção da cidade propriamente dita; apontavam para mais da metade da produção de moradias estar prevista para as faixas de renda que não concentram o déficit habitacional; indicavam a ausência de acompanhamento e critérios técnicos na construção dos conjuntos habitacionais e na seleção de terrenos nos municípios; a continuidade de estratégias baseadas na oferta de subsídios e créditos individualizados para obtenção da moradia, cuja experiência anterior já revelaria dificuldades de inserção das famílias de renda mais baixa nessas modalidades (ROLNIK; NAKANO, 2009; MARICATO, 2009).

De todo o modo, o programa foi lançado e cumpriu com as metas iniciais, levando ao lançamento de outras fases. Em 2011 foi iniciada a Fase II do programa com a meta de contratação de mais 2 milhões de unidades, com revisão dos limites das faixas de renda, aumento dos custos máximos das unidades e a priorização 60% das contratações para as famílias com renda de até três salários mínimos. Em 2016 é iniciada a Fase III, estabelecendo meta de entregar 2 milhões de moradias até 2018 e incluindo uma nova faixa de renda intermediária além das existentes. No final de 2018, foram definidos ajustes nas faixas de renda e nos subsídios oferecidos pelo programa.

Nas novas fases do programa, diversos ajustes foram realizados, como a autorização para a produção em municípios com menos de 50 mil habitantes, a definição de

especificações mínimas para os projetos e para as construções, o estabelecimento de parâmetros para o trabalho social, a definição de responsabilidades para os diferentes níveis de governo na implantação de equipamentos públicos junto aos empreendimentos instalados, a definição de requisitos para integração do projeto ao tecido urbano e as vias de acesso a demais regiões da cidade (SANTO AMORE, 2015).

A organização do programa foi estruturada de acordo com a faixa de renda do usuário, o fundo de origem dos recursos e o local de implantação do empreendimento habitacional. Nesse sentido, o PMCMV pode ser dividido em dois segmentos distintos: um segmento público que subsidia a produção habitacional voltado à população de baixa renda (até três salários mínimos) e objeto desta dissertação; e outro segmento de mercado ou econômico, destinado às demais faixas de renda, composto por descontos e facilidades no financiamento da moradia. O segmento público tem como fonte de recursos investimentos públicos a título de fundo perdido, originários do Orçamento Geral da União (OGU) e alocados no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) ou no Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Ambos operados pela Caixa Econômica Federal em parceria com municípios. No segmento econômico, o público-alvo são as famílias de renda média (acima de três salários mínimos), formado por recursos não onerosos, na forma de descontos para famílias até seis salários mínimos, e recursos onerosos vinculados a financiamentos do FGTS, com taxas de juros reduzidas e maior facilidade de acesso ao crédito para famílias de seis a dez salários mínimos (FERREIRA, 2012).

O MCMV possui ainda modalidades diferentes a depender do local de destino do empreendimento. O Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU – “MCMV Urbano”) é destinado aos moradores de centros urbanos em municípios com mais de 50 mil habitantes e utiliza recursos do FAR. O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR - “MCMV Rural”) é a modalidade do MCMV voltado a agricultores familiares, trabalhadores rurais ou de comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas), com grupos de renda específicos. Essa modalidade de atendimento permite a construção de novas casas ou da reforma de unidades já existentes. O MCMV - Oferta Pública de Recursos é destinado a municípios com menos de 50 mil habitantes (“MCMV – Cidades até 50 mil habitantes”). Há ainda o MCMV Entidades (“MCMV Faixa 1 Entidades”), com recursos do FDS, direcionado ao financiamento para famílias de baixa renda organizadas por entidades sem fins lucrativos (cooperativas, associações etc.), que tenham sido habilitadas junto ao governo federal, e se disponham a fazer a gestão direta ou indireta dos empreendimentos (SANTO AMORE, 2015).

Para participar do programa o usuário deve se enquadrar em uma das faixas de renda estabelecidas. As Fases I e II apresentavam três faixas de renda, na Fase III foi incluída uma quarta faixa de renda bruta familiar – exceto no PNHR que possui faixas de renda próprias¹⁹. Em 31 de dezembro de 2018, as faixas de renda e o limite de valor dos imóveis financiados foram atualizados, porém não se constituindo em uma nova fase do programa propriamente dita. O QUADRO 2 a seguir apresenta o histórico das faixas de renda.

QUADRO 2 – Faixas de renda do PMCMV por fases

Fase	Faixa	Renda Bruta Familiar Mensal	Valor Máximo do Imóvel (reais)
Fase I (2009 – 2011)	Faixa 1	Até 1.395,00 reais	52.000,00
	Faixa 2	De 1.395,00 a 2.790,00 reais	130.000,00
	Faixa 3	De 2.790,01 a 4.650,00 reais	130.000,00
Fase II (2011 – 2015)	Faixa 1	Até 1.600,00 reais	76.000,00
	Faixa 2	De 1.600,01 a 3.100,00 reais	190.000,00
	Faixa 3	De 3.100,01 a 5.000,00 reais	190.000,00
Fase III (2016 – 2018)	Faixa 1	Até 1.800,00 reais	96.000,00
	Faixa 1,5	De 1.800,01 a 2.350,00 reais	135.000,00
	Faixa 2	De 2.350,01 a 3.600,00 reais	225.000,00
	Faixa 3	De 3.600,01 a 6.500,00 reais	225.000,00
Atualização em 2018	Faixa 1	Até 1.800,00 reais	96.000,00
	Faixa 1,5	De 1.800,01 a 2.600,00 reais	144.000,00
	Faixa 2	De 2.600,01 a 4.000,00 reais	240.000,00
	Faixa 3	De 4.000,01 a 9.000,00 reais	300.000,00

Fonte: Santo Amore (2015) e Ministério do Desenvolvimento Regional.

As Faixas 2 e 3 tem como origem de recursos o FGTS, que se constitui em um fundo que exige o retorno dos investimentos, seguro do financiamento e são cobrados juros. Os subsídios destinados a essa modalidade são inversamente proporcionais a renda das famílias selecionadas, conforme apresentado pelo QUADRO 3.

¹⁹ O PNHR admite a participação de famílias com renda familiar bruta anual de até R\$ 60.000,00, comprovada por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os beneficiários com renda familiar bruta anual de R\$17.000,00 recebem subsídio integral com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Famílias com renda bruta anual de R\$ 17.000,01 a R\$33.000,00 recebem descontos no financiamento do FGTS e subsídio para assistência técnica e equilíbrio econômico financeiro. Para famílias com renda bruta de R\$33.000,00 a R\$78.000,00 são oferecidos subsídios para assistência técnica e equilíbrio econômico financeiro (cf. informações disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Regional).

QUADRO 3 – Valor do subsídio e taxa de juros por faixa de renda do PMCMV, 2019

Faixa de Renda	Renda Bruta Familiar	Subsídio	Taxa de Juros
Faixa 1	Até 1.800,00	90% do valor do imóvel	0%
Faixa 1,5	Até 2.600,00	até 47,5 mil reais	5% a.a.
Faixa 2	Até 4.000,00	até 29 mil reais	5% a.a.
Faixa 3	Até 9.000,00	Não há	8,16 a 9,16% a.a.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

As faixas de renda do programa são definidas em valores reais, que inicialmente poderiam ser comparadas as faixas utilizadas para a estratificação do déficit habitacional em salários mínimos. Entre 2009 e 2011, a Faixa 1 do programa tinha como alvo famílias com renda bruta até R\$1.395,00, correspondente a três salários mínimos na época. Na Fase II do programa, entre 2011 e 2016, a Faixa 1 foi corrigida para a renda familiar bruta de até R\$1.600,00, equivalente a três salários mínimos em 2011, porém, em 2016, representavam 1,8 salários mínimos. Na Fase III do programa, a Faixa 1 teve valor corrigido para R\$1.800,00 e incluída uma nova faixa de renda, a Faixa 1,5 com teto de renda de R\$2.350,00 – ambas as faixas representavam 2,04 e 2,7 salários mínimos vigentes em 2016.

O objeto de estudo desta dissertação é PMCMV Faixa 1 – segmento público do programa. As modalidades existentes para esse segmento no município de São Paulo são o PNHU com recursos do FAR e com recursos do FDS, para o MCMV Entidades. A seleção dessa faixa de renda do programa deve-se ao fato de que esse segmento do público-alvo deve representar o foco da política pública habitacional, correspondente as famílias com as mais graves necessidades habitacionais e sem condições de acessar a moradia adequada via mercado imobiliário. Para essas famílias a possibilidade de escolha da moradia é praticamente inexistente.

Para a Faixa 1 são utilizados fundos de recursos que não exigem retorno e não se aplicam juros, considerando o subsídio quase integral para famílias com renda mais baixa. As operações financeiras são garantidas pelo Fundo Garantidor, proveniente de recursos da União e sem o uso de seguros no custo do financiamento. O FAR é utilizado em operações diretas com prefeituras e com construtoras. Ambos podem apresentar ao órgão financiador (Caixa) a operação completa da contratação, como a definição de terrenos, projeto, licenciamento, orçamentos e cronogramas. A prefeitura pode disponibilizar terrenos e realizar convites para que construtoras apresentem o pacote completo da produção: projetos, licenciamentos e obras (SANTO AMORE, 2015).

Vale ressaltar ainda os empreendimentos que possuem “demanda fechada”, isto é, aqueles que são destinadas famílias reassentadas devido a obras de urbanização de assentamentos precários, implantação de infraestrutura urbana ou que geram remoções devido à contenção geotécnica ou de inundação (SANTO AMORE, 2015).

A seleção das famílias beneficiárias é feita pela prefeitura e deve respeitar os critérios definidos para cada recorte de renda do programa. Para a Faixa 1, a família deve atender:

- ao limite de renda máxima da Faixa 1 do programa;
- não ser proprietária de outro imóvel ou ter financiamento de imóvel residencial;
- não ter sido atendida em outro programa habitacional,
- não possuir cadastro no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI) e/ou Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT); e
- não ter restrições cadastrais ou débitos com o governo federal.

De acordo com a Portaria Nº 412 de 06 de agosto de 2015, que aprovou o Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do PMCMV, as famílias candidatas aos cadastros habitacionais em estados, municípios e no Distrito Federal devem pontuar ainda em critérios nacionais de priorização, a saber:

- famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do Ente público;
- famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por auto declaração; e
- famílias com pessoas com deficiência, comprovado com a apresentação de laudo médico.

Há ainda critérios adicionais definidos pela Portaria n. 412 que podem ser acrescidos pelos municípios de acordo com a própria seleção. De acordo com o item 2.1.3 do Anexo da Portaria:

Os critérios adicionais, caso sejam adotados, deverão ser selecionados dentre os a seguir listados: a) famílias que habitam ou trabalham a, no máximo, "x" km de distância do centro do empreendimento, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; b) famílias residentes no município há no mínimo "x" anos, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; c) famílias que habitam ou trabalham a, no máximo, "x" km de distância do centro do empreendimento, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; d) famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por

declaração do ente público; e) famílias que se encontrem em situação de rua e que recebam acompanhamento socioassistencial do Distrito Federal, estados e municípios, ou de instituições privadas sem fins lucrativos, com certificação de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) e que trabalhem em parceria com o poder público, comprovado por declaração do ente público ou da instituição; f) famílias com filho(s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documento de filiação; g) famílias monoparentais (constituída somente pela mãe, somente pelo pai ou somente por um responsável legal por crianças e adolescentes), comprovado por documento de filiação e documento oficial que comprove a guarda; h) famílias de que façam parte pessoa(s) idosa(s) comprovado por documento de oficial que comprove a data de nascimento; i) famílias de que façam parte pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico; j) famílias em situação de coabitação involuntária, comprovado por auto declaração do candidato; k) famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda; l) famílias inscritas no cadastro habitacional há mais de "x" anos, desde que posterior a julho de 2009, independente das datas de atualização cadastral, comprovado por protocolo ou similar; m) famílias em atendimento de 'aluguel social', comprovado pelo ente público.

Dentre os critérios adicionais, o município de São Paulo, a partir da Resolução número 74 de 17 de dezembro de 2015, do Conselho Municipal de Habitação (CMH), definiu que, para a seleção da demanda, deverão ainda ser observadas as famílias:

- com alguma integrante mulher atendida por medida protetiva, comprova mediante cópia de determinação judicial;
- beneficiárias de auxílio aluguel ou que apresentem ônus excessivo com aluguel, com a definição de famílias que se enquadre no Programa MCMV-FAR (Faixa 1), que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis), e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel; e
- residentes ou que trabalhem no distrito de influência ou limítrofes ao do empreendimento de destino²⁰.

No tocante ao item 2.1.3 do Anexo da Portaria, cabe observar a sugestão de priorização de arranjos familiares que residam a mais tempo no município (item b), com filhos menores de 18 anos (item f), monoparentais (item g), famílias com pessoa idosa (item h) e famílias em situação de coabitação familiar involuntária (item j). As características indicadas nesses itens consideram arranjos com configurações diferentes ao modelo nuclear e a presença de perfis que podem prescindir de moradias adaptadas ou ainda de estratégias diferentes de acesso a moradia que não a aquisição de novos imóveis pelo financiamento imobiliário.

²⁰ Não há definições ou métodos de aferição indicados pelo CMH para esse último critério adicional.

As especificações mínimas para a construção de unidades habitacionais são estabelecidas por meio de Portaria pelo então Ministério das Cidades. A primeira portaria com esse conteúdo foi a de número 168 de 12 de abril de 2013, que estabeleceu duas tipologias de imóveis (BRASIL, 2013a):

- *Tipologia 1, área útil mínima de 36 m²* – casa térrea com sala, 01 dormitório para casal e 01 dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço (externa), circulação e banheiro.
- *Tipologia 2, área útil mínima de 39 m²* – apartamento/casa sobreposta/sobrado, contemplando sala, 01 dormitório para casal e 01 dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço (externa), circulação e banheiro.

Para a tipologia 1 foi estabelecida a necessidade de serem previstas no projeto possibilidades de ampliação das casas, permitindo às famílias beneficiárias modificações nos imóveis originais a depender da necessidade ou mesmo a ampliação da família.

A Portaria 146 de 26 de abril de 2016 revogou a portaria anterior (número 168) e estabeleceu novas especificações mínimas, com poucas alterações na configuração e tamanho do imóvel e mantendo duas tipologias, com possibilidade de ampliação para a tipologia de casas (BRASIL, 2016).

- *Casa - área útil mínima de 36 m² com área de serviço externa e 38 m² com área de serviço interna*, composta por sala, 01 dormitório para casal e 01 dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço e banheiro;
- *Apartamento e Casa Sobreposta - área útil mínima de 39 m²*, composta por sala, 01 dormitório para casal e 01 dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço e banheiro.

As especificações mínimas estabelecidas surgiram a partir da segunda fase do programa no sentido de ampliar a qualidade arquitetônica das edificações e de seu entorno. Críticas ao longo desse processo foram feitas apontando para a não garantia da boa inserção urbana dos empreendimentos construídos, a sua qualidade arquitetônica e a ausência de propostas para os possíveis impactos urbanos da produção habitacional (FERREIRA, 2012).

Para Ferreira (2012; p. 56) a produção habitacional pública teria herdado o padrão de construção de unidades habitacionais do regime militar no período do BNH, havendo poucos casos isolados de experiências alternativas, baseadas no período de redemocratização do país.

[...] a produção pública hoje, em regra geral, ainda não é boa, do ponto de vista arquitetônico. Reproduz os modelos do período do BNH, com conjuntos de milhares de casas idênticas, de péssima arquitetura. A habitação popular tornou-se sinônimo de baixa qualidade. Deixa-se também contaminar pela má qualidade arquitetônica da produção privada para a renda média, do segmento econômico. Parece paradoxal, em um país em que a eficiência do setor privado é geralmente muito festejada, que hoje o setor público para baixa renda produza – mesmo que em quantidade ainda muito pequena – exemplos de conjuntos habitacionais com mais qualidade do que os produzidos pelo mercado privado do segmento econômico.

Ainda que as normas visem estabelecer melhorias nesse processo, haveria, segundo o autor, certo descompasso entre a quantidade de normas e a baixa qualidade arquitetônica e urbanística da produção que ocorre pelo país (FERREIRA, 2012). As especificações mínimas garantiriam um padrão mínimo de moradia, mas, por outro lado, diante da lógica de produção massificada não impediriam a reprodução padronizada de projetos mínimos para a redução de custos e garantia de retornos financeiros (ROLNIK et al., 2015; RUFINO, 2015).

As grandes construtoras se utilizam de sistemas de gestão que permitem reproduzir à exaustão o mesmo projeto “carimbo” das poucas tipologias existentes. Como consequência, verifica-se a reprodução em escala nacional de um projeto padrão que não corresponde à diversidade regional e nem sempre responde às necessidades das famílias atendidas (ROLNIK et al., 2015, p. 403).

A localização dos empreendimentos também foi alvo de críticas, que apontaram para a definição de valores máximos fixos para o financiamento de imóveis em regiões metropolitanas, cujo valor do terreno varia enormemente em diferentes localizações. Esse fator conduziria à edificação de empreendimentos do segmento público do programa para terrenos das periféricas das regiões metropolitanas (KRAUSE; BALBIM; LIMA NETO, 2013). A valorização fundiária impulsionada, ainda que indiretamente pelo MCMV, acabaria drenando os subsídios públicos disponíveis para a compra de terrenos, levando a implantação de empreendimentos habitacionais em áreas cada vez mais distantes, carentes de serviços públicos e com inserção urbana ruim (FERREIRA, 2012; KRAUSE; BALBIM; LIMA NETO, 2013; ROLNIK et al., 2015; RUFINO, 2015; ANDRADE, 2015).

A FIGURA 4 a seguir apresenta a distribuição dos empreendimentos MCMV Faixa 1 contratados no município de São Paulo de 2009 a 2018. A localização confirma um padrão periférico da implantação dos empreendimentos, distantes do centro expandido e, por conseguinte, da oferta de serviços públicos essenciais. Por outro lado, revela também uma melhor localização dos empreendimentos da modalidade Entidades, em relação aqueles cujo terreno é selecionado pela construtora ou prefeitura municipal.

FIGURA 4 – Localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV contratados, nas modalidades FAR e Entidades, município de São Paulo, 2009 a 2018



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional. Elaboração do autor.

Dos 78 empreendimentos mapeados, 49 correspondiam ao MCMV com recursos provenientes do FAR e 29 eram do MCMV Entidades. Em pesquisas efetuadas a partir de informações disponíveis sobre o lançamento desses empreendimentos na internet, conseguiu-se obter o tamanho e a configuração das unidades habitacionais de 34 empreendimentos. A área útil mínima encontrada foi de 41 m² e a máxima de 54 m², todos os empreendimentos eram apartamentos, com dois dormitórios. Não foram observadas diferenças no tamanho e configuração dos apartamentos entre as modalidades FAR e Entidades. No Anexo desta dissertação é possível encontrar a relação de empreendimentos mapeados, com a área útil e a configuração do imóvel para aqueles que as informações estavam disponíveis.

Em tempo, alguns números recentes do programa apontam para a redução do número de contratações e de recursos liberados. Um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM), elaborado por França e Paiva (2018), apontou para a redução das contratações de novos empreendimentos para a Faixa 1 a partir de 2014, quando passou de 200.289 unidades contratadas neste ano para 16.890, em 2015, em todo o país. De acordo com as autoras, a redução se explicaria pelo contingenciamento de recursos do governo federal, com maiores impactos para a Faixa 1 do programa, dependente do maior volume de subsídios

do orçamento da União. As Faixas 2 e 3 apresentaram poucas oscilações no mesmo período. Notícias recentes, veiculadas pela mídia²¹, apontam que o contingenciamento de recursos pelo governo federal em 2019 tem ameaçado a continuidade do programa, trazendo impactos para o mercado imobiliário.

Em resumo, o PMCMV tornou-se a política habitacional do país, baseada em um modelo único de acesso a moradia, via mercado e ao financiamento da propriedade. (ROLNIK, 2015). É significativo o número de autores que avaliam, refletem e discutem a produção de habitação no Brasil, com suas contradições, problemáticas e multidimensionalidade (ROLNIK, 2015; MARICATO, 2011; BONDUKI, 1994). Um ponto em comum pode ser encontrado em torno da vinculação da política pública às necessidades do setor da construção civil, que adequaria o desenho e estratégia da política mais a demandas deste setor, do que às características de seu público beneficiário.

Na seção a seguir são abordados estudos que buscaram avaliar a adequação dos empreendimentos do PMCMV às famílias beneficiadas. Esses estudos são os que mais se aproximam da proposta de pesquisa desta dissertação e serviram de inspiração para o trabalho.

2.4 Algumas Reflexões sobre os Arranjos Familiares no PMCMV

O objetivo desta seção é apresentar algumas reflexões e avaliações já realizadas pela literatura sobre a adequação dos empreendimentos habitacionais do PMCMV às famílias beneficiadas. Os trabalhos parcialmente apresentados foram publicados no livro *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros* organizado por Santo Amore; Shimbo e Rufino (2015), pelo Observatório das Metrôpoles da IPPUR/UFRJ. Trata-se dos resultados do trabalho Rede Cidade e Moradia, constituída por pesquisadores de todo o país e que contou com apoio do CNPq e do Ministério das Cidades.

O tema tal como abordado pelos autores se aproxima do objeto desta dissertação, porém guarda, entre outras diferenças, a área de estudo dos pesquisadores, praticamente todos arquitetos e urbanistas. O objetivo dos artigos também foi diferente. Os autores pretenderam avaliar o Programa de forma mais ampla, analisando seus agentes e operadores, a demanda e

²¹ Vide, por exemplo, notícia vinculada no jornal Folha de São Paulo em 24 de março de 2019 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/minha-casa-chega-aos-10-anos-esvaziado-e-com-futuro-incerto.shtml> e notícia no portal G1 de 25 de março de 2019 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/minha-casa-minha-vida-completa-10-anos-com-queda-nas-contratacoes.ghtml>.

oferta habitacional, o desenho do projeto arquitetônico das unidades habitacionais, a inserção urbana dos empreendimentos e sua relação com a cidade.

Entre os diversos elementos avaliados, aquele que mais chama atenção é o intitulado Desenho, Projeto e Produção, classificado como Eixo 3 no projeto (RUFINO, 2015). Neste eixo, organizam-se os artigos que abordam as:

Características dos espaços internos e externos dos empreendimentos e seus processos construtivos, analisando tipologias habitacionais, implantação, estratégias de padronização da produção e adequação das propostas diante das demandas e dos perfis das famílias beneficiadas pelo Programa (RUFINO, 2015, p. 52).

No que compete às características dos projetos das unidades habitacionais avaliadas, Rufino (2015) chama a atenção para a diversidade de arranjos familiares encontrados entre os beneficiários e a padronização do projeto arquitetônico pelo Programa.

Quando as características do projeto são examinadas tendo como referência a escala da unidade, evidencia-se que a diversidade da composição familiar encontrada entre os beneficiários não é compatível com o projeto padrão da unidade, caracterizado pelo programa como único com sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios. Famílias estendidas e diversificadas, que não correspondem à família mononuclear típica (casal e dois filhos), claramente não são atendidas pela unidade proposta (RUFINO, 2015, p. 64).

Além do mais, a autora ressalta que nas experiências investigadas pelos trabalhos, foram adotados materiais e sistemas construtivos que não permitem a modificação e adaptação da moradia. Fato que impossibilitaria alterações no imóvel ao longo do tempo e de acordo com as necessidades habitacionais da família ou de qualquer outra família que venha morar na unidade (RUFINO, 2015).

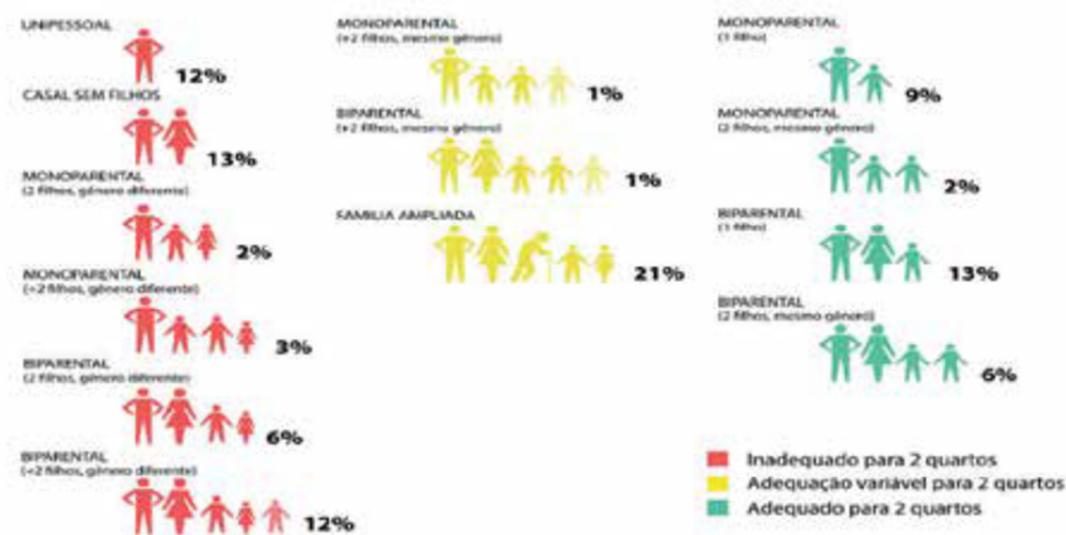
As avaliações feitas pelos trabalhos partiram de pesquisas primárias realizadas junto às famílias já residentes nos domicílios dos empreendimentos habitacionais do PMCMV. A pesquisa quando feita com as famílias já residentes no empreendimento pode omitir adequações nas preferências do morar, diferentes de quando essas famílias ainda eram demanda do programa habitacional. Nessas situações, as famílias que foram reassentadas involuntariamente, por exemplo, e conviviam em um único domicílio (famílias conviventes), puderam ser separadas, tornando-se compatíveis com a unidade habitacional. As famílias com dois núcleos reprodutivos no domicílio, ligados por parentesco (por exemplo, pai, mãe, filha, genro e neto), tiveram com a nova moradia a opção de residir em domicílios diferentes – situação que nem sempre está relacionada somente a falta de moradia, mas pode ter relação

também com a dependência da renda de um dos integrantes (a aposentadoria do pai, por exemplo), aspectos que potencializam o repasse ou venda da unidade habitacional no futuro pela dificuldade de manter os custos de uma moradia.

Em um dos artigos do volume, Andrade (2015) apresenta os resultados da pesquisa intitulada “*É possível transformar em cidade a anticidade? Crítica ao urbanismo de empreendimentos do PMCMV*”, que teve como objetivo analisar o PMCMV à luz da qualidade arquitetônica, urbanística e construtiva dos empreendimentos. Utilizou-se para tal o estudo de caso de seis condomínios do PMCMV Faixa 1 no bairro Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Foram aplicadas pesquisas domiciliares nos condomínios estudados, onde se identificou a inadequação para mais de 40% das unidades habitacionais, considerando o tipo do arranjo familiar e o tamanho e configuração da unidade. Considerou-se como arranjos familiares inadequados para imóveis de dois quartos os tipos: unipessoal; casal sem filhos; monoparental com dois filhos de sexos diferentes; monoparental com mais de dois filhos com sexos diferentes; biparental com dois filhos de sexos diferentes; e biparental com mais de dois filhos com sexos diferentes. Os arranjos com adequação variável para dois dormitórios foram os tipos: monoparental com mais de dois filhos de mesmo sexo; biparental com mais de dois filhos de mesmo sexo; e famílias ampliadas ou estendidas. Os arranjos considerados adequados para a tipologia do imóvel foram os tipos: monoparental de apenas um filho; monoparental com dois filhos de mesmo sexo; biparental com apenas um filho; e biparental com dois filhos do mesmo sexo. A FIGURA 5 elaborada pela autora sintetiza o resultado.

FIGURA 5 – Diversidade de famílias encontradas nos condomínios do bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro (RJ) do PMCMV Faixa 1



Fonte: Andrade (2015).

Em outro artigo, Rolnik et al. (2015) propõem avaliar em que medida o PMCMV atende às necessidades habitacionais das famílias de baixa renda e de acordo com padrões internacionais estabelecidos para uma moradia adequada.

Para isso, realizaram pesquisas domiciliares e investigações quanto à localização e inserção urbana em sete empreendimentos Faixa I do programa habitacional nos municípios de Hortolândia, Campinas, Osasco e São Paulo, adicionadas aos resultados de outras entrevistas realizadas por parceiros nos municípios de Itanhaém, São Vicente e Sertãozinho²². Os resultados foram organizados de acordo com a orientação estabelecida pelo Comentário Geral n. 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, que estabelece que a moradia não pode apenas ser interpretada como um teto e quatro paredes, mas deve também levar em conta os elementos da sua habitabilidade. Considerou-se como habitabilidade a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação cultural, acessibilidade, segurança da posse e custo acessível (ROLNIK et al., 2015).

No que compete à construção dos empreendimentos, os autores dão destaque para a relação entre o tamanho das famílias e o número de dormitórios nas unidades habitacionais.

²² Foram realizadas 648 entrevistas dentre 4.212 domicílios dos empreendimentos estudados, e foram incluídos os resultados de 194 entrevistas nos municípios de Itanhaém, São Vicente e Sertãozinho, totalizando 930 entrevistas (ROLNIK et al., 2015).

Nos domicílios pesquisados, mais de um quinto possuía 05 ou mais moradores, apontando para uma média de 2,5 moradores por dormitório, superior ao definido como adequado pelas especificações mínimas do programa e considerado pelos autores como condição de moradia inadequada, com prejuízo à privacidade e convivência familiar, além de riscos à saúde com o adensamento domiciliar (ROLNIK et al., 2015). Somam-se ainda 4% de domicílios com apenas uma pessoa.

Essa inadequação para mais de 22% dos entrevistados é consequência de uma produção massificada que se volta apenas para um modelo de família, composta por um casal com no máximo dois filhos; inadequação, portanto, estrutural, já que o produto ofertado não leva em conta as características da demanda, que é definida somente ao final da construção do empreendimento (ROLNIK et al., 2015, p. 394).

Os autores também abordam a questão do ciclo de vida familiar e a adaptação do domicílio às modificações no tamanho e composição das famílias. A conclusão que obtém é de que os empreendimentos do Programa não observam essas alterações e desconsideram as mudanças que a família vivencia ao longo do tempo.

O modelo de provisão do Programa também não leva em conta as mudanças que uma família vivencia ao longo do tempo, que pode resultar em diferentes necessidades habitacionais. Um jovem casal, por exemplo, hoje pode precisar de apenas um dormitório, enquanto daqui a alguns anos pode passar a necessitar de outro quarto para seus filhos e, ainda mais adiante, pode necessitar de uma casa ainda maior para abrigar seus netos e/ou agregados ou, até mesmo, pode voltar a precisar apenas de um dormitório quando seus filhos saírem de casa (ROLNIK et al., 2015, p. 394).

No tocante ao elemento de adequação cultural, cujo sistema construtivo do empreendimento deveria expressar tanto a identidade quanto à diversidade cultural dos moradores, conforme Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (CESCR), os autores apontam que o PMCMV não favoreceria essa diversidade. Os valores fixos pagos por unidades habitacionais contribuiriam para que a estratégia empresarial das construtoras para redução de custos seja a padronização de projetos. Além do próprio desenho do Programa que estabelece requisitos fixos, como número de cômodos, metragem das unidades e materiais (ROLNIK et al., 2015, p. 403).

As grandes construtoras se utilizam de sistemas de gestão que permitem reproduzir à exaustão o mesmo projeto “carimbo” das poucas tipologias existentes. Como consequência, verifica-se a reprodução em escala nacional de um projeto padrão que não corresponde à diversidade regional e nem sempre responde às necessidades das famílias atendidas.

As famílias pesquisadas pelos autores revelam também que sentem falta de algum espaço ou ambiente que possuíam na moradia anterior (68,8%), principalmente por parte dos moradores reassentados involuntariamente (74,5%). Os apontamentos de ambientes que sentem falta remetem a espaços maiores, como quintal, área de serviço, espaços externos como varanda ou sacada.

É interessante observar que a questão do quintal tem duas dimensões. De um lado, aquela do espaço em si, da existência de uma área externa onde se possa descansar, pendurar roupa, onde as crianças possam brincar, uma área para atividades que não se podem realizar dentro do apartamento. Mas ainda há outra dimensão importantíssima do quintal: ele representa a possibilidade de expansão da residência. Nele se poderia construir o cômodo extra que se faça necessário, fazer o “puxadinho” caso a família aumente, ou para vender alguma coisa, prestar algum serviço. Logo, ele representa também a possibilidade de expansão da família e de se estabelecer uma unidade produtiva geradora de renda (ROLNIK et al., 2015, p. 403).

Rolnik et al. (2015) assim terminam por apontar a demanda por uma diversidade de tipologias de empreendimentos que atendam as diversidades das famílias alocadas pelo Programa.

Por todos esses motivos, seria necessária a existência de uma diversidade tipológica nos empreendimentos, de forma a planejar a sua produção efetivamente de acordo com as necessidades das famílias (ROLNIK et al., 2015, p. 395).

Em resumo, os trabalhos apresentados apontam para a excessiva padronização dos projetos das unidades habitacionais e para as falhas do programa ao não observar as características do público-alvo na definição de soluções pela política pública.

No capítulo a seguir serão apresentados os materiais e métodos utilizados para identificar e analisar o perfil do público-alvo do PMCMV. A proposta é caracterizar o público-alvo do programa habitacional e comparar suas características com as soluções oferecidas pela política pública.

CAPÍTULO 3 – MATERIAIS E MÉTODOS

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar o aporte metodológico utilizado na pesquisa. Considerando a natureza da proposta de estudo, optou-se por uma metodologia de cunho quantitativo. Assim, são apresentadas a fonte de dados utilizada, as variáveis selecionadas e o método escolhido para a produção e análise dos resultados.

3.1 Fonte de Dados

A fonte de dados escolhida foram os microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE, considerando os domicílios como unidade de investigação. Essa escolha foi orientada pela possibilidade de desagregação dos dados na escala municipal e pela data de referência da coleta da pesquisa, posterior ao início do PMCMV, iniciado em 2009.

Na base de microdados do IBGE foram selecionados os domicílios existentes no município de São Paulo (3.608.581). A escolha de São Paulo como recorte espacial da pesquisa se fundamentou na operacionalização de programas habitacionais pelos municípios, compreendendo a execução de atividades como a identificação da demanda, a aplicação dos critérios de seleção de famílias e o trabalho social em habitações de interesse social. Além disso, pesou nessa escolha a longa trajetória de políticas habitacionais implementadas em São Paulo e a própria história demográfica da cidade, que a torna um caso emblemático. Ressalta-se o processo pioneiro de urbanização, marcado pela forte migração e pelo acentuado declínio da fecundidade precoce se comparado ao restante do país, como já apresentado.

A partir da base de domicílios de São Paulo, selecionaram-se apenas os domicílios particulares e improvisados (3.576.188), excluindo os domicílios coletivos (32.393) e os domicílios em que houvesse relação comercial de pagamento de moradia ou sublocação entre os moradores (pensionistas) (3.585). Tal decisão teve como objetivo aproximar a base de dados do perfil das famílias, público-alvo do PMCMV, descartando os domicílios que não condissessem com potenciais demandantes do programa habitacional. Não foram considerados também os domicílios rurais (27.927) e os domicílios do tipo “oca ou maloca” (101), identificados em terras indígenas pelo Censo. O atendimento para agricultores familiares, trabalhadores rurais e de comunidades tradicionais é feito a partir do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), também denominado como “MCMV Rural”. Essa modalidade possui grupos de renda específicos e é voltada ao apoio à reforma e construção de moradias a partir de entidades cadastradas junto aos agentes operadores, não se valendo das especificações mínimas de construção de imóveis destinados ao MCMV Urbano, conforme apresentado anteriormente.

Para enquadramento ao Programa foram selecionados ainda apenas os domicílios com renda bruta domiciliar inferior ou igual a 1.395 reais (1.187.547) e cujos moradores não possuíssem imóvel próprio ou estivessem em financiamento imobiliário (1.062.051), conforme critérios de seleção para a Faixa 1 do MCMV Urbano entre os anos de 2009 a 2011.

Há ainda outros três critérios utilizados pelo programa para a seleção de famílias urbanas, porém não passíveis de serem conferidos a partir dos dados do IBGE, a saber: famílias que não tenham sido atendidas em outro programa habitacional; que não possuam cadastro no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI) e/ou no Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT); e que não tenham restrições cadastrais ou débitos com o governo federal. Esses três critérios, contudo, não interferem na análise e nos resultados sobre as características das famílias e sua interface com os projetos de imóveis do PMCMV e, por esses motivos, optou-se por não os considerar.

No tocante ao recorte de renda, cabe uma nota. O PMCMV indica como critério de seleção de famílias a renda bruta familiar e não a renda bruta domiciliar, como adotado. A adoção da renda bruta domiciliar foi devida à identificação no Censo Demográfico 2010 apenas do chefe do domicílio e não também do chefe de família, como já ocorria desde o Censo de 1980. Tal alteração impediu a identificação de famílias que dividissem um mesmo domicílio (famílias conviventes) e da distinção da renda entre as famílias residentes. Com a divulgação dos resultados preliminares do Censo 2010, foram elaborados algoritmos para a identificação de núcleos reprodutivos em um mesmo domicílio²³, permitindo obter uma estimativa da renda bruta familiar, porém a construção do algoritmo pode enviesar os resultados. O algoritmo criado permite identificar núcleos reprodutivos a partir da informação sobre mãe viva e a identificação de cônjuge no domicílio, transformando a presença de outros casais e de relações de filiação, além daquelas estabelecidas pelo chefe do domicílio e seu cônjuge, em novas famílias. Por exemplo, em uma família composta por chefe, cônjuge, filha, genro e neto, a filha, o genro e o neto seriam identificados automaticamente como uma nova família e a partir dessa informação é imputada a renda familiar com base no rendimento dos seus componentes (SABOIA; COBO; MATOS, 2012). Tal resultado sobrestimaria o número de domicílios com famílias conviventes e prejudicaria a análise de famílias estendidas, uma vez que não necessariamente a presença de outro núcleo reprodutivo no mesmo domicílio implica em famílias conviventes e ainda com intensão de constituir um domicílio exclusivo

²³ Vide Saboia; Cobo e Matos (2012).

(BILAC, 2002). Além disso, como demonstra a literatura, os domicílios com mais de um núcleo reprodutivo são em larga maioria constituídos por relações de parentesco entre os membros do núcleo reprodutivo secundário e o chefe de domicílio (GOLDANI, 1993a; BILAC, 2002; OLIVEIRA; SABÓIA; SOARES, 2002; OLIVEIRA; VIEIRA; BARROS, 2011), o que sugere relações de apoio e interdependência. Assim, a adoção da renda bruta domiciliar sugere um retrato mais fiel da condição da família domiciliar, que utiliza de diferentes estratégias de co-residência para arcar com os custos de vida e os custos do domicílio. As dificuldades em assumir as despesas como aluguel, custas condominiais e consumo de serviços públicos, como água e energia elétrica, podem constranger a formação de novos domicílios, gerando uma relação de dependência e solidariedade entre seus membros, sendo que não necessariamente a disponibilidade de uma nova moradia modificaria essa situação. Fato que corrobora com os desafios enfrentados por programas habitacionais, como o repasse e subcomercialização das unidades habitacionais e até mesmo a inadimplência do financiamento adquirido, decorrentes da impossibilidade da família em manter o imóvel.

Com as seleções adotadas, o conjunto de dados registrou 400.512 unidades domiciliares e 1.110.308 pessoas. A partir desses elementos foram selecionadas as variáveis para o estudo, como poderá ser visto a seguir.

3.2 Variáveis Selecionadas

Ao todo foram selecionadas 33 variáveis para o estudo, organizadas em quatro grupos de atributos: características do responsável; características da composição familiar; características socioeconômicas; e características da moradia. As variáveis foram construídas a partir das informações disponíveis nos microdados da amostra do Censo 2010. Todas as variáveis são do tipo categóricas. A seguir são apresentadas suas definições, categorias de respostas e justificativas.

3.2.1 Características do Responsável

Como características do responsável pelo domicílio foram investigadas as variáveis: *Sexo* ('feminino', 'masculino'); *Faixa Etária* ('até 34 anos', '35 a 49 anos' e '50 anos ou mais'); *Cor* ('branco/amarelo', 'pardo /indígena', 'preto' e 'não determinado') e *Situação Conjugal* ('solteiro', 'em união formal', 'em união consensual', 'separado ou divorciado' e 'viúvo').

Cabem algumas observações quanto às variáveis selecionadas e as categorias construídas. A *Faixa Etária do Responsável*, com as categorias 'até 34 anos', '35 a 49 anos' e

'50 anos ou mais', foi inspirado em Montali (1990). Esse recorte foi criado para elaborar uma tipologia de família que permitisse investigar a relação dos diferentes momentos do ciclo de vida familiar e as estratégias utilizadas pelas famílias diante de cenários econômicos de desemprego e pobreza nas décadas de 1980 e 1990. Para a autora, o critério básico para elaborar a tipologia foi a idade do casal ou do chefe da família, em que o grupo etário até 34 anos é assumido como aquele no momento mais próximo de formação da família, incluindo ou não filhos. O casal com idade entre 35 e 49 anos indicaria um momento intermediário, de 'maturação da família', se encerrando o período reprodutivo, e os casais de 50 anos ou mais traduziriam o momento mais próximo do envelhecimento, aproximando da saída dos filhos da casa dos pais (MONTALI, 1990). O recorte, portanto, possibilita observar o ciclo de vida familiar.

Na variável *Situação Conjugal* adotou-se a estratégia de identificar em categorias separadas a união formal e a união consensual, identificando aqueles que possuem o estado civil como 'separado', 'divorciado', 'viúvo' ou 'solteiro', mas se encontram em união consensual. Essa estratégia permite ainda observar o que alguns autores chamam de duplo padrão de nupcialidade na América Latina. Padrão em que a união consensual seria mais frequente entre mulheres menos escolarizadas e mais pobres e o casamento presente em estratos sociais mais privilegiados (CASTRO-MARTÍN, 2002). É comum também a observação de que a união consensual teria prevalência entre os mais jovens, reduzindo sua participação em grupos etários mais maduros, o que sugeriria possíveis diferenciais da escolha da união de acordo com o momento no curso de vida, ou uma tendência de formalização da união com o passar do tempo. Há ainda uma diversidade de situações que podem caracterizar a união consensual, como constrangimentos decorrentes de dificuldades econômicas, impeditivos legais, um dos membros do casal encontrar-se aguardando a definição legal de uma situação de divórcio, uma estratégia de união entre pessoas já unidas anteriormente, entre outros (CASTRO-MARTÍN, 2002). Em tempo, no caso brasileiro, destacam-se ainda as alterações a partir da Constituição de 1988, com a expansão de direitos e obrigações, antes restritos ao casamento, para coabitantes, reduzindo a pressão pela formalização da união (MARCONDES, 2011). Supondo que diferentes padrões de união também ocorram entre as famílias público-alvo de políticas habitacionais, em piores situações socioeconômicas que a média da população, deseja-se caracterizar essa diferença, haja vista que não é incomum a exigência de documentação de matrimônio formal para acesso à moradia.

3.2.2 Características da Composição Familiar

As características da composição familiar foram qualificadas pelas variáveis: *Presença de cônjuge* ('sim', 'não'); *Presença de filho (os)* ('sim', 'não'); *Número de filhos*, ('nenhum', 'até dois' e 'acima de 2'); *Filhos crianças (até 12 anos)* ('sim', 'não'); *Filhos adolescentes (de 13 a 17 anos)* ('sim', 'não'); *Filhos adultos (acima de 18 anos)* ('sim', 'não'); *Morador sozinho* ('sim', 'não'); *Parentes de primeira geração ascendentes (pais, padrastos e sogros)* ('sim', 'não'); *Parentes de primeira geração descendentes (genro e nora)* ('sim', 'não'); *Parentes de segunda geração ascendentes (avô e avó)* ('sim', 'não'); *Parentes a partir da segunda geração descendentes (netos e bisnetos)* ('sim', 'não'); *Presença de irmão ou irmã* ('sim', 'não'); *Presença de outros parentes* ('sim', 'não'); *Presença de não parentes* ('sim', 'não'); *Presença de Outro Núcleo Reprodutivo* ('sim', 'não' e 'não determinado'); e *Condição de Migração* ('não migrante', 'migrante de menos de 05 anos', 'migrante de mais de 05 anos' e 'não determinado')

Na definição das categorias para a variável *Número de filhos* foram observadas a TFT do município (em torno de 1,76 média de filhos por mulher) e a possibilidade de abrigar os filhos em um único dormitório, concebido para no máximo duas pessoas, como pressupõe as especificações dos projetos habitacionais do MCMV Urbano (BRASIL, 2016). Desses motivos decorrem a separação entre 'até 2 filhos' e 'mais de 2 filhos'.

Nas variáveis *Filhos crianças (até 12 anos)*, *Filhos adolescentes (de 13 a 17 anos)* e *Filhos adultos (acima de 18 anos)* foram assumidas as idades estabelecidas pelo artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²⁴ para a definição de crianças, adolescentes e adultos respectivamente. Na variável *Parentes de primeira geração ascendentes (pais, padrastos e sogros)* e *Parentes de primeira geração descendentes (genro e nora)* buscou-se identificar, como parte da composição familiar, parentes de primeira geração, separados em ascendentes e descendentes, exceto filhos (as) que foram identificados em variável anterior.

Nas variáveis *Parentes de segunda geração ascendentes (avô e avó)* e *Parentes de segunda geração descendentes (netos e bisnetos)* a proposta foi verificar a frequência da co-residência de parentes de segunda geração, também separados em ascendentes e descendentes. O que se nota, como tema de fundo, é a ampliação cada vez maior das famílias multigeracionais, isto é, famílias com mais de uma geração co-residente (MURPHY, 2010; WAJNMAN, 2012;

²⁴ “Artigo 2º – Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até dozes anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre dozes e dezoito anos de idade”.

MARCONDES, 2016). Modificações no regime de fecundidade e na ampliação da longevidade contribuíram, entre diversos aspectos, para mudanças expressivas na disponibilidade de parentes, tornando alguns mais comuns, como o caso de avós e netos (MURPHY, 2010; WAJNMAN, 2012) A maior presença de avós e netos, bem como sua maior longevidade nesses papéis, colaboraria com um aumento da probabilidade da co-residência de mais de uma geração no mesmo domicílio, alterando papéis de apoio e cuidado entre os membros familiares (CAMARANO et al., 2004; MARCONDES, 2016). No caso das políticas habitacionais, essa questão vai diretamente ao encontro da definição de projetos de moradia atentos a maior frequência dessas posições nos arranjos familiares, com a adaptação da moradia ao idoso, seja na definição de andares e escadas, disposição de tomadas etc., mas também ao modelo de acesso a política habitacional, tradicionalmente ancorada no financiamento bancário de longo prazo com subsídios públicos, não se tratando do formato mais adequado para composições onde o idoso é o responsável pelo domicílio.

A variável *Presença de Outro Núcleo Reprodutivo* verifica a existência de outro núcleo reprodutivo no domicílio além daquele formado pelo chefe, seu cônjuge e descendentes, conforme o algoritmo produzido pelo IBGE²⁵ e disponibilizado na base de microdados do censo demográfico.

No tocante a variável *Condição de Migração*, a literatura ressalta a importância da figura da família que recebe o migrante. Essa família assumiria o papel de intermediar sua adaptação na cidade, até a definição de um emprego e um lugar definitivo onde possa residir. Essa teria sido uma estratégia bastante marcante no processo de urbanização da cidade de São Paulo e da RMSP (DURHAM, 1984 *apud* MACIEL, 2011). Nesse sentido, as categorias que indicam a presença de migrantes com menos e mais de cinco anos de residência na composição familiar, buscam verificar a expansão do arranjo familiar com o abrigo de algum migrante recente.

3.2.3 Características Socioeconômicas

Para a definição das características socioeconômicas foram selecionadas as variáveis: *Nível de Instrução do Responsável* ('Sem instrução e fundamental incompleto'; 'Fundamental completo e médio incompleto'; 'Médio completo e superior incompleto'; 'Superior completo'; 'Não determinado'); *Ocupação do Responsável* ('trabalhador formal';

²⁵ Vide Saboia, Cobo e Matos (2012).

'trabalhador informal'; 'não trabalha, mas procura emprego'; 'não trabalha'; 'não determinado'); *Aposentadoria como Rendimento* ('Sim', 'Não'); e *Participação da Renda do Responsável na Renda do Domicílio* ('menos de 50%', 'mais de 50%').

A seleção da variável *Participação da Renda do Responsável na Renda do Domicílio* teve como objetivo verificar a relação entre a ampliação da composição familiar e o orçamento familiar. Em geral, as atividades de geração de rendimentos são maiores entre os responsáveis pelo domicílio, contudo, quando isso não ocorre os demais membros da composição possuem importante papel na formação da renda do domicílio, jogando luz ao tamanho da composição familiar. Por outro lado, também favorece na avaliação dos domicílios cuja presença de um idoso, seja como chefe ou membro da família, tem como papel contribuir com o orçamento familiar e/ou receber proteção e cuidados da família com quem reside, revelando os diferentes apoios intergeracionais via co-residência como estratégias de sobrevivência (CAMARANO et al., 2004).

A variável *Aposentadoria como Rendimento* colabora no mesmo sentido, considerando a presença de algum morador que contribuía com a renda domiciliar a partir do rendimento obtido por aposentadoria ou pensão originária de Instituto de Previdência Oficial. Como avaliam Camarano et al. (2004), os idosos passaram a viver mais e com melhores de condições de saúde e financeira, decorrente também de melhorias em benefícios sociais. Neste cenário, não se poderia assumir a presença do idoso no domicílio como automaticamente dependente de suporte financeiro e de cuidados, mas também como chefe do domicílio, provedor de renda e fonte de apoio a filhos e netos (CAMARANO et al., 2004).

3.2.4 Características da Moradia

Para a caracterização da moradia foram organizadas as variáveis que pudessem verificar a condição de precariedade do domicílio urbano, quanto ao tipo do domicílio, material construtivo, adensamento, custo dispendido com a locação e acesso à infraestrutura urbana. As variáveis selecionadas foram: *Residente em Domicílio Precário* ('sim' ou 'não'); *Densidade Domiciliar* ('até 04 pessoas' ou 'acima de 04 pessoas'); *Densidade de Moradores por Dormitório* ('abaixo de 02 pessoas', 'acima de 02 pessoas' ou 'não determinado'); *Comprometimento da Renda com Aluguel* ('menos de 30%', 'mais de 30%' e 'Não determinado'); *Existência de Banheiro de Uso Exclusivo* ('sim', 'não', 'não determinado'); *Abastecimento de Água* ('Adequado', 'Inadequado', 'Não Determinado'); *Esgotamento Sanitário* ('Adequado', 'Inadequado', 'Não Determinado'); *Coleta de Lixo* ('Adequado',

‘Inadequado’, ‘Não Determinado’); e *Energia Elétrica* (‘Adequado’, ‘Inadequado’, ‘Não Determinado’).

A variável *Residente em Domicílio Precário* segue o conceito adotado pela FJP (2013) para o cálculo do déficit habitacional em municípios. Compreende a soma dos domicílios improvisados, aqueles cuja edificação não tivesse dependências destinadas exclusivamente à moradia ou com locais inadequados para habitação, mas ocupados por moradores (como edificações abandonadas, prédio em construção, tenda, barraca, vagão, trailer etc.), e os domicílios rústicos, sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada (madeira destinada à construção) e com material predominante nas paredes externas composto por taipa não revestida, madeira aproveitada, palha, outro material ou sem paredes.

A variável *Número de Pessoas no Domicílio* apresenta as categorias de ‘menos de 04 pessoas no domicílio’ e ‘mais de 04 pessoas no domicílio’. Essa definição foi adotada com base nas especificações mínimas dos empreendimentos do MCMV Urbano definidas na Portaria 146, que orienta a construção de dois dormitórios com tamanho adequado para duas pessoas em cada quarto. Assim, a variável busca avaliar a adequação do tamanho das famílias ao tamanho da unidade habitacional. A variável *Densidade de Moradores por Dormitório*, apresenta as categorias ‘abaixo de 2’ e ‘acima de 2 moradores’ e segue a mesma orientação da variável acima, tomando como base a Portaria 146 (BRASIL, 2016).

A variável *Comprometimento da Renda com Aluguel* adota critério utilizado pela FJP (2013), distinguindo as famílias que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel urbano, apontando para o ônus excessivo com aluguel sobre a renda. Como a FJP, adota-se para efeitos de cálculo a renda domiciliar em área urbana.

As demais variáveis são referentes à carência de serviços de infraestrutura urbana e seguem também os critérios definidos pela FJP. A *Existência de Banheiro de Uso Exclusivo* identifica os domicílios que não dispõem de banheiro ou sanitário de uso exclusivo, como ocorre tradicionalmente em cortiços ou em terrenos com dois ou mais domicílios ocupados. Para a variável *Abastecimento de Água* foi considerado como adequado o acesso à rede geral de abastecimento e como inadequado, as demais formas de captação de água. Em *Esgotamento Sanitário* considerou-se como adequado o acesso à rede canalizada de esgoto ou a existência de fossas sépticas. Na variável *Coleta de Lixo*, foi considerado como adequada à coleta feita por caminhão ou caçamba de serviço de limpeza urbana e inadequada as demais opções. E, finalmente, em *Energia Elétrica*, considerou-se como adequado o acesso à energia fornecido por companhia distribuidora e inadequado os domicílios com energia proveniente de outras fontes ou sem energia.

O QUADRO 4 a seguir sintetiza as variáveis selecionadas e suas categorias de respostas.

QUADRO 4 – Variáveis selecionadas e categorias de respostas

Descrição	Categorias
Características do Responsável	
Sexo	'Feminino', 'Masculino'
Faixa Etária	'até 34 anos', '35 a 49 anos' e '50 anos ou mais'
Cor	'branco/amarelo', 'pardo /indígena', 'preto' e 'não determinado'
Situação conjugal	'solteiro', 'em união formal', 'em união consensual', 'separado ou divorciado' e 'viúvo'
Características da Composição Familiar	
Presença de cônjuge	'sim', 'não'
Presença de filho (os)	'sim', 'não'
Número de filhos	'nenhum', 'até dois' e 'acima de 2'
Presença de filho (os) com idade até 12 anos	'sim', 'não'
Presença de filho (os) com idade de 13 a 17 anos	'sim', 'não'
Presença de filho (os) com idade de 18 anos ou mais	'sim', 'não'
Morador sozinho	'sim', 'não'
Parentes de primeira geração ascendentes (pais, padrastos e sogros)	'sim', 'não'
Parentes de primeira geração descendentes (genro e nora)	'sim', 'não'
Parentes de segunda geração ascendentes (avô e avó)	'sim', 'não'
Parentes a partir da segunda geração descendentes (netos e bisnetos)	'sim', 'não'
Presença de irmão ou irmã	'sim', 'não'
Presença de outros parentes	'sim', 'não'
Presença de não parentes	'sim', 'não'
Presença de outro núcleo reprodutivo	'sim', 'não', 'não determinado'
Condição de Migração	'não migrante', 'migrante de menos de 5 anos', 'migrante de mais de 5 anos' e 'não determinado'
Características Socioeconômicas	
Nível de Instrução do Chefe do Domicílio	'Sem instrução e fundamental incompleto'; 'Fundamental completo e médio incompleto'; 'Médio completo e superior incompleto'; 'Superior completo'; 'Não determinado'
Ocupação do Chefe do Domicílio	'trabalhador formal'; 'trabalhador informal'; 'não trabalha, mas procura emprego'; 'não trabalha'; 'não determinado'
Participação da Renda do Chefe na Renda Domiciliar	'menos de 50%', 'mais de 50%'
Aposentadoria como Rendimento	'sim', 'não'
Características da Moradia	
Residente em Domicílio Precário	'sim', 'não'
Número de Pessoas no Domicílio	'até 04 pessoas' ou 'acima de 04 pessoas'
Densidade de Moradores por Dormitório	'abaixo de 02 pessoas', 'acima de 02 pessoas' ou 'não determinado'
Comprometimento da Renda com Aluguel	'menos de 30%', 'mais de 30%'
Existência de Banheiro de Uso Exclusivo	'sim', 'não', 'não determinado'
Abastecimento de Água	'Adequado', 'Inadequado', 'Não Determinado'
Esgotamento Sanitário	'Adequado', 'Inadequado', 'Não Determinado'
Coleta de Lixo	'Adequado', 'Inadequado', 'Não Determinado'
Energia Elétrica	'Adequado', 'Inadequado', 'Não Determinado'

3.3 Método de Análise de Agrupamentos (*Grade of Membership*)

O objetivo do presente estudo é identificar as características das famílias que cumpriam os critérios para acesso ao programa habitacional MCMV e analisar sua adequação às soluções habitacionais oferecidas pelo programa. Dado o caráter multidimensional do estudo, foi escolhida para análise do conjunto de variáveis selecionado uma técnica estatística multivariada de agrupamentos, capaz de revelar dimensões subjacentes de um conjunto de dados complexos, indicando perfis de referência das famílias domiciliares sem, no entanto, omitir a representação da heterogeneidade do conjunto.

Entre os métodos de agrupamentos disponíveis²⁶, escolheu-se o *Grade of Membership (GoM)*, técnica baseada no algoritmo proposto por Woodbury e Clive (1974). O GoM consiste em um método de agrupamento baseado em lógica de partição difusa ou conjuntos nebulosos (“*fuzzy sets*”). A partição difusa pode ser entendida como um sistema em que há conjuntos definidos, porém a esses conjuntos é permitido o pertencimento ou uma pertinência difusa dos indivíduos a múltiplos conjuntos com diferentes graus de pertencimento. O GoM possibilita, assim, delinear perfis multidimensionais de famílias domiciliares, a partir das características latentes do conjunto de dados selecionados, descrever as diferenças entre esses perfis, e mensurar graus de pertencimento de cada família aos múltiplos perfis definidos, preservando a heterogeneidade da população selecionada.

Entre outros diferenciais, o GoM propicia trabalhar com variáveis categóricas e não somente variáveis contínuas ou numéricas e possibilita ainda utilizar o peso amostral da base de Microdados do Censo Demográfico para extrapolar a amostra à população, recursos nem sempre disponíveis em outras modelagens²⁷.

A aplicação do GoM considera que a associação não observada entre as categorias ou classes de respostas das variáveis delinea dois ou mais perfis multidimensionais, chamados de perfis extremos ou de referência. Esses perfis correspondem a conjuntos fechados e a cada elemento do conjunto é atribuído graus ou escores de pertencimento. Assim, se uma família tiver todas as características de um perfil extremo, o chamado grau de pertencimento será 1,0 para este perfil e, conseqüentemente, 0,0 para os demais. Os graus de

²⁶ Como *K-means* e *Two-step Cluster*, por exemplo.

²⁷ Há versões de algoritmos criados para métodos de agrupamento de conjuntos discretos, adaptando-os para a lógica difusa, como exemplo o *K-means fuzzy*. Entretanto, o GoM possui a vantagem de ser baseado em um modelo probabilístico, permitindo a estimação de estatísticas de ajuste do modelo aos dados, como Akaike Information Criterion (AIC) e o Bayesian Information Criterion (BIC), o que torna a definição ideal do número ótimo de perfis uma questão técnica e quantificável, e não apenas algo arbitrário (GUEDES et al., 2016).

pertencimento por se constituírem um conjunto difuso, respondem melhor quanto maior o número de variáveis inseridas no modelo, delineando melhor os perfis. A heterogeneidade é mensurada no nível do indivíduo do conjunto da amostra, portanto, neste estudo, no nível das famílias, a partir do conjunto de categorias de respostas das variáveis selecionadas. Para o delineamento de perfis extremos e atribuição dos graus de pertencimento o método estima dois parâmetros por processos iterativos (MANTON; WOODBUR; TOLLEY, 1994).

O parâmetro de estrutura ou locacional λ_{kjl} apresenta a probabilidade de uma categoria de resposta l , de uma variável j , pertencer ao perfil extremo k . Os perfis k ($k=1, 2, \dots, K$) referem-se aos conjuntos de respostas que caracterizam os perfis extremos. Os λ_{kjl} caracterizam, portanto, os perfis e, por se tratar de probabilidades de ocorrência de um atributo do perfil, podem assumir valores entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que a soma das probabilidades de ocorrência das categorias de resposta l de uma variável j a um perfil k deve ser igual a 1,0. Assim, o parâmetro deve satisfazer as condições:

$$0 \leq \lambda_{kjl} \leq 1$$

$$\sum_{k=1}^k \lambda_{kjl} = 1$$

O parâmetro de associação g_{ik} apresenta o grau de pertencimento de cada indivíduo i a cada perfil extremo k . Assume também valores no intervalo entre 0 (zero) e 1 (um), e a soma dos graus de pertencimento g_{ik} de cada indivíduo i para cada conjunto k_1 a k_n deve totalizar 1 (um).

$$0 \leq g_{ik} \leq 1$$

$$\sum_{k=1}^k g_{ik} = 1$$

O produto $g_{ik} \lambda_{kjl}$ revela a probabilidade de um indivíduo que pertence inteiramente ao perfil extremo k , possua a resposta l para a variável j . A probabilidade que indivíduo tenha a resposta l para a variável j , $Y_{ijl} = 1,0$, é a soma do produto $g_{ik} \lambda_{kjl}$ para todos

os perfis k definidos (MANTON; WOODBURY; TOLLEY, 1994). Assim, o modelo de probabilidade é definido como:

$$Prob(Y_{ijl} = 1,0) = \sum_{k=1}^k g_{ik} \lambda_{kjl}$$

No processo de estimação do GoM, o modelo de probabilidade é parte de uma função de máxima verossimilhança, definida da seguinte forma:

$$L(Y) = \prod_i \prod_j \prod_l \left(\sum_{k=1}^k g_{ik} \lambda_{kjl} \right)^{Y_{ijl}}$$

Para a estimativa dos parâmetros foi utilizado o R-Script GoMRcpp.R, a versão do GoM na linguagem de programação R, desenvolvida por Julimar Santos Pinto (PINTO; CAETANO, 2013). A versão em R-Script encontra-se disponível na internet²⁸, no qual é possível utilizar um amplo conjunto de variáveis e observações no conjunto de dados, antes limitados nas versões elaboradas para o ambiente *DOS* e *LINUX*.

3.3.1 Modelo de Dois Níveis para Identificação de Perfis Extremos

Para o presente estudo considerou-se um modelo de dois níveis (SAWYER; LEITE; ALEXANDRINO, 2002): o primeiro estimou os perfis extremos a partir das características fornecidas por um grupo de variáveis denominado de variáveis internas; e no segundo nível a estimativa de características complementares dos perfis definidos no primeiro nível, a partir de um grupo de variáveis denominado como variáveis externas.

Essa distinção entre as variáveis se justifica pelo próprio objetivo proposto para o estudo. Considerando que a proposta foi discutir as soluções oferecidas pelo programa habitacional e sua adequação às famílias reais, público-alvo do PMCMV, avaliou-se que as variáveis referentes as características da moradia referem-se a atributos complementares que ajudam a explicar os perfis das famílias, mas não os definem. Assim, as variáveis selecionadas para descrever as características da moradia foram consideradas externas ao modelo. As variáveis internas, que delineiam os perfis extremos, foram definidas como

²⁸ Disponível em: <https://github.com/julimarsp/GoMRcpp.R>.

aquelas que caracterizam o chefe do domicílio, a composição e o tamanho do arranjo familiar. Considerou-se também como internas as variáveis socioeconômicas, haja vista contribuições da literatura que apontam para estratégias de formação e composição dos arranjos familiares de acordo com o contexto socioeconômico que experimentam (MONTALI, 1990; GOLDANI, 1993a; ARRIAGADA ACUÑA, 1997; BILAC, 2006).

No GoM as variáveis internas são inseridas para a definição de λ_{kjl} e g_{ik} , que definem os perfis extremos, suas características e os graus de pertencimento das famílias a cada perfil gerado. Posteriormente, são fixados os g_{ik} e o modelo é ajustado com a inclusão das variáveis externas, uma nova rodada de interações é feita com o número fixo de perfis definido pelas variáveis internas. Essa segunda rodada permite que sejam estimados atributos habitacionais para os perfis de famílias definidos anteriormente.

3.3.2 Número Ótimo de Perfis

Há diversas formas para definição de um número ótimo de perfis k , que melhor representaria o fenômeno estudado. A definição pode se dar tanto do ponto de vista teórico-conceitual, como por critério estatístico. Entre as opções disponíveis por critério estatístico²⁹, optou-se pelo Critério de Informação Akaike (AIC) (AKAIKE, 1973). A regra de decisão desse critério corresponde ao modelo com o valor mínimo da estatística AIC, representando o modelo que melhor descreve a estrutura latente ao conjunto de dados. A regra, portanto, é obedecer a restrição $AIC_{k-1} > AIC_k < AIC_{k+1}$ (MANTON; WOODBURY; TOLLEY, 1994). A estatística AIC pode ser obtida por meio da expressão:

$$AIC = 2p - 2 \ln L,$$

onde L é o valor da verossimilhança e p , o número de parâmetros estimados pelo modelo.

3.3.3 Critério para Caracterizar os Perfis Extremos

Um critério objetivo para caracterizar e descrever os perfis extremos pode ser encontrado na denominada Razão Lambda/Frequência Marginal (RLFM) ou razão

²⁹ Vale mencionar o Teste de Razão das Verossimilhanças e o Critério de Informação Bayesiano (BIC). Para mais informações vide Guedes et al. (2016).

Estimados/Observados (E/O) (SAWYER; LEITE; ALEXANDRINO, 2002). O critério consiste em comparar os valores estimados de λ_{kjl} , em cada perfil extremo k , para cada categoria de resposta l de cada variável j , com as frequências observadas, ou marginais, do conjunto de dados. A comparação permite avaliar a preponderância da característica expressa pela categoria de resposta em um perfil extremo com o encontrado no conjunto de dados. Se essa categoria tiver uma probabilidade λ_{kjl} superior no perfil extremo ao observado no conjunto da amostra, torna-se uma característica que delinea um perfil extremo. O critério de decisão para o quanto superior deve ser a probabilidade λ_{kjl} em relação a frequência marginal é arbitrário, quanto mais alto o valor da E/O, mais restritiva a inclusão de categorias das variáveis no delineamento de um determinado perfil. Assim, optou-se por adotar a regra estabelecida por Sawyer; Leite e Alexandrino (2002), onde uma categoria l , de uma variável j , seria característica de perfil k , se a razão E/O em questão tivesse valor superior 1,20, isto é, probabilidade 20% superior à ocorrência desta categoria no conjunto de dados inicial. Em outras palavras, serão características das famílias de um perfil extremo, aqueles atributos que apresentarem probabilidade superior a 20% do observado no conjunto de dados.

3.3.4 Prevalência e Autocorrelação Espacial (*Índice Global de Moran I*)

O grau de pertencimento g_{ik} de um indivíduo consiste no nível de associação deste indivíduo a um perfil extremo. A média dos graus de pertencimento de todos os indivíduos de um perfil extremo k , ponderada pelo número de indivíduos, corresponde a prevalência das características deste perfil no conjunto da população em análise. Assim, essa medida foi utilizada para obter a prevalência de um tipo de arranjo familiar no conjunto de potenciais famílias beneficiárias do PMCMV.

Optou-se também por aproximar a prevalência de cada perfil extremo às áreas de ponderação do Censo Demográfico 2010 do IBGE no município de São Paulo. As áreas de ponderação correspondem à unidade territorial estatística para a coleta de dados do questionário da amostra dos censos demográficos e podem ser utilizadas como o menor nível territorial de desagregação de suas informações. Ao aproximar a prevalência de cada perfil às áreas de ponderação, faz-se necessária uma medida de análise espacial que potencialize verificar se os perfis encontrados possuem alguma relação com a distribuição no território. Para tanto, essa medida deve ser capaz de sintetizar as informações das famílias residentes em cada área, sem perda do foco nos arranjos familiares. Assim, inspirou-se em Pinto e Caetano

(2013) para o cálculo de uma taxa de ocorrência dos perfis extremos a partir da prevalência obtida. O cálculo da taxa de ocorrência dos perfis extremos pode ser definido como:

$$O_{gika} = \left(\frac{\sum gika}{N_a} \right) * 1000, \text{ onde}$$

O_{gika} é a taxa de ocorrência do perfil k na área a , considerando a soma de todos os graus de pertencimento das famílias residentes na área a em relação ao perfil k ;

g_{ika} é o grau de pertencimento da família i , residente na área a , em relação ao perfil k ; e

N_a é o total de famílias residentes na área a .

Dessa forma, O_{gik} corresponde à taxa dos arranjos familiares da área a que possui grau de pertencimento g_{ik} , diferente de zero. Assim, O_{gik} varia entre zero (0,0), quando nenhuma família possui grau de pertencimento diferente de zero para um dado perfil extremo, e mil (1000), quando todos os arranjos familiares de uma área a possuem as características do perfil extremo analisado.

No entanto, distribuir a taxa de ocorrência de cada perfil extremo pelas áreas de ponderação no município de São Paulo consiste em um exercício exploratório, no qual não permite verificar se há uma dependência espacial entre o fenômeno apresentado e a sua localização. Por este motivo, calculou-se o Índice Global de Moran (*Moran I*) (ANSELIN, 1995) para averiguar a autocorrelação espacial da taxa de ocorrência dos perfis de arranjos familiares em São Paulo. O *Moran I* é uma medida de autocorrelação obtida a partir do produto dos desvios em relação à média, buscando identificar alguma semelhança no padrão do fenômeno em relação a observação da média dos vizinhos próximos. Assim, considera como o valor observado de um atributo em uma região é dependente dos valores desse atributo nas localidades vizinhas em relação à média da região de estudo. A expressão abaixo apresenta a construção do índice:

$$I = \frac{\sum_i^n \sum_j^n w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum_i^n (y_i - \bar{y})^2}, \text{ onde}$$

I é o Índice Global de Moran;

n o número total de observações;

y_i é o valor do atributo considerando a área i ;

\bar{y} é o valor médio do atributo na região de estudo;

w_{ij} os pesos estabelecidos na matriz de vizinhança, em que $w_{ij}=1$ se as observações i e j são vizinhas e $w_{ij}=0$ se as observações não são vizinhas

O Índice Global de Moran presta-se a um teste de hipóteses, onde a hipótese nula é a independência espacial. Assim, seu valor varia entre zero (hipótese nula confirmada, há uma independência do fenômeno da sua distribuição espacial) e +1 ou -1, em que há uma autocorrelação espacial de forma direta para valores positivos e inversa para valores negativos (CÂMARA et al., 2004).

A aplicação do Índice de Moran foi realizada no *software Geo Da*, utilizando o arquivo *shapefile* das áreas de ponderação 2010 fornecido pelo IBGE e os graus de pertencimento obtidos a partir do GoM e calculadas as taxas de ocorrência, conforme apresentado acima. Os pesos para a construção da matriz de vizinhança foram definidos a partir da opção de vizinhança por contiguidade do tipo “*queen*” de primeira ordem.

Por fim, é necessário verificar a significância estatística do Índice de Moran, para averiguar se o índice encontrado é uma ocorrência aleatória ou se de fato implica em um fenômeno particular. Para tanto, aplicou-se o teste de pseudo-significância, onde são geradas diferentes permutações dos valores de atributos associados às áreas observadas, e a cada permutação é obtido um novo arranjo espacial. No caso em estudo são permutados os valores da taxa de ocorrência de algumas áreas de ponderação, formando uma nova distribuição espacial. Realizou-se para o estudo 999 permutações por meio do *software Geo Da*. Como apenas um dos arranjos corresponde a situação observada (o Índice de Moran original), pode-se construir uma distribuição dos índices obtidos com cada permutação e do arranjo observado originalmente. Nesse caso, se o valor do Índice observado corresponder ao “extremo” da distribuição simulada, então trata-se de valor com significância estatística, confirmando a validade do índice encontrado (CÂMARA et al., 2004).

CAPÍTULO 4 – OS PERFIS DAS FAMÍLIAS E AS SOLUÇÕES HABITACIONAIS

O último capítulo tem como objetivo apresentar os resultados empíricos alcançados com a pesquisa e discuti-los à luz do marco teórico apresentado nos capítulos iniciais. Os resultados foram organizados em dois momentos: o primeiro consiste na análise descritiva dos arranjos familiares que se constituem no público-alvo do PMCMV, a partir da base de dados montada e das variáveis selecionadas; o segundo momento apresenta os resultados obtidos pelo método de agrupamento *Grade of Membership (GoM)*, destacando os perfis extremos definidos. Em ambos os momentos, o objetivo foi investigar as características das famílias, suas diferenças e semelhanças com a população paulistana média e analisar a adequação das soluções habitacionais oferecidas pelo PMCMV. Por fim, se avança em um exercício de apresentar algumas modalidades habitacionais alternativas e compatíveis com os perfis de arranjos familiares encontrados, indicando a necessidade de diversificar as soluções habitacionais com base no perfil do público-alvo.

4.1 Análise Descritiva do Público-alvo do PMCMV

Nesta seção são discutidas as características mais relevantes dos atributos que distinguem o público-alvo do PMCMV do total de domicílios da cidade de São Paulo. São analisadas as características do responsável pelo domicílio, da composição familiar, socioeconômicas e das condições de moradia.

Na TABELA 12 são apresentadas as frequências das características do responsável pelo domicílio para as variáveis selecionadas. A distribuição da chefia dos domicílios por sexo mostra que a posição é majoritariamente ocupada por mulheres (51,1%) para os domicílios que cumpriam os requisitos para atendimento pelo PMCMV, enquanto no município de São Paulo se observa a predominância de responsáveis homens (55,9%).

TABELA 12 – Distribuição dos domicílios que cumpriam os critérios para atendimento pelo PMCMV Faixa I e do total de domicílios do Município de São Paulo, segundo características do responsável, 2010

Características do responsável	Domicílios PMCMV		Domicílios MSP	
	Abs.	%	Abs.	%
Sexo				
Feminino	204.698	51,1	1.591.431	44,1
Masculino	195.814	48,9	2.017.150	55,9
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Faixa Etária				
até 34 anos	172.232	43,0	918.163	25,4
de 35 a 49 anos	130.061	32,5	1.209.333	33,5
50 anos ou mais	98.220	24,5	1.481.085	41,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Cor				
Branco/Amarelo	197.947	49,4	2.323.748	64,4
Pardo/Indígena	163.196	40,7	1.019.002	28,2
Preto	39.313	9,8	264.819	7,3
Não determinado	56	0,0	1.011	0,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Situação Conjugal				
Solteiro	130.470	32,6	703.894	19,5
União formal	102.289	25,5	1.598.571	44,3
União consensual	105.793	26,4	671.602	18,6
Separado ou divorciado	33.256	8,3	283.989	7,9
Viúvo	28.703	7,2	349.348	9,7
Não determinado	-	-	1.177	0,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

A chefia feminina em todo o país vem apresentando crescimento e uma tendência de convergência com a chefia masculina (CAVENAGHI; ALVES, 2018). De acordo com Cavenaghi e Alves (2018), as chefias femininas são mais frequentes em áreas urbanas, presentes em maior número absoluto na região Sudeste do país, e em crescimento em diversos tipos de arranjos familiares, principalmente em casais sem filhos e casais com filhos, muito embora sejam predominantes em arranjos do tipo monoparental.

Entretanto, quando se trata de um público-alvo de políticas sociais, composto por famílias de baixa renda (até três salários mínimos), a maior participação de chefes de família mulheres recupera argumentos do que se denominou “feminização da pobreza” – a sobre

representação de famílias chefiadas por mulheres nos segmentos mais pobres da população, relacionando o fenômeno da chefia feminina a situações de pobreza e vulnerabilidade social.

Neste ponto, torna-se importante chamar a atenção para diversidade de fatores associados ao fenômeno multifacetado da pobreza encontrada nos domicílios de chefia feminina. Como aponta Macedo (2008), há uma simplificação nesta abordagem, que homogeneiza e estigmatiza um grupo que traz consigo uma multiplicidade de fatores ligados à histórica relação entre gênero e pobreza, refletida pelos desiguais níveis de acesso e remuneração no mercado de trabalho, nas expectativas com o cumprimento de funções domésticas e de cuidado, nos encargos da maternidade, para citar algumas das situações mais visíveis. Assim, ao atrelar a condição sociodemográfica de chefia feminina às famílias mais pobres, se cometeria o erro de ignorar as desigualdades e discriminações que mulheres enfrentam ao longo do curso de vida, em que a pauperização da chefia feminina se apresenta apenas como o resultado de um processo social mais complexo (MACEDO, 2008). Por outro lado, também ignoraria os avanços sobre a autonomia feminina na reconfiguração de papéis nos espaços domésticos e suas estratégias de sobrevivência (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

A distribuição dessas chefias pelos recortes de faixas etárias selecionados revela ainda a predominância de responsáveis mais jovens no público-alvo do programa habitacional, sendo em sua maioria até 34 anos (43,0%), seguido daqueles com idades entre 35 e 49 anos (32,5%) e posteriormente aqueles com 50 anos ou mais (24,5%). Ao contrário do observado no município de São Paulo, no qual a maioria dos responsáveis se concentrava em idade igual ou acima dos 50 anos (41,0%) e com menor participação entre aqueles mais jovens, com até 34 anos (25,4%).

A maior proporção de responsáveis até 34 anos sugere, preliminarmente, uma predominância no público-alvo de arranjos domiciliares em um estágio de formação e expansão familiar. Esse perfil, para segmentos mais pobres da população, imprime consigo dificuldades no acesso à moradia adequada, que é marcada pela ocupação de habitações provisórias ou precárias. Por outro lado, também revela os distintos *timings* da transição para a vida adulta, cujos marcos, entre eles, a passagem de membro dependente de um domicílio para chefe de domicílio, se dá em idades mais jovens para indivíduos de baixa renda, quando comparados a outros estratos sociais (VIEIRA, 2008).

No tocante à característica de cor ou raça do responsável, destaca-se a menor participação de brancos ou amarelos entre os responsáveis dos domicílios que cumpriam os critérios para acesso ao PMCMV (49,4%), quando comparada ao total de domicílios de São Paulo (64,4%), e a elevação da participação de pardos, indígenas e pretos no público-alvo

(50,5% e 35,5% respectivamente), sinalizando, uma vez mais, a associação entre desigualdade racial e segregação socioeconômica (LIMA, 2012).

A situação conjugal dos responsáveis pelos domicílios que compõem o público-alvo do PMCMV possui a predominância de solteiros (32,6%), seguido daqueles unidos consensualmente (26,4%) e por aqueles em união formal (25,5%). Em oposição à distribuição encontrada no município de São Paulo, onde o predomínio é formado por unidos formalmente (44,3%), seguido por solteiros (19,5%) e unidos consensualmente (18,6%). O perfil mais jovem dos chefes do domicílio contribui não apenas para o elevado número de solteiros, mas também para a maior frequência de unidos consensualmente, tradicionalmente com maior prevalência entre os mais jovens que, com o passar do tempo, tenderiam a formalizar a união. Vale ressaltar o nivelamento de direitos entre casados e unidos, o que poderia reduzir a busca pela formalização da união (MARCONDES, 2011) e ainda o constrangimento de um contexto socioeconômico adverso atuando no mesmo sentido, dado os custos da formalização do casamento (CASTRO-MARTÍN, 2002).

Na TABELA 13 são apresentadas as frequências para as características da composição familiar dos domicílios do público-alvo do PMCMV e do total da população no município de São Paulo.

TABELA 13 – Distribuição dos domicílios que cumpriam os critérios para atendimento pelo PMCMV Faixa I e do total de domicílios do Município de São Paulo, segundo características da composição familiar, 2010

Características da composição familiar	Domicílios PMCMV		Domicílios MSP	
	Abs.	%	Abs.	%
Presença de cônjuge				
Sim	191.238	47,7	2.163.366	60,0
Não	209.274	52,3	1.445.215	40,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Presença de filhos				
Sim	228.216	57,0	2.225.700	61,7
Não	172.296	43,0	1.382.881	38,3
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Número de Filhos				
Nenhum filho	172.296	43,0	1.382.881	38,3
Até dois filhos	183.143	45,7	1.828.937	50,7
Acima de dois filhos	45.074	11,3	396.762	11,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Filhos crianças (até 12 anos)				
Sim	159.180	39,7	1.031.071	28,6
Não	241.332	60,3	2.577.510	71,4
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Filhos adolescentes (de 13 a 17 anos)				
Sim	61.587	15,4	574.797	15,9
Não	338.925	84,6	3.033.784	84,1
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Filhos adultos (acima de 18 anos)				
Sim	50.257	12,5	1.048.412	29,1
Não	350.255	87,5	2.560.169	70,9
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Morador sozinho				
Sim	94.901	23,7	528.100	14,6
Não	305.611	76,3	3.080.481	85,4
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Parentes de primeira geração ascendentes (pais, padrastos e sogros)				
Sim	14.053	3,5	235.568	6,5
Não	386.459	96,5	3.373.013	93,5
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0

Características da composição familiar	Domicílios PMCMV		Domicílios MSP	
	Abs.	%	Abs.	%
Parentes de primeira geração descendentes (genro e nora)				
Sim	3.457	0,9	97.865	2,7
Não	397.055	99,1	3.510.716	97,3
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Parentes de segunda geração ascendentes (avô e avó)				
Sim	452	0,1	9.993	0,3
Não	400.060	99,9	3.598.588	99,7
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Parentes a partir da segunda geração descendentes (netos e bisnetos)				
Sim	17.965	4,5	264.160	7,3
Não	382.547	95,5	3.344.421	92,7
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Irmão, irmã				
Sim	19.313	4,8	214.954	6,0
Não	381.199	95,2	3.393.627	94,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Outros parentes				
Sim	14.507	3,6	172.737	4,8
Não	386.005	96,4	3.435.844	95,2
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Não parentes				
Sim	8.050	2,0	76.625	2,1
Não	392.462	98,0	3.531.956	97,9
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Migrante				
Não migrante	134.926	33,7	1.322.683	36,7
Migrante com menos 5 anos de residência	71.802	17,9	390.061	10,8
Migrante com mais 5 anos de residência	193.783	48,4	1.895.836	52,5
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

Os domicílios que compõem o público-alvo do PMCMV não possuem cônjuge em sua maioria (52,3%), padrão diferente do observado no total do município, onde 60% tinham cônjuge no domicílio. Entretanto, a maioria dos domicílios possuía filhos co-residentes (57,0%), com nível muito próximo ao observado no município (61,7%). O número médio de filhos também é bastante semelhante, com 45,7% dos domicílios com até dois filhos, seguido de 43,0% dos domicílios sem filhos e 11,3% com mais de dois filhos. Para o total da população em São Paulo, o percentual é um pouco mais elevado para até dois filhos, 50,7%, seguido de nenhum filho, com 38,3%, e mais de dois filhos, com 11,0%.

Complementarmente, a faixa etária dos filhos é mais rejuvenescida para o público-alvo do MCMV, onde a maior proporção de filhos ocorre na faixa até 12 anos (39,7%), enquanto que no município de São Paulo a predominância se encontra na presença de filhos com mais de 18 anos (29,1%), seguido daqueles com filhos até 12 anos (28,6%). Resultados que indicam estágios iniciais do ciclo de vida familiar nos domicílios com requisitos para atendimento pelo programa habitacional.

De maneira geral, esses números apontam para um perfil mais jovem do público-alvo do PMCMV em relação à média da cidade de São Paulo. Esse perfil rejuvenescido implica também em um maior número de solteiros, em união consensual, e na predominância de filhos com idade igual ou inferior a 12 anos.

É superior também o número de pessoas que residiam sozinhas (23,7%), quando comparado ao encontrado no município de São Paulo (14,6%), embora ainda não se saiba exatamente, a partir das frequências apresentadas, as características desse tipo de arranjo domiciliar. Essa investigação será apresentada com a análise multivariada de agrupamentos na próxima seção. Observa-se, por hora, também a menor proporção de composições familiares com a presença de parentes, como pais, padrastos e sogros (3,5%) em relação ao município (6,5%), do mesmo modo com genros e noras (0,9%, no município 2,7%), avôs e avós (0,1%, no município 0,3%), netos e bisnetos (4,5%, no município 7,3%), irmãos e irmãs (4,8%, no município 6,0%) ou outros parentes (3,6%, no município 4,8%).

Ao observar a presença de migrantes na composição familiar, como uma característica que pode contribuir para a expansão do arranjo doméstico com a recepção de parentes recém-chegados, é observado o mesmo padrão nos domicílios do público-alvo do PMCMV e no total dos domicílios de São Paulo, mas com diferentes intensidades. Para os domicílios do programa habitacional, 48,4% possuíam algum membro migrante com mais de 05 anos de residência no município, no total da cidade eram 52,5% dos domicílios. Os domicílios com nenhum migrante na composição familiar eram 33,7%, também pouco abaixo dos 36,7%

encontrados no total do município. Os domicílios com membros migrantes com menos de 05 anos de residência na cidade eram 17,9% no público-alvo do PMCMV e 10,8% no total de São Paulo. Esse aspecto revela, por hora, piores condições socioeconômicas dos migrantes recém-chegados, que pode estar associada a características da migração para o município, marcada pela trajetória daqueles que tentam “ganhar a vida” vindo residir na capital e se valem de uma rede de relações que já reside na cidade (DURHAM, 1984 *apud* MACIEL, 2011).

Seguindo para as características socioeconômicas apresentadas na **TABELA 14**, quase a metade (49,0%) dos responsáveis dos domicílios que cumpriam os critérios para acesso ao programa habitacional não tinha instrução ou possuía apenas o ensino fundamental incompleto, seguido por aqueles com ensino médio completo ou superior incompleto (24,5%), e com ensino fundamental completo ou médio incompleto (21,8%). Padrão diferente ao encontrado no total dos responsáveis por domicílios em São Paulo, onde 36,6% não tinham instrução ou tinham apenas o fundamental incompleto, 25,9% possuíam o ensino médio completo ou superior incompleto, e 20,2% tinham curso superior completo.

TABELA 14 – Distribuição dos domicílios que cumpriam os critérios para atendimento pelo PMCMV Faixa I e do total de domicílios do Município de São Paulo, segundo características socioeconômicas, 2010

Características socioeconômicas	Domicílios PMCMV		Domicílios MSP	
	Abs.	%	Abs.	%
Instrução do responsável				
Sem instrução e fundamental incompleto	196.315	49,0	1.321.967	36,6
Fundamental completo e médio incompleto	87.453	21,8	599.258	16,6
Médio completo e superior incompleto	98.087	24,5	933.401	25,9
Superior completo	15.117	3,8	727.729	20,2
Não determinado	3.539	0,9	26.226	0,7
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Ocupação do responsável				
Trabalhador formal	175.484	43,8	2.049.501	56,8
Trabalhador informal	53.776	13,4	333.259	9,2
Não trabalha, mas procura emprego	31.187	7,8	126.349	3,5
Não trabalha	140.065	35,0	1.098.295	30,4
Não determinado	-	-	1.177	0,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Aposentadoria como Rendimento				
Sim	58.270	14,5	1.055.028	29,2
Não	342.242	85,5	2.553.553	70,8
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Participação da renda do responsável na renda do domicílio				
Menos de 50%	166.957	41,7	1.724.322	47,8
Mais de 50%	233.555	58,3	1.884.011	52,2
Não determinado	-	-	248	0,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

No que se refere à condição de ocupação, há um padrão semelhante entre os responsáveis pelos domicílios do público-alvo do PMCMV e do total do município de São Paulo. Entre os domicílios do programa habitacional, 43,8% dos responsáveis eram trabalhadores formais, enquanto no município representavam 56,8%. Na sequência, 35% dos responsáveis pelos domicílios do público-alvo do PMCMV não trabalhavam, ao passo que eram 30,4% no total de São Paulo. Destaca-se ainda que 13,4% eram trabalhadores informais e 7,8% desempregados no público-alvo do programa, enquanto no município eram 9,2% e 3,5% respectivamente.

A análise das duas variáveis mostra, como já se esperava pelos critérios de seleção do programa habitacional, baixos níveis de instrução e de condições de trabalho no público-alvo do PMCMV. Essas características revelam as dificuldades de acesso à moradia adequada pela aquisição de novas habitações via mercado e a necessidade de altos subsídios fornecidos pelo Estado para o desenvolvimento dessa modalidade de atendimento habitacional.

A variável *Aposentadoria como Rendimento* buscou verificar a presença de algum membro na composição familiar com rendimento proveniente de aposentadoria ou pensão. A proposta foi verificar a presença de idosos nas famílias como fonte de renda e apoio no cuidado de parentes mais jovens. Tradicionalmente a presença de idosos poderia representar a dependência pela perda da autonomia com a idade e suporte financeiro pela família, contudo, a literatura mostra a presença cada vez maior de idosos como um dos principais rendimentos do domicílio e fonte de provisão de bem estar, resultado das melhores condições de saúde e da presença de um rendimento estável, como a aposentadoria (CAMARANO et al., 2004).

Para essa variável, foi observado que 14,5% dos domicílios do público-alvo do PMCMV possuíam membros cujo rendimento era proveniente de aposentadoria, enquanto no total dos domicílios de São Paulo esse percentual subia para 29,2%. O que em parte é justificado pelo perfil mais jovem dos responsáveis dos domicílios do programa habitacional e a baixa frequência de parentes como avôs, pais e netos co-residentes no domicílio. Vale mencionar também que a existência da aposentadoria como rendimento eleva ou possibilita, ainda que de forma limitada, uma condição socioeconômica melhor do domicílio, diminuindo sua participação no segmento da população estudado.

A seleção da variável participação da renda do responsável na formação da renda domiciliar teve como objetivo investigar a participação da composição familiar no orçamento doméstico. No público-alvo do PMCMV, 58,3% dos domicílios tinham como renda principal aquela proveniente do responsável, enquanto no total do município de São Paulo esse percentual recuou para 52,2%.

A TABELA 15 a seguir apresenta as características habitacionais dos domicílios que cumpriam os critérios para atendimento pelo PMCMV e para o total de domicílios do município de São Paulo.

TABELA 15 – Distribuição dos domicílios que cumpriam os critérios para atendimento pelo PMCMV Faixa I e do total de domicílios do Município de São Paulo, segundo características habitacionais, 2010

Características habitacionais	Domicílios PMCMV		Domicílios MSP	
	Abs.	%	Abs.	%
Domicílio precário				
Sim	7.096	1,8	22.949	0,6
Não	393.416	98,2	3.553.410	98,5
Não se aplica	-	-	32.223	0,9
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Outro núcleo reprodutivo				
Sim	11.157	2,8	225.962	6,3
Não	389.355	97,2	3.350.186	92,8
Não determinado	-	-	32.433	0,9
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Densidade domiciliar				
Até 4 pessoas	352.710	88,1	3.027.139	83,9
Mais de 4 pessoas	47.802	11,9	581.442	16,1
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Densidade por dormitório				
Até 2 pessoas	254.076	63,4	2.794.127	77,4
Acima de 2 pessoas	144.539	36,1	779.382	21,6
Não determinado	1.897	0,5	35.072	1,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Comprometimento da renda com aluguel				
Até 30%	201.314	50,3	564.426	15,6
Mais de 30%	199.198	49,7	266.488	7,4
Não se aplica	-	-	2.777.667	77,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Banheiro de uso exclusivo				
Sim	391.094	97,6	3.556.741	98,6
Não	7.521	1,9	16.769	0,5
Não determinado	1.897	0,5	35.072	1,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Abastecimento de Água				
Adequado	392.487	98,0	3.541.217	98,1
Inadequado	6.129	1,5	32.293	0,9
Não determinado	1.897	0,5	35.072	1,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0

Características habitacionais	Domicílios PMCMV		Domicílios MSP	
	Abs.	%	Abs.	%
Coleta de Esgoto				
Adequado	357.931	89,4	3.345.181	92,7
Inadequado	39.589	9,9	225.225	6,2
Não determinado	2.992	0,7	38.175	1,1
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Coleta de Lixo				
Adequado	396.733	99,1	3.565.457	98,8
Inadequado	1.882	0,5	8.052	0,2
Não determinado	1.897	0,5	35.072	1,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0
Energia Elétrica				
Adequado	388.617	97,0	3.529.714	97,8
Inadequado	9.998	2,5	43.796	1,2
Não determinado	1.897	0,5	35.072	1,0
Total	400.512	100,0	3.608.581	100,0

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

A coabitação era o principal componente do déficit habitacional no Brasil e no município de São Paulo em 2010. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2013), São Paulo possuía, em termos absolutos, o maior déficit habitacional do país, necessitando da reposição do estoque de 474 mil unidades habitacionais, sendo que desse montante 196.746 unidades (41,5%) eram enquadradas como déficit pela coabitação de famílias no domicílio. Para este cálculo, como já abordado anteriormente, a FJP (2013) utilizou o algoritmo elaborado pelo IBGE, que identifica a presença de outros núcleos reprodutivos nos domicílios, além daquele formado pelo responsável e seu cônjuge (SABOIA; COBO; MATOS, 2012), e estimou o número de núcleos reprodutivos secundários com a intenção de formar domicílios exclusivos. Essa estimativa partiu de uma pergunta semelhante da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2009 e 2011, cuja média aritmética encontrada, mantida a tendência observada no período, foi utilizada como fator redutor para estimar os núcleos reprodutivos secundários que se enquadrariam como déficit (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Como o objetivo desta dissertação é caracterizar o segmento da população do programa habitacional, mais do que quantificá-lo, optou-se por apenas verificar a presença de outros núcleos reprodutivos nos domicílios, já que não há como saber quais destes tinham de

fato a intenção de formar um domicílio exclusivo a partir dos dados do Censo 2010. Além do que, entende-se que a disponibilidade de um novo domicílio não elimina os constrangimentos de diversas ordens que impendem a família de formá-lo e nem modifica os laços de solidariedade e interdependência entre os membros dos núcleos reprodutivos. Nos domicílios do público-alvo do PMCMV a presença de outro núcleo reprodutivo representava 2,8%, um total de 11.157 unidades habitacionais, número reduzido quando comparado ao total do município de São Paulo, com 6,3%, totalizando 225.962 domicílios.

O comprometimento da renda com o aluguel era a segunda principal componente do déficit habitacional no município de São Paulo. Essa componente foi calculada pela FJP (2013) para as famílias urbanas, com renda domiciliar até três salários mínimos e moradoras de casas ou apartamentos (bem duráveis) que despendiam mais de 30% da renda com aluguel. Em São Paulo, essa componente correspondia a 39,6% do déficit, totalizando 187.613 domicílios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Quase a metade dos domicílios do público-alvo do PMCMV possuía renda comprometida com o aluguel (49,7%), padrão distinto da média paulistana, considerando o total de domicílios da capital e não apenas os domicílios urbanos, no qual 7,4% se encontravam nessa situação.

Por sua vez, o adensamento domiciliar respondia por 14,1% (67.067 domicílios) do déficit habitacional do município de São Paulo em 2010 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). O adensamento domiciliar para a FJP é calculado apenas para os domicílios alugados, considerando adensados aqueles com mais de três moradores por dormitório. Para esta dissertação, utilizou-se dois moradores por dormitório, assumindo o padrão de quatro pessoas por domicílio e duas por dormitório como adotado pelas especificações mínimas do PMCMV (BRASIL, 2016). Assim, quando observada a média de moradores por domicílio (densidade domiciliar), tem-se que 88,1% dos domicílios do público-alvo do programa habitacional possuíam até quatro pessoas residentes, no total do município esse número correspondia à 83,9%. No tocante à densidade por dormitório, os domicílios do público-alvo com mais de duas pessoas por dormitório representavam 36,1%, enquanto no restante da cidade essa proporção era de 21,6%.

Os domicílios precários, que correspondem a soma dos domicílios rústicos e improvisados, equivaliam a 4,8%, ou 22.949 unidades do déficit habitacional no município (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). No público-alvo do PMCMV representavam 1,8% e 0,6% do total de São Paulo. Quanto à disponibilidade de infraestrutura urbana, 1,9% não possuíam banheiro de uso exclusivo, 1,5% não tinha acesso adequado à água, 9,9% à coleta

de esgoto, 0,5% à coleta de lixo e 2,5% à energia elétrica – números superiores aos encontrados para os mesmos atributos no total do município de São Paulo.

4.2 Análise Multivariada do Público-alvo do PMCMV

Para analisar os tipos de arranjos familiares do público-alvo do PMCMV e suas características, foi selecionado o método *Grade of Membership (GoM)* – método estatístico de agrupamentos capaz identificar perfis multidimensionais de famílias, preservando a heterogeneidade do conjunto de dados.

A leitura do conjunto de dados selecionados foi feita aplicando o modelo para diferentes números de perfis (*clusters*) iniciais. Assim, considerou-se o modelo para 02, 03 e 04 perfis e, em seguida, utilizou-se o critério de Akaike para obter um número ótimo de perfis. O resultado indicou que três perfis ($k = 2, 3$ e 4 ; $AIC = 13.181.332,8, 10.899.633,9$ e $11.703.124,3$, respectivamente) representavam adequadamente o panorama de arranjos familiares que compunham o público-alvo do PMCMV em 2010 no município de São Paulo.

A TABELA 16 apresenta a relação entre os perfis extremos definidos e as variáveis internas selecionadas de acordo com as probabilidades estimadas (λ_{ijl}) pelo modelo. As probabilidades λ_{ijl} revelam o quanto uma determinada característica do arranjo familiar, expressa pela categoria de uma variável selecionada, encontra-se associada ao perfil obtido. Na mesma tabela são apresentadas as frequências absoluta e marginal do conjunto de dados. A razão entre a probabilidade λ_{ijl} e a frequência marginal (E/O) expressa a preponderância de uma característica para o delineamento de um perfil extremo. Como já discutido, o critério de decisão adotado para o valor obtido por essa razão deve ser de 20%, ou seja, a característica é definidora do perfil quando sua probabilidade estimada for 20% superior (1,2) ao observado no conjunto de dados. Esses valores estão expressos na tabela e entre parênteses, ao lado das probabilidades λ_{ijl} e grifados em negrito para os casos incluídos no critério definido.

TABELA 16 – Distribuição dos coeficientes lambdas (λ_{ijl}) das variáveis internas para cada perfil extremo de arranjo familiar do PMCMV, Município de São Paulo, 2010

Variável	Frequência Absoluta	Frequência Marginal	Perfil 1 λ_{1jl} (E/O)	Perfil 2 λ_{2jl} (E/O)	Perfil 3 λ_{3jl} (E/O)
1. Sexo do Responsável					
1 homem	195.814	0,489	0,353 (0,7)	0,426 (0,8)	0,692 (1,4)
2 mulher	204.698	0,511	0,646 (1,2)	0,574 (1,1)	0,307 (0,6)
2. Faixa Etária do Responsável					
1 até 34 anos	172.232	0,430	0,000 (0,0)	0,318 (0,7)	1,000 (2,3)
2 35 a 49 anos	130.061	0,325	0,692 (2,1)	0,257 (0,8)	0,000 (0,0)
3 50 anos ou mais	98.220	0,245	0,308 (1,2)	0,425 (1,7)	0,000 (0,0)
3. Cor do Responsável					
1 branco/amarelo	197.947	0,494	0,533 (1,1)	0,568 (1,1)	0,366 (0,7)
2 pardo/indígena	163.196	0,407	0,386 (0,9)	0,338 (0,8)	0,514 (1,2)
3 preto	39.313	0,098	0,081 (0,8)	0,093 (0,9)	0,120 (1,2)
4 não determinado	56	0,000	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)
4. Situação Conjugal					
1 solteiro	130.470	0,326	0,000 (0,0)	0,772 (2,4)	0,000 (0,0)
2 união formal	102.289	0,255	0,784 (3,1)	0,000 (0,0)	0,034 (1,3)
3 união consensual	105.793	0,264	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)	0,966 (3,6)
4 separado ou divorciado	33.256	0,083	0,127 (1,5)	0,113 (1,3)	0,000 (0,0)
5 viúvo	28.703	0,072	0,089 (1,2)	0,115 (1,6)	0,000 (0,0)
5. Presença de Cônjuge					
1 sim	191.238	0,477	0,568 (1,2)	0,000 (0,0)	1,000 (2,1)
2 não	209.274	0,523	0,432 (0,8)	1,000 (1,9)	0,000 (0,0)
6. Presença de Filhos					
1 sim	228.216	0,570	1,000 (1,7)	0,000 (0,0)	1,000 (1,7)
2 não	172.296	0,430	0,000 (0,0)	1,000 (2,3)	0,000 (0,0)
7. Número de Filhos					
1 nenhum	172.296	0,430	0,000 (0,0)	1,000 (2,3)	0,000 (0,0)
2 até 2 filhos	183.143	0,457	0,633 (1,4)	0,000 (0,0)	1,000 (2,2)
3 acima de 2 filhos	45.074	0,113	0,367 (3,3)	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)
8. Filhos Crianças (até 12 anos)					
1 sim	159.180	0,397	0,367 (0,9)	0,000 (0,0)	1,000 (2,5)
2 não	241.332	0,603	0,633 (1,0)	1,000 (1,6)	0,000 (0,0)
9. Filhos Adolescentes (de 13 a 17 anos)					
1 sim	61.587	0,154	0,517 (3,3)	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)
2 não	338.925	0,846	0,483 (0,6)	1,000 (1,2)	1,000 (1,2)
10. Filhos Adultos (18 anos ou mais)					
1 sim	50.257	0,125	0,448 (3,6)	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)
2 não	350.255	0,875	0,552 (0,6)	1,000 (1,1)	1,000 (1,4)
11. Morador Sozinho					
1 sim	94.604	0,236	0,000 (0,0)	0,855 (3,6)	0,000 (0,0)
2 não	305.908	0,764	1,000 (1,3)	0,145 (0,2)	1,000 (1,3)

Variável	Frequência Absoluta	Frequência Marginal	Perfil 1 λ1jl (E/O)	Perfil 2 λ2jl (E/O)	Perfil 3 λ3jl (E/O)
12. Parentes de primeira geração ascendentes (pais, padrastos e sogros)					
1 sim	14.053	0,035	0,000 (0,0)	0,081 (2,3)	0,005 (0,1)
2 não	386.459	0,965	1,000 (1,0)	0,919 (0,9)	0,995 (1,0)
13. Parentes de primeira geração descendentes (genro e nora)					
1 sim	3.457	0,009	0,030 (3,4)	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)
2 não	397.055	0,991	0,970 (0,9)	1,000 (1,0)	1,000 (1,0)
14. Parentes de segunda geração ascendentes (avô e avó)					
1 sim	452	0,001	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)
2 não	400.060	0,999	1,000 (1,0)	1,000 (1,0)	1,000 (1,0)
15. Parentes a partir da segunda geração descendentes (netos e bisnetos)					
1 sim	17.965	0,045	0,151 (3,4)	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)
2 não	382.547	0,955	0,849 (0,9)	1,000 (1,0)	1,000 (1,0)
16. Irmão, irmã					
1 sim	19.313	0,048	0,000 (1,0)	0,104 (2,1)	0,021 (0,4)
2 não	381.199	0,952	1,000 (1,0)	0,896 (0,9)	0,979 (1,0)
17. Outros parentes					
1 sim	14.507	0,036	0,021 (0,6)	0,044 (1,2)	0,043 (1,1)
2 não	386.005	0,964	0,980 (1,0)	0,956 (1,0)	0,957 (1,0)
18. Não parentes					
1 sim	8.050	0,020	0,000 (0,0)	0,047 (2,3)	0,004 (0,2)
2 não	392.462	0,980	1,000 (1,0)	0,953 (1,0)	0,996 (1,0)
19. Migrante					
1 não migrante	134.926	0,337	0,303 (0,9)	0,363 (1,1)	0,322 (0,9)
2 sim, menos de 5 anos	71.802	0,179	0,000 (0,0)	0,122 (0,7)	0,432 (2,4)
3 sim, mais de 5 anos	193.783	0,484	0,697 (1,4)	0,515 (1,0)	0,246 (0,5)
20. Instrução do responsável					
1 sem instrução e fundamental incompleto	196.315	0,490	0,785 (1,6)	0,457 (0,9)	0,280 (0,6)
2 fundamental completo e médio incompleto	87.453	0,218	0,180 (0,8)	0,195 (0,9)	0,283 (1,3)
3 médio completo e superior incompleto	98.087	0,245	0,000 (0,0)	0,278 (1,1)	0,427 (1,7)
4 superior completo	15.117	0,038	0,035 (0,9)	0,071 (1,9)	0,000 (0,0)
5 não determinado	3.539	0,009	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)	0,010 (1,8)
21. Ocupação do responsável					
1 trabalhador formal	175.484	0,438	0,364 (0,8)	0,423 (1,0)	0,510 (1,2)
2 trabalhador informal	53.776	0,134	0,135 (1,0)	0,122 (0,9)	0,147 (1,1)
3 não trabalha, mas procura emprego	31.187	0,078	0,045 (0,6)	0,047 (0,6)	0,170 (2,2)
4 não trabalha	140.065	0,350	0,456 (1,3)	0,409 (1,2)	0,172 (0,5)
22. Aposentadoria como Rendimento					
1 sim	58.270	0,145	0,161 (1,1)	0,253 (1,7)	0,000 (0,0)
2 não	342.242	0,855	0,839 (1,0)	0,747 (0,9)	1,000 (1,2)
23. Participação da renda do responsável na renda do domicílio					
1 menos de 50%	166.957	0,417	0,525 (1,3)	0,246 (0,6)	0,521 (1,3)

Variável	Frequência Absoluta	Frequência Marginal	Perfil 1 λ_{1j} (E/O)	Perfil 2 λ_{2j} (E/O)	Perfil 3 λ_{3j} (E/O)
2 mais de 50%	233.555	0,583	0,475 (0,8)	0,754 (1,3)	0,479 (0,8)
24. Outro núcleo reprodutivo					
1 sim	11.157	0,028	0,095 (3,4)	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)
2 não	389.355	0,972	0,905 (0,9)	1,000 (1,0)	1,000 (1,0)

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

A TABELA 17 apresenta a mesma organização dos dados para as variáveis externas ao modelo. Vale lembrar que as variáveis externas são consideradas como aquelas que não definem os perfis extremos, mas contribuem para descrever suas características. Para a presente pesquisa, considerou-se como variáveis externas aquelas relacionadas aos aspectos da moradia, já que por natureza essas variáveis não definem os arranjos familiares em si, mas explicam as necessidades habitacionais das famílias que compõem o público-alvo do PMCMV.

TABELA 17 – Distribuição dos coeficientes lambdas (λ_{ij}) das variáveis externas para cada perfil extremo de arranjo familiar do PMCMV, Município de São Paulo, 2010

Variável	Frequência Absoluta	Frequência Marginal	Perfil 1 λ_{1j} (E/O)	Perfil 2 λ_{2j} (E/O)	Perfil 3 λ_{3j} (E/O)
25. Densidade domiciliar					
1 até 4 pessoas	352.710	0,881	0,401 (0,5)	0,747 (0,8)	0,999 (1,1)
2 acima de 4 pessoas	47.802	0,119	0,590 (4,9)	0,253 (2,1)	0,001 (0,0)
26. Densidade por dormitório					
1 abaixo de 2	254.076	0,634	0,172 (0,3)	0,835 (1,3)	0,613 (0,9)
2 acima de 2 moradores	144.539	0,361	0,627 (1,7)	0,165 (0,4)	0,386 (1,0)
3 não determinado	1.897	0,005	0,202 (42,6)	0,000 (0,0)	0,002 (0,4)
27. Comprometimento da renda com aluguel					
1 menos de 30% da renda comprometida	201.314	0,503	0,643 (1,3)	0,050 (0,1)	0,926 (1,8)
2 mais de 30% da renda comprometida	199.198	0,497	0,358 (0,7)	0,950 (1,9)	0,074 (1,1)
28. Domicílio precário					
1 sim	7.096	0,018	0,592 (33,4)	0,192 (11,0)	0,072 (4,1)
2 não	393.416	0,982	0,408 (0,4)	0,808 (0,8)	0,928 (0,9)
29. Banheiro de uso exclusivo					
1 sim	391.094	0,976	0,805 (0,8)	0,890 (0,9)	0,946 (1,0)
2 não	7.521	0,019	0,054 (2,9)	0,006 (0,3)	0,054 (2,9)
3 não determinado	1.897	0,005	0,140 (29,7)	0,104 (21,9)	0,000 (0,0)
30. Abastecimento de Água					
1 adequado (rede geral)	392.487	0,980	0,400 (0,4)	1,000 (1,0)	0,963 (0,9)
2 inadequado	6.129	0,015	0,290 (19,0)	0,000 (0,0)	0,016 (1,03)
3 não determinado	1.897	0,005	0,310 (65,5)	0,000 (0,0)	0,021 (4,5)
31. Coleta de Esgoto					

Variável	Frequência Absoluta	Frequência Marginal	Perfil 1 λ1jl (E/O)	Perfil 2 λ2jl (E/O)	Perfil 3 λ3jl (E/O)
1 adequado (rede geral e fossa séptica)	357.931	0,894	0,612 (0,7)	0,927 (1,0)	0,905 (1,0)
2 inadequado	39.589	0,099	0,312 (3,2)	0,073 (0,7)	0,088 (0,9)
3 não determinado	2.992	0,007	0,076 (10,2)	0,000 (0,0)	0,008 (1,0)
32. Coleta de Lixo					
1 adequado (serviço ou caçamba)	396.733	0,991	0,558 (0,6)	0,901 (0,9)	0,991 (1,0)
2 inadequado	1.882	0,005	0,044 (9,4)	0,000 (0,0)	0,000 (0,0)
3 não determinado	1.897	0,005	0,398 (84,0)	0,099 (21,0)	0,009 (2,0)
33. Energia Elétrica					
1 adequado (companhia distribuidora)	388.617	0,970	0,380 (0,4)	0,855 (0,9)	0,989 (1,0)
2 inadequado (sem energia ou de outras fontes)	9.998	0,025	0,087 (3,5)	0,046 (1,9)	0,000 (0,0)
3 não determinado	1.897	0,005	0,533 (112,6)	0,099 (21,0)	0,011 (2,4)

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

Assim, os três perfis extremos obtidos podem ser descritos de acordo com suas características preponderantes, conforme apresentado no QUADRO 5. A denominação dos perfis extremos foi feita tomando por base o estágio do ciclo de vida familiar em que se encontravam as famílias do público-alvo do programa habitacional.

QUADRO 5 – Perfis multidimensionais dos arranjos familiares do PMCMV por características preponderantes, município de São Paulo, 2010

Perfil Extremo	Características Preponderantes
Famílias de arranjo estendido intergeracional	responsável pelo domicílio mulher, com mais de 35 anos, casada, divorciada ou viúva, com mais de dois filhos, adolescentes e adultos, com outro núcleo reprodutivo no domicílio e a presença de netos; com baixo nível de instrução, sem trabalho e com participação na renda do domicílio inferior a 50%. Dividiam o domicílio mais de 04 pessoas, com mais de duas por dormitório, residentes em domicílio precário e com inadequações para a infraestrutura de serviços urbanos.
Famílias de arranjo unipessoal formadas, sobretudo, por pessoas com mais de 50 anos	responsável pelo domicílio mulher ou homem, com 50 anos ou mais, sem cônjuge, sem filhos, morador sozinho do domicílio ou co-residente com pais, irmãos ou não parentes; com superior completo, rendimento proveniente de aposentadoria, com mais de 30% da renda comprometida com aluguel, residente em domicílio precário.
Famílias de arranjo nuclear em expansão	responsável pelo domicílio homem, com idade até 34 anos, preto ou pardo, em união consensual, com filhos até 12 anos, com algum membro da família tendo migrado para o município recentemente, com nível instrução entre o fundamental completo e médio incompleto ou médio completo e superior incompleto, desempregado, residente em domicílio precário e sem infraestrutura adequada na residência.

A análise mais detida dos perfis extremos e a discussão dos resultados encontrados serão realizadas nas seções seguintes. Antes, a TABELA 18 mostra a distribuição dos graus de pertencimento por cada perfil gerado pelo modelo. Essa distribuição permite verificar a disposição dos arranjos familiares do PMCMV por perfil com base no pertencimento nulo, parcial e total ao perfil extremo analisado. Assim, 8,0% dos arranjos familiares domiciliares tinham pertencimento total às características que definem o Perfil 1, isto é, tratavam-se de arranjos de característica estendida, com chefia feminina e outro núcleo reprodutivo no domicílio, entre outros aspectos, enquanto que 43,1% possuíam pertencimento nulo a este perfil. Além disso, 48,9% tinham pertencimento parcial ao perfil, combinando características dos outros perfis. A média ponderada dos graus de pertencimento de cada perfil k possibilita obter a prevalência deste perfil no conjunto de domicílios que compõem o público-alvo do PMCMV. Assim, a prevalência das características do Perfil 1 era de 29,5%, o

que permite afirmar que este perfil possuía a menor prevalência no conjunto da população em análise.

TABELA 18 – Distribuição dos perfis de arranjos familiares do PMCMV, segundo os graus de pertencimento (g_{ik}) para cada perfil, Município de São Paulo, 2010

Intervalos g_{ik} *	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3
0,00	43,1	41,3	40,0
0,01 - 0,24	14,2	6,6	13,2
0,25-0,49	14,3	17,1	14,8
0,50-0,74	12,6	5,6	16,1
0,75-0,99	7,7	8,4	7,3
1,00	8,0	21,0	8,6
Total	100,0	100,0	100,0
Prevalência (%)**	29,5	39,0	31,5

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE.

* Intervalos dos graus de pertencimento de cada domicílio aos perfis de arranjos familiares do PMCMV

** Prevalência ponderada pelos graus de pertencimento de cada indivíduo ao perfil (%). Elaboração do autor.

O perfil 2 tinha 21% de arranjos familiares com pertencimento total às características do perfil, enquanto 41,3% tinham pertencimento nulo e 37,7% tinham características parciais. A prevalência das características do perfil 2 no conjunto de arranjos familiares do PMCMV era de 39,0%, a maior prevalência entre os perfis obtidos. Por fim, o perfil 3 apresentava 8,6% dos arranjos familiares com pertencimento total ao perfil e 40% com pertencimento nulo, assim 51,4% dos arranjos combinavam características deste perfil com os demais perfis. A prevalência do perfil 3 nos arranjos familiares do programa habitacional era de 31,5%, obtendo posição intermediária entre os outros dois perfis definidos.

O pertencimento parcial aos perfis extremos obtidos indica que os arranjos familiares da população analisada podem combinar características de mais de um perfil. Neste formato, os graus de pertencimento do GoM possibilitam preservar a heterogeneidade da população no nível do indivíduo, permitindo que os elementos não se enquadrem integralmente em um grupo e possam ter características mistas de múltiplos perfis. A identificação de perfis extremos contribui nesse sentido, pois retratam, por vezes, características extremas ou raras da população, já que o principal objetivo é o delineamento de grupos com características distintas um dos outros. Por este motivo, o pertencimento total a um perfil extremo tem uma frequência menor do que aqueles indivíduos com pertencimento parcial. Assim, a classificação deve ser feita considerando a predominância das características de um perfil sobre os demais (SAWYER; LEITE; ALEXANDRINO, 2002).

A criação de tipos mistos consiste no agrupamento de elementos ponderados pela preponderância de dois ou mais perfis em suas características (MELO, 2007; GUEDES et al., 2016), sendo que a predominância de um sobre outro pode ser definida por expressões que combinem os graus de pertencimento desses elementos (SAWYER; LEITE; ALEXANDRINO, 2002). Além disso, a construção de tipos mistos permite também verificar a existência de tipos sem predominância de nenhum perfil extremo gerado. O peso relativo desses casos no conjunto de elementos classificados ajuda a informar sobre a qualidade do modelo utilizado, já que se espera um número mínimo de elementos sem possibilidade de classificação (GUEDES et al., 2016).

Para o presente estudo utilizou-se o critério de classificação criado por Melo (2007), cujas expressões permitem identificar tipos puros, tipos mistos de dois perfis e tipos mistos sem predomínio, de acordo com as condições a seguir.

1. O arranjo familiar i é considerado como pertencente ao perfil puro k_1 quando tiver os graus de pertencimento g_{ik} aos perfis de referência k_1, k_2 e k_3 :
 - $g_{ik_1} \geq 0,75$; ou
 - $0,50 < g_{ik_1} < 0,75$, desde que $g_{ik_2} \leq 0,25$ e $g_{ik_3} \leq 0,25$
2. O arranjo familiar i é considerado como pertencente ao perfil misto de k_1 com k_2 , com predominância das características de k_1 , quando os graus de pertencimento aos perfis k_1 e k_2 são:
 - $0,50 < g_{ik_1} < 0,75$, desde que $0,25 \leq g_{ik_2} < 0,50$.
3. O arranjo familiar i de tipo misto sem predomínio é aquele com os seguintes graus de pertencimento g :
 - $g_{ik_1} < 0,50$ e $g_{ik_2} < 0,50$ e $g_{ik_3} < 0,50$; ou
 - $(g_{ik_1} = 0,50$ e $g_{ik_2} = 0,50)$ ou $(g_{ik_1} = 0,50$ e $g_{ik_3} = 0,50)$ ou $(g_{ik_2} = 0,50$ e $g_{ik_3} = 0,50)$.

A TABELA 19 apresenta a frequência absoluta e relativa dos arranjos familiares do PMCMV classificados em perfis de tipo puro e misto.

TABELA 19 – Frequência absoluta e relativa dos arranjos familiares do PMCMV, segundo tipologia de predominância de características dos perfis extremos, Município de São Paulo, 2010

Descrição do Perfil Extremo	Perfis com Predominância*	Frequência	
		Absoluta	Relativa
Perfil 1 – famílias de arranjo estendido intergeracional	TP1	64.182	16,02%
	TM12	17.894	4,46%
	TM13	27.911	6,97%
Perfil 2 – famílias de arranjo unipessoal, formadas, sobretudo, por pessoas com mais de 50 anos	TP2	119.976	29,96%
	TM21	9.288	2,32%
	TM23	11.324	2,83%
Perfil 3 – famílias de arranjo nuclear em expansão	TP3	63.232	15,79%
	TM31	32.996	8,24%
	TM32	29.417	7,34%
	TMSP	24.332	6,08%
	Total	400.512	100,00%

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

* TP1: Tipo Puro do Perfil 1; TM12: Tipo Misto com Predominância do Perfil 1 sobre o 2; TM13: Tipo Misto com Predominância do Perfil 1 sobre o 3; TP2: Tipo Puro do Perfil 2; TM21: Tipo Misto com Predominância do Perfil 2 sobre o 1; TM23: Tipo Misto com Predominância do Perfil 2 sobre o 3; TP3: Tipo Puro do Perfil 3; TM31: Tipo Misto com Predominância do Perfil 3 sobre o 1; TM32: Tipo Misto com Predominância do Perfil 3 sobre o 2; TMSP: Tipo Misto Sem Predominância.

No Anexo desta dissertação é apresentada uma tabela com o cruzamento dos perfis por tipos definidos com as variáveis selecionadas no estudo. O resultado possibilita detalhar as características dos tipos de arranjos identificados.

A distribuição apresentada na TABELA 19 revela a heterogeneidade dos arranjos familiares que formam o público-alvo do programa habitacional. Os tipos puros dos três perfis extremos concentravam 61,8% dos arranjos familiares e os demais arranjos familiares combinavam características de mais de um perfil. Notadamente, o Perfil 2 de tipo puro possuía a maior frequência (29,9%), com características de famílias de arranjo unipessoal. Era baixo o percentual de arranjos que combinavam características deste perfil com o Perfil 1 (2,32%) ou Perfil 3 (2,83%). Os perfis mistos com predominância do Perfil 2 apresentavam algumas mudanças nas características do perfil extremo:

- a combinação com o Perfil 1 aumenta a frequência de arranjos cujo responsável pelo domicílio é do sexo masculino com mais de 50 anos, amplia a presença de casados, com o cônjuge no domicílio e neto (s) residente (s), reduz o nível de instrução do responsável e ressalta o comprometimento da renda com o aluguel urbano;

- a combinação com o Perfil 3 amplia a proporção de responsáveis pelo domicílio do sexo masculino e os rejuvenesce, aumenta os casos de unidos consensualmente, com o cônjuge presente no domicílio, reduz o nível de instrução do responsável e ressalta o comprometimento da renda com o aluguel urbano.

No Perfil 1, 16,02% dos arranjos familiares eram do tipo puro deste perfil, cuja principal característica é o arranjo estendido com mais de uma geração residindo no domicílio. Entre os tipos mistos, a maior frequência ocorre com a predominância do Perfil 1 sobre o Perfil 3 (6,97%), seguido do Perfil 1 sobre o Perfil 2 (4,46%). As características mostram que:

- a combinação com o perfil 2 aumenta a frequência de domicílios cujo responsável é do sexo feminino, amplia os casos de solteiros, reduz a presença do cônjuge no domicílio, aumenta a presença de pais ou sogros e de irmão ou irmã, amplia o nível de instrução e melhora a ocupação do responsável, torna os rendimentos do responsável a principal fonte de renda do domicílio, diminui a densidade de moradores por dormitório, amplia o comprometimento da renda com o aluguel e melhora a condição de serviços urbanos do domicílio.
- a combinação com perfil 3 aumenta a proporção de homens como responsáveis pelo domicílio e os rejuvenescem, reduz a proporção de divorciados e viúvos e amplia a de casados e unidos, aumenta os arranjos com cônjuge no domicílio, o número de filhos e rejuvenesce a prole, diminui a presença de outros parentes no domicílio, melhora o nível de instrução e a ocupação do responsável e amplia a densidade por dormitório.

No Perfil 3 eram 15,79% os arranjos familiares que tinham pertencimento ao tipo puro deste perfil. O tipo misto com combinação com o Perfil 1 era mais acentuado (8,24%), seguido da combinação com o Perfil 2 (7,34%). As características do Perfil 3 de tipo misto mostram que:

- a combinação com o perfil 1 envelhece o responsável pelo domicílio, amplia a ocorrência de casados e reduz os unidos consensualmente, aumenta os arranjos com mais de dois filhos, envelhece a prole, diminui a presença de migrantes recentes, piora o nível de instrução e ocupação do responsável, amplia a

dependência de rendimentos de outros componentes da família e aumenta a densidade domiciliar.

- a combinação com o perfil 2 aumenta a proporção de arranjos cujo responsável pelo domicílio é uma mulher e as rejuvenesce, aumenta os casos de solteiros, reduz a presença de cônjuge no domicílio e de filhos, aumenta a de pais e irmãos, melhora o nível de instrução, amplia a participação do rendimento do responsável na renda do domicílio, reduz a densidade por dormitório e aumenta o comprometimento da renda com aluguel.

Os arranjos de tipo misto sem predomínio de nenhum perfil representavam 6,08% do total de famílias estudado.

Nas seções a seguir serão analisadas e discutidas as características dos perfis multidimensionais obtidos, comparando-os com a solução habitacional oferecida pelo PMCMV.

4.2.1 Perfil 1 – Famílias de Arranjo Estendido Intergeracional

Os arranjos familiares com pertencimento total ao Perfil Extremo 1 possuem 64,6% de probabilidade de terem uma mulher como responsável pelo domicílio e 69,2% de possuir idade entre 35 e 49 anos. Os arranjos tinham 56,8% de probabilidade de possuir cônjuge no domicílio, sendo que era alta a probabilidade de tratar-se de uma união formal (78,4%), embora também fossem significativas as chances do cônjuge ausente (43,2%), para situações de divórcio (12,7%) e viuvez (8,9%).

As chances de encontrar mais de dois filhos nos arranjos familiares desse perfil era de uma a cada três e de encontrar até dois filhos, subia para duas a cada três chances. Com a presença certa de filhos no domicílio (100%), a probabilidade de os filhos terem idades entre 13 e 17 anos era de 51,7% e para idades igual ou maior a 18 anos, 44,8%. Acrescenta-se ainda a significativa probabilidade acrescida desses filhos encontrarem-se acompanhados dos respectivos cônjuges, genros e noras dos responsáveis (E/O=3,4), além da alta probabilidade de co-residência com a prole dessas uniões – netos do responsável pelo domicílio (E/O =3,4). Essa extensão do arranjo familiar para além do núcleo reprodutivo principal é confirmada pela alta probabilidade da presença de um núcleo reprodutivo secundário nesses domicílios, mensurada em variável específica (E/O =3,4).

A probabilidade de o responsável pelo domicílio não ter instrução ou possuir apenas o fundamental incompleto era de 78,5% e de se encontrar sem ocupação no mercado

de trabalho, 45,6% – situação que revela a fragilidade socioeconômica dos arranjos familiares desse perfil. Além do mais, era significativa a probabilidade de o chefe do domicílio contribuir com menos de 50% da renda domiciliar (E/O=1,3), o que sugere que a composição da renda pode depender da contribuição dos membros que configuram o amplo arranjo familiar deste perfil.

Os arranjos familiares com total pertencimento ao Perfil Extremo 1 possuíam ainda elevada probabilidade de residirem em condições inadequadas, com alto adensamento domiciliar (E/O=4,9) e por dormitório (E/O=1,7), em domicílios precários (E/O=33,4), com casos de ausência de banheiro de uso exclusivo (E/O=2,9) e inadequação na cobertura dos serviços de água (E/O =19,0), esgotamento sanitário (E/O =3,2), lixo (E/O =9,4) e energia elétrica (E/O =3,5).

Os resultados apresentados pelo Perfil 1 indicam a retomada de contribuições da literatura que abordam a relação entre a ampliação e contração das famílias como estratégias de enfrentamento do contexto socioeconômico experimentado (GOLDANI, 1993b; ARRIAGADA ACUÑA, 1997; BILAC, 2006), e ainda de contribuições mais recentes acerca dos domicílios com mais de uma geração co-residente, fruto da ampliação da longevidade da população e que se denominou como domicílios multigeracionais (CAMARANO et al., 2004; WAJNMAN, 2012; MARCONDES, 2016).

Como Bilac (2002) afirma, as configurações residenciais não são gratuitas, a presença ou ausência de determinadas figuras familiares na casa refletiriam múltiplos projetos e constrangimentos. Se, por um lado, os processos de ampliação e contração das famílias não possuíam relação com o modelo de família patriarcal extenso, característica das elites canavieiras e cafeicultoras do Brasil agrário, por outro, seriam também resultado dos constrangimentos enfrentados pelos membros ao longo do curso de vida e tomados como recursos para garantir o bem-estar do grupo residente.

Uma das estratégias de enfrentamento da pobreza na América Latina, relatados pela literatura ao longo das décadas de 1980 e 1990, era o aumento ou a redução do tamanho das famílias (ARRIAGADA ACUÑA, 1997). A rede de apoio familiar colaboraria com táticas recorrentes de sistemática ampliação e contração, condicionadas pelas condições de vida instáveis da maioria da população (BILAC, 2006). Essas estratégias de enfrentamento refletiriam a construção de diferentes trajetórias individuais dos membros das famílias, que trazem consigo a representação das condições sociais e demográficas vivenciadas e cujas negociações e acordos estabelecidos a partir da interação familiar estariam refletidas nos estágios de desenvolvimento das famílias e de sua estrutura (GOLDANI, 1993b).

Em outras palavras, os arranjos familiares com total pertencimento ao Perfil 1 podem ser interpretados a partir da conjunção de trajetórias individuais de cada membro, que diante das interações familiares e da estrutura de oportunidades disponível (condicionadas pelo contexto social, econômico e demográfico) podem decidir pela estratégia de co-residência que representa a melhor solução encontrada à situação vivenciada.

Arriagada Acuña (1997), com base na análise das famílias de 12 países latino americanos, indicava que as famílias estendidas eram majoritariamente chefiadas por mulheres e carregavam consigo um dos maiores níveis de pobreza entre outros tipos familiares. Para a autora, considerando os estágios do ciclo de vida familiar, o momento de maior vulnerabilidade é aquele em que a família urbana é composta por filhos dependentes, pois é nessa etapa do ciclo de vida familiar que se encontraria uma alta razão de dependência dos mais jovens, em idades que demandam atenção e cuidado, e ainda incapazes de contribuir com a renda domiciliar. Complementarmente, quando diante de um arranjo familiar estendido, esse cenário poderia ser intensificado e haveria um proporcional aumento da carga de trabalho doméstico, que recairia sobre as mulheres.

Os arranjos familiares do Perfil Extremo 1 encontram-se em um momento próximo daquele apresentado pela autora. Os filhos têm grandes chances de estarem em idades de 13 a 17 anos, porém também com significativa probabilidade de terem 18 anos ou mais. São bastante significativas as chances de estarem acompanhados do cônjuge no domicílio (genros e noras do responsável) e da prole dessa união (netos do responsável). Esses elementos quando somados a alta probabilidade de o chefe do domicílio não ter ocupação, indicam um cenário de fragilidade socioeconômica, acentuado pelo momento do ciclo de vida familiar, com significativo número de dependentes no domicílio, mas revela também a contribuição dos membros da família (inclusive do cônjuge do responsável) na composição da renda domiciliar. Isto é, ao invés de ocorrer uma dependência econômica para com o chefe do domicílio, é justamente a presença dos membros familiares e seu aporte de renda que contribui para a formação da renda e para o não comprometimento de mais de 30% dos rendimentos com o aluguel ($E/O=1,3$). Não menos importante, a presença da avó como chefe do domicílio, sem renda própria, parece oferecer apoio no cuidado e na provisão de bem-estar de netos e filhos mais novos, acumulando funções domésticas e liberando os membros adultos para o trabalho remunerado.

Nesse contexto, os arranjos familiares do Perfil Extremo 1 possuem no apoio intergeracional uma estratégia de sobrevivência (CAMARANO et al., 2004). Por um lado, um contexto de precariedade socioeconômica e habitacional da família, em que a composição da

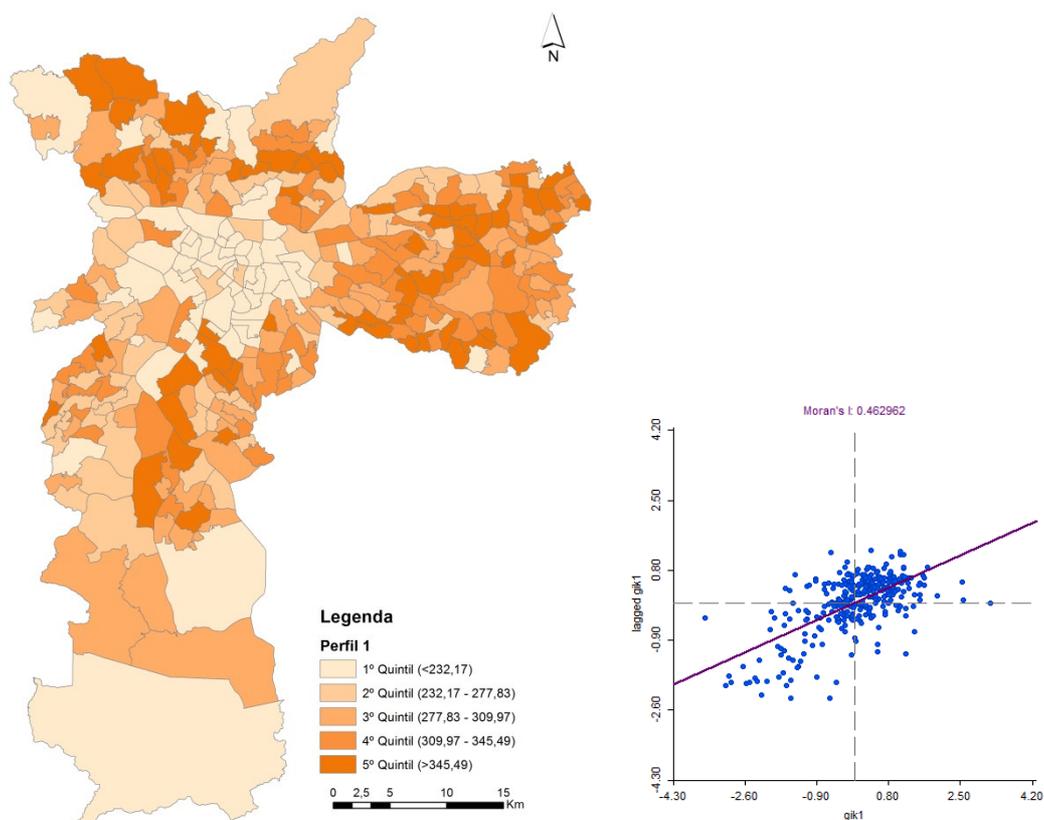
renda domiciliar é dividida entre os membros adultos que compõe o domicílio, o que sugere o apoio e a troca de recursos materiais entre as gerações. Por outro, o auxílio oferecido pela figura do responsável, mulher e avó, que combina funções domésticas e de cuidado, articulando o bem-estar dos membros mais novos com o apoio à participação no mercado de trabalho dos mais velhos. Elementos que justificariam o recurso a um arranjo familiar estendido.

Esse contexto dialoga ainda com as causas que levam ao adiamento da saída dos filhos da casa dos pais, muitas vezes reflexo de instabilidades no mercado de trabalho, dos altos custos com a moradia, da inconstância das relações afetivas, ou mesmo da gravidez na adolescência, que demanda o abrigo de filhas e netos pelos pais/avós (CAMARANO et al., 2004; MARCONDES, 2016). Todos esses elementos são agravados em famílias com baixa instrução e baixa renda como as características encontradas nos arranjos do Perfil 1. Vale ainda ressaltar que a solidariedade intergeracional não implica necessariamente em uma relação harmônica, uma vez que não se sabe se essa solidariedade é uma preferência ou uma imposição, que neste último caso resultaria em cenários de insatisfação, opressão ou violência (CAMARANO et al., 2004).

Os tipos mistos deste Perfil apontam dois cenários distintos. A combinação com o Perfil 2 inverte a chefia e torna uma das filhas a responsável pelo domicílio. A presença de pais e de irmãos revela um arranjo nuclear, mas torna os pais dependentes da filha adulta. A solidariedade intergeracional se revela assim com os parentes de primeira geração (pais e filhos adultos), já que não há uma segunda geração no domicílio (netos e/ou avós). A combinação com o Perfil 3 torna o arranjo de tipo nuclear de chefia masculina, mas aumenta o número de filhos (mais de dois) e os rejuvenesce, intensificando a dependência da prole com o responsável.

Em um exercício para buscar verificar a distribuição espacial das características que delinham os arranjos familiares do Perfil 1, calculou-se uma taxa de ocorrência deste perfil para as áreas de ponderação do Censo Demográfico 2010 do IBGE no município de São Paulo, a partir dos graus de pertencimento obtidos pelo GoM. Os resultados possibilitaram distribuir a taxa de ocorrência do Perfil 1 pelas 310 áreas de ponderação do município, conforme apresentado na FIGURA 6 a seguir.

FIGURA 6 – Distribuição espacial das classes de quintis da taxa de ocorrência dos arranjos familiares do Perfil 1 para as áreas de ponderação do Município de São Paulo, 2010



Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

Foi calculado também o Índice Global de Moran, com o objetivo de verificar se a distribuição apresentada na figura possui uma dependência espacial, tal como o padrão da distribuição apresentada, ou trata-se apenas de uma situação aleatória ou do acaso. Assim, a partir do teste de pseudo-significância, obteve-se que, com 99,9% de confiança, pode-se rejeitar a hipótese nula de independência espacial. Há, portanto, autocorrelação espacial positiva de 46,3%, onde áreas mais próximas tendem a ter valores semelhantes da taxa de ocorrência do Perfil 1.

Esse resultado mostra que os arranjos familiares com características mais associadas ao Perfil 1 ocupam regiões intermediárias da cidade, entre o centro expandido e os limites do município, notadamente nas zonas Leste, Norte e Sul de São Paulo.

Por fim, considerando o tamanho e a configuração dos arranjos familiares com pertencimento total ao Perfil 1, acrescida as situações socioeconômica e habitacional, desprende-se que as soluções oferecidas pelo PMCMV Faixa 1 não são adequadas aos arranjos familiares com as características apresentadas. O formato dos apartamentos

construídos em São Paulo desde 2009 pelo programa habitacional apresentam projetos destinados a famílias com até quatro pessoas, reproduzindo o padrão estabelecido pelas especificações mínimas constantes nas portarias 168 e 146 (BRASIL, 2013a; 2016), não considerando as famílias com um número maior de integrantes, como ocorre com as famílias do perfil analisado.

Ainda que se avenge a possibilidade da separação em duas famílias, tomando por base os núcleos reprodutivos, como por vezes opera o atendimento habitacional no caso do reassentamento involuntário de famílias, os resultados trariam prejuízos às famílias, sobretudo quanto à sua dinâmica de composição da renda e provisão de bem-estar entre os membros. A solidariedade e dependência entre os componentes e gerações residentes no domicílio parecem elementos fundamentais a serem levados em conta para uma proposta de moradia para essas famílias. Nesses casos, mostra-se bastante justificado os problemas recorrentes de repasse irregular das unidades habitacionais do Programa para terceiros, às vezes de melhor renda, dada a impossibilidade de sobrevivência da família dividida e da sobrecarga representada pela duplicação de contas condominiais e de serviços públicos.

4.2.2 Perfil 2 – Famílias de Arranjo Unipessoal Formadas, sobretudo, por Pessoas com mais de 50 anos

Os arranjos familiares com pertencimento total ao Perfil 2 possuem 57,4% de probabilidade do responsável ser do sexo feminino e 42,6%, do sexo masculino. A probabilidade de o responsável ter idade acima dos 50 anos era de 42,5%, acrescentada 77,7% de probabilidade de estar solteiro, 11,5%, viúvo, 11,3%, separado ou divorciado. Por este motivo, não possuem cônjuge no domicílio e nem filhos, e tinham 85,5% de probabilidade de residirem sozinhos. Embora se apresente também probabilidades menores de dividir o domicílio com parentes, como irmã ou irmão (10,4%), pais ou padrastos (8,1%), ou ainda com outra pessoa não aparentada (4,4%).

Os responsáveis com total pertencimento a esse perfil tinham ainda tendência de terem concluído o ensino superior (E/O=1,9), não trabalharem (E/O=1,2) e grandes chances de terem a aposentadoria como fonte de rendimento (E/O=1,7). Com maiores chances de residirem sozinhos, era alta a probabilidade de o responsável contribuir com mais de 50% da renda domiciliar (75,4%).

Do ponto de vista das características da moradia, destaca-se a alta probabilidade de se encontrar domicílios com baixa densidade de pessoas por dormitório (E/O=1,3), embora

com o comprometimento de mais de 30% da renda com aluguel (E/O=1,9) e a ocupação de domicílios rústicos ou improvisados (precários) (E/O=11,0).

Portanto, o Perfil 2 indica características de arranjos familiares unipessoais, com maior probabilidade de serem formados por pessoas com idades mais avançadas, sobretudo mulheres, cuja principal fonte de renda é proveniente de aposentadorias ou pensões, e com fragilidades socioeconômicas e habitacionais, principalmente pelo alto comprometimento da renda com o aluguel.

A literatura que discute o crescimento dos domicílios unipessoais recentemente aponta que a população idosa é o segmento mais provável neste tipo de arranjo (BENNET, DIXON, 2006; CAMARANO et al., 2004). O envelhecimento da população é resultado da redução da fecundidade, que atrelado a um maior tempo de sobrevivência corrobora para a formação de outros tipos de arranjos familiares até então pouco frequentes. No caso do público idoso, o estado conjugal e a presença da prole seriam dois elementos importantes para pensar o tipo de arranjo familiar (CAMARANO et al., 2004). A maior sobrevivência de mulheres em relação aos homens faz com que elas experimentem a viuvez em idades avançadas, passando a residir com os filhos ou sozinhas, quando ocorre a saída dos filhos da casa dos pais. Não por menos, portanto, é elevada probabilidade dos responsáveis do Perfil 2 serem formados por mulheres com mais de 50 anos.

A melhora nas condições de saúde e o acesso a benefícios como aposentadorias e pensões estão associados à ampliação da autonomia física, mental e material dos idosos, contribuindo também para a formação de domicílios cujos chefes são idosos (CAMARANO et al., 2004; MARCONDES, 2016). Contudo, para os arranjos familiares do programa habitacional, o que parece ocorrer é a sobrecarga do custo de vida sobre o bem-estar desse segmento da população, contribuindo para a alta probabilidade do comprometimento da renda com o aluguel e da residência em domicílios improvisados ou precários.

Para Bennett e Dixon (2006, p. 15), em seu estudo sobre os domicílios unipessoais e a oferta habitacional na Inglaterra, os domicílios unipessoais, entre outros tipos de arranjos, seriam os mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, pois dependeriam de uma única fonte de renda para sua manutenção. Esses arranjos estariam mais sujeitos a instabilidade do mercado de trabalho e ao cenário socioeconômico que experimentam, pois não contam com o apoio de outro membro do domicílio para arcar com despesas como aluguel e custos de serviços públicos, como água e energia elétrica. Além do mais, as pessoas que vivem só possuiriam maior probabilidade de sofrer uma redução da renda do que um

aumento e teriam menor probabilidade de experimentar um aumento na renda do que aquelas que residem em arranjos familiares formados por mais integrantes.

A maior vulnerabilidade desse tipo arranjo familiar pode ser ainda agravada quando formado por idosos, como parte dos casos dos arranjos do Perfil 2, pois não há alternativas de renda disponíveis além da aposentadoria ou pensão, e o retorno ao mercado de trabalho é praticamente improvável. Por este motivo também se justifica a co-residência com outros parentes e até com não parentes nos arranjos familiares desse perfil, como estratégia para compartilhar os custos do domicílio. Por outro lado, a co-residência com outros membros, pode ser reveladora de cenários onde o idoso apresenta o comprometimento da autonomia e perda da capacidade funcional com o avançar da idade, sendo necessário agregar ao domicílio algum parente ou até mesmo não parentes (empregados domésticos e suas famílias, por exemplo) para a provisão de cuidados ao idoso.

Para Bennett e Dixon (2006) seria necessário considerar ainda outro perfil de arranjo unipessoal em crescimento. Esse perfil seria formado por pessoas entre 25 e 44 anos, sobretudo homens, que optaram por residirem sozinhos, composto na maioria por profissionais liberais e com autonomia financeira.

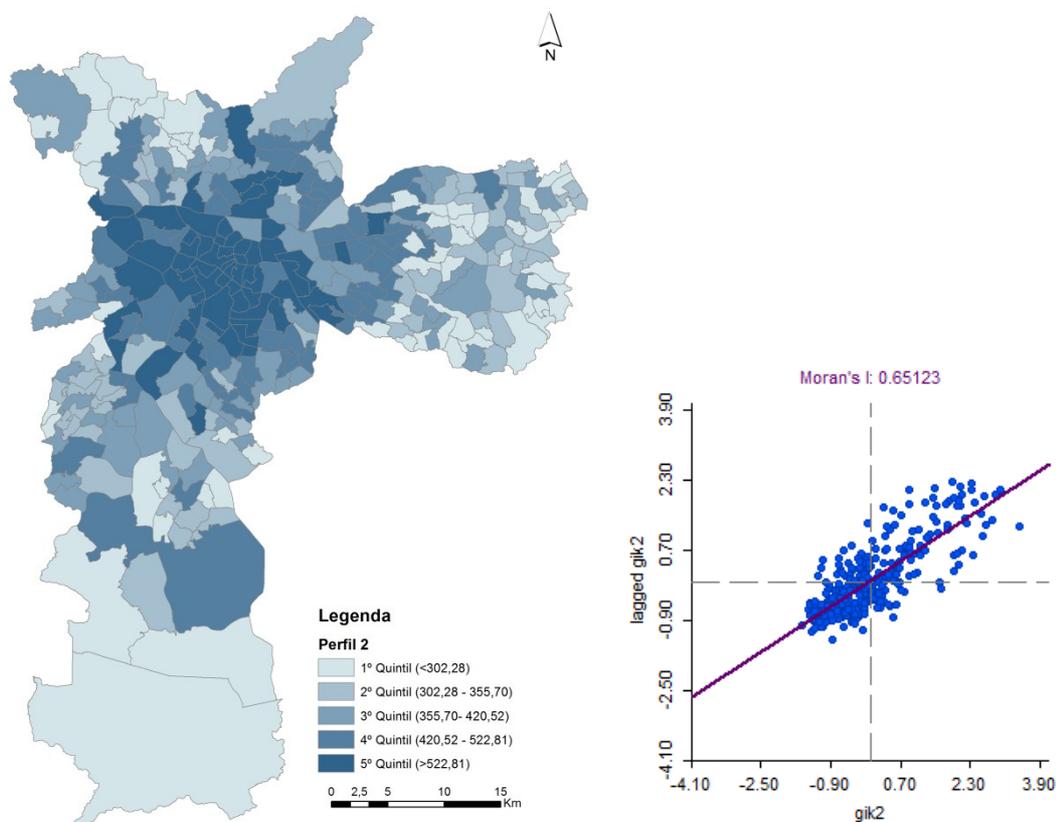
Ainda que o contexto inglês apresentado pelos autores seja distante do perfil socioeconômico urbano do público-alvo de programas habitacionais no Brasil, cabe uma nota quanto algumas características do Perfil 2. A indefinição do sexo do responsável, a alta probabilidade de encontrar solteiros, e a elevada probabilidade do nível de instrução dos responsáveis ser equivalente ao superior completo, contribuem com a hipótese de que o Perfil 2 combina características de arranjos familiares unipessoais formados por um público mais jovem em conjunto com arranjos com pessoas com mais de 50 anos. Assim, o Perfil 2 pode ser formado também por domicílios unipessoais, cujo responsável possui menos de 50 anos, do sexo feminino ou masculino, com melhores níveis de instrução, muito embora com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, baixa renda, com comprometimento da renda com aluguel e/ou moradores em imóveis rústicos ou improvisados.

Esses elementos revelam a combinação de dois grupos em um mesmo perfil extremo, que absorve parte da proporção de domicílios formados por responsáveis com menos de 34 anos e solteiros, como apresentado na análise descritiva realizada anteriormente. Revela também que um componente da demanda por atendimento habitacional é proveniente de um público que está formando novos domicílios, e enfrentando os constrangimentos da desigual condição renda e do alto custo da moradia.

Os tipos mistos deste perfil, embora tenham baixa frequência na população, mostram, na combinação com o Perfil 1, arranjos formados por casais de idosos, sem filhos ou filhas, e com a presença de netos no domicílio. Composição que se convencionou denominar de geração pulada ou *skip generation*. Já a combinação com o Perfil 3 rejuvenesce a chefia, adiciona um cônjuge ao domicílio, mas mantém o arranjo sem filhos – características que aproximam de uma composição de casal sem filhos. Ambos os tipos mistos se encontram em estágios distintos do ciclo de vida familiar. O tipo misto com o Perfil 1 encontra-se mais próximo às características que predominam no tipo puro, arranjo formado por pessoas com 50 anos ou mais, porém acrescentando outra geração ao domicílio. O tipo misto com o Perfil 3 se aproxima das características complementares do tipo puro, composto por um público mais jovem, em um estágio de formação de novos domicílios. A característica que permanece em todos os casos é o comprometimento da renda com mais de 30% com o aluguel urbano, ressaltando ser esta a principal componente de necessidades habitacionais deste perfil de famílias.

O cálculo da taxa de ocorrência do Perfil 2 para as áreas de ponderação do município de São Paulo permitiu obter a distribuição apresentada na FIGURA 7 a seguir. O Índice Global de Moran apresentou, com 99,9% de confiança, uma forte dependência espacial de 65,1%, com tendência de áreas vizinhas próximas possuírem valores semelhantes da taxa de ocorrência de arranjos do Perfil 2.

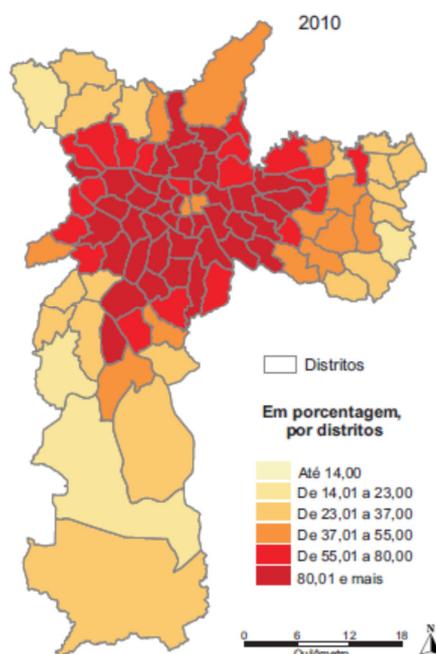
FIGURA 7 – Distribuição espacial das classes de quintis da ocorrência dos arranjos familiares do Perfil 2 para as Áreas de Ponderação do Município de São Paulo, 2010



Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

A FIGURA 7 mostra que as características dos arranjos familiares associadas ao Perfil 2 possuem maior probabilidade de serem encontradas no centro expandido de São Paulo, próximo ao que se denomina como quadrante sudoeste – setor que tradicionalmente concentra áreas de alta renda da cidade. Esse resultado, por um lado, mostra uma característica predominante dos arranjos familiares em análise: a faixa etária elevada dos responsáveis desses domicílios. A FIGURA 8 a seguir, elaborada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, apresenta a distribuição do índice de envelhecimento pelos distritos da capital paulista. A distribuição revela um padrão muito semelhante, indicando a proporção maior de idosos nos distritos centrais e no quadrante sudoeste.

FIGURA 8 – Índice de envelhecimento da População, município de São Paulo, 2010



Fonte: Infocidade. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo.

Por outro lado, como Bennett e Dixon (2006) também ressaltaram, pessoas que vivem sozinhas tendem a se concentrar no centro das cidades, além do que os imóveis com configuração menor, com 01 dormitório ou quitinetes/estúdios, assim como os domicílios improvisados, como cômodos e cortiços, são mais frequentes nessas regiões e em expansão, como demonstrou Nakano (2018).

Os arranjos do Perfil 2, com características de um público com idade mais avançada, contribui também para a busca de moradias próximas à rede de transporte e de serviços públicos, bem como de mercados, lojas, ambulatórios e parques. O resultado dessas escolhas é a elevação do custo da moradia em detrimento de um rendimento que não possui o mesmo ritmo de valorização. Deste desequilíbrio resulta o elevado comprometimento da renda com o aluguel.

Vale recuperar ainda que a presença de ocupações irregulares, em terrenos e prédios edificadas é predominante nas áreas centrais da cidade³⁰. Em suma, o que se desprende é que regiões centrais da cidade, com melhor infraestrutura urbana, podem mesclar

³⁰ Vide matéria do portal G1 sobre a distribuição de ocupações irregulares em regiões do município de São Paulo a partir do mapeamento feito pela Secretaria Municipal de Habitação no ano de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml>.

bairros e imóveis de alto e baixo padrão socioeconômico, como, por exemplo, os bairros de Bela Vista e Bixiga, Vila Mariana e Cambuci-Glicério, Santa Cecília e Campos Elísios-Bom Retiro, revelando desigualdades habitacionais presentes no centro expandido da capital mais do que a existência de compartimentos homogêneos. Nakano (2018), complementando o trabalho de Marques e Requena (2013) ressalta que a recuperação do crescimento populacional do centro expandido da cidade de São Paulo na década de 2000 pode ser vista como resultado da expansão de novos empreendimentos pelo mercado imobiliário para uma população de renda alta e média, mas também pelo aumento de moradias precárias, como em cômodos, cortiços e ocupações, revelando aspectos da desigualdade habitacional associados ao processo de repovoamento do centro da capital paulista .

Por fim, considerando o tamanho e a composição dos arranjos familiares com pertencimento total ao Perfil 2, a configuração dos apartamentos construídos pelo PMCMV Faixa 1 pode ser considerada adequada quando se considera o espaço projetado. Contudo, os projetos dos imóveis são planejados tomando como base uma família nuclear e, quando destinados a apenas uma pessoa, podem se tornar desnecessariamente espaçosos e com o custo elevado para manutenção (COSTA et al. 2016), além de não considerarem possibilidades de adaptação as possíveis mudanças nas famílias que podem ocorrer ao longo do curso de vida de seus integrantes. Esses aspectos ressaltam a padronização excessiva adotada pelo programa nos projetos dos imóveis, como já discutido pela literatura (ROLNIK et al., 2015; RUFINO, 2015; ANDRADE, 2015; FERREIRA, 2012).

Outro ponto que merece atenção é o modelo de acesso à moradia via mercado. Ainda que altamente subsidiado para aqueles que se enquadrem na Faixa 1 do programa, a significativa probabilidade de encontrar idosos residindo sozinhos nos arranjos familiares do Perfil 2 indica que o financiamento de longo prazo não parece ser o mais adequado quando se considera a esperança de vida deste público. Acrescenta-se ainda o fato de que, com o avançar da idade, muitos idosos tendem a serem incluídos em outros arranjos familiares ou abrigar outros parentes e não parentes para cuidados após o comprometimento da autonomia e capacidade funcional. Parece ser esse o caso inclusive de alguns arranjos do Perfil 2. Há ainda situações, menos frequentes no Brasil, do encaminhamento para instituições de longa permanência, o que torna inadequada a compra da moradia com financiamentos de longo prazo.

Para o grupo mais jovem desse perfil, a solução proposta pelo PMCMV não considera possíveis mudanças no arranjo familiar ao longo do ciclo de vida familiar. Esses jovens podem formar um casal, abrigando o cônjuge no domicílio, expandir a família com

filhos, ou ainda abrigar algum outro parente. A impossibilidade de alterar ou trocar o imóvel e a aquisição da moradia podem ser conflitantes com a transitoriedade dos tipos de arranjos familiares.

4.2.3 Perfil 3 – Famílias de Arranjo Nuclear em Expansão

Os arranjos familiares com total pertencimento ao Perfil 3 tinham 69,2% de probabilidade de terem responsáveis pelos domicílios do sexo masculino. Todos com idade até 34 anos (100%), com 51,4% de probabilidade de terem a cor da pele parda e 12%, preta. Os domicílios eram formados por um único núcleo reprodutivo (100%), com cônjuge (100%) e até dois filhos (100%), com idades até 12 anos (100%). A situação conjugal tinha 96,6% de probabilidade de tratar-se de uma união consensual.

O grau de instrução do responsável tinha maior tendência de variar entre o fundamental completo e médio incompleto (E/O=1,3) e o médio completo e superior incompleto (E/O=1,7). No tocante à ocupação, era alta a probabilidade de o responsável encontrar-se desempregado (E/O=2,2) e com menores chances de ocupação em um trabalho formal (E/O=1,2). Esses fatores contribuem para uma maior tendência de o responsável participar com menos de 50% da renda do domicílio (E/O=1,3) e compartilhar com o cônjuge a composição da renda domiciliar. Destaca-se ainda que o responsável ou o cônjuge, ou ambos, tinham elevada tendência de serem migrantes recentes (E/O=2,4).

As condições de moradia revelam a tendência de encontrar um baixo adensamento do domicílio e o não comprometimento da renda com o aluguel nos arranjos deste Perfil, embora as famílias tivessem alta probabilidade de residir em domicílios precários (E/O=4,1) e não dispor de banheiro de uso exclusivo pela família (E/O=2,9) – atributos associados a ocupações precárias.

As características que delineiam o Perfil 3, portanto, indicam arranjos familiares formados por casais jovens, com filhos menores de 12 anos e de caráter nuclear. Os casais desses arranjos encontram-se em um estágio de expansão no ciclo de vida familiar.

De acordo com Montali e Lima (2014), esse estágio traz consigo aspectos que tornam a família vulnerável ao empobrecimento. Neste momento, o domicílio possuiria uma elevada razão de dependência de jovens, composto por crianças com alta demanda por cuidados e com conseqüente aumento das funções domésticas. Os encargos trazidos com os filhos recairiam principalmente sobre as mulheres, acentuando sua dupla jornada e a desigualdade de gênero no grupo doméstico.

O acesso ao mercado de trabalho e a empregos não precários possibilitaria o reforço de qualidades e atributos individuais do casal para situações de precariedade e instabilidade socioeconômica. No entanto, diversas restrições associadas ao nível de instrução, à mobilidade urbana, à idade, às relações de gênero, à posição na família, à divisão sexual do trabalho e à hierarquias internas do grupo doméstico trariam diferenciados impedimentos para acesso ao mercado de trabalho (MONTALI; LIMA, 2014).

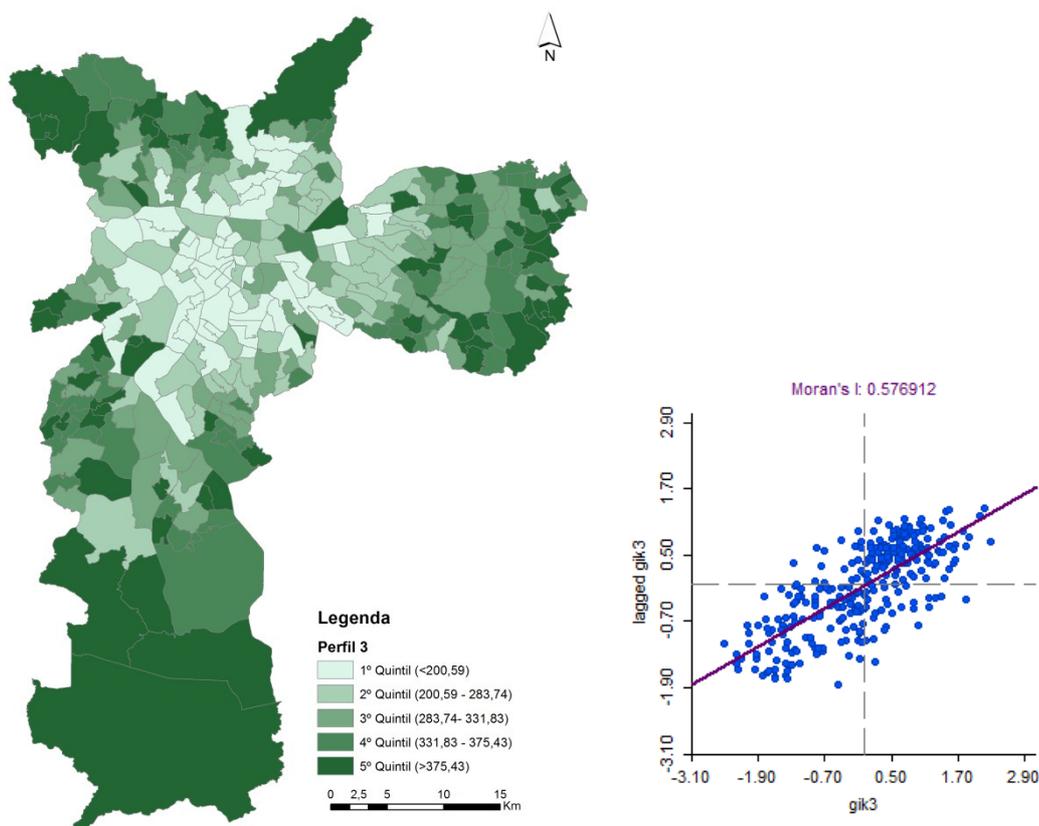
Nos arranjos familiares do Perfil 3 esse parece ser o cenário delineado. As famílias lidam com uma fragilidade socioeconômica, indicada pelo desemprego, pela baixa instrução do responsável e pela demanda de filhos pequenos dependentes do casal. A renda parece ser completada pelo cônjuge, que, enquanto mulher, enfrenta a dupla jornada entre as funções domésticas e o mercado de trabalho, agravada pelas desiguais ocupações e remunerações, em um contexto de reduzida oferta de políticas sociais que reduzam o encargo representado pelos filhos, como o acesso à creche e à educação infantil proporcionariam.

Nos tipos mistos deste perfil, verifica-se que, quando combinados com o Perfil 1, os arranjos envelhecem, aumentando a prole e a presença de filhos com mais de 12 anos, o que claramente retira o perfil de um estágio de expansão familiar. Quando combinados com o Perfil 2, os arranjos familiares reduzem seu tamanho, retomando características de um público solteiro, que reside só, ou que dividem com o cônjuge em uma união consensual, com ou sem filhos, ou dividindo o domicílio com pais, sogros ou irmãos – características que aproximam de um estágio de formação de novos domicílios.

Adicionalmente, a condição de migração do casal, com tempo de residência em São Paulo inferior a cinco anos, traz algum indicativo sobre a residual migração no município, responsável pelo crescimento ainda existente na periferia da cidade (MARQUES; REQUENA, 2013; NAKANO, 2018). Embora não confirme a hipótese que a migração recente potencializaria a ampliação de arranjos familiares, pelos menos com base na metodologia adotada, este fato mostra a formação de novos domicílios na periferia da cidade a partir de jovens casais migrantes. Tradicionalmente o crescimento populacional de São Paulo esteve associado à migração de trabalhadores em busca de empregos e melhores condições de vida, fenômeno que acompanhou as crises econômicas das décadas de 1980 e 1990 e a desigual ocupação da terra urbana em São Paulo, reproduzindo a lógica de baixos salários e autoprodução da moradia, responsável pela expansão da mancha urbana do município (ROLNIK, 2003). Nesse caso a presença de migrantes de baixa renda, ocupando regiões da periferia do município parece reproduzir elementos dessa história.

Na FIGURA 9, a seguir, é apresentada a distribuição da taxa de ocorrência dos arranjos familiares do Perfil 3 para as áreas de ponderação do município de São Paulo. O Índice Global de Moran indica que há uma forte correlação positiva de 57,7% da ocorrência do Perfil 3 em certas regiões da cidade, como apresentado pela figura. Com 99,9% de confiança é possível rejeitar a hipótese nula de independência espacial.

FIGURA 9 – Distribuição espacial das classes de quintis da prevalência dos arranjos familiares do Perfil 3 para as Áreas de Ponderação do Município de São Paulo, 2010



Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

Esse resultado revela uma ocorrência maior dos arranjos familiares do Perfil 3 nas “franjas” da capital – regiões próximas a fronteira com a RMSP, composta por distritos distantes do centro da cidade e, portanto, com menor oferta de serviços públicos, baixa renda e áreas caracterizadas pela ocupação de loteamentos autoconstruídos. Destaque para os distritos Cidade Tiradentes e Guaianazes na zona Leste, Anhanguera e Perus na zona Norte, e Parelheiros e Marsilac na zona Sul da cidade.

No tocante à adequação das famílias do Perfil 3 à oferta de moradias apresentada nos moldes do PMCMV Faixa 1, indica-se que a configuração dos apartamentos parece adequada quando se considera apenas o tamanho e a configuração dos arranjos familiares de

tipo nuclear com até dois filhos. A solução via mercado adotada pelo PMCMV é uma das alternativas possíveis para casais em expansão familiar como os arranjos do Perfil 3, em que se pese a fragilidade socioeconômica apresentada – fator que demanda altos níveis de subsídios pelo Estado. Ressalta-se ainda como fundamental para o acesso à moradia adequada, a disponibilidade de infraestrutura urbana, de uma rede de transportes, do fácil acesso a empregos e a serviços públicos essenciais.

4.3 Algumas Contribuições para a Diversificação das Modalidades de Atendimento às Necessidades Habitacionais da População

Essa seção tem como objetivo reunir algumas modalidades habitacionais alternativas que possam ser melhor adequadas às famílias reais do público-alvo do PMCMV. A proposta apresentada a seguir não se pretende exaustiva ou criteriosa sobre possíveis soluções de produção habitacional que possam ser lançadas, mas possui um caráter de exercício com vistas a refletir sobre as possibilidades de diversificar o atendimento habitacional, observando, sobretudo, o perfil do público demandante da política pública. Assim, a seguir, são apresentadas algumas modalidades habitacionais, a partir de uma revisão bibliográfica inicial.

Para o Perfil 3, entende-se que a soluções via mercado propostas pelo PMCMV e a configuração dos apartamentos apresentadas podem ser compatíveis com os arranjos familiares de tipo nuclear e com até dois filhos. Cabe ressaltar, contudo, os problemas referentes ao padrão construtivo das habitações, a localização dos empreendimentos e o acesso a serviços públicos, infraestrutura urbana, transporte e segurança essenciais a uma moradia digna, como já apontado pela literatura (ROLNIK; NAKANO, 2009; MARICATO, 2009; ROLNIK et al., 2015; RUFINO, 2015; ANDRADE, 2015).

No Perfil 1 os arranjos familiares possuíam como característica preponderante a extensão do arranjo familiar, reunindo em um mesmo domicílio mais de uma geração ligada por laços de apoio intergeracional, tanto em trocas materiais como na provisão do bem-estar dos membros. A fragilidade socioeconômica e a residência em habitações precárias são também características desse perfil.

Com base nesses atributos, os imóveis construídos pelo PMCMV Faixa I em São Paulo, do ponto de vista da configuração do projeto, mostram-se inadequados devido à padronização excessiva que apresentam, sem possibilidade de adaptação ou ampliação da

moradia pelo beneficiário³¹. Os imóveis reproduzem as especificações técnicas mínimas estabelecidas pelo programa, limitando-se a domicílios para até quatro pessoas e desconsiderando a existência de arranjos familiares como aquelas pertencentes ao Perfil 1.

Diante da necessidade de identificar modalidades de atendimento que sejam adequadas ao público-alvo da política habitacional, surge como uma alternativa, entre outras modalidades possíveis, a adoção dos regimes de construção por mutirões para as famílias do Perfil 1. O mutirão, também conhecido como sistema de ajuda mútua, trata-se de uma alternativa habitacional baseada no esforço de um grupo organizado da comunidade para construção de suas próprias moradias (ABIKO; COELHO, 2006).

Essa solução combinaria o numeroso arranjo das famílias estendidas e sua diversidade de configurações possíveis como uma potencialidade para a construção de moradias, ao passo que torna também possível o desenho de projetos mais adequados às necessidades das famílias beneficiadas, adaptando esse desenho a partir do diálogo que envolve o processo construtivo dessa modalidade.

Em linhas gerais, a participação dos futuros moradores na construção de suas moradias tem como principais objetivos diminuir os custos do empreendimento, melhorar a qualidade do conjunto e das unidades habitacionais, adequando-as a realidade das famílias, e colaborar com a identificação do beneficiário com o produto habitacional, auxiliando na preservação e manutenção no imóvel construído (ABIKO; COELHO, 2006).

Há diversos tipos de mutirões que variam de acordo com o nível de autonomia do grupo, ou entidade organizadora, para realizar a gestão da construção do empreendimento³². No Brasil, as primeiras experiências retomam a década de 1970, sendo uma das mais recordadas foram aquelas realizadas no município de São Paulo a partir de 1989 (conforme já abordado no Capítulo 2). Ao longo do tempo, a participação de assessorias técnicas no apoio às associações comunitárias vem ganhando importância junto aos movimentos de moradia ao desempenhar o papel técnico no desenho de projetos adequados e viáveis para as famílias,

³¹ O sistema construtivo adotado para a construção dos imóveis do programa habitacional, em geral, utiliza blocos de alvenaria estrutural, em que as paredes servem também como estrutura dos edifícios. Trata-se de um modelo de construção mais rápido, de custo reduzido, com menor consumo de outros materiais, como madeira e aço e com maior facilidade do treinamento da mão-de-obra, porém traz limitações quanto à modificação do desenho do projeto, já que as paredes do imóvel não podem ser alteradas.

³² Veja por exemplo a resolução n. 194 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social. Vide também Abiko e Coelho (2006) e para uma perspectiva crítica dessa variabilidade veja Rizek; Barros e Bergamim. (2003).

apontar a viabilidade dos terrenos, auxiliar na organização dos trabalhos e no apoio ao gerenciamento da obra.

Vale citar, contudo, dificuldades inerentes a essa modalidade, como, por exemplo, o tempo de construção. Ainda que se desconsidere toda a etapa documental e de viabilização do empreendimento, a execução da obra possui um prazo maior. Isso decorre do fato que o mutirão funciona principalmente aos fins de semanas, já que durante a semana os mutirantes estão envolvidos com suas atividades cotidianas. Acrescenta-se ainda a menor produtividade, por não se tratar de uma mão-de-obra qualificada para a construção civil e a “autoconstrutibilidade”, que diz respeito adoção de processos construtivos compatíveis com as características da mão-de-obra, o que pode limitar alguns projetos, como a verticalização da moradia, por exemplo (ABIKO; COELHO, 2006).

É necessário considerar também o cuidado com a adoção dessas estratégias, pois em um cenário de redução do papel do Estado na promoção de políticas sociais, o uso de mão-de-obra gratuita diante de uma gestão precária da política pública, ou ainda de relações desiguais entre poder público, assessorias técnicas ou empreiteiras e associações comunitárias, podem acabar reproduzindo os mesmos problemas da produção habitacional oficial, com a construção de conjuntos padronizados e sem identidade, mal localizados e sem qualquer capacidade de interferência do beneficiário nos processos decisórios (RIZEK; BARROS; BERGAMIM, 2003; RIZEK; SANTO AMORE, 2014). O que se deveria primar é pelo entendimento dessa forma de produção de habitações como uma estratégia mais ampla, baseada no envolvimento das famílias beneficiárias, com marcado acompanhamento de todo o processo de concepção e construtivo, desenvolvendo empreendimentos habitacionais com projetos arquitetônicos e urbanísticos específicos às necessidades dos beneficiários (RIZEK; SANTO AMORE, 2014).

Cabem ainda algumas palavras sobre o MCMV Entidades. O MCMV Entidades consiste na modalidade em que associações, cooperativas e grupos legalmente constituídos são responsáveis pela organização dos beneficiários e pelos contratos para obtenção de recursos com a Caixa Econômica Federal (RIZEK; SANTO AMORE, 2014). De acordo com Rizek e Santo Amore (2014), a produção dessa modalidade sofre com dificuldades na contratação junto aos agentes operadores do programa, o que acaba resultando em um número residual de moradias construídas quando comparado ao MCMV como um todo. A modalidade também traz elementos do programa original, como o valor de compra do terreno embutido no valor da unidade, o que impõe a lógica de busca por terrenos baratos, dentro dos recursos disponibilizados pelo programa, destinando as famílias a áreas distantes de serviços públicos e

infraestrutura urbana essenciais. O regime de execução das obras também apresenta desvios da proposta de autogestão pela entidade organizadora, pois pode ser executada por uma construtora ou empreiteira e pela administração direta, reduzindo ou anulando o controle e a participação dos futuros moradores na execução das obras (RIZEK; SANTO AMORE, 2014). Essas características distanciam o programa habitacional atual da proposta original de mutirões autogestionários³³.

No Perfil 2, os arranjos familiares são do tipo unipessoais, formados principalmente por pessoas com mais de 50 anos, sobretudo mulheres moradoras de áreas próximas ao centro da cidade. Essas características revelam necessidades associadas à adaptação da moradia ao envelhecimento da população. Os apartamentos entregues pelo PMCMV Faixa 1 em São Paulo, desde 2009, embora com área útil pequena (entre 41 e 54 m²), apresentam um projeto destinado a uma família do tipo nuclear, e dispõe de poucas possibilidades de adaptação do imóvel caso o beneficiário queira alterar seu projeto. Acrescenta-se ainda o acesso à moradia via mercado, com financiamentos de longo prazo, o que parece desconsiderar a expectativa de vida do público desse perfil.

No Brasil, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741) define no artigo 38, como exigido pela Política Nacional do Idoso (PNI), critérios para acesso à habitação popular por esse público. O artigo indica que nos programas habitacionais, públicos e subsidiados com recursos públicos, o idoso deve ter prioridade na aquisição do imóvel, observando que 3% das unidades residenciais ofertadas devam ser reservadas para esse público. Consta ainda que deva ser garantida a implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso, eliminadas as barreiras arquitetônicas e urbanísticas, garantindo a acessibilidade, e elaborados critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão (BRASIL, 2010). O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) reforça o estatuto definindo-o como uma de suas diretrizes. Em São Paulo, o Plano Municipal de Habitação 2009 a 2024 reforça o atendimento prioritário ao idoso, tal como apresentado pelo Estatuto.

Além da reserva de unidades, a adaptação do imóvel e a garantia de serviços e infraestrutura do entorno adequados tornam-se ainda mais necessárias no caso de pessoas idosas. Costa et al. (2016, p 310) indicam a iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) denominada *Guia Global: cidades amigas do idoso* como documento que reúne

³³ Para uma leitura crítica do uso de mutirões autogestionários por políticas públicas vide Oliveira, F. D. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos*, n. 74, março 2006.

elementos sobre boas práticas do planejamento urbano e desenvolvimento das cidades que a tornam amigáveis ao idoso. Esse material partiu de um projeto da OMS que investigou aspectos sobre o morar e o espaço urbano a partir de entrevistas com pessoas idosas em 33 cidades de 22 países. Com os resultados dessa pesquisa se conceituou uma cidade amiga do idoso como aquela que estimula o envelhecimento ativo, ao promover oportunidades e iniciativas para saúde, participação e segurança, a fim de aumentar a qualidade de vida a partir da implementação de políticas, serviços, ambientes e estruturas de apoio à população idosa (OMS, 2008; COSTA et al., 2016).

Uma habitação “amiga do idoso”, segundo os autores, deveria levar em consideração o material apropriado a estruturação adequada da habitação, a disponibilidade de espaço suficiente para seus moradores, considerar diferentes graus de habilidade, o design adequado de cozinhas e banheiros para pessoas idosas, passagens largas, considerando uma cadeira de rodas, a eliminação de escadas, proporcionar a proteção adequada às diferentes temperaturas, estar localizada em áreas seguras aos riscos de enchentes e desabamentos, possuir um custo acessível de aquisição, locação e manutenção etc. (COSTA et al., 2016).

Segundo os autores, é possível encontrar boas experiências internacionais, como o *Accessory Dwellings* da cidade de Portland, no Oregon, Estados Unidos. O *Accessory Dwellings* são pequenas unidades construídas em anexos ou extensões de casas maiores em que residem as famílias das pessoas idosas. Desse modo, o idoso leva uma vida independente, mas perto da família. Ainda são propostas a instalação de sensores eletrônicos para idosos que residam mais distantes e dispositivos de controle que ajudam no monitoramento e assistência quanto a eventuais riscos de queda, problemas de memória, redução de visão e audição. Outro modelo mais próximo a realidade brasileira é o denominado *Abbeyfield*, implantado na Inglaterra, que oferece uma habitação gerenciada por uma organização comunitária sem fins lucrativos que, além da moradia, dispõe de serviços domésticos de apoio a um grupo de idosos (COSTA et al., 2016, p. 311).

No Brasil, há também exemplos de empreendimentos públicos lançados para pessoas idosas. O Programa Cidade Madura, na Paraíba, propõe a construção de condomínios para idosos, com habitações adaptadas e rodeadas por equipamentos públicos para atividades físicas e sociais, unidades de saúde, jardins e áreas de lazer. Ao todo foram implantados condomínios em seis municípios do Estado. Os requisitos para acesso exigem a autonomia de mobilidade física e mental da pessoa idosa, a residência de no mínimo dois anos no município onde o condomínio foi implantado, o rendimento de até 05 salários mínimos, cadastro junto

aos programas habitacionais do estado, não possuir imóvel próprio e nem como cônjuge do proprietário, e cumprir o regimento interno do condomínio (PARAÍBA, 2018).

Em São Paulo, o governo do Estado por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) desenvolveu o Programa Vila Dignidade. O Programa é voltado à construção de equipamentos públicos de moradias assistidas, no formato de casas térreas adaptadas e acompanhadas de um centro de convivência, para pessoas idosas independentes e de baixa renda. A denominação dos núcleos habitacionais como equipamentos públicos visou possibilitar a adequação do marco legal do programa para a utilização de áreas institucionais e aquisição de mobiliários básicos, subsidiando as moradias construídas. Para ter acesso ao programa é necessário possuir 60 anos ou mais, ser independente para a realização de atividades cotidianas, possuir renda mensal de até 01 salário mínimo, encontrar-se só ou com vínculos familiares fragilizados em decorrência de abandono ou situação de risco pessoal ou social, e ser residente no município por ao menos dois anos. O Programa é realizado em parceria com as prefeituras, cabendo ao governo do estado o desenho do projeto e sua execução, e às prefeituras a aprovação do projeto, a identificação e seleção do público beneficiário e a execução do trabalho técnico social (MONTEIRO, 2012; SÃO PAULO, 2010).

No município de São Paulo há ainda a experiência com a Vila dos Idosos, condomínio no bairro do Pari, no centro da cidade, com 145 unidades habitacionais, distribuídas entre o andar térreo e três pavimentos. Há duas tipologias de imóveis, sendo uma composta por apartamento com 01 dormitório de 43m², destinados a um casal de idosos, e outra por quitinetes de 29m², para idosos que residam sozinhos. Do total de unidades, 20% foram adaptadas para idosos com dificuldades de locomoção, com espaços internos ampliados para a circulação de cadeiras de rodas. Além disso, o edifício possui elevadores, áreas para o convívio comunitário, como salão de festas, sala de atividades e convivência, horta comunitária, quadra de bocha e uma biblioteca municipal (MONTEIRO, 2012; QUIROGA, 2007).

A implantação da Vila dos Idosos foi uma conquista alcançada pelo movimento de moradia Garmic – Grupo de Articulação para Moradia de Idosos da Capital. O Garmic foi responsável pela elaboração do projeto do condomínio, adaptando o desenho às necessidades das pessoas idosas que compunham a organização, em parceria com uma assessoria técnica. Foi responsável também pela negociação junto a secretarias municipais para cessão do terreno onde o projeto foi implantado (QUIROGA, 2007) – demonstrando a diferença de resultados obtidos com os produtos habitacionais quando se considerada a participação do público

beneficiário no desenho das soluções. Atualmente a Vila dos Idosos integra o Programa de Locação Social do município, os moradores arcam com o pagamento de um valor entre 10 e 15% da renda familiar, como aluguel enquanto residirem no empreendimento.

A solução proposta a partir da locação subsidiada de moradias destinadas a idosos apresenta uma iniciativa interessante quando se considera os arranjos familiares do Perfil 2. A proposta da locação social pode valer inclusive para outros arranjos com baixa renda, para um público mais jovem como apresentado anteriormente, por exemplo. Para ambos os públicos, o principal ganho é a redução do comprometimento da renda com aluguel, característica preponderante desse perfil, além de trazer vantagens associadas à transitoriedade do curso de vida, desatrelando as pessoas de um único endereço para toda a vida, como a produção de moradias em massa acaba conduzindo. Torna-se também um momento fundamental para estabilização e melhora da condição socioeconômica das famílias beneficiadas, devendo ser acompanhada por outras políticas sociais que ajudem o indivíduo nessa transição³⁴.

³⁴ Para uma discussão mais aprofundada do Programa de Locação Social de São Paulo e de algumas experiências europeias (KOHARA; COMARU; FERRO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política habitacional compreende um conjunto de instrumentos para viabilizar e efetivar o direito à moradia expresso na Constituição Brasileira de 1988. Assim como a educação e a saúde, a moradia é um direito social associado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Sem uma moradia adequada não é possível viver com dignidade, bem-estar e segurança. A moradia adequada pressupõe não apenas um teto e quatro paredes, mas implica em viver em um local salubre, com garantia legal de posse, disponibilidade de infraestrutura urbana, habitabilidade, acessibilidade, localização adequada, próxima a serviços públicos essenciais, com custo acessível e adequação cultural à população residente (UN-HABITAT, 2009). De acordo com a Constituição de 1988, é dever do Estado garantir o direito à moradia digna.

Contudo, a precariedade habitacional em cidades como São Paulo ainda é um problema grave. Os primeiros loteamentos precários no município remontam a década de 1930, multiplicados nas décadas seguintes com a chegada de migrantes impulsionados pela expansão industrial e pela urbanização do país. Ao longo dos anos a problemática da habitação tornou-se parte da agenda pública, o que levou ao lançamento de vários programas habitacionais nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) como tentativas de solucionar o problema. As primeiras experiências de produção de uma habitação de interesse social remontam ao governo de Getúlio Vargas na década de 1930 (BONDUKI, 1994), mas a experiência mais emblemática fez parte do Regime Militar, com o Banco Nacional de Habitação (BNH), entre 1964 e 1986, que financiou mais de quatro milhões de novas moradias (BONDUKI, 2008). Atualmente, o Estado brasileiro atua em outra experiência de envergadura semelhante: o Programa Minha Casa, Minha Vida.

As semelhanças não se limitam ao número de unidades produzidas pelo programa, o MCMV também aposta no acesso a moradia via mercado, com a construção de novas unidades habitacionais e no financiamento subsidiado pelo Estado às famílias de baixa renda. O programa é formado por diferentes modalidades que variam de acordo com a faixa de renda do beneficiário, o fundo de origem dos recursos e local de implantação do empreendimento, que conduzem à mesma solução (a construção e aquisição de novas moradias), mas com diferentes níveis de subsídios públicos, formas de gestão da contratação e construção dos empreendimentos.

A literatura apresentou críticas e ponderações ao PMCMV desde o seu lançamento, apontando para a desconexão da proposta de estratégias urbanísticas e fundiárias,

a continuidade de um modelo baseado na oferta de subsídios e no financiamento de novas moradias, quando experiências anteriores já revelariam dificuldades de inserção das famílias de renda mais baixa nessas modalidades (ROLNIK; NAKANO, 2009; MARICATO, 2009). Críticas seguiram também para a execução do programa, questionando a implantação de empreendimentos em terrenos com localização distante da infraestrutura urbana e de serviços públicos essenciais (ROLNIK et al., 2015; RUFINO, 2015; ANDRADE, 2015; FERREIRA, 2012), a baixa qualidade arquitetônica e urbanística (FERREIRA, 2012) e a excessiva padronização da configuração dos novos imóveis construídos, desconsiderando a diversidade de arranjos familiares existentes (ROLNIK et al., 2015; RUFINO, 2015; ANDRADE, 2015).

Sobre esta última crítica se desenhou a pergunta que guiou esta dissertação: qual o perfil dos arranjos familiares que são público-alvo do PMCMV e a adequação das soluções habitacionais ofertadas pelo programa a essas famílias? O principal objetivo dessa dissertação foi analisar o perfil das famílias que cumpriam os critérios de acesso ao programa habitacional, isto é, seu público-alvo, e verificar se as soluções ofertadas pela política pública, no formato da aquisição de novas moradias, para até quatro pessoas, via créditos e financiamentos, eram adequadas ao perfil encontrado.

Como apresentado no Capítulo 2, o marco legal do PMCMV estabelece configurações mínimas aos imóveis construídos, com vistas a garantir a qualidade das edificações e do entorno dos empreendimentos. As configurações definem área útil mínima às unidades, destinadas para até quatro pessoas. Em levantamento realizado nesta dissertação junto aos empreendimentos contratados no município de São Paulo para a Faixa 1 de renda do programa, destinada a famílias de baixa renda, verificou-se que, entre aqueles com informações disponíveis, as unidades reproduziam o padrão mínimo definido pelas especificações, com pouca variação. A pergunta que sobressaía era se o formato dessas unidades habitacionais era compatível aos arranjos familiares que cumpriam requisitos para acesso ao programa habitacional, considerando sua configuração, tamanho e composição.

As famílias têm experimentado modificações nas últimas décadas. Desde a segunda metade do século XX mudanças de comportamento e nos valores das sociedades ocidentais contribuíram para alterações na formação de uniões, no comportamento reprodutivo e no padrão de residência. Essas transformações afetam a dinâmica demográfica, que também produz mudanças nas famílias. Alterações no padrão reprodutivo levaram a um regime de baixa fecundidade, contribuindo para um menor número de filhos nas famílias, uma menor disponibilidade de parentes horizontais, como irmãos, tios, sobrinhos e primos, e para a redução no tamanho médio dos domicílios. Mudanças na formação e dissolução de uniões

trouxeram também novas dinâmicas de residência, como arranjos formados por casais sem filhos, famílias recompostas e monoparentais, principalmente de chefia feminina. A ampliação da longevidade diluiu os marcos de transições do curso de vida, postergando a saída dos filhos da casa dos pais, aumentando a participação de idosos nas famílias, a frequência de arranjos unipessoais e domicílios multigeracionais (BERQUÓ, 1998; MEDEIROS; OSÓRIO, 2000; CAMARANO et al., 2004; VIEIRA, 2008; MARCONDES, 2008; ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010; WAJNMAN, 2012; MARCONDES, 2016).

Do total de arranjos familiares no município de São Paulo, o tipo nuclear, em 1970, correspondia a 50% das famílias, passando para 37,1%, em 2010, demonstrando uma redução incontestável diante dos demais tipos de arranjos familiares ao longo das décadas. As famílias estendidas permaneceram com proporção entorno de 20% no período, diferentemente dos arranjos unipessoais que representavam 5,0%, em 1970, e passaram a 13,8% das famílias, em 2010, e dos arranjos do tipo casal sem filhos, que eram 10,6% e passaram a 13,7% em igual período.

A hipótese inicial era que, dado o desenho do PMCMV e as transformações das famílias registradas pela literatura, as soluções habitacionais oferecidas pelo programa não observariam as características de seu público-alvo, que poderiam ser formados por tipos de arranjos familiares diferentes do modelo nuclear, possivelmente utilizado como referência para o projeto de novas moradias. Complementarmente, trabalhou-se com a hipótese de que dada a condição de baixa renda, as famílias apresentariam estratégias de co-residência diante das dificuldades do contexto socioeconômico que vivenciavam, ora expandindo, ora contraindo o tamanho do arranjo familiar como estratégia de sobrevivência e garantia de bem estar entre os membros, como já discutido pela literatura dos anos 1980 e 1990 (GOLDANI, 1993b; ARRIAGADA ACUÑA, 1997; BILAC, 2006).

Nesse contexto, a metodologia adotada para identificar os arranjos familiares do PMCMV partiu da seleção das famílias que cumpriam com os requisitos para acesso ao programa na modalidade Faixa 1, que abrange as famílias de baixa renda, até três salários mínimos, e que concentra o déficit habitacional. Em seguida selecionou-se um método estatístico de análise multivariada, que fosse capaz de analisar um diversificado leque de variáveis (demográficas, socioeconômicas e habitacionais) e identificar tipos de famílias, preservando a heterogeneidade do público-alvo. Elegeu-se o método de análise de agrupamentos denominado *Grade of Membership*, que define perfis de referência e designa graus de associação para cada arranjo familiar aos perfis identificados. Os resultados obtidos revelaram três perfis de famílias.

O primeiro perfil concentrava altas probabilidades de características de um arranjo estendido multigeracional, cujo domicílio era compartilhado entre avós, filhos, genros e netos. As trocas intergeracionais entre os membros, formando laços de solidariedade e interdependência, aparecem como uma característica importante, assim como a residência em moradias precárias, sem acesso a infraestrutura adequada e com elevado adensamento. O segundo perfil de família tinha características preponderantes de um arranjo unipessoal, formado por pessoas com mais de 50 anos, sobretudo mulheres, mas também por um público mais jovem, ambos com alto comprometimento da renda com aluguel. O terceiro perfil agrupou altas probabilidades de características de um arranjo nuclear, com filhos com menos de 12 anos de idade, em expansão, alta fragilidade socioeconômica e residente em moradias precárias.

A prevalência das características dos perfis no total do público-alvo do PMCMV era de 29,5% do Perfil 1, 39,0% do Perfil 2 e 31,5% do Perfil 3. Resultados que confirmam a hipótese de que os arranjos familiares com requisitos para acessar o programa habitacional têm características diversas e diferentes ao modelo de família nuclear. O Perfil 1, caracterizado por famílias de arranjo estendido, reproduz também a estratégia de ampliação de membros no arranjo familiar para garantir a sobrevivência e o bem-estar dos seus componentes, como relatado pela literatura, confirmando a hipótese inicial. Em outras palavras, parece ser a convivência de parentes, em diferentes núcleos reprodutivos, que impede uma piora ainda maior da precariedade habitacional do domicílio e da condição socioeconômica da família.

No tocante às soluções oferecidas pelo PMCMV, para os arranjos familiares do Perfil 3, delineados por características de uma família nuclear, a aquisição de novas moradias via mercado, considerando apenas as características do arranjo familiar, pode ser considerada adequada, embora ainda demande altos níveis de subsídios públicos devido à fragilidade socioeconômica apresentada nesse perfil. Para os Perfis 1 e 2, algumas modalidades de soluções habitacionais alternativas podem ser mais interessantes. O tamanho e a composição dos arranjos familiares desses dois perfis não são considerados pelos imóveis construídos do PMCMV. A aquisição de moradias via mercado não parece também adequada a um público com idade mais avançada e ao jovem que reside sozinho, quando se considera as características desse segmento da população e o ciclo de vida familiar em que se encontram, sujeitos a alterações do arranjo familiar e a mudança de residência.

Por fim, vale apontar algumas lacunas apresentadas pela pesquisa. A primeira refere-se à escala territorial adotada no estudo, o município de São Paulo, enquanto o

PMCMV atua na escala nacional. Essa escolha limita os resultados alcançados, pois não refletem a totalidade das características do público-alvo do programa em todo o país. Embora o exercício realizado demonstre a complexidade em definir soluções de moradia para uma população tão diversificada. Outra lacuna é a ausência de informações para o chefe de família na fonte de dados utilizada. Como já discutido, o Censo Demográfico 2010 modificou o procedimento de identificação do chefe do domicílio e do chefe de família. Tal fato impediu a correta identificação de famílias conviventes – importante componente que reflete as necessidades de moradia da população e limitador para o delineamento mais preciso dos perfis de famílias no presente estudo. Vale ressaltar, no entanto, que foram identificados os domicílios com mais de um núcleo reprodutivo e, caso estes se constituam em famílias conviventes motivadas em constituir um domicílio exclusivo, suas características se aproximariam do perfil 3 e da análise realizada para este tipo de arranjo.

A terceira lacuna é a ausência de informações sobre o sustento dos membros das famílias e suas motivações. A fonte de dados escolhida pouco ou nada revela sobre as formas de sustento dos integrantes, qual sua origem e a dependência de outros membros. Do mesmo modo, nada se sabe sobre suas motivações em morar com os demais integrantes do domicílio ou quanto a formar um domicílio exclusivo, e ainda quais os constrangimentos para que essa vontade não se consolide. Essas informações aprimorariam os resultados encontrados.

Como agenda de pesquisa, para orientar futuras pesquisas, destaca-se a possibilidade de replicar a metodologia utilizada com os dados da PNAD para todo o Brasil. Considerando ainda a possibilidade de utilizar a variável desta pesquisa sobre a intenção de se mudar ou constituir outro domicílio para as famílias conviventes. A reprodução da metodologia com os dados do Censo Demográfico 2020 também se apresenta como uma futura possibilidade, ainda que se considere a necessidade de avaliar as mudanças no questionário do censo e a perda de variáveis utilizadas neste estudo. Alterações no cenário econômico na última década trazem também questionamentos que intrigam saber sobre os impactos desse novo contexto nas famílias, suas estratégias de sobrevivência e os desdobramentos junto às políticas sociais. Há ainda hipóteses que surgiram do estudo que merecem ser mais bem exploradas, como a relação entre o envelhecimento da população e o aumento da componente de comprometimento da renda domiciliar com o aluguel urbano no déficit habitacional nos últimos anos.

Esse trabalho partiu de questionamentos e críticas feitas à principal política habitacional em andamento no Brasil. Buscou-se identificar e analisar as características de seu público-alvo e compará-las as soluções ofertadas pela política pública, discutindo suas

adequações e inadequações, e, quando necessário, apontando sugestões de soluções alternativas, potencialmente mais adequadas. O que se esperava responder era em que medida programas como o MCMV, com uma produção massificada de habitações, respondem às necessidades da população que demanda por moradia adequada. Os resultados indicam respostas mais complexas do que as soluções oferecidas pelo programa. E, talvez o mais importante, ressaltam a necessidade de que políticas públicas tenham foco nas especificidades da população para qual são desenhadas, a partir de evidências, avaliações e do diálogo público.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, Alex Kenya; COELHO, Leandro de Oliveira. **Mutirão habitacional: procedimentos de gestão**. Porto Alegre, RS: ANTAC, 2006. (Recomendações Técnicas HABITARE, v. 2).
- AKAIKE, Hirotogu. Information theory and an extension of the maximum likelihood principle. In: PETROV, B. N.; CSAKI, F. (org.). **Second international symposium on information theory**. Budapest: Akademia Kiado, 1973. p. 267-281.
- ALVES, José Eustáquio D.; CAVENAGHI, Suzana. Medición del déficit y de la demanda habitacional a partir de los Censos del Brasil. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 93, p. 211-236, 2011.
- ALVES, José Eustáquio D.; CAVENAGUI, Suzana; BARROS, Luiz Felipe W. **A família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010. (Textos para Discussão, n. 30).
- ALVES, José Eustáquio D.; CAVENAGHI, Suzana. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: GUIMARÃES, J. R. S. (org.). **Demografia dos negócios: campo de estudo, perspectivas e aplicações**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006. p. 257-286, 2006. (Demographicas, v. 3).
- AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. **Habitação na Cidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Instituto Pólis/PUC-SP, 2002. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, v. 4).
- ANDRADE, Luciana S. É possível transformar em cidade a anticidade? Crítica ao urbanismo de empreendimentos do PMCMV. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.). **Minha Casa... E a cidade?: avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2015. p. 165-194.
- ANSELIN, Luc. Local Indicators of Spatial Association – LISA. **Geographical Analysis**, Ohio-EUA, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.
- ARIÈS, Philippe. Two successive motivations for the declining birth rate in the west. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 6, n. 4, p. 645-650, 1980.
- ARRIAGA, Eduardo E; DAVIS, Kingsley. The pattern of mortality change in Latin America. **Demography**, New York, NY, v. 6, n. 3, p. 223-242, 1969.
- ARRIAGADA ACUÑA, Irma. ¿Qué ha cambiado y qué permanece en las familias latinoamericanas? **Coyuntura Demografica**, México, n. 10, p. 31-39, 2016.
- ARRIAGADA ACUÑA, Irma. Políticas sociales, familia y trabajo en la América Latina de fin de siglo. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA SOBRE FAMILIA: FAMILIA, TRABAJO Y CALIDA DE VIDA, 4., 1997, Colombia. **Anais... [S. l.]**: Red Iberoamericana, 1997.
- AZEVEDO, Sérgio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86). **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 22, n. 4, p. 107-119, 1988.
- BAENINGER, Rosana. Migration and urbanization in São Paulo: the new scenario. In: HOGAN, Daniel (org.). **Population change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2001.
- BASSANEZI, Maria Silvia B. (org.). **São Paulo do passado: dados demográficos**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2000.

- BENDER, Donald R. Refinement of the concept of household: families, co-residence, and domestic functions. **American Anthropologist**, Washington, DC, v. 69, n. 5, p. 493-504, 1967.
- BENGTSON, Vern L. Beyond the nuclear family: the increasing importance of multigenerational bonds. **Journal of Marriage and Family**, US, v. 63, n. 1, p. 1-16, 2001.
- BENNETT, Jim; DIXON, Mike. **Single person households and social policy: looking forward**. New York, NY: Joseph Rowntree Foudation, 2006.
- BERQUÓ, Elza. S. Demographic evolution of the Brazilian population during the twentieth century. In: HOGAN, Daniel (org.). **Population change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2001.
- BERQUÓ, Elza S. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História da vida privada no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Companhia das Letras, 1998. p. 412-437.
- BERQUÓ, Elza S. Sobre o declínio da fecundidade e a anticoncepção em São Paulo (análise preliminar). **Textos NEPO 6**, Campinas, SP, 1986.
- BILAC, Elisabete D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, José Marcos P. (org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP, Nepo/Unicamp, 2006. p. 51-65.
- BILAC, Elizabeth D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. [S. l. : s. c. p.], 2002.
- BOLAFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e a cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, SP: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 37-70.
- BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, SP, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acessado em: 08 ago. 2018.
- BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 24, n. 127, p. 711-732, 1994.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria n. 146, de 25 de abril de 2016**. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria n. 412, de 06 de agosto de 2015**. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria n. 168, de 12 de abril de 2013**. Brasília, DF, 2013a.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília, DF, 2013b.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Habitação**. Versão para Debates. Brasília, DF, 2010a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional do Idoso**. Brasília, DF, 2010b.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, DF, 2004. Disponível em:

<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>. Acessado em: 08 ago. 2018.

BRITO, Fausto et al. A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil. In: CGEE. **População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília, DF, 2008. p. 19-63.

BURCH, Thomas K. Theories of household formation progress and challenges. In: VAN IMHOFF, Evert et al. (org.). **Household demography and household modeling**. New York, NY: Plenum Press, 1995. p. 85-107.

BURCH, Thomas K.; MATTHEWS, Beverly J. Household formation in developed societies. **Population and Development Review**, New York, NY v. 13, n. 3, p. 495-511, 1987.

BURCH, Thomas; LIRA, Luis Felipe; LOPES, Valdecir F. **La familia como unidad de estudio demografico**. San José, Costa Rica: CELADE, 1976.

CALDWELL, John C. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 2, n. 3/4, p. 321-366, 1976.

CÂMARA, Gilberto et al. Análise espacial de áreas. In: DRUCK, S. et al. (org.). **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2004. p. 1-44.

CAMARANO, Ana A. et al. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: CAMARANO; Ana A. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2004. p. 137-167.

CARDOSO, Adauto L. **Habitação: balanço da política municipal 2001-2003**. São Paulo, SP: Instituto Pólis/PUC-SP, 2004. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, n. 21).

CARSTEN, Janet. Introduction: cultures of relatedness. In: CARSTEN, Janet (org.). **Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 1-36.

CASTANHEIRA, Helena Cruz; KOHLER, Hans-Peter. It is lower than you think it is: recent total fertility rates in Brazil and possibly other Latin American countries. **PSC Working Paper Series**, n. 63, 2015.

CASTRO-MARTÍN, Teresa. Consensual unions in Latin America: persistence of a dual nuptiality system. **Journal of Comparative Family Studies**, Canada, v. 33, n. 1, p. 35-55, 2002.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio D. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Rio de Janeiro, RJ: ENS-CPES, 2018. (Estudos sobre Seguros, n. 32).

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio D. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 92, p. 15-46, 2011.

CEM/CEPID – CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. **Sistematização de informações relativas à precariedade e ao déficit habitacional e correção de bases de favelas e loteamentos**. São Paulo, SP: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016. (Relatório Favelas e Loteamentos 1 / Estudo Elaborado para a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab)).

CICHELLI-PUGEAULT, Catherine; CICHELLI, Vincenzo. **Las teorías sociológicas de la familia**. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión, 1999.

COSTA, Silvia et al. Habitação e urbanismo. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2016. p. 295-322.

CYMBALISTA, Renato et al. **Habitação: controle social e política pública**. São Paulo, SP: Instituto Pólis/PUC-SP, 2007. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, n. 31).

DENALDI, Rosana et al. Urbanização de favelas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 18, n. 35, p. 101-118, 2016.

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. 2003. 242f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2003.

ELDER, Glen H. Time human agency and social change perspectives on the life course. **Social Psychology Quarterly**, Washington, DC, v. 57, n. 1, p. 4-15, 1994.

FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. In: ANPOCS. **Ciências sociais hoje**. São Paulo, SP: Vértice/ANPOCS, 1989. p. 62-103.

FERREIRA, João S. W. F. **Produzir casas ou construir cidades?: desafios para um novo Brasil urbano**. São Paulo, SP: Editora Fupam, 2012.

FONSECA, Claudia. Apresentação – de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 29, p. 9-35, 2007. (Dossiê: Famílias em Movimento).

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.

FRANÇA, Karla; PAIVA, Karine. **Diagnóstico do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**. Brasília, DF: Confederação Nacional de Municípios, 2018. (Estudo Técnico).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, MG, 2013.

GARCÍA, Brígida; ROJAS, Olga. Recent transformations in Latin American families: a sociodemographic perspective. In: GENERAL POPULATION CONFERENCE OF THE IUSSP, 24., 2001, Salvador, BA. **Anais...** Liège: IUSSP, 2001.

GENEVOIS, Marie L. B. P.; COSTA, Olavo V. Carência habitacional e déficit de moradias: questões metodológicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 15, n. 1, p. 73-84, 2001.

GIVISIEZ, Gustavo H. N.; OLIVEIRA, Elzira L. (org.). **Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado**. Niterói, RJ. UFF/Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, 2018.

GIVISIEZ, Gustavo H. N.; RIOS-NETO, Eduardo L. G.; SAWYER, Diana O. Projeção da demanda demográfica por domicílios: aplicação da metodologia das taxas de chefia baseada em modelos de idade-período-coorte. In: GUIMARÃES, J. R. S. (org.). **Demografia dos negócios: campo de estudo, perspectivas e aplicações**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006. p. 257-286, 2006. (Demographicas, v. 3).

GLICK, Paul C. The family cycle. **American Sociological Review**, US, v. 12, n. 2, p. 164-174, 1947.

- GOLDANI, Ana M. Reinventar políticas para famílias reinventadas: entre la “realidad” brasileñas u la “utopia”. In: ARRIAGADA ACUÑA, Irma. **Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2005. p. 319-345, (Série Seminarios y Conferencias, n. 46).
- GOLDANI, Ana M. As famílias no Brasil Contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, p. 67-110, 1993a.
- GOLDANI, Ana M. **Família brasileira em transição: evolução e perspectivas futuras**. Santiago do Chile, Chile: CEPAL, 1993b.
- GOLDANI, Ana M. **Região da Grande São Paulo**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1983. (Análise Demográfica Regional).
- GUEDES, G. et al. **Grade of membership: conceitos básicos e aplicação empírica usando o programa GoM para Windows, Linux, Stata e R**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2016.
- HAREVAN, Tamara K. Introduction: the historical study of the life course. In: HAREVAN, T. K. (org.). **Transitions: the family and the life course in historical perspective**. London: Academic Press, 1978. p. 1-16.
- HÖHN, Charlotte; MACKENSEN, Rainer. Introduction. In: GREBENIK, E.; HÖHN, C.; MACKENSEN, R. (org.). **Later phases of the family cycle: demographic aspects**. Oxford: Oxford University Press, 1989. p. 1-18.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2017**. Rio de Janeiro, RJ, 2017.
- IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, RJ, 2013. (Série Relatórios Metodológicos, v. 41).
- IBGE. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios: resultados da amostra**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, RJ, 2011. (Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, v. 28).
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1990**. Rio de Janeiro, RJ, 1990.
- IBGE. **Censo Demográfico 1990**. Rio de Janeiro, RJ, 1990.
- IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1980.
- IBGE. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro, RJ, 1970.
- KEYFITZ, Nathan. Form and substance in family demography. In: BONGAARTS, J.; BURCH, T. K.; WACHTER, K. W. (org.). **Family demography: Methods and their Application**. Oxford: Oxford University Press, 1987. p. 3-16.
- KOHARA, Luiz; COMARU, Francisco de Assis; FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. Locação social como alternativa ao problema de habitação popular na Região Central de São Paulo In: GARCÍA, A. (org.). **Espacio y poder em las políticas de desarrollo del siglo XXI**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires (E-book), 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328935209_Locacao_social_como_alternativa_ao_problema_de_habitacao_popular_na_regiao_central_de_Sao_Paulo_Social_housing_as_an_alternative_to_the_problem_of_popular_housing_in_the_central_region_of_Sao_Paulo/download. Acesso em: 02 maio 2019.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; LIMA NETO, Vicente C. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2013. (Textos para Discussão, n. 1853).

LESTHAEGHE, Ron. The second demographic transition in western countries: an interpretation. **IPD-Working Paper** 1991-2, p. 17-52, 1995.

LIMA, Marcia. “Raça” e pobreza em contextos metropolitanos. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, SP, v. 24, n. 2, p. 233-254, 2012.

MACEDO, Márcia Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 21, n. 53, p. 389-404, 2008.

MACIEL, Lidiane M. Entrevista: revisitando o “Caminho da Cidade” com Eunice Durham. **Idéias**, Campinas, SP, n. 2, p. 293-307, 2011.

MANTON, Kenneth G.; WOODBURY, Max A.; TOOLLEY, H. Dennis. **Statistical application using suzzy sets**. New York, NY: John Wiley & Sons, 1994.

MARCONDES, Glaucia dos Santos. Arranjos domiciliares multigeracionais: perfil e aportes em domicílios compostos por avós e netos. 2016. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 7., ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

MARCONDES, Glaucia dos Santos. La normalización jurídica de la familia, vida conyugal y reproducción en brasil. In: BINSTOCK, G.; VIEIRA, J. M. (org.). **Nupcialidad y familia en la América Latina actual**. Rio de Janeiro, RJ: ALAP, 2011. p. 255-280. (Serie Investigaciones, n. 11).

MARCONDES, Glaucia dos Santos. **Refazendo famílias: trajetórias familiares de homens recasados**. 2008. 289f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. **Carta Maior**, São Paulo, SP, 27 de maio de 2009. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e desenvolvimento urbano: o desafio da próxima década**. [S. l.], 1999.

MARQUES, Eduardo; REQUENA, Carolina. O Centro voltou a crescer?: trajetórias demográficas diversas e heterogeneidade na São Paulo dos anos 2000. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 95, p. 17-36, 2013.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 1/2, p. 67-85, 2000.

MELO, Frederico Luiz Barbosa. Casais na Grande São Paulo: investigando a diversidade. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 17, n. 2, p. 207-240, 2007.

MERRICK, Thomas W.; BERQUÓ, Elza. **The determinants of Brazil’s recent rapid decline in fertility**. Washington, DC: National Academy Press, 1983.

MONTALI, Lilian; LIMA, Marcelo T. Arranjos domiciliares e vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos. **Revista Latinoamericana de Población**, México, v. 14, n. 8, p. 105-127, 2014.

MONTALI, Lilian. Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na grande São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, n. 72, p. 58-69, 1990.

MONTEIRO, Luzia C. A. **Políticas públicas habitacionais para idosos**: um estudo sobre os condomínios exclusivos. 2012. 156f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012.

MURPHY, Michael. Family and kinship networks in the context of ageing societies. In: TULJAPURKA, S.; OGAWA, N.; GAUTHIER, A. (org.). **Ageing in advanced industrial states**. Dordrecht: Springer, 2010. p. 263-285. (International Studies in Population, v. 8).

NAKANO, Anderson Kazuo. Desigualdades habitacionais no “repopoamento” do centro expandido do município de São Paulo. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, SP, v. 20, n. 41, p. 53-74, 2018.

NASCIMENTO, Denise M.; BRAGA, Raquel C. Q. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? **Risco – Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Carlos, SP, v. 1, n. 9, p. 98-222, 2009.

NOTESTEIN, Frank W. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. W. (org.). **Food for the word**. [S. l.]: University of Chicago Press, 1945. p. 36-57.

OLIVEIRA, Elzira L.; GIVISIEZ, Gustavo H. N.; RIOS-NETO, Eduardo L. G. **Demanda futura por moradia no Brasil 2003-2023**: uma abordagem demográfica. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. A segunda transição demográfica: nova teoria ou mais do mesmo? In: ABEP. **Segunda transição demográfica no Brasil?**: significados e enigmas. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2015. p. 141-150. (E-book).

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A.; VIEIRA, Joice M.; BARROS, Luiz Felipe W. Composición de los domicilios y núcleos familiares brasileños: Revelaciones de la PNDS 2006. In: BINSTOCK, G.; VIEIRA, J. M. (org.). **Nupcialidad y familia en la América Latina actual**. Rio de Janeiro, RJ: ALAP, 2011. p. 225-254. (Serie Investigaciones, n. 11).

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Constrangimentos e motivações : a propósito da queda da fecundidade em Göran Therborn. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo. **Textos NEPO 1**, Campinas, SP, 1985.

OLIVEIRA, Sonia; SABÓIA, Ana Lúcia; SOARES, Bárbara Cobo. Gênero e participação social: dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Outo Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Guia global**: cidade amiga do idoso. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

PALLONI, Alberto. Health levels and care in Latin America: the case of infant mortality 1900-1985. In: CALDWELL, J. C. et al. (org.). **What we know about health transition**: the

cultural, social and behavioral determinants of health. Austrália: ANU, 1990. p. 189-212. (Health Transition Series, 2).

PARAÍBA. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano. **Programa:** cidade madura. João Pessoa, PB, s.d. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/ApresentacoesIdoso/zipados/Mesa 2 Sessão 5/. Acesso em: 30 abr. 2019.

PATARRA, Neide L.; BAENINGER, Rosana. São Paulo: povigente, povogente, povo e gente. **Textos NEPO 15**, Campinas, SP, 1988.

PINELLI, Antonella. Gênero e famílias nos países desenvolvidos. In: PINELLI, A. (org.). **Gênero nos estudos de população**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004. p. 55-98. (Demographicas, v. 2).

PINTO, Julimar S.; CAETANO, André J. A heterogeneidade da vulnerabilidade social das juventudes: uma perspectiva empírica através do Método Grade Of Membership. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, PR, v. 18, n. 1, p. 164-182, 2013.

POPENOE, David. The declining american family: taking a reasoned moral position. **An Institute for American Values Working Paper**, n. WP20, p. 22, 1992.

POTTER, Joseph E. et al. Public access NIH public access. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 36, n. 2, p. 283-307, 2013.

PRESTON, Samuel H. The changing relation between mortality and level of economic development. **Population Investigation Committee**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 231-248, 1975.

QUIROGA, Olga. O Garmic e a luta por moradia para idosos na cidade de São Paulo. **Kairos**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 213-220, 2007.

RIOS-NETO, Eduardo L. G. **Questões emergentes na demografia brasileira**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 2005. (Textos para Discussão, n. 276).

RIZEK, Cibele S.; BARROS, Joana B.; BERGAMIM, Marta de A. A política de produção habitação de mutirões autogeridos: construindo algumas questões. **Revista Brasileiras de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, v. 5, n. 1, p. 31-46, 2003.

RIZEK, Cibele S.; SANTO AMORE, Caio. A inserção urbana através da produção do MCMV-Entidades no Estado de São Paulo: abordagem etnográfica de casos selecionados. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., São Paulo, SP. **Anais...** [S. l.]: ANPARQ, 2014.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra dos lugares**. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel et al. Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.). **Minha Casa... E a cidade?:** avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2015. p. 391-417.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Anderson. K. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique**, mar. 2009.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo**. 2. Ed. São Paulo, SP: PubliFolha (Folha Explica), 2003.

ROSEMBACK, Roberta Guerra. **Diagnóstico da situação habitacional em 2010 e projeção da demanda demográfica por habitação em 20 anos no espaço interurbano do litoral**

Norte Paulista. 2016. 135f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.

RUFINO, Maria B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.). **Minha Casa... E a cidade?:** avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2015. p. 103.

RYDER, Norman B. Discussion. In: BONGAARTS, J.; BURCH, T. K.; WACHTER, K. W. (org.). **Family demography: methods and their application.** Oxford: Oxford University Press, 1987. p. 345-356.

SABOIA, Ana L.; COBO, Bárbara; MATOS, Gilson G. Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo 2010. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2012. (Textos para Discussão, n. 39).

SACHS, Celine. **São Paulo:** políticas públicas de habitação popular. São Paulo, SP: Edusp, 1999.

SANTO AMORE, Caio. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.). **Minha Casa... E a cidade?:** avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2015. p. 11-28.

SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.). **Minha Casa... E a cidade?:** avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2015.

SÃO PAULO. Conselho Municipal de Habitação. **Resolução CMH n. 75/2015 de 17 de dezembro de 2015.** São Paulo, SP: Prefeitura do Município de São Paulo, 2014.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto 56.448, de 29 de novembro de 2010.** São Paulo, SP, 2010.

SAWYER, Diana O.; LEITE, Costa; ALEXANDRINO, Ricardo. Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 4, p. 727-776, 2002.

SHRYOCK, Henry S.; SIEGEL, Jacob S.; SOCKWELL, Edward G. **The methods and materials of demography.** San Diego, CA: Academic Press, 1976.

SHRYOCK, Henry S. et al. The methods and materials of demography second edition. **Demography**, New York, NY, v. 10, n. 1, p. 131, 1973.

THERBORN, Göran. **O sexo e o poder:** A família no mundo. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

UN-HABITAT. The right to adequate housing. **Fact Sheet**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 1-52, 2009.

UNITED NATIONS. **Housing requirements and demand:** current methods of assessment and problems of estimation. USA: United Nations Publication, 1973.

VALENÇA, Márcio M.; BONATES, Mariana F. The trajectory of social housing policy in Brazil: from the National Housing Bank to the Ministry of the Cities. **Habitat International**, Oxford, v. 34, n. 2, p. 165-173, 2010.

VAN DE KAA, Dirk J. Is the second demographic transition a useful research concept: questions and answers. **Vienna Yearbook of Population Research**, Vienna, v. 2, p. 4-10, 2004.

VIEIRA, Joice M. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 25, n. 1, p. 27-48, 2008.

WAJNMAN, Simone. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. 2012. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto M. Desigualdade de renda e expectativa de vida. In: WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. (org.). **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: PNPE/IPEA, 1994. p. 101-119.

WOODBURY, Max A.; CLIVE, Jonathan. Clinical pure types as a fuzzy partition. **Journal of Cybernetics and Systems**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 111-121, 1974.

YAZAKI, Lúcia M. Análise da fecundidade no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 22, n. 1, p. 48-65, 2008.

YAZAKI, Lúcia M. Diferenciais regionais de fecundidade no município de São Paulo. **SP Demográfico – Resenha de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, Ano 16, n. 2, p. 17, 2016. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2016/06/N.2_jun2016-final.pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.

ANEXOS

Relação de empreendimentos contratados do PMCMV Faixa 1 no município de São Paulo, 2009 a 2018

UF	MUNICIPIO	NOME EMPREENDIMENTO	QDE UNIDADES	VALOR	DATA CONTRATAÇÃO	MODALIDADE	FAIXA	LOGRADOURO	BAIRRO
SP	SÃO PAULO	ALEXIUS JAFET A	202	19.609.535	08/10/2010	ENTIDADES	FAIXA 1	AV. ALEXIOS JAFET, 253	JARDIM IPANEMA
SP	SÃO PAULO	ALEXIUS JAFET C	200	19.415.359	08/10/2010	ENTIDADES	FAIXA 1	AV. ALEXIOS JAFET, 253	JARDIM IPANEMA
SP	SÃO PAULO	ALEXIUS JAFET E	300	27.023.128	08/10/2010	ENTIDADES	FAIXA 1	AV. ALEXIOS JAFET, 253	JARDIM IPANEMA
SP	SÃO PAULO	AMERICA DO SUL, LOTEAMENTO	1.188	90.288.000	28/06/2013	FAR VINCULADAS	FAIXA 1	RUA TRÊS CORAÇÕES	GRAJAU
SP	SÃO PAULO	ARARAQUARA, CONDOMINIO	160	10.400.000	31/05/2012	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA TAJAL, S/N X RUA	CAPAO REDONDO
SP	SÃO PAULO	ATIBAIA I, CONJ HABITACIONAL	140	10.640.000	29/12/2011	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA ALBERTO LAZARI S/N	SAPOEMBA
SP	SÃO PAULO	ATIBAIA II, CONJUNTO HABITACIONAL	140	10.639.999	29/12/2011	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA JULIA GRISI S/N	SAPOEMBA
SP	SÃO PAULO	AZUL A, CONJ RES	198	3.889.605	30/03/2016	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA CUREMA,661	CANGAIBA
SP	SÃO PAULO	AZUL B, CONJUNTO RESIDENCIAL	198	3.889.605	30/03/2016	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA CUREMA,	CANGAIBA
SP	SÃO PAULO	BARRA BONITA, RESIDENCIAL	120	7.443.681	29/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA PEIXOTO WERNECKX S/N	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	BARRA JACARE 1	295	21.663.416	30/07/2012	ENTIDADES	FAIXA 1	R BARRA DO JACARE 314 - LOTE 1	PIRITUBA - SP
SP	SÃO PAULO	BARRA JACARE 2	297	21.768.399	30/07/2012	ENTIDADES	FAIXA 1	R BARRA DO JACARE 314 - LOTE 2	PIRITUBA - SP
SP	SÃO PAULO	BOTUCATU, RESIDENCIAL	294	22.344.000	28/02/2014	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA PEDRO DE CAMPOS TOURINHO X RUA PADRE NILDO DE AMARAL JR	LAJEADO
SP	SÃO PAULO	BROTAS, RESIDENCIAL	80	5.141.167	29/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA ANTONIO VALENCIA 681	ARTHUR ALVIN
SP	SÃO PAULO	CACAPAVA, RESIDENCIAL	50	3.250.000	25/05/2012	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA ISIDORO LARA, QD62	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	CAMPOS DO JORDAO, RESIDENCIAL	100	6.317.080	29/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA PEIXOTO WERNECK 433	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	CARAGUATATUBA A, CONDOMINIO	140	10.637.660	01/10/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA AMOR DE INDI0,287	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	CARAGUATATUBA B, COND	160	14.363.303	01/10/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA AMOR DE INDI0, 72	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	CARAGUATATUBA C, COND	160	15.085.291	01/10/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA AMOR DE INDI0,102	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	CARAGUATATUBA D, CONDOMINIO	180	17.280.000	01/10/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA DOMINGOS RUBINO, 369	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	CARAGUATATUBA E, CONDOMINIO	300	28.800.000	01/10/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA DOMINGOS RUBINO, 411	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	CENTRO CONSELHEIRO CRISPINIANO	72	5.441.825	24/06/2013	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	R CONSELHEIRO CRISPINIANO 119/125/131 - CENTRO	SAO PAULO/SP
SP	SÃO PAULO	CID.TIRADENTES I, CHIS	216	2.028.984	04/05/2012	ENTIDADES	FAIXA 1	ESTRADA CACHOEIRA PAULO AFONSO, S/N	

SP	SÃO PAULO	CID.TIRADENTES II, CHIS	222	2.090.344	04/05/2012	ENTIDADES	FAIXA 1	ESTRADA CACHOEIRA PAULO AFONSO, S/N	
SP	SÃO PAULO	CID.TIRADENTES III, CHIS	228	2.141.705	04/05/2012	ENTIDADES	FAIXA 1	ESTRADA CACHOEIRA PAULO AFONSO, S/N	
SP	SÃO PAULO	CID.TIRADENTES IV, CHIS	228	2.141.705	04/05/2012	ENTIDADES	FAIXA 1	ESTRADA CACHOEIRA PAULO AFONSO S/N	
SP	SÃO PAULO	CONDOMINIO RESIDENCIAL GUARUJA	32	1.687.809	14/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA ARROIO CAMPO BOM S/N	JOSE BONIFACIO
SP	SÃO PAULO	CONDOMINIO RESIDENCIAL IGUAPE A	300	15.830.565	01/10/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	AV. ITAQUERA NR 3988	CIDADE LIDER
SP	SÃO PAULO	CONJUNTO HABITACIONAL ATIBAIA III	20	1.520.000	29/12/2011	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA ANTONIO DE FRANCA E SILVA S/N	SAPOEMBA
SP	SÃO PAULO	CONJUNTO HABITACIONAL CURUCA I	97	9.312.000	27/04/2018	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA CAPITÃO ENÉAS DOS SANTOS PINTO	VILA NOVA CURUÇÁ
SP	SÃO PAULO	CONJUNTO HABITACIONAL GUIDO CALOI - LOTES A, B, C E D	1.000	96.000.000	01/12/2017	FAR VINCULADAS	FAIXA 1	AV. GUIDO CALOI, 1200	M'BOI MIRIM
SP	SÃO PAULO	CONJUNTO HABITACIONAL MANUEL BUENO 2	300	28.800.000	28/12/2017	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	R. MANUEL BUENO DA FONSECA, S/Nº	
SP	SÃO PAULO	CONJUNTO HABITACIONAL SAO CARLOS - LOTES A E B	600	57.600.000	01/12/2017	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA PASCOAL DIÓRIO	GUAIANASES
SP	SÃO PAULO	CONJUNTO HABITACIONAL TIRADENTES V	39	3.744.000	27/04/2018	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA ARTHUR FRANCO	CIDADE TIRADENTES
SP	SÃO PAULO	CONJUNTO RESIDENCIAL SAO JOSE I (AGUDOS A)	227	21.792.000	27/04/2018	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA AGUDOS DO SUL	PENHA
SP	SÃO PAULO	COPA DO POVO GLEBA A	2.002	24.833.546	04/09/2015	ENTIDADES	FAIXA 1	AV JOHN SPEERS X R MALMEQUER DO CAMPO SN	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	COPA DO POVO GLEBA B	648	8.065.331	04/09/2015	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA ISOSUKE OKAVE X RUA MALMEQUER DO CAMPO S/N	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	DOM JOSE I	200	15.200.000	10/09/2010	ENTIDADES	FAIXA 1	ESTRADA DE ITAPECERICA DA SERRA,8500	SAO PAULO/SP
SP	SÃO PAULO	DOM JOSE II	200	14.944.269	29/12/2011	ENTIDADES	FAIXA 1	ESTRADA DE ITAPECERICA DA SERRA 8500 LOT.5 V VELHO STO AMARO	SAO PAULO/SP
SP	SÃO PAULO	EMP HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL - AUGUSTO AMARAL	300	28.800.000	01/12/2017	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA DR. AUGUSTO DO AMARAL, 111	FREGUESIA DO Ó
SP	SÃO PAULO	ESPANHA, RESIDENCIAL	3.860	293.360.000	24/10/2014	FAR VINCULADAS	FAIXA 1	RUA DAVIDE PÉREZ	CIDADE ADEMAR
SP	SÃO PAULO	FL FERNANDES	198	15.048.000	27/04/2010	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA FRANCISCO JOSÉ ALVES	GUAIANASES
SP	SÃO PAULO	FLUORITA I E II,RESIDENCIAL	308	25.564.000	29/12/2016	FAR VINCULADAS	FAIXA 1	RUA CÂNDIDO RODRIGUES, 58	VILA FORMOSA
SP	SÃO PAULO	FRANCA, RESIDENCIAL	240	15.239.369	10/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA JOÃO DE SOUSA CARVALHO	BUTANTÃ
SP	SÃO PAULO	HIS ACADEMIA	194	18.624.000	09/04/2018	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	AV. ACADEMIA DE SÃO PAULO	ITAIM PAULISTA

SP	SÃO PAULO	IGARAPE DO INDIO	25	2.400.000	27/04/2018	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA IGARAPÉ DO ÍNDIO	CIDADE TIRADENTES
SP	SÃO PAULO	IGARAPE DO FRADE	25	2.400.000	27/04/2018	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA IGARAPÉ DO FRADE	CIDADE TIRADENTES
SP	SÃO PAULO	IPIRANGA, ED	120	9.120.000	26/09/2014	ENTIDADES	FAIXA 1	AVENIDA IPIRANGA 1225	CENTRO
SP	SÃO PAULO	ITARIRI, CONDOMINIO	60	3.900.000	31/05/2012	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA AVIADORA ANÉSIA PINHEIRO MACHADO, QUADRA 6	CAPAO REDONDO
SP	SÃO PAULO	J M AMARAL	198	15.048.000	27/04/2010	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA MAR DE BAFFIM S/N	SAO PAULO
SP	SÃO PAULO	JABUTICABEIRAS	200	14.714.739	14/12/2012	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA JOAO DA SILVA AGUIAR, 562	GUAIANAZES
SP	SÃO PAULO	JACAREI, CONDOMINIO RESIDENCIAL	40	2.667.226	01/02/2012	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	AVENIDA ITAQUERA, 4161	ARTUR ALVIN
SP	SÃO PAULO	LORD HOTEL	176	23.760.000	27/04/2018	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA PALMEIRAS, 82	SANTA CECÍLIA
SP	SÃO PAULO	LORENA, CONDOMINIO	40	2.600.000	31/05/2012	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA AVIADORA ANÉSIA PINHEIRO MACHADO, S/N/ QUADRA 5 LOTE 1	COHAB VALO VELHO II
SP	SÃO PAULO	MANUEL BUENO	300	28.800.000	28/12/2017	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA MANUEL BUENO DA FONSECA, S/N	ITAIM PAULISTA
SP	SÃO PAULO	MARIA DOMITILA	245	20.334.733	15/07/2016	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA MARIA DOMITILA	BRÁS
SP	SÃO PAULO	MIRASSOL	260	18.609.434	01/10/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA CORAÇÃO DE MAÇA, 399	CIDADE TIRADENTES
SP	SÃO PAULO	PERUIBE, CONDOMINIO	40	2.600.000	31/05/2012	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA AVIADORA ANÉSIA PINHEIRO MACHADO, QUADRA 07, LOTE 01 A 28	COHAB VALO VELHO II
SP	SÃO PAULO	PIRASSUNUNGA, CONDOMINIO RESIDENCIAL	200	12.400.000	25/05/2012	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA CONJUNTO SÍTIO CONCEIÇÃO	CIDADE TIRADENTES
SP	SÃO PAULO	PONTE BAIXA CONDOMINIO A	200	15.200.000	31/01/2014	FAR VINCULADAS	FAIXA 1	ESTRADA DO M'BOI, 120	JARDIM SÃO LUIZ
SP	SÃO PAULO	PONTE BAIXA CONDOMINIO B	280	21.280.000	31/01/2014	FAR VINCULADAS	FAIXA 1	ESTRADA DO M'BOI, 123	JARDIM SÃO LUIZ
SP	SÃO PAULO	RESIDENCIAL CAMBRIDGE	121	16.335.000	27/04/2018	ENTIDADES	FAIXA 1	AVENIDA NOVE DE JULHO, 131	
SP	SÃO PAULO	RESIDENCIAL LEME	60	3.165.955	14/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA RICARDO DA COSTA, LOTE 41	CIDADE TIRADENTES
SP	SÃO PAULO	RESIDENCIAL MONGAGUA	40	2.110.173	14/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA ARROJO TRIUNFO, 175	CIDADE TIRADENTES
SP	SÃO PAULO	RESIDENCIAL OSORIO D	150	14.400.000	07/02/2018	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	UA OSÓRIO FRANCO VILHENA	ITAIM PAULISTA
SP	SÃO PAULO	RESIDENCIAL OSORIOS C	215	20.640.000	07/02/2018	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	UA OSÓRIO FRANCO VILHENA	ITAIM PAULISTA
SP	SÃO PAULO	RESIDENCIAL PARANAPIACABA	30	1.582.941	10/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	TRAVESSA CACHOEIRA DO PENHA S/N	RAPOSO TAVARES
SP	SÃO PAULO	RIBEIRAO PRETO, RESIDENCIAL	180	11.041.955	29/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA FERREIRÓPOLIS, 7	CAPÃO REDONDO
SP	SÃO PAULO	S F LAJEADO II	252	14.868.000	30/07/2010	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA FRANCISCO DE OLIVEIRA, 216	ITAIM PAULISTA

SP	SÃO PAULO	SAFIRA 1,2 E 3	652	54.116.000	29/12/2016	FAR VINCULADAS	FAIXA 1	AV. OSVALDO VALLE CORDEIRO, S/Nº,	CIDADE LÍDER
SP	SÃO PAULO	SAFIRA 4, RESID (EX PARQUE SAVOY 54)	300	24.900.000	29/12/2016	FAR VINCULADAS	FAIXA 1	AV. OSVALDO VALLE CORDEIRO, S/Nº,	CIDADE LÍDER
SP	SÃO PAULO	SANTA ADELIA, COND. RES.	118	7.550.110	15/12/2010	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA FASCINAÇÃO, 278	ITAQUERA
SP	SÃO PAULO	SANTA SOFIA II	192	3.921.487	28/03/2013	ENTIDADES	FAIXA 1	RUA SANTA SOFIA, 250	JARDIM TURQUESA
SP	SÃO PAULO	SAO RAFAEL, CONDOMINIO RESIDENCIAL	200	10.552.270	28/12/2009	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	ESTRADA DE SANTO ANDRE S/N	SAO MATEUS
SP	SÃO PAULO	SAO SEBASTIAO, CONDOMINIO	156	10.223.087	31/05/2012	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA FREI ANTONIO FAGGIANO, 720	GUAIANASES
SP	SÃO PAULO	TEOTONIO VILELA I - SAO ROQUE, CONJUNTO HABITACIONAL	300	15.829.944	11/12/2009	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA GIOVANNI NASCO, S/N LOTE 3 QD 39	TEOTONIO VILELA
SP	SÃO PAULO	TEOTONIO VILELA II - PIRACICABA, CONJUNTO HABITACIONAL	180	9.497.966	11/12/2009	FAR EMPRESAS	FAIXA 1	RUA FLOR DA MADRUGADA, S/N LOTE 02 QUADRA 39	SAPOEMBA
SP	SÃO PAULO	TUPA, RESIDENCIAL	228	18.924.000	29/12/2016	FAR VINCULADAS	FAIXA 1	ESTRADA DO SABÃO, 500	FREGUESIA DO Ó

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Relação de empreendimentos contratados do PMCMV com informações disponíveis sobre o tamanho da unidade habitacional e a tipologia do imóvel, município de São Paulo, 2009 a 2018

Nome Empreendimento	Qde Unidades	Modalidade	Faixa	Área Útil m2*	Tipologia
ALEXIUS JAFET A	202	Entidades	Faixa 1	48,76	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
ALEXIUS JAFET C	200	Entidades	Faixa 1	48,76	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
ALEXIUS JAFET E	300	Entidades	Faixa 1	48,76	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
AMERICA DO SUL, LOTEAMENTO	1.188	FAR Vinculadas	Faixa 1	47	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
AZUL A, CONJ RES	198	Entidades	Faixa 1	48,65 a 50,35	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
AZUL B, CONJUNTO RESIDENCIAL	198	Entidades	Faixa 1	48,65 a 50,35	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
BARRA JACARE 1	295	Entidades	Faixa 1	51,30 a 51,64	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
BARRA JACARE 2	297	Entidades	Faixa 1	51,30 a 51,64	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
FLUORITA I E II, RESIDENCIAL	308	FAR Vinculadas	Faixa 1	47 a 49	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
FRANCA, RESIDENCIAL	240	FAR Empresas	Faixa 1	45,11	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
HIS ACADEMIA	194	FAR Empresas	Faixa 1	48,04 a 48,57	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
JACAREI, CONDOMINIO RESIDENCIAL	40	FAR Empresas	Faixa 1	45 a 50	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
LORENA, CONDOMINIO	40	FAR Empresas	Faixa 1	45 a 50	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
MANUEL BUENO	300	FAR Empresas	Faixa 1	48,5	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
MARIA DOMITILA	245	Entidades	Faixa 1	42	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
MIRASSOL	260	FAR Empresas	Faixa 1	45 a 50	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
PERUIBE, CONDOMINIO	40	FAR Empresas	Faixa 1	45 a 50	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
PIRASSUNUNGA, CONDOMINIO RESIDENCIAL	200	FAR Empresas	Faixa 1	45 a 50	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
PONTE BAIXA CONDOMINIO A	200	FAR Vinculadas	Faixa 1	45 a 50	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
PONTE BAIXA CONDOMINIO B	280	FAR Vinculadas	Faixa 1	45 a 50	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
RESIDENCIAL MONGAGUA	40	FAR Empresas	Faixa 1	45 a 50	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
RESIDENCIAL OSORIO D	150	FAR Empresas	Faixa 1	49,56 a 52,39	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
RESIDENCIAL OSORIOS C	215	FAR Empresas	Faixa 1	49,56 a 52,39	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
RESIDENCIAL PARANAPIACABA	30	FAR Empresas	Faixa 1	45,11	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
RIBEIRAO PRETO, RESIDENCIAL	180	FAR Empresas	Faixa 1	41,67	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
S F LAJEADO II	252	Entidades	Faixa 1	46,23 a 47,58	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
SAFIRA 1,2 E 3	652	FAR Vinculadas	Faixa 1	47 e 53	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
SAFIRA 4, RESID (EX PARQUE SAVOY 54)	300	FAR Vinculadas	Faixa 1	47 e 53	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
SANTA ADELIA, COND. RES.	118	FAR Empresas	Faixa 1	45 a 50	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
SANTA SOFIA II	192	Entidades	Faixa 1	51,88	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
SAO SEBASTIAO, CONDOMINIO	156	FAR Empresas	Faixa 1	47	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço

TEOTONIO VILELA I - SAO ROQUE, CONJUNTO HABITACIONAL	300	FAR Empresas	Faixa 1	42	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
TEOTONIO VILELA II - PIRACICABA, CONJUNTO HABITACIONAL	180	FAR Empresas	Faixa 1	42	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço
TUPA, RESIDENCIAL	228	FAR Vinculadas	Faixa 1	54	2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional. Elaboração do autor.

* Alguns empreendimentos possuem na mesma edificação tipos de unidades com plantas e áreas úteis diferentes, devido à disposição do imóvel no empreendimento. Neste caso, optou-se por apresentar o valor mínimo e máximo das áreas disponíveis (por exemplo, “46,23 a 47,58m²”). Há situações também em que a pesquisa em informativos públicos, institucionais e reportagens na imprensa sobre o lançamento dos empreendimentos revelou a área útil de diversos empreendimentos em conjunto, sem detalhar as informações por empreendimento. Neste caso, adotou-se a informação tal como disponível na fonte encontrada (por exemplo, “45 a 50m²”).

Códigos utilizados no *software R* para o uso da função “GoMRcpp()”

```
#Instalando os pacotes do 'Rcpp' e 'inline'
install.packages("Rcpp",dependencies = TRUE)
#Carregando o GoM
source("C:/R-3.5.2/library/GoMRcpp.R")
#Indicando um diretório para salvar e abrir arquivos
setwd('F:/EndereçoDoDiretorio)
#Lendo um arquivo de dados como data.frame
data <- read.table("dados.txt", header = TRUE, sep = "\t", dec = ",")
#Lendo o GoM para variáveis internas
gom.result <- GoMRcpp(data, initial.K = 3, case.id = "id", case.weight = "weight",
internal.var = c("v01", "v02", "v03", "v04", "v05", "v06", "v07", "v08", "v09", "v10",
"v11", "v12", "v13", "v14", "v15", "v16", "v17", "v18", "v19", "v20", "v21", "v22", "v23",
"v24"), dec.char = ",")
#Lendo uma matriz inicial de gamas (giks)
ginicial <- read.table("GoMK3.txt", header = TRUE, sep = "\t", dec = ",")
#Lendo o GoM, fixando uma matriz inicial de gamas e ajustando o modelo para inclusão
das variáveis externas
gom.result.externals <- GoMRcpp(data, initial.K = 3, case.id = "id", case.weight =
"weight", initial.gamma = c("gamma.object"), initial.gamma.object = ginicial, gamma.fit =
FALSE, internal.var = c("v25", "v26", "v27", "v28", "v29", "v30", "v31", "v32", "v33"),
dec.char = ",")
```

Frequência relativa de arranjos familiares do PMCMV segundo tipologia de perfis de referência puros e mistos, por variáveis e categorias selecionadas

Variável	Tipologia*									
	TP1	TM12	TM13	TP2	TM21	TM23	TP3	TM31	TM32	TMSP
1. Sexo do Responsável										
homem	0,30	0,22	0,62	0,47	0,54	0,65	0,71	0,65	0,37	0,40
mulher	0,70	0,78	0,38	0,53	0,46	0,35	0,29	0,35	0,63	0,60
2. Faixa Etária do Responsável										
até 34 anos	0,02	0,03	0,15	0,37	0,06	0,33	0,91	0,48	0,98	0,62
35 a 49 anos	0,57	0,50	0,70	0,25	0,16	0,34	0,08	0,47	0,02	0,33
50 anos ou mais	0,40	0,47	0,15	0,38	0,78	0,34	0,01	0,05	0,00	0,05
3. Cor do Responsável										
branco/amarelo	0,50	0,56	0,49	0,55	0,62	0,49	0,43	0,41	0,42	0,46
pardo/indígena	0,41	0,36	0,41	0,35	0,32	0,41	0,46	0,48	0,47	0,42
preto	0,09	0,07	0,10	0,10	0,06	0,10	0,11	0,11	0,10	0,11
não determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Situação Conjugal										
solteiro	0,17	0,64	0,01	0,68	0,09	0,15	0,00	0,00	0,48	0,41
união formal	0,44	0,29	0,51	0,06	0,68	0,02	0,24	0,48	0,01	0,43
união consensual	0,04	0,00	0,42	0,00	0,00	0,82	0,75	0,51	0,50	0,11
separado ou divorciado	0,19	0,04	0,05	0,13	0,06	0,01	0,01	0,01	0,02	0,04
viúvo	0,15	0,04	0,01	0,14	0,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
5. Presença de Cônjuge										
sim	0,38	0,28	0,88	0,00	0,60	0,84	0,99	0,96	0,50	0,53
não	0,62	0,72	0,12	1,00	0,40	0,16	0,01	0,04	0,50	0,47
6. Presença de Filhos										
sim	1,00	0,72	1,00	0,00	0,02	0,03	1,00	1,00	0,50	0,49
não	0,00	0,28	0,00	1,00	0,98	0,97	0,00	0,00	0,50	0,51
7. Número de Filhos										
nenhum	0,00	0,28	0,00	1,00	0,98	0,97	0,00	0,00	0,50	0,51
até 2 filhos	0,71	0,63	0,65	0,00	0,02	0,03	0,95	0,72	0,50	0,37
acima de 2 filhos	0,29	0,09	0,35	0,00	0,00	0,00	0,05	0,28	0,00	0,12
8. Filhos Crianças (até 12 anos)										
sim	0,31	0,14	0,69	0,00	0,00	0,01	0,99	0,93	0,49	0,38
não	0,69	0,86	0,31	1,00	1,00	0,99	0,01	0,07	0,51	0,62
9. Filhos Adolescentes (de 13 a 17 anos)										
sim	0,48	0,31	0,55	0,00	0,01	0,00	0,01	0,19	0,00	0,13
não	0,52	0,69	0,45	1,00	0,99	1,00	0,99	0,81	1,00	0,87
10. Filhos Adultos (acima de 18 anos)										
sim	0,60	0,31	0,17	0,00	0,01	0,00	0,00	0,02	0,00	0,03
não	0,40	0,69	0,83	1,00	0,99	1,00	1,00	0,98	1,00	0,97
11. Morador Sozinho										
sim	0,00	0,00	0,00	0,79	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
não	1,00	1,00	1,00	0,21	0,98	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
12. Parentes de primeira geração ascendentes (pais, padrastos e sogros)										

Variável	Tipologia*									
	TP1	TM12	TM13	TP2	TM21	TM23	TP3	TM31	TM32	TMSP
sim	0,01	0,04	0,00	0,07	0,06	0,04	0,01	0,01	0,03	0,05
não	0,99	0,96	1,00	0,93	0,94	0,96	0,99	0,99	0,97	0,95
13. Parentes de primeira geração descendentes (genro e nora)										
sim	0,05	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
não	0,95	0,99	0,99	1,00	0,99	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
14. Parentes de segunda geração ascendentes (avô e avó)										
sim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
não	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
15. Parentes de segunda geração descendentes (netos e bisnetos)										
sim	0,19	0,08	0,01	0,00	0,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
não	0,81	0,92	0,99	1,00	0,69	1,00	1,00	1,00	1,00	0,98
16. Irmão, irmã										
sim	0,01	0,06	0,01	0,10	0,04	0,07	0,02	0,01	0,04	0,07
não	0,99	0,94	0,99	0,90	0,96	0,93	0,98	0,99	0,96	0,93
17. Outros parentes										
sim	0,02	0,04	0,03	0,04	0,04	0,08	0,03	0,02	0,03	0,06
não	0,98	0,96	0,97	0,96	0,96	0,92	0,97	0,98	0,97	0,94
18. Não parentes										
sim	0,00	0,01	0,00	0,04	0,01	0,05	0,01	0,00	0,02	0,02
não	1,00	0,99	1,00	0,96	0,99	0,95	0,99	1,00	0,98	0,98
19. Migrante										
não migrante	0,32	0,33	0,30	0,34	0,30	0,19	0,36	0,32	0,38	0,41
sim, menos de 5 anos	0,06	0,05	0,13	0,17	0,05	0,23	0,31	0,16	0,32	0,24
sim, mais de 5 anos	0,62	0,62	0,57	0,49	0,66	0,57	0,34	0,52	0,29	0,35
20. Instrução do responsável										
sem instrução e fundamental	0,70	0,62	0,55	0,46	0,62	0,55	0,35	0,53	0,30	0,40
fundamental completo e médio incompleto	0,19	0,20	0,17	0,20	0,15	0,17	0,30	0,21	0,30	0,22
médio completo e superior incompleto	0,07	0,16	0,23	0,27	0,17	0,19	0,33	0,23	0,37	0,36
superior completo	0,03	0,02	0,03	0,07	0,06	0,07	0,01	0,02	0,01	0,02
não determinado	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,03	0,01	0,01	0,01	0,01
21. Ocupação do responsável										
trabalhador formal	0,32	0,39	0,48	0,42	0,27	0,46	0,55	0,49	0,52	0,46
trabalhador informal	0,14	0,15	0,12	0,12	0,07	0,12	0,14	0,13	0,17	0,15
não trabalha, mas procura emprego	0,06	0,04	0,09	0,06	0,02	0,08	0,10	0,10	0,13	0,13
não trabalha	0,48	0,42	0,31	0,41	0,65	0,33	0,21	0,28	0,18	0,26
22. Aposentadoria como Rendimento										
sim	0,19	0,25	0,05	0,24	0,55	0,17	0,01	0,03	0,04	0,07

Variável	Tipologia*									
	TP1	TM12	TM13	TP2	TM21	TM23	TP3	TM31	TM32	TMSP
não	0,81	0,75	0,95	0,76	0,45	0,83	0,99	0,97	0,96	0,93
23. Participação da renda do responsável na renda do domicílio										
menos de 50%	0,56	0,46	0,51	0,28	0,34	0,46	0,42	0,51	0,38	0,46
mais de 50%	0,44	0,54	0,49	0,72	0,66	0,54	0,58	0,49	0,62	0,54
24. Outro núcleo reprodutivo										
sim	0,12	0,03	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,01	0,00	0,04
não	0,88	0,97	0,98	1,00	0,98	1,00	1,00	0,99	1,00	0,96
25. Densidade domiciliar										
até 4 pessoas	0,73	0,93	0,65	0,99	0,97	0,99	0,92	0,71	0,99	0,91
acima de 4 pessoas	0,27	0,07	0,35	0,01	0,03	0,01	0,08	0,29	0,01	0,09
26. Densidade por dormitório										
abaixo de 2 moradores	0,49	0,77	0,39	0,94	0,90	0,92	0,22	0,29	0,82	0,74
acima de 2 moradores	0,51	0,23	0,61	0,05	0,10	0,08	0,77	0,70	0,17	0,26
não determinado	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
27. Comprometimento da renda com aluguel										
menos de 30% da renda comprometida	0,53	0,50	0,55	0,45	0,45	0,49	0,55	0,55	0,48	0,50
mais de 30% da renda comprometida	0,47	0,50	0,45	0,55	0,55	0,51	0,45	0,45	0,52	0,50
28. Domicílio precário										
sim	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02
não	0,98	0,99	0,98	0,98	0,99	0,99	0,98	0,98	0,98	0,98
29. Banheiro de uso exclusivo										
sim	0,99	0,99	0,99	0,96	0,99	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98
não	0,01	0,01	0,01	0,03	0,01	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02
não determinado	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
30. Abastecimento de Água										
adequado (rede geral)	0,98	0,99	0,98	0,98	0,99	0,98	0,97	0,97	0,98	0,98
inadequado	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01
não determinado	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
31. Coleta de Esgoto										
adequado (rede geral e fossa séptica)	0,88	0,91	0,90	0,92	0,94	0,89	0,86	0,87	0,89	0,90
inadequado	0,12	0,09	0,10	0,07	0,06	0,11	0,13	0,12	0,10	0,10
não determinado	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00
32. Coleta de Lixo										
adequado (serviço ou caçamba)	0,99	1,00	0,99	0,99	1,00	0,99	0,99	0,98	0,99	0,99
inadequado	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00
não determinado	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
33. Energia Elétrica										

Variável	Tipologia*									
	TP1	TM12	TM13	TP2	TM21	TM23	TP3	TM31	TM32	TMSP
adequado (companhia distribuidora)	0,97	0,98	0,96	0,97	0,99	0,98	0,97	0,97	0,97	0,97
inadequado (sem energia ou de outras fontes)	0,03	0,01	0,04	0,02	0,01	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03
não determinado	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração do autor.

*TP1: Tipo Puro do Perfil 1; TM12: Tipo Misto com Predominância do Perfil 1 sobre o 2; TM13: Tipo Misto com Predominância do Perfil 1 sobre o 3; TP2: Tipo Puro do Perfil 2; TM21: Tipo Misto com Predominância do Perfil 2 sobre o 1; TM23: Tipo Misto com Predominância do Perfil 2 sobre o 3; TP3: Tipo Puro do Perfil 3; TM31: Tipo Misto com Predominância do Perfil 3 sobre o 1; TM32: Tipo Misto com Predominância do Perfil 3 sobre o 2; TMSP: Tipo Misto Sem Predominância.